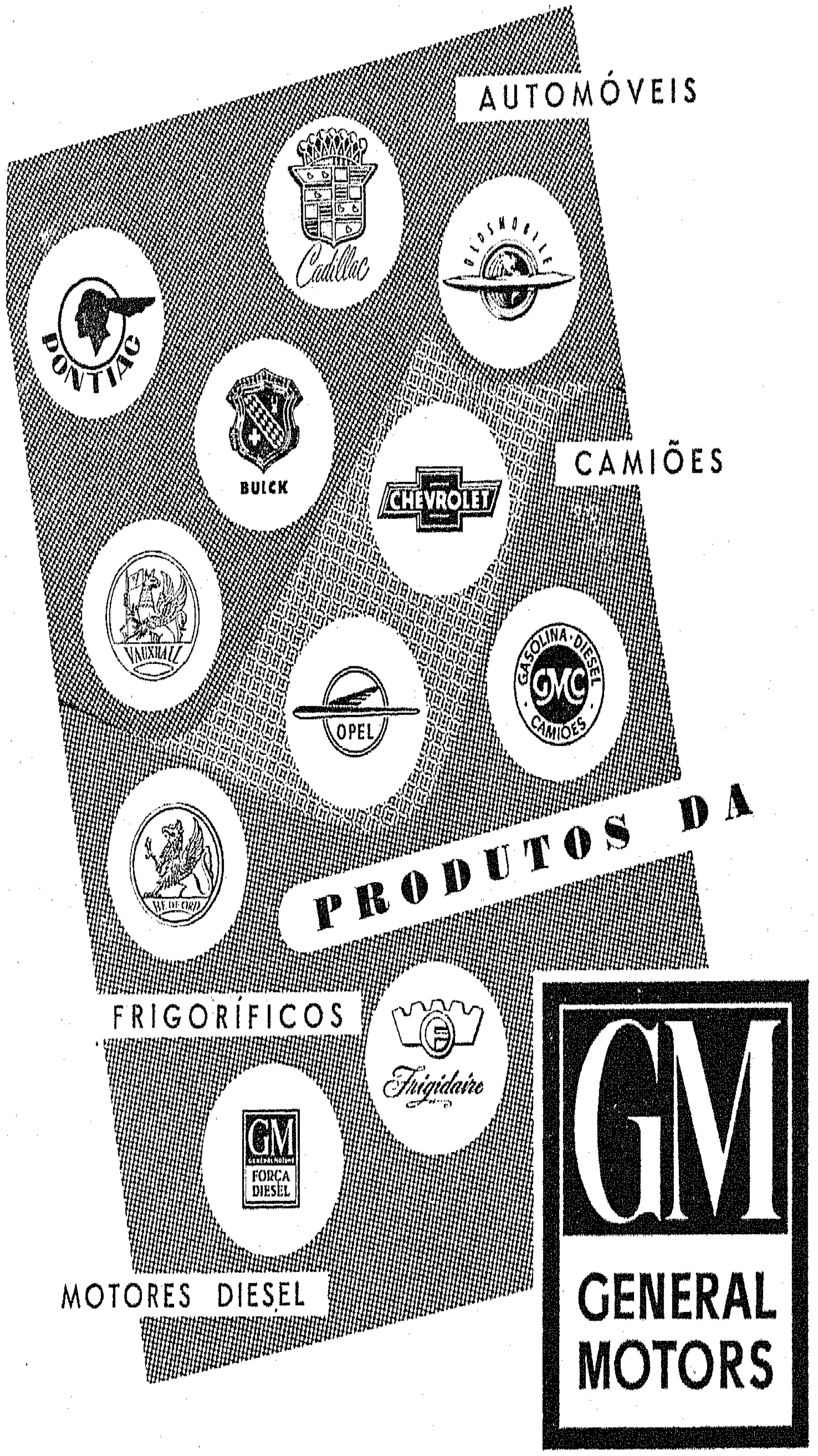


GENERAL MOTORS OVERSEAS CORPORATION

LISBON BRANCH

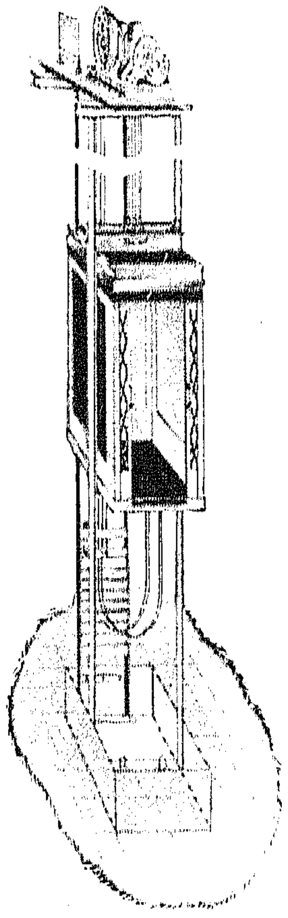
ASCENSORES E MONTA-CARGAS

«SILENS»

DE

ANTÓNIO NEVES, L.DA

Montagens, Reparações e Conservações por pessoal técnico especializado



Construtores de Ascensores Monta-Cargas e outros aparelhos eléctricos de elevação

MARCA REGISTADA

É o ascensor de características mais modernas e o preferido pela sua suavidade, manobra silenciosa, reduzido consumo de energia e perfeição de montagem.

Nas construções «SILENS» são empregados materiais de primeira qualidade importados das melhores fábricas estrangeiras.

RUA PEDRO DIAS, 19 E 41 – TELEFONE 33806

—— LISBOA – PORTUGAL ——

BANCO DE ANGOLA

EMISSOR DA PROVÍNCIA

CAPITAL – ESC.: 100.000.000$00

SEDE:

LISBOA – Rua da Prata, 10 a 22 // Endereço Telegráfico: Aldaro

DIRECÇÃO GERAL EM ÁFRICA:

LUANDA – Rua Rui de Sousa // Endereço Telegráfico: Daroal

FILIAL:

LUANDA – Avenida dos Restauradores de Angola // Endereço Telegráfico: Aldaro

DEPENDÊNCIAS:

Benguela, Cabinda, Gabela, Lobito, Malange, Moçâmedes, Nova Lisboa, Novo Redondo, Sá da Bandeira, Silva Porto e Uige

AGENTES:

Nos principais centros comerciais da Província

Companhia de Seguros Fidelidade

Fundada em 1835

CAPITAL E RESERVAS:

200 milhões de escudos

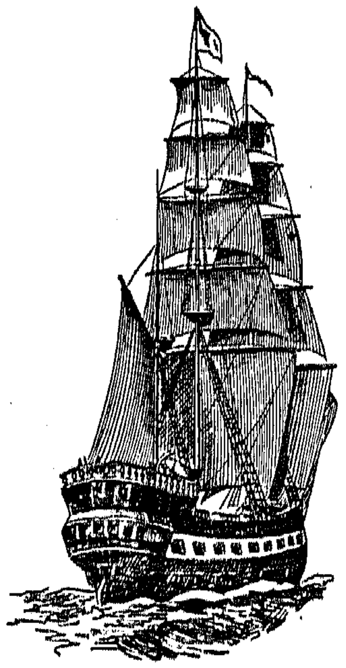
•

LARGO DO CORPO SANTO, 13

LISBOA

•

AINDA DURANTE MUITOS ANOS SAIU A NAU DA ÍNDIA, JÁ AS VIDAS E OS BENS, QUE ANDAVAM SOBRE O MAR, FICAVAM SEGUROS NA *Fidelidade*



A classe média raramente consegue amealhar o suficiente para deixar a família ao abrigo da miséria.

Auxilie o futuro dos seus, entrando para sócio do

MONTEPIO GERAL

que distribui em subvenções às suas pensionistas grande parte dos lucros obtidos nas operações realizadas pela sua Caixa Económica

SEDE EM LISBOA – Rua Áurea, 219 a 241

FILIAL NO PORTO – Avenida dos Aliados, 90

Agências em Coimbra, Évora e Faro

A Industrial Alimentícia de Luanda

DE

FERREIRA & IRMÃOS, LIMITADA

Endereço Telegráfico: AIAL — Telefone 2380

Avenida Gomes de Sousa — Caixa Postal N.º 394

LUANDA – ANGOLA

Fábrica de Massas Alimentícias, Bolachas e Padaria

(MOVIDA A ELECTRICIDADE)

MOAGEM — As mais perfeitas instalações em laboração, apta a fornecer qualquer quantidade de farinha de milho da melhor qualidade.

MASSAS — O mais esmerado e variado sortido de massas, as quais, pela excelência do seu fabrico, a sua superior qualidade, sem rival na Colónia, são as preferidas dos consumidores.

BOLACHAS — Desde as finas, às água e sal e capitão.

PADARIA — Pão tipo de luxo, forma e família — fabrico higiénico.

CÂMARAS FRIGORÍFICAS — De diversas temperaturas, próprias para carnes, peixe, fruta e outros artigos.

REBUÇADOS — Os rebuçados da AIAL, pela sua melhor qualidade e fabrico, conquistaram os consumidores, bem como os seus «chupa-chupas».

IMPORTANTE ORGANIZAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL

FILIAL NO CACUACO

COMÉRCIO MISTO E PADARIA • SALGA E PESCA DE PEIXE

Para as suas compras, consulte sempre a AIAL a que melhor serve e mais barato vende

P. SANTOS GIL & C.ª, L.da

CAIXA POSTAL 325 – TELEGRAMAS: «TRANSPORTES»
RUA CONSIGLIERI PEDROSO, 9
LOURENÇO MARQUES

IMPORTADORES DE TODA A QUALIDADE DE MATERIAL ELÉCTRICO E FERROVIÁRIO, FIXO E CIRCULANTE, AUTOMÓVEIS E CAMIONS

ESTÂNCIA DE MADEIRAS E OFICINAS DE SERRAÇÃO
COMÉRCIO GERAL
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
CONTA PRÓPRIA E ALHEIA
ACEITAM-SE REPRESENTAÇÕES

ARMAZÉNS ALFANDEGADOS—CARGAS E DESCARGAS
(Estâncias e armazéns alfandegados ao km. 1) para depósito de mercadorias. Recebemos e armazenamos toda a qualidade de mercadorias, tanto para consumo local, como em trânsito de e para a União Sul Africana. Preços módicos e pronto despacho.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE TODA A ESPÉCIE
SECÇÃO DE PRODUTOS
Compra e venda, importação e exportação de produtos da Colónia de Moçambique, tais como: Mapira, Milho, Copra, Amendoim, etc.

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓLEOS, LDA.

CAPITAL
£ 250.000-0.-0.

AZEITE DE AMENDOIM, SEM ACIDEZ, REFINADO PARA ALIMENTAÇÃO E CONSERVAS

AZEITE DE GERGELIM, CLARIFICADO E REFINADO PARA CONSERVAS

ÓLEO DE COPRA, REFINADO PARA MARGARINAS

ÓLEO DE COPRA, CRU, PARA SABÕES

ÓLEO DE RÍCINO, REFINADO, PARA FARMÁCIAS

OLEO DE RÍCINO, CRU, PARA INDÚSTRIA

ÓLEO DE MAFURRA, CRU, PARA SABÕES

TODOS OS PRODUTOS SUPRA SÃO MANUFACTURADOS NA NOSSA FÁBRICA, QUE É A MAIOR E A MAIS MODERNA EXISTENTE EM ÁFRICA

PEÇAM AMOSTRAS E COTAÇÕES
SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓLEOS, LDA.
CAIXA POSTAL 366 LOURENÇO MARQUES

PARA CAÇA GROSSA!!!

Para entrega imediata novos modelos de carabinas inglesas, austríacas, belgas e checas

GRANDE VARIEDADE

de munições em todos os calibres próprios para esta variedade

CARTUCHOS

carregados com as melhores pólvoras nacionais e estrangeiras

CARREGAMENTO AFIANÇADO

espingardas de todos os calibres, das melhores procedências, aos mais económicos preços.

PESCA DESPORTIVA

Grande variedade de nylon, canas, tubos para ligação de canas, passadeiras e destorcedores da famosa marca SEALON

Consertos em carretos e canas

ANTERO LOPES, LDA.

RUA EUGÉNIO DOS SANTOS, 29 TELEF. 30495 LISBOA

COMPANHIA DA ZAMBÉZIA

S. A. R. L.

LISBOA	QUELIMANE
Rua Luís Fernandes, 5—Telefone 66018	Caixas Postais n.os 3 e 4

Endereço Telegráfico «Mafambice»

PRODUTORA DE

COPRA — CHÁ — ALEURITES — ALGODÃO — SAL

Zambézia Comercial, Limitada

LISBOA	QUELIMANE
Rua Luís Fernandes, 5—Telefone 66018	Caixas Postais n.os 3 e 4

Endereço Telegráfico «Zamalda»

SUCURSAIS:

QUELIMANE

Comércio geral —

Agentes de:

The Shell Co. of P. E. A., Ltd.
Companhia de Seguros «Nauticus»
Dunlop Rubber Co., Ltd.
Namagoa Plantations, Ltd.
EMOL
Companhia Nacional de Navegação
Companhia Colonial de Navegação — Macuse
The Union Castle Mail Steamship Co. — Macuse
Holland Afrika Lijn — Macuse — Maquival
The British India Steamship Co. — Macuse
Compagnie Maritime Belge

TETE

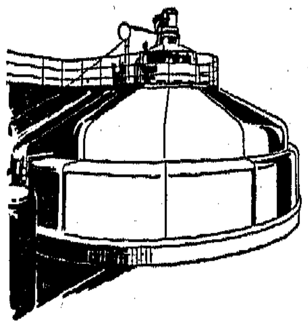
Comércio geral —

Agentes de:

Companhia da Zambézia
Sal
Chá Licungo
The Shell Co. of P. E. A., Ltd.
D. E. T. A.
Sena Sugar Estates
EMOL
Máquinas de escrever «HERMES»
Dunlop Rubber Co., Ltd.

Material eléctrico de alta qualidade

Fornecimento de centrais termo e hidro-eléctricas, postos de transformação, protecção de rêdes, Electrificação de fábricas, caminhos de ferro, fornos eléctricos, motores Apar. de soldadura Altas frequências Telefonias, etc.



BROWN BOVERI

BADEN-SUÍÇA

★

Representante geral:

Edouard Dalphin

R. SÁ DA BANDEIRA, 481-2.º

(PALÁCIO DO COMÉRCIO)

PORTO

Telefone 23411

PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

13.320 Km. de Linhas Aéreas Internas
1.367 Km. de Linhas Aéreas Internacionais
2.000 Km. de Linhas de Caminhos de Ferro
4.000 Km. de Linhas de Camionagem Automóvel

EXPLORA OS SEGUINTES PORTOS:

LOURENÇO MARQUES – INHAMBANE
NACALA – LUMBO – BEIRA

EM 1952:

Passaram pelos diversos serviços 1.975.131 passageiros
Foram transportadas 6.410.073 toneladas
E foram manuseadas nos portos 6.148.627 toneladas

PARA INFORMAÇÕES:

Secção de Propaganda e Publicidade

Apartado 19 T/ LOURENÇO MARQUES

Série 73.ª — N.os 1-3 Janeiro - Março — 1955

BOLETIM

DA

Sociedade de Geografia de Lisboa

Direcção, Propriedade e Edição da
Sociedade de Geografia de Lisboa

SUMÁRIO

O MAIS ANTIGO MAPA DA AMÉRICA, por *Gago Coutinho* ... 3

AS «MOSTRAS» ITALIANAS DE 1254-1454-1954, por *Júlio Gonçalves* ... 15

O PADRÃO DE ANGRA DAS VOLTAS, por *Eric Axelson* ... 23

O CLIMA DA INDONÉSIA E A AGRICULTURA, por *Helder Lains e Silva* ... 33

NAS VÉSPERAS DE UM CENTENÁRIO: A GRANDEZA DE MOUSINHO, por *Manuel Dias Belchior* ... 47

NOTÍCIAS E COMUNICAÇÕES ... 67

BIBLIOGRAFIA ... 86

ATRAVÉS DAS REVISTAS ... 103

ACTIVIDADES DA S. G. L. ... 111

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA ... 127

BIBLIOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS E NAVEGAÇÕES (Cont. em anexo) ... 33 a 48

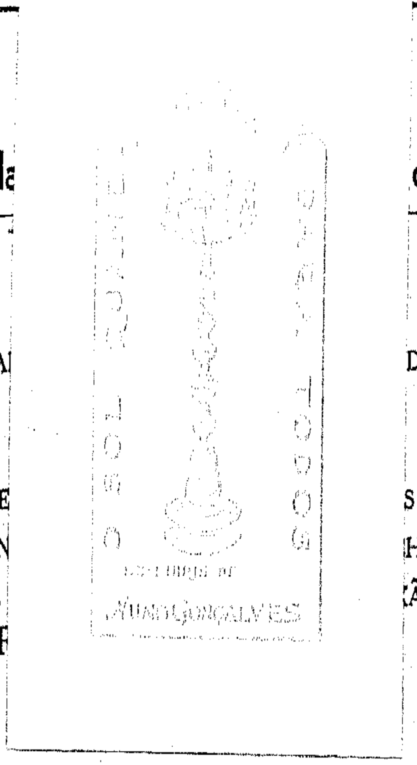
Os artigos publicados no Boletim são da única responsabilidade dos seus autores

Toute correspondance pour le BULLETIN doit être adressée à — SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — Rua Eugénio dos Santos — LISBOA.

Les titres des ouvrages et cartes géographiques importantes et l'indication de tous les objets offerts soit à la Bibliothèque, soit au Musée de la Société de Géographie de Lisbonne, seront publiés dans le BULLETIN avec les noms des personnes les ayant offert.

Les ouvrages et les cartes géographiques importantes, dont deux exemplaires auront été envoyés au Directeur Bibliothécaire de la Société de Géographie de Lisbonne, seront le sujet soit d'un compte-rendu, soit d'une mention spéciale dans son BULLETIN, selon l'opportunité reconnue par la Direction de la Société de Géographie.

Direcção da ... de Lisboa



PROF. DR. A... DES CORRÊA

ALMIRANTE ... S CORRÊA
COMAN... HADO
DR. ... ÃO
F...

PROF. DR. ANTÓNIO DE ALMEIDA
DR. JÚLIO GONÇALVES

VICE-SECRETÁRIOS

DR. RODRIGO FRANCO AFONSO
CORONEL ANTÓNIO JOSÉ CARIA

TESOUREIRO

DR. MANUEL MARTINS CORRÊA GONÇALVES

VOGAIS DA DIRECÇÃO

ENG.º MANUEL MONTERROSO CARNEIRO
COMANDANTE JOÃO DE FIGUEIREDO
DR. ANTÓNIO DE MEDEIROS-GOUVÊA
GENERAL LUÍS AUGUSTO FERREIRA MARTINS
PROF. ENG.º JOÃO DE CARVALHO E VASCONCELOS

Comissão Revisora de Contas

EFECTIVOS

DR. ANTÓNIO DA MAIA MALTA
D. JOÃO DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA (Marquês de Rio Maior)
CAPITÃO MANUEL MARIA PIMENTEL BASTOS

SUPLENTES

DR. JOAQUIM ALBERTO IRIA JÚNIOR
DR. JOSÉ LUÍS FERIN DIAS PINHEIRO

O MAIS ANTIGO MAPA DA AMÉRICA

GAGO COUTINHO
(Antigo tenente de veleiros)

A mais antiga «carta de navegar pelo alto mar» conhecida é, provàvelmente, uma carta portuguesa, existente em *Modena:* foi comprada em Lisboa, sendo *clandestina* — porque a divulgação de tais documentos era proibida — e é *cópia* de um ou mais «protótipos», como o «Padron Real» espanhol, mapas onde, pouco a pouco, se iam registando os descobrimentos. Foi paga por 12 «ducados de ouro» pelo italiano Alb. Cantino que, segundo se crê, exercia espionagem: existe uma carta dele com detalhes sobre as viagens de Côrte-Real. Apesar de datado de 1502, o mapa apresenta resultados anteriores, como o descobrimento dos Açores, desde 1431.

Este «planisfério» de Cantino, hàbilmente colorido e iluminado em pergaminho, tem 2,20 metros por 1,05. Apesar de ter sido mal tratado — pois foi achado em uma «salsicharia» — existe na Itália, e está bem conservado. Há no Mundo umas seis cópias análogas, tendo o protótipo ficado sem dúvida em Lisboa. De Itália tem saído modernamente algumas suas fotografias, coloridas à mão. A sua projecção só pode ser a «plana quadrada» — tècnicamente, «projecção cilíndrica quadrangular». Acontece, porém, que o Cartógrafo que em 1882 o estudou — para a obra «Les Corte-Real», de H. Harrisse — partindo de sua *crença* de que se trataria de um «planisfério» completo a 360 graus, o julgou em «projecção retangular», sendo o grau de longitude diminuído a 6 mm. Tornarei a ocupar-me desta fantasia. Pois é certo que, por diferenças de longitude conhcidas, como a de Lisboa a Jerusalém e à «raya de Tordesillas», desenhada no mapa, e como a de Cabo Verde à mesma «raya» — que em 1494 se combinou ser traçada a 370 léguas das mesmas ilhas — resta concluirmos que a projecção é, de facto, a «portuguesa quadrada», de «graus iguais», usada por nós na época, segundo P. Nunes, 1537, e L. Pimentel, 1699. Os graus de longitude terão, pois, como os de latitude, também 84 mm, faltando portanto ao planisfério uns 80 cents.

Este interessante detalhe, talvez por simples e imprevisto, só foi notado há pouco, a começar pelo conhecido estudo do Dr. Duarte Leite. Pois ele lança nova lúz sobre um natural pré-descobrimento do continente ocidental, não asiático, anteriormente a Colombo. Como se vai ver.

Porquanto é sabido que este navegador escreveu que fizera «várias» viagens ao «Forte de S. Jorge da Mina», a bordo de navios portugueses. À vela, e não em *galés*. Assim Colombo poude conhecer o *truque* dos Pilotos — tão simples como o do «seu ovo» — qual era o de contornar os ventos contrários do Atlântico-central, os quais permitiam, com uma rota em arco pelo «Mar-de-Sargaço», trazer os navios de Guiné a Portugal. Era rota mais segura que a *costeira*, contra ventos e correntes.

Colombo teria nessas viagens verificado que, cerca do Trópico, aqueles ventos de Ne, já *feitos de Leste*, que permitiam aos veleiros ganhar norte, eram favoráveis às navegações para Ocidente. E notara, também, a facilidade de, no regresso de terras a Poente, bastar aproveitar aqueles outros *ventos oestes*, que, pelo mar dos Açores, completavam a rota de Guiné a Portugal.

Ora, visto não ser preciso atribuir a Colombo «génio» para inventar ventos e conceber aquele tão intuitivo expediente, tão pouco o podemos exigir aos Pilotos que, desde tempos do Infante D. Henrique — falecido em 1460 — pilotaram os Aventureiros portugueses, dos quais falam uns sete Alvarás reais. Eles teriam então tentado «achar» e «descobrir» — ou *explorar*, como se dizia na época — aquelas misteriosas terras ocidentais, donde ventos e correntes levavam aos Açores restos vegetais, como até troncos de pinheiro. É certo que ignoramos as datas e detalhes de tais tentativas, não citados pelos Cronistas. Pois eram tão fáceis e comuns, que é pueril a tendenciosa dúvida de Publicistas «anti-lusos» — estranhos à Arte de Navegar à vela — tão favoráveis aos descobrimentos do «mercader» Vespúcio, que chegam a considerá-lo «Descobridor da Argentina»... Nesta gratuita orientação, atribuem aos «Aventureiros portugueses» repetido insucesso, por terem teimado em buscar aquelas terras, não *pelo sul*, a favor dos ventos *de leste*, mas indo sempre pelo norte, contra os *oestes*, dominantes na «altura» dos Açores. Esquecem que não foi assim que o nosso discípulo Colombo o fez, e logo sem hesitar, nas suas primeiras travessias: Foi pelo Trópico e regressou pelos Açores, tendo tocado em *Santa Maria!*

Contudo, esta hábil navegação tem sido explicada, por Colombo, apesar de hábil navegador, se ter fiado em um cientista de Florença — Toscanelli — que, apesar de ignorante dos *ventos*, ou *escalas* do Atlântico, informara D. Afonso V de que a costa da China visitada por Marco Polo ficaria apenas a 1.625 léguas — e «cinco»! — a ocidente de Portugal! Resta-nos pois sòmente concluir que Colombo se soube aproveitar daquilo que *vira* em suas viagens de regresso da «Mina» e das «partes da Guiné».

Assim se explica o facto de D. João II não ter atendido às exigentes propostas ocidentais do genovês, por o Rei já conhecer, tanto a facilidade da navegação para Poente, como os resultados pouco interessantes de tais viagens anteriores. De resto, até já antes de 1492, B. Dias descobrira a praticabilidade de se ir à Índia, *dobrando o Cabo*.

As circunstâncias eram diferentes com D. Isabel, Rainha de Castela. Mas, apesar de audaciosa, teria ela acreditado no «esquema indiano» de Colombo? Talvez nem ele...

Voltando agora «ao mapa Cantino», lá vemos, por uns 80 graus de longitude — 110 pelo critério de Harrisse — ao mar da costa portuguesa, uma costa indefinida, continente que corre para norte das Antilhas só uns *vinte graus*. Está caracterizada pela «Península Florida», como pelos cabos actuais «Hateras» e «Cod», indo até ao «C. Breton». Definida com uns vinte nomes portugueses, sua descoberta — ao contrário da da «Terra Nova» — não está atribuída a G. Côrte-Real, sendo lícito conjecturar-se que fosse anterior, talvez, à saída de Colombo de Portugal, em 1486, ano em que D. João II concedeu a F. Dulmo autorização para viagens a Ocidente. E é certo que G. C. Real já passou em 1501 em costas de clima quente — como a da «Florida» — visto que, sem se falar de novo descobrimento, de lá mandou para Lisboa, em uma das suas três caravelas, meio cento de Índios «nudi», os quais decerto não viviam assim na fria *Terra Nova*.

De resto, àqueles que crêem que a Florida foi ignorada até 1513, repitamos que tal visita era para nós tão fácil, que não é de crer que tardasse muito depois da tentativa de *Teive* em 1452. E tanto que, em 1492, Colombo já levou dois navios com velas quadrangulares, mais próprias para viagem definitiva do que para *reconhecimento* de terra nova. Não fez milagres...

É também conhecido outro «mapa» — este o original — concluído em 1500 pelo hábil Piloto *Lacosa*, que foi companheiro de Colombo e de Hojeda. O qual só vagamente indica o golfo do México e um grande continente ocidental, cuja costa, correndo pelo norte das Antilhas — sem a *Florida* e a *Terra Nova* — se desvia depois para nordeste, até passar umas três centenas de léguas ao largo da Escócia. Esta parte tem a indicação «mar descubierta por ingleses», como referência provável às duas viagens de J. Caboto e gente de Bristol, em 1497-99. A grande irrealidade do seu contorno, como a falta dos nomes portugueses do mapa Cant., provam que La-Cosa se serviu de indicações *muito vagas*, análogas àquelas que o levaram a inventar uma «yolla» do Brasil, para sul de *S. Roque* — o «S. Agostinho» contado por V. Pinzon — cuja costa está traçada com uma *ponta* até à longitude das ilhas de C. Verde, da qual, pela latitude de uns trinta graus, a tal costa segue para Ocidente até o meridiano de *Cuba*. A distância entre o Equador e o Trópico dá-nos a dimensão dos seus graus de latitude. Há ainda que notar os seus evidentes retoques e, até, o reparo de Harrisse (D., 415) sobre se o mapa seria «really an autograph of Juan de la Cosa». Enfim, a sua fantasia das costas ocidentais tira ao mapa toda a indicação concreta sobre um conhecimento em Espanha de costa norte-americana, antes de 1500, e melhor que em Portugal.

Por outro lado, o facto de os mapas copiados dos portugueses — Cantino, Canério, Ruysh, os Kunstmann, Waldseemuller — apresentarem a ponta ocidental de *Cuba* a leste, e não a sudoeste, como na realidade, dá ao desenho português de *Cuba* uma origem espanhola, diferente das navegações portuguesas que, antes de 1513, atingiram a *Florida*, e costa para norte. Mas os mapas portugueses copiaram o erro das latitudes das Antilhas — que notamos no mapa do Piloto La Cosa, em obediência

à «tendenciosa concepção» de Colombo — erro que desvia Cuba uns 12 graus para norte do Trópico, ficando «tan alto como en Castilla».

Resta considerar o famoso «globo», mandado fazer em 1492 em Nurenberg, por «M. Behaim». Os seus flagrantes erros mostram não ser de admirar que Behaim não desse importância às viagens dos nossos Aventureiros para além dos Açores, focadas no protótipo português, que lhe não mostraram.

Por outro lado, em fins do século XIV, já pelas nossas repetidas viagens em latitude, atribuíamos ao grau meridiano entre 17 e 18 léguas. Assim, a volta da Terra pelo paralelo de Portugal teria só umas 14 léguas por grau, completando, na volta completa dos 360 graus, umas cinco mil léguas.

Vem agora a propósito desfazer o citado equívoco de Harrisse que, por julgar o «Planisfério Cantino» completo a 360 gr., lhe supôs cada grau de longitude — não igual aos 84 mm, deduzidos da distância entre o Círculo Polar e o Trópico-sul, ou das 370 léguas entre a Ilha *Santo Antão* e a «raya» — mas apenas com a dimensão correspondente à latitude 45 gr., ou sejam 6 mm. Com este valor tão pequeno, Harr. concluiu que a China ficaria uns 220 gr. — três milhares de léguas — ao Nascente de Portugal e, portanto, só a dois milhares delas pelo Poente, através do Atlântico.

Se, porém, reflectirmos que a carta Cantino — como todas as da época, portuguesas e La Cosa — era «quadrada de graus iguais», todos de uns 8 mm, faltando-lhe uns 80 cents., ou cem graus, para completar os 360, concluiremos que, segundo o mesmo mapa, aquela costa asiática só estaria 160 graus a leste da Península e, portanto, 200 gr. — ou umas 2.800 léguas a oeste de Lisboa. Realmente são umas 3.200.

No nosso mapa a citada costa da «Florida» está só 1.100 léguas a Ocidente de Lisboa. Contudo, Harrisse, levado pelo seu erro, afirmou (pg. 134) que, em 1500, ainda os Pilotos peninsulares acreditavam que aquela costa ocidental do Atlântico — bem definida pela Florida — já poderia ser «littoral de Cathay». Da mesma China, que Marco Polo costeou e era frequentada pelos *Juncos*, isto só a um milhar de léguas de Portugal?! Foi, levado pela mesma crença, que ele escreveu (pg. 86) que, no mapa português, o «marco» divisório está «480 lieues marines» das Ilhas de C. Verde, apesar de o Tratado de 1494 fixar tal «raya», entre Portugal e Castela, a 370 léguas. O que os Náuticos medimos no mapa português.

Desfeito o erro, podemos achar a razão porque Colombo ao descobrir, em 1492 e 93, a ponta sueste da Ilha de *Cuba*, a teria confundido com aquela «Península Florida», que ele teria notado a bordo em mapas portugueses. Tal é a razão material, histórica, pela qual então Colombo jurou e fez «jurar» aos companheiros, incluindo La Cosa, que Cuba era uma «terra firme», embora diferente da Ásia revelada por Marco Polo. Já em Lisboa se sabia da existência de um novo «continente continuo» que ia «por toda a Redondeza», estendendo-se desde «satenta graaos de Ladeza» Norte (?) até «vinte e oito graaos e meo» de lat. sul. «Cananea?). Colombo não o revelou.

De resto, no mapa Cant., a Groenlândia é considerada «ponto dasia», como a

Escandinávia é «Parte de Asia». Ora isto só envolve a ligação à Ásia, não pelo Ocidente — onde o mapa admite a existência de um «oceanus», entre a futura «América do Norte» e a China — mas pelo Norte ou Nordeste, e não por Oeste. Contudo, aquele erro asiático ainda foi repetido em 1516 por um cosmógrafo, deslumbrado pelas *cartas* de Vespúcio, e criador da palavra «América» — Waldseemuller — que, no seu mapa, escreveu «TERRA DE CVBA-ASIE PARTIS», na terra correndo até ao Círculo Polar do Norte.

Como se vê, não tinha sido necessário esperar pelas viagens de Colombo ou Magalhães para, em Lisboa e de certo antes de 1502, ser suspeitada a existência de um «Oceanus», separando a Ásia da América. Porquanto, no «Planisfério», ficou em branco aquela centena de graus de longitude, onde se não tinha ainda ido saber que terras por lá haveria.

Os «Doutores» da Península — como tão pouco as suas «Juntas», ou D. João II — não podiam pois estar iludidos com a ficção da proximidade atlântica da Ásia. Nem é lícito supormos que o estava Colombo, Piloto sagaz que — ao contrário do ignorante Vespúcio — nunca desdenhou da competência dos nossos experientes Pilotos, com quem convivera. E o «caravelista» Colombo era também, na opinião de Charcot, «élève de Sagres»; porquanto, pelo seu prolongado contacto com a Arte de Navegar Portuguesa — em cartas, diários, e rotas atlânticas — ele vivera no «clima» náutico de Lisboa. Teria, sem dúvida, visto na mão dos Pilotos alguns mapas «quadrados» como o Cant. e, por eles, antes de 1492 se teria convencido de que a Índia ficaria de facto, através do Ocidente, a não menos de três milhares de léguas. Porém, a Colombo não lhe convinha «espalha-lo» em Espanha, para que a Rainha D. Isabel, esperançada nas «suas Indias Occidentales», o deixasse ir repetir tentativas idênticas às dos Aventureiros portugueses — das quais ela ouvira falar — fiado Colombo em por lá achar alguma coisa útil, visto não ir financiado pelo próprio bolso, como eles, mas pelo da Rainha.

Basta pois um exame simplista dos mapas caracterizados por uns vinte nomes portugueses — como «cabo de bôa ventura» *(C. Cod)* e «c. santo» (C. Haterras) — para nos revelar a razão, já citada, que levou Colombo, ao descobrir em 1492 e 93 a *ponta sueste de Cuba*, a confundi-la com a «Peninsula Florida», tão característica dos mapas portugueses, os quais ele vira na mão dos nossos Pilotos.

Aliás, teria sido também o contacto, embora superficial, com os Pilotos portugueses, com quem o «astronome Vespuce» (Humboldt) navegara entre 1501 e 503, que o arrojou a inventar o seu «Primo viaggio», o qual, mal contado na *Lettera*, parece pretender tirar a Colombo a sua primazia no continente, só visitado em 1498.

Mas o rasto ficou, apesar dos seus erros náuticos — como o da navegação contra a *Monção de sul* e contra a forte corrente do «sirocco», que contorna a costa norte do Brasil. O que desqualifica os seus admiradores, que até lhe corrigiram o rumo «de sueste» — próprio para ir ao largo buscar ventos favoráveis à retirada — mudando-o gratuitamente para *sudoeste*, com o qual Vespúcio teria *descoberto* costa

sul-americana, ao longo da Argentina até perto de «S. Giuliano», porto onde depois invernou Magalhães! Assim, com esta moderna ampliação da viagem de Vespúcio em uma frota portuguesa, ele se tornaria, literàriamente, «o descobridor das duas Américas». Apesar de lhe ter escapado a larga abertura da enseada do *Rio-da-Prata*, que nunca citou... O que ressalta, por demais, inverosímil.

Resumindo, se completarmos o mapa Cantino até aos 360 graus, a costa asiática ficará afastada uns três milhares de léguas para Poente da Península Ibérica, em lugar dos dois milhares de H. Harrisse. O que nos leva, pois, a concluir que aquela terra ocidental pintada, nas cópias da *carta-padrão* de Lisboa, a um milhar de léguas ao mar de Portugal, só poderá ser a futura terra americana, já conhecida desde antes de 1502, tanto pelos Pilotos portugueses como por Colombo.

Todos sabiam que ainda não era a *Ásia*. Eis o que nos autoriza a conjecturar, com a maior probabilidade náutica, que as tentativas portuguesas, autorizadas desde 1452 pelo Rei, para Teive, Câmara, Dulmo, Côrte-Real, etc., não poderiam ter sempre falhado. Eram viagens *diretas*, com ventos favoráveis, e bem mais simples que a de Bart. Dias ao *Cabo da B. Esperança*, em 1486 e 87, cinco anos antes da viagem famosa de Colombo. Porém, realizadas à custa dos próprios Aventureiros, e não tendo sido achado fruto interessante, remunerador, como ouro, nem «especiaria», o Rei D. João II preferiu financiar a viagem à qual se atribuiam resultados proveitosos.

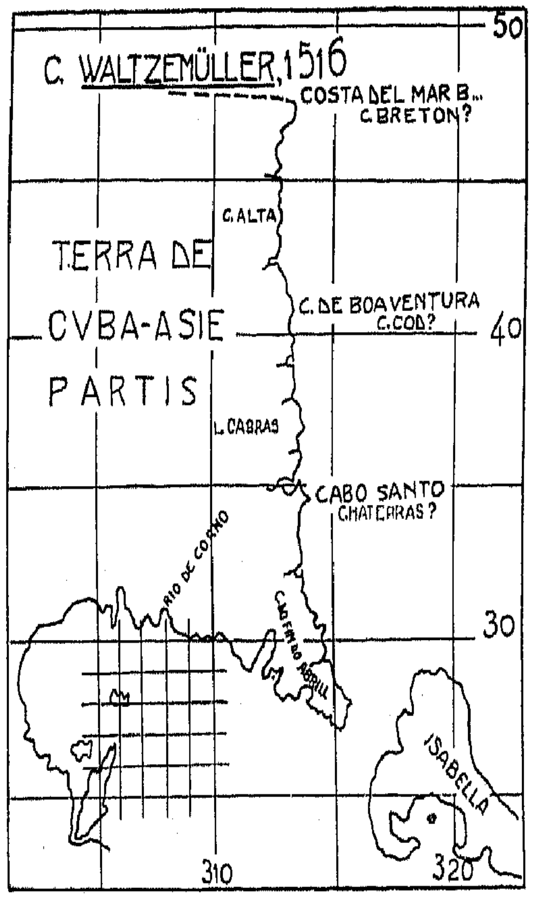
Eis a razão humana, pela qual o nosso sagaz Rei D. João II as pusera de lado, insistindo no «plano» da busca do «Caminho da Índia», a contornar a África. Continua, pois, de pé a versão de um natural pré-descobrimento da futura «América», pelo menos entre Florida e Terra Nova, anteriormente à morte de D. João II, e mesmo à retirada de Colombo para Espanha, em 1486.

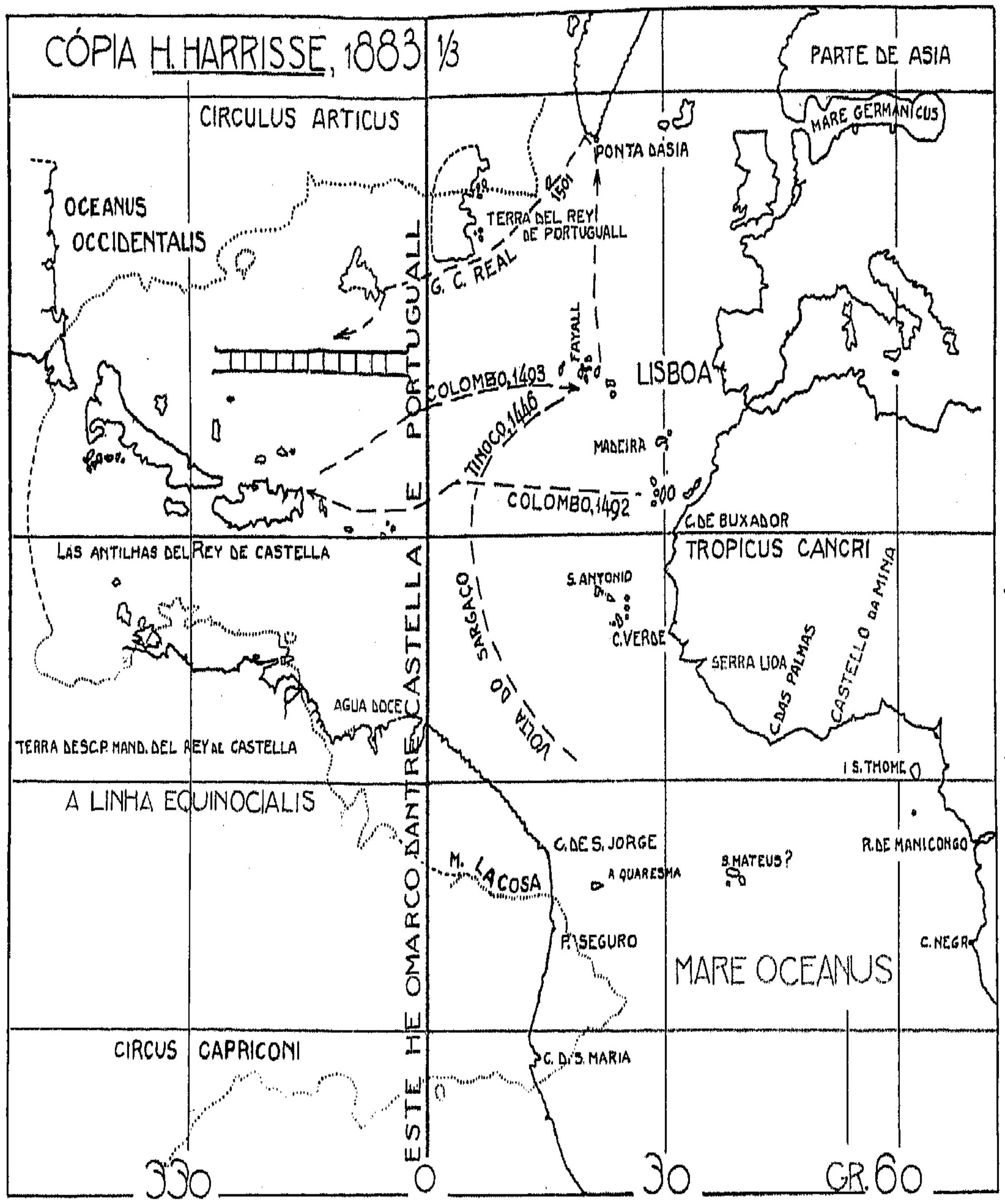
Resta considerar no «mapa Cant.» o caso da *Ilha da Terra Nova*, que lá é apresentada como «Terra del Rey de portuguall», com a legenda «descoberta per mandado de dom manuell», a qual «descobrio. gaspar de corte Real». Como as Antilhas, «p. mandado del Rey de castella». A ilha está pintada logo a Nascente da «Raya» — ou «omarco dantre castella e portuguall» — entre as latitudes 52 e 62 gr., em lugar das reais, que são 47 e 52 gr. Mas a ponta leste da Ilha, o *C. Raso*, essa está só 150 léguas, e não as reais, 250 a Noroeste dos Açores. No nosso mapa ainda não aparece costa para Poente da Ilha, onde ficaria a «Terra do Labrador».

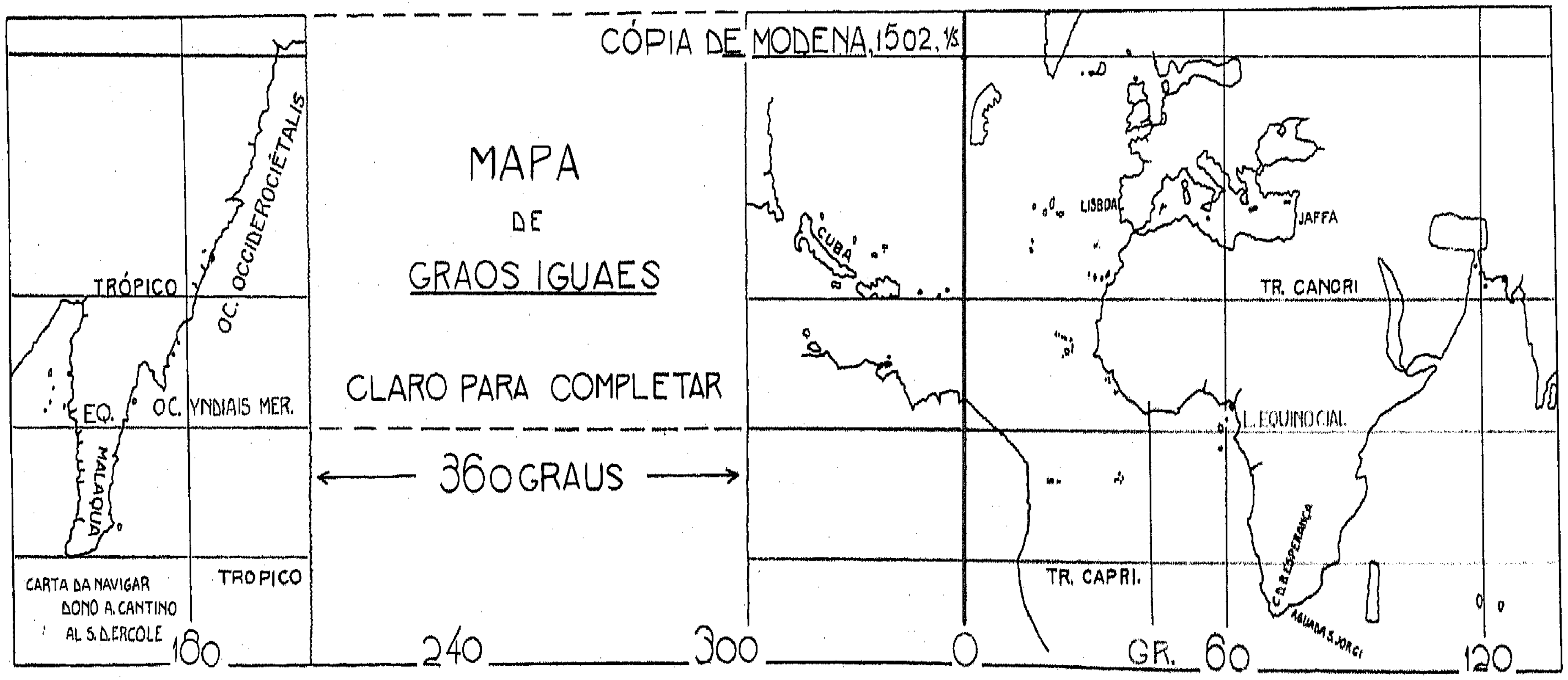
Como os erros do mapa, em latitudes e distâncias — não tanto as 80 léguas ao *C. Raso*, como o das quinhentas entre a Ilha e o *C. Breton* — excedem muito o que é lícito atribuir a navegadores «de sol», resta concluirmos que se trata de «raisons d'un ordre politique» (H. 137); visto a Terra Nova ter sido durante mais de um século *feitoria* portuguesa de pesca. Razão análoga explica o exagero das latitudes no mapa La Cosa, obrigando o cartógrafo do «Cantino» a arrumar a terra firme para norte das Antilhas. Colombo, como D. João II, com seus tão flagrantes *equivocos*, ambos pretendiam afugentar os concorrentes franceses, ou outros. Tão simples eram tais rotas transatlânticas...

PLANISFÉRIO "CANTINO"

ANÁLISE GEOGRAFICA







LISBOA, 1954, OUTUBRO

DES. 1954. 82H.

Aliás, o facto de a *cópia Cantino* ter sido feita em 1502 não justifica a fácil conjectura de a sua «terra verde» ocidental — a actual costa norte-americana — só ter sido descoberta depois da morte de D. João II, em 1496. Ela não o interessara, por ser terra fora do hemisfério português e, também, por já ser sabido, desde 1487, que o «Caminho da Índia» seria pela costa africana. Ademais, o regime de ventos do Atlântico-central era tão familiar aos Pilotos portugueses, que é infantil a conjectura de que *todas* as viagens, autorizadas por Alvarás Reais, tivessem sempre, durante meio século, sido tentadas pelo Norte, contra os conhecidos ventos e correntes de oeste. Resta pois conjecturarmos que aquela terra firme ocidental já tinha sido descoberta antes de Colombo fàcilmente lá ir *pelo Sul*. Era o caso do seu «ovo»!

E, assim, torna-se lícito admitir que Gaspar Côrte-Real, na sua viagem de 1501, já sabendo que a Ilha da Terra Nova ficava a menos de três centenas de léguas dos Açores, tivesse tentado encurtar caminho, indo demandá-lo pelo Norte. O que explica que os ventos de Oeste o tivessem levado à *Groenlandia*, a qual o mapa Cant. considera descobrimento lusitano. De sorte que o facto de G. Côrte-Real ter em 1501 mandado para Lisboa duas das suas três caravelas, uma com Índios «nudi», e outros com eles cobertos «de pelle», não constitui prova de a terra ocidental só ter sido descoberta cerca de 1502. Ele lá ficou e morreu, ocupado na «continuação» do Descobrimento — na época «exploração» — da Ilha da *Terra Nova*, que no mapa Cantino se arrastou para dentro do hemisfério português, diminuindo o espanhol que, em 1494, Espanha e Portugal tinham combinado.

Ora, desde que, pelo menos um Côrte-Real, sem dúvida por lá navegara antes de 1492, aquela arrumação da costa americana, baptizada com os nomes portugueses que lêmos no «mapa Cantino», revela uma origem «lusitanienne». Porém, tanto o erro da dezena de graus na latitude, como o desvio da costa para oeste, tanto de *Cuba*, como principalmente da *Terra Nova* — cujo *canal* entre ela e a terra firme lá é alargado a meio milhar de léguas — tais erros não são dos Navegadores portugueses, que de facto lá foram «descobrir». Trata-se, pois, de uma tendenciosa cartografia, que de certo não estava no *Padrão de Lisboa*, mas que o Cartógrafo julgou, de boa «Politica» nacional, pintar na *cópia* vendida a Cantino, para ir para fora de Portugal.

Vem também a propósito insistirmos em que o facto de não serem conhecidos detalhes sobre as viagens dos nossos Aventureiros — a não ser o que foi contado para Itália sobre a última viagem de G. Côrte-Real — tal facto se explica por as coisas se terem passado como se tivesse dominado a discutida «Policy of secrecy», que já vinha do tempo de D. João II, preconisada pelo Dr. J. Cortezão, e tão provável. O que é idêntico ao que de facto se passou com os detalhes a respeito de viagens bem mais importantes, como as de D. Cam, B. Dias, V. Gama e P. A. Cabral. As quais mal conhecemos, por carência de documentos, que existiram — como cartas, Regimentos, astrolábios e Relatórios dos Chefes. De sorte que, a par do pouco que nos contam os Cronistas sobre a capital viagem ao *Cabo*, somos levados, para explicar detalhadamente acontecimentos tão importantes, a recorrer a *conjecturas*. Porém, repi-

tâmo-lo, não há razão para negar aos Aventureiros portugueses a sua precedência nas visitas àquela costa americana, a qual agora notamos no mapa português, datado de 1502.

Sim! A História dos Descobrimentos atlânticos não pode contentar-se, por exemplo, com as quatro linhas com que o Cronista Resende *fala* da importante viagem de B. Dias ao *Cabo*. Temos, pois, que recorrer à *conjectura* que, embora fruto só da Imaginação, terá de ser lógica, náutica, tão humana, como *humano* foi Colombo.

★

Em conclusão, não é preciso tentar explicar literàriamente, por «arrojo» ou «génio» dos Aventureiros, um material descobrimento da Terra ocidental, «pintada» no citado mapa «Cantino», mas sem se lhe notar o nome do Descobridor. A banal travessia do «Mar de Sargaço» — já praticada no tempo do *Infante* — aproveitando ventos conhecidos, revela-nos a facilidade de, logo na segunda metade do século de 1400, já se ter sabido ir e regressar das terras a Poente, «suspeitadas» desde a ocupação dos Açores. Tal visita tão fácil foi, pois, sequência do «Plano Henriquino».

Contudo, com uma indiferença — idêntica àquela com que Cronistas, como a «Lendas da India», escrita no princípio de 1500, esqueceram a Descoberta e o nome do Descobridor do *C. de B. Esperança*, Bart. Dias — com tão lamentável critério, foi esquecido o nome daquele outro pioneiro do mar que, com menos dificuldades que B. Dias, em 1487, no *Cabo*, teria sido o primeiro a atravessar o Atlântico, até à misteriosa terra ocidental, a futura «América-do-norte».

De sorte que esse anónimo labor de humilde mareante, pode ser atribuído até ao Navegador registado por Gaspar Fructuoso em fins de 1500, como crença corrente na Tradição Açoreana: Embora contestado por Autores só viajados em barcos a vapor, tal nome é o de *João Vaz*, Pai de outros Navegadores — Gaspar e Miguel Côrte-Real — a quem D. Manuel autorizou a faina de «comthenuar» a «descobrir e achar ilhas e terras», algumas delas decerto já visitadas anteriormente: *continuar!*

Aquele nome de um Português concretisa, simbòlicamente, uma realização histórica, natural e humana, façanha provável de «Caravelista» português, mais do que de outro Aventureiro. Tal conhecimento foi registado — com justiça — no mosáico dos passeios da Avenida da Liberdade, em Lisboa. Lá se lê que «em 1472» fora «descoberta a América por João Vaz Côrte-Real». Assim se explica o baptismo com nomes portugueses — como «C. do fim do abrill», na ponta da *Florida* — e semeados por mais de três centenas de léguas, na costa atlântica da América, até à *Terra Nova*.

Não se vê, pois, razão de peso para apagarmos a inscrição da Avenida, ou emendá-la, com a mesma ligeireza com que foram desprezados aqueles primitivos nomes, copiados do Padrão português no «mapa Cantino». Desse Planisfério, decerto mais completo, perdido, que seria «O mais antigo mapa da América», restam-nos várias cópias — como «Cantino», Kunstmann, etc. — e, entre elas, a colorida comprada em Lisboa, em 1502. Este Monumento Cartográfico, felizmente conservado,

revela à evidência, melhor que a fantástica costa do mapa La Cosa, que a prioridade do Descobrimento da América, por Colombo ou Caboto, é bastante discutível: E somos assim levados a pensar também naqueles anónimos «Caravelistas» a quem o prof. norte-americano, S. E. Morrison, chamou os «brave Azorean mariners», *manning* as nossas «stout caravels». A *vela* os fizera grandes «hómens».

Ora — repitâmo-lo — como se não tratava de viagens à Lua, mas só da travessia *direta* do Atlântico, à vela, não é lícito imaginar-se que aqueles «brave mariners», tìmidamente, tivessem esperado durante meio século, até que «outros» homens, menos conhecedores do alto mar, fossem descobrir certa terra que ficava bem mais à mão dos Açores, que de Génova ou Palos. Pelo que o Historiador H. Harrisse opinou que esta visita à «Terra Nova dos Bacalhaus» (pg. 25) não lhe parecia «pas improbable».

Pois foram decerto as nossas *anteriores* viagens largas que sugeriram a Colombo a tão simples praticabilidade das suas travessias, em 1492 e 93. Não fora precisa «intuição», nem dele nem de Vespúcio.

Porquanto, o sagaz homem do mar, que era Colombo, a par dos *ventos* do Atlântico-central, e das *cartas* que copiava para os nossos Pilotos — e, talvez, para uso dos Aventureiros, de quem ouvira falar em Lisboa — ele não se poderia ter iludido, como Harrisse e outros, julgando tais cartas *retangulares*. De resto, até uma cópia, a «Waldseemuler», datada de 1516, vem dividida em *quadradinhos* de um grau, ao passo que, tanto ela, como a «Canerio», apresentam detalhes do Golfo do México, e, até, de uma sua costa para sul, que não vemos na outra cópia, que foi de Lisboa para Itália. De tais cartas antigas se conclui que não havia razão para supor que a China ficasse apenas a pouco mais do milhar de léguas ao mar da Península. E, se Colombo, como era natural, o não ignorava, desfaz-se a crença, na época tão inverosímil, acerca da natureza asiática das «Indias Occidentales», as «Antilhas» do mapa português.

Foi, pois, mais fiado na experiência dos Pilotos, do que nas informações atribuídas a Toscanelli, que Colombo, com dois navios de *panos redondos*, se lançou pelo Atlântico-central fora, seguro de poder regressar também à vela. Assim se justifica a *sua* confusão da *Florida*, dos mapas portugueses, com a ponta da ilha a que deu o nome de «yssabella», quando a descobriu em 1492, e a visitou em 93. Pelo que, aos olhos dos homens da sua época, — leigos ou não — tais viagens impressionaram menos que aquela travessia do Atlântico-sul para o *Cabo* e India, traçada em 1497 por V. da Gama. Porquanto esta rota *indireta*, mais complicada que as rotas *diretas* de Colombo, evidencia a superioridade da Arte Náutica dos portugueses — a quem alguns desconhecedores da navegação larga negam as suas fáceis viagens à costa norte-americana. Aquela travessia do Atlântico-sul esmaga tal opinião de Autores que não notaram que, vinte anos depois de Colombo, os Pilotos espanhois — discípulos do «Piloto-mayor Vespúcio»? — ainda se permitiram a liberdade de estranhar a Magalhães a rota sul-atlântica, por causa da sua bordada à *Serra Leoa*, análoga à de V. da Gama.

Colombo levara na mão, não o «mapa Toscanelli», mas uma cópia das «cartas de navegar» que ele desenhava para os Pilotos portugueses — e talvez para os Aventureiros — já com a *Florida*, mas sem *Cuba*, descoberta mais tarde. O que justifica a sua citada confusão histórica.

Certo, o sagaz piloto que ele era, não se teria, como Harrisse e outros, fiado em que os mapas portugueses fossem retangulares de projecção, tendo, por isso, os graus de longitude tão pequenos, que a costa da China ficasse apenas a cerca de um milhar de léguas ao mar das Canárias, sendo tão fácil atravessar como o contava a carta atribuída a Toscanelli.

Certo, depois de, com V. da Gama, os Portugueses terem chegado à autêntica Índia, as viagens de Colombo perderam o prestígio da novidade. E, tanto assim, que é sabido que, em um salão de Washington, ainda se ostenta, à direita do retrato a óleo do «Navegador», o retrato do publicista Vespúcio, que dormiu quatro semanas em terra e descobriu novas estrelas, mas nunca esteve na América do Norte, etc. Pois está ali considerado como uma das «Forces That Shaped America»! E isto, apesar de, por lá, alguns desconhecedores da técnica dos Veleiros até opinarem que Colombo tivera que ir descobrindo, de golpe, os *ventos* alisados e as *rotas* com que, à vela, atravessou e *desatravessou* o Atlântico-norte.

Enfim, visto não ser conhecida outra «carta de navegar» mais antiga que a «Cantino», onde um traçado tão concreto da costa americana revela o seu descobrimento por Portugueses, parece oportuno «reconstituirmos» o «Planisfério», Padrão de Lisboa. Embora só conhecido por cópias irregulares, é ele o único mapa da época onde está traçada a «Raya» histórica que, indo «de Polo a Polo», reconhece ao pequeno Portugal — pobre em população, mas rico em Navegadores — uma «zona de influência», estendida a metade do globo terrestre.

Uma tal «reconstituição» — para a qual não nos falta em Portugal quem tenha provado capacidade para tal trabalho — constituirá sugestivo «Monumento Cartográfico» próprio para, com a «Raya», ilustrar o nosso futuro *Museu de Marinha*. Porque ele lança nova luz sobre o Descobrimento da América, onde foi morrer o descobridor G. Côrte-Real.

Porquanto, «last but not least», o Planisfério português, ao contrário de o mar que, segundo a ilusão de admiradores atribuída a Toscanelli, estaria aberto entre Portugal e a China, é mapa que já foi útil a Colombo, sugerindo-lhe a proximidade de uma costa ocidental, depois americana.

Lisboa, Rio, 1954.

NOTA 1 — Temos de começar por pôr de parte o famoso «Globo de Nuremberg», grosseira compilação mandada construir por M. Behaim, depois da sua partida de Lisboa, em 1940. Ele não teria tido cá contacto com o «Padrão oficial», e tanto que, por exemplo, errou a posição da boca do «Rio Manicongo» (Zaire), arrumando-a sobre o Trópico — duzentas léguas para sul! — como ainda errou a posição da Insula de Faial», inventando que ela distava de Portugal, não as 24 léguas

reais, mas mais do dobro. E ele tinha lá vivido e casado! Também este cosmógrafo «de ocasião» inventou as 1.500 léguas na distância à China, fazendo pintar no seu *Globo* um Atlântico ocidental povoado de várias ilhas fantásticas, incluindo, no lugar da primitiva «Antilia», uma ilha «Cipangu», alongada de norte a sul entre as latitudes 6 e 30 graus norte. Seria *rasto* dos vinte graus do continente, pintado no mapa «Cantino»? Quanto aos outros mapas da época conhecidos — excluindo a vaga costa a norte das *Antilhas*, do mapa La Cosa — tanto o *autêntico* de Toscanelli (crino) (1457), como o de *Martellus* (1488), e, também, o «Cantino» (1502), todos são mais honestos porque, arrumando a costa asiática cerca dos antípodas da Espanha, deixam em branco os mares que as separam, alargados entre duas e três milhares de léguas. Assim os tornaram mais inacessíveis às «Caravelas de Colombo», do que pelo milhar de léguas à qual o mapa «Cantino» pintava a costa Norte-americana. Na realidade, a costa da China ficava-nos a umas 1.600 léguas para Nascente, e a 3.200 pelo Poente.

NOTA 2 — Tanto Luís como Manuel Pimentel, na «Arte de Navegar», notam que os nossos Pilotos continuavam em 1700 a navegar pelas «cartas de graos iguais», apesar de conhecerem as de «latitudes crescidas», aliás já previstas por Pedro Nunes, em 1537.

NOTA 3 — Não há razão para se supor que a costa americana do planisfério português só viesse a ser conhecida e baptizada em 1501, pela chegada a Lisboa das duas caravelas de G. C. Real, porque tal *hipótese atribui* gratuitamente a seus Pilotos maior audácia náutica contra a da meia dúzia de Aventureiros, que a não teriam manifestado nas suas tentativas ocidentais.

NOTA 4 — Convém não esquecer que, para os Cartógrafos de Lisboa, o grau, tendo 17,5 léguas no Equador, já só valia umas 17 na *altura* das ilhas mais ocidentais de *C. Verde*. E, assim, as 370 léguas, que definiam para Ocidente a «Raya», representam 21,8 graus, os quais, somados à longitude daquelas ilhas, dão à «Raya» divisória a longitude de 47 graus, contados de Greenwich: os graus do mapa Cantino.

NOTA 5 — À semelhança do erro geográfico da palavra primitiva «Çamatra», a qual — de acordo com a ortografia inglesa — passou a ser escrita «Sumatra», errando a nossa pronúncia, parece que se está dando igual equívoco com a «Flórida» que, também, tanto em castelhano como em português, déve ter sido originalmente *Flôrida*.

G. C.

SUMMARY

THE OLDEST MAP OF AMERICA

The author, *Admiral Gago Coutinho*, states that the oldest known «chart to sail the high seas», is very likely a Portuguese chart to be found in Modena: it was bought in Lisbon *clandestinely* — for it was forbidden to make those documents public — and it is a copy of one or more «prototypes», like the Spanish «Padron Real», a chart where little by little new discoveries were set down. Twelve «golden ducats» were paid for the chart by the Italian Alb. Cantino who seems to have been a spy: there is still a letter of his with details of the voyages of Côrte-Real.

The projection is realy a «square Portuguese projection» of «equal degrees» used at that time by the Portuguese according to P. Nunes, 1537 and L. Pimentel, 1699. Thus the latitude and longitude degrees will have 84 mm. and the planisphere will have 80 cents. less.

This interesting detail throws a new light on a pre-discovery of the western continent, not asiatic, previous to the discovery of Colombo.

Colombo wrote that he had made «several» voyages to the «Forte de S. Jorge da Mina», on bord Portuguese Ships.

Colombo could have noticed that near the Tropic those Northeast winds which helped the sailing boats north were favorable to western navigation. And he had also remarked that on returning from the East they could easely take advantage of the other «western winds» wich by the sea of the Azores completed the route Guinea to Portugal.

As it is not necessary to suppose that Colombo was a «genius» to invent winds and find out that convenient solution, we cannot either expect if from those Pilots that, since the days of Henry the Navigator — who died in 1460 — served the Portuguese Adventurers who are

mentioned in seven Royal Charts. They had tried to «find» and «discover». — or *explore* as they then said — those misterious western countries from where winds and sea currents brought to the Azores vegetation and even pine trunks. It is true that we don't know the dates and details of those attempts which were not mentioned by the chroniclers. They were so easy and common that the suspicions of anti-Portuguese writers are childish. They — strangers to the Art of Sailing — are so partial to the discoveries of the «mercader» Vespúcio, that they call him the «Discoverer of the Argentine»... They gratuitously claim that the «Portuguese Adventurers» failed repeatedly through searching for new lands, not by the *south* profiting from eastern winds, but going always north, against *west* winds which predominated in the Azores. They forget that our pupil Colombo did not do that even in his first crossing: he sailed by the Tropic and returned by the Azores, having touched *Santa Maria!*

This cleaver navigation has been explained by the fact that Colombo, though a good sailor, trusted a cientist from Florence — Toscanelli — who, though ignorant of winds and landing places on the Atlantic, informed D. Afonso V that the coast of China visited by Marco Polo was only 1625 leagues from the west coast of Portugal! We therefore can only reach the conclusion that Colombo profited from what he *saw* on his return voyages from «Mina» and Guinea.

Thus can be explained why King Johon II paid no attention to the proposals of the Genoese to discover the rout to India by the west. For the King already knew the easy conditions of western sailing and the results of small interest of previous voyages. And even before 1492, B. Dias had discovered that it was possible to go to India by *doubling the Cape.*

It is not necessary to explain by «daring» or «genious» the discovery of the western world, «painted» on the above mentioned «Cantino» chart but showing no name of the Discoverer. The crossing of the «Sargasso Sea» — a common feat already in the days of the *Infante* — taking advantage of known winds, reveals that in the second half of the 15 th century the way to western lands was known. That land which, since the ocupation of the Azores had been thought of as realy existing.

Trusting more in the experience of the Pilots than in informations from Toscanelli, Colombo, with two ships of «round sails» started his voyage through the central-Atlantic, sure of being able to return in the same way.

The fact that, no other «sailing chart» older than the «Cantino» is shown of the American coast, reveals its discovery by the Portuguese.

It seems to be the time to «draw up» again the «Planisphere» Padrão de Lisboa. Though only known through rough copies, it is the only map of the time where the historical «Raya» can be found. Going from «Pole to Pole» it gives to small Portugal — poor in number of inhabitants but rich in Navigators — a «zone of influence» which spread to half the world.

AS "MOSTRAS" ITALIANAS DE 1254-1454-1954

II — DESCOBRIMENTOS E NAVEGAÇÕES NO PALÁCIO DA *SIGNORIA* DE FLORENÇA

JÚLIO GONÇALVES
Capitão-de-Fragata-Méd.
Secretário-Geral e Director da Biblioteca
da Sociedade de Geografia de Lisboa

Se a *Mostra* veneziana se destinou a consagrar Marco Polo, a florentina elegeu para seu orago Américo Vespúcio. E se Veneza remontou na sua exibição à data recuada de 1254, Florença caminhou até mais perto de nós, desceu até ao alcance da nossa crítica histórica. A pequena pátria de muitos dos grandes, dos maiores homens, do Mundo, que é a Rainha da Toscana, quis também coroar o seu homem. E escolheu este *Palácio Velho da Senhoria* para congregar e exibir os elementos da sua grandeza, numa *Mostra* que é outra obra-prima, em quantidade, variedade e rara beleza.

Não deixa de ser curioso pensar, neste momento de singular emoção em que subimos os primeiros degraus deste memorável edifício, nas muitas vezes em que Américo Vespúcio, antes de o chauvinismo euro-americano o ter guindado à categoria, meramente idolátrica, de cosmógrafo, cartógrafo, etnógrafo, astrónomo e argonauta, teria trepado estes mesmos degraus e pisado este mesmo pavimento. Estas paredes históricas possìvelmente o terão conhecido, quer adolescente pela mão do douto *zio* Giorgio António, quer quarentão, num último relance de despedida à pátria sempre amada, antes de se lançar naquele carrocel de aventuras que o levou, de simples caixeiro de comércio, à misteriosa categoria de *Piloto-Mor das Espanhas.*

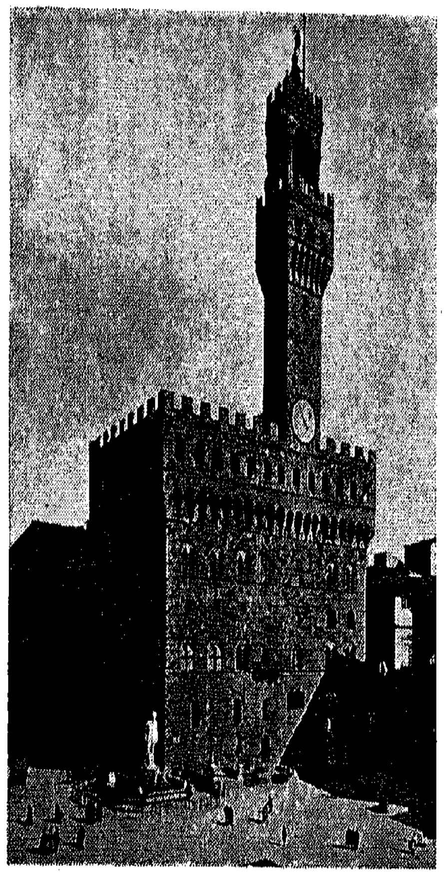
O *Palazzo Vecchio* rescalda ainda daqueles dramas que abalaram a política, a ciência e a economia da Europa Oriental. Foram os mesmos dramas que, pelas suas repercussões, estruturaram a nova era de civilização a que uma filosofia que se sentia morrer deu o pomposo nome de Renascença — transfusão de vida nova no corpo exangue da sábia antiguidade, que o medievalismo conventual amortalhava nos seus *Cronicões* ou seus mapas-mundos com o Paraíso no centro. Cada pedra grossa destas

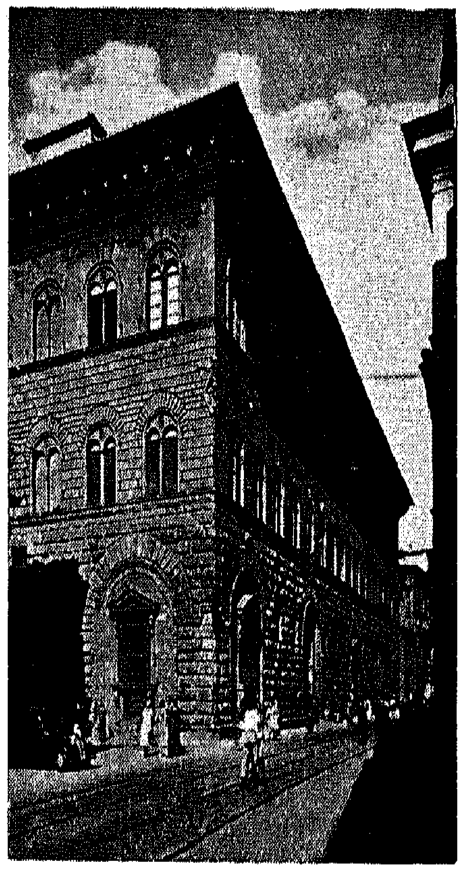
paredes revelaria um episódio dessa espécie de epopeia a que assistisse. Pela mão do *zio*, Américo teria entrado a saudar o grande Cosimo *o Velho*. Refulgiriam os candelabros arrancando cintilações aos dourados das vestes patrícias, e era natural que a idade o aproximasse, em amável colóquio, de Lorenzo também chamado *o Magnífico*.

Demais conheciam estes Medicis do *Palazzo Vecchio* a grande Espanha para onde Américo contava partir, e ainda o pequeno *Portogallo* que parecia imensurável no seu mar e no arrojo com que arrancara contra a Moirama dez vezes secular do velho Maghreb. Também poderiam conhecer o próprio Maghreb, onde agentes seus esquadrinhavam os mercados de Sigilmessa ou da remota Gana. Mas Florença medícea visava ao comércio e à usura, e Portugal à conquista das almas. Para essas Espanhas largava agora, na ânsia de fazer pela vida, o sobrinho de Giorgio António, empregado diligente do Banco de Messer Lorenzo de Pier Francesco, que de astronomia e cosmografia pouco saberia, e de náutica apenas o suave deslisar das *burchi* ou *parascalmi* pelas águas ribeirinhas dos sonhadores *Lungarnos*, onde hoje já há um com o seu nome.

Talvez por isso os seus admiradores achem que estava indicada esta *Mostra* dentro das mesmas paredes onde, no seu dizer: *«ainda ressoam os ecos da sua gesta e ciosamente se guarda o seu segredo»*. Poderíamos acrescentar que este seu «segredo», Américo Vespúcio certamente o levou para a *tomba oscura*, porque há cinco séculos a crítica histórica desespera de o conhecer. E somos forçados a confessar que, durante as três horas que pacientemente perdemos, nas salas do *Palazzo Vecchio*, a espiolhar esta magnífica Exposição, não logramos, certamente por falta de entendimento, alcançar, para compreensão dos altos méritos de Vespúcio, qual pudesse ser a chave do seu segredo.

Para entrar no *Palazzo Vecchio* basta fazer um passo daquela formosa *Loggia* que lhe fica à ilharga. O mais difícil é arrancar-se o visitante à contemplação extasiada dos seus grupos escultóricos, em que primou a arte de Giovanni di Bologna e Benevutto Cellini. No vestíbulo do *Palazzo*, Américo, numa escultura de Foggini, assiste ao desenrolar dos seus próprios itinerários oceânicos. E logo aqui a sua sorte mofina se manifesta na incerteza desses itinerários: pende dum lado o traçado das duas únicas viagens que Magnaghi admite — as mesmas que o grande vespucista Varnahgen regeita — e pende do outro o traçado das quatro que Roberto Levillier, fanático neo-vespucista, impõe. Surpreendido, o visitante pergunta a si próprio quais são então as viagens que a crítica histórica inscreve no seu activo. Nenhuma. Todas elas constam de *Cópias* de Cartas de Vespúcio, nenhuma de Cartas *autênticas*. Supor-se-ia que a autenticidade de uma *cópia* é sempre verificada no confronto com o original. Mas aqui, para sábios e ilustres vespucistas, e ainda paradoxalmente para alguns opositores, as cópias valem sempre, mesmo adulteradas, discutidas, refutadas, inquinadas de fantásticas interpolações sobre cosmografia, etnografia ou náutica. E é sobre um repositório de imposturas incongruentes que tanto se bate a hermenêutica apriorística da historiografia ítalo-americana do moderno estilo, em defesa duma dama já velha de cinco séculos.

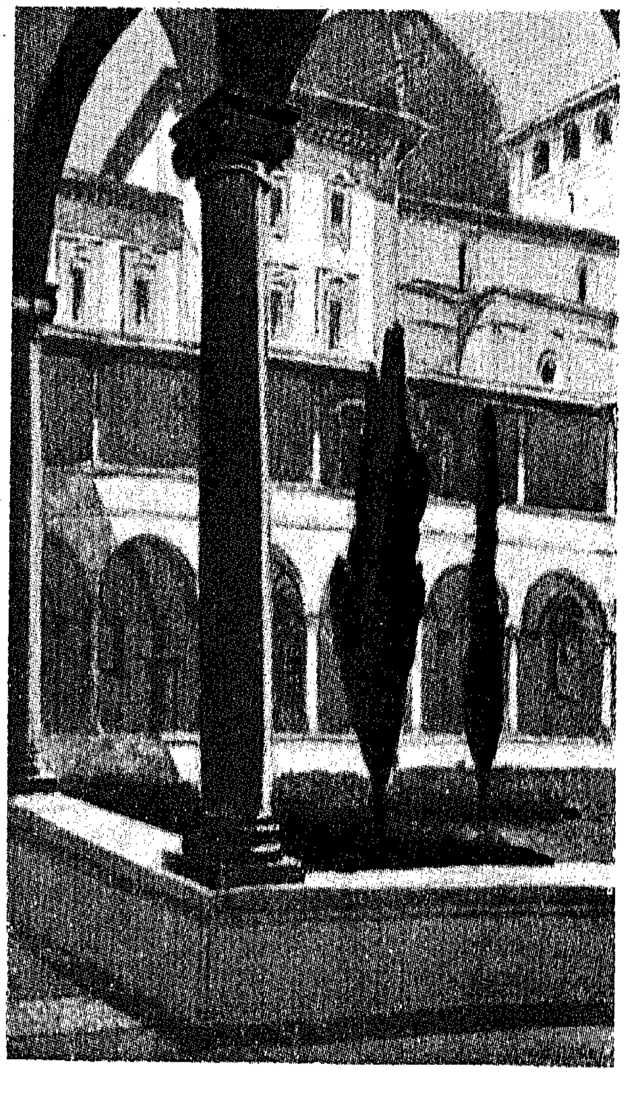




Em cima: Toscanelli, cosmógrafo florentino.
Em baixo, à esquerda: Palácio Velho da Senhoria de Florença; *à direita:* Antigo Palácio Medicis, sede da Biblioteca Riccardiana.

Basílica de S. Miniato onde se encontra o túmulo do Cardeal D. Jaime de Portugal.

←——



Biblioteca Laurenciana.

——→

Mas a *Sala dos Lys* desperta aguda atenção e acalma pungentes dúvidas. São de facto altamente interessantes os documentos relativos aos anamnésticos da juventude vespuciana; e o valioso dossier apenas é prejudicado pela apresentação simultânea de bússolas e astrolábios, como num tendencioso propósito de nos impor, em Vespúcio, o astrónomo e o nauta. É aqui, nesta *Sala dos Lys*, sob este tecto de Maiano, entre os frescos quatrocentistas de Ghirlandaio, que travamos conhecimento — com que emoção! — com os Códices primitivos, as Cópias da famosa *Mundus Novus* em traduções poliglotas, divulgadas ainda vivo o signatário, e mais o célebre *Piero Vaglienti — 1910* da Riccardiana, o ingrato dossier sobre o qual se desbaratou a mal empregada dialética do puro Alberto Magnaghi.

Chegamos ao ponto excitante: na *Sala das Audiências*, ante *a Justiça* de Benedetto Maiano, onde, numa ironia atroz, se encontram numa vitrina central, expostas em detalhe, as *criações* do hábil costureiro Waldseemuller, o Dior da *Cosmographiae Introductio*. E logo ali deparamos com o seu Planisfério de 1507, em que lançou o baptismo-pregão de *América* — talvez porque lhe soava bem aos ouvidos — ao sector meridional que seria a grande descoberta de Américo — até ao 50º de Lat. Sul. É esse o baptismo que o «culto da exactidão», que caracteriza hoje o mundo em que vivemos, tornou extensivo a todo o Novo Mundo... E todos os que lhe antecederam ou sucederam, a começar pelo glorioso e infeliz Colombo, continuando por portugueses, espanhois, normandos, britânicos ou franceses, passaram a dormir o sono profundo dum ingrato esquecimento.

Estas seriam porventura as partes centrais, o *backbone* desta *Mostra* vespuciana. Tudo o mais, tão fortemente atraente e sugestivo, despertando simpatia e admiração incontidas — é paisagem. Mapas desenhados com tendência vespuciana; codices de variados tamanhos, idiomas, épocas e feitios; instrumentos náuticos, técnicos e históricos de remota origem e diverso valor; *Cartas* como a de Alberto Cantino, de Canerio, Kunstman, e até um anónimo português, alheios à *vicenda* vespuciana. Supomos por igual alheios à sua vida e obras, os códices raríssimos da *Geografia* de Ptolomeu, dos quais se vê uma série na *Sala de Penepole;* tal como a preciosa edição vicentina de 1475, e a de Gastaldi. Mais incalculável é porém o valor dos outros dois códices da mesma obra expostos a meio duma saleta, ambos do século XV. Informa-se que um deles foi pertença de Giorgio Antonio Vespucci. Infelizmente para nós, do precioso livro possuido pelo tio nada podemos inferir em abono da cultura cosmográfica atribuída ao sobrinho. Como nada podemos inferir da esplêndida exibição das mais variadas e raras peças bibliográficas e iconográficas, por numerosas paredes e vitrinas deste *Quartieri di Eleanora*, onde a vista foge, sem querermos, para os ricos tectos de Vasari e Giuliano, as tapeçarias, os painéis, as esculturas da velha escola toscana. A maior percentagem das espécies expostas nada tem de comum com Américo Vepúcio, tais os portulanos de Hami e de Reinel, das paredes da *Sala di Gualdrada*, etc.

Mas a *Mostra* de Florença é, como programa e como exemplo de história da Geografia, uma demonstração de elevado nível. Encanta e instrue. E se não converte

à crença vespucista, impressiona e educa. Nota-se como fora poderoso o contributo italiano para a epopeia náutica da Europa de Quatrocentos, tal como o tinham sido em Portugal os séculos transactos: o XIII d'el-rei D. Dinis, o criador da nossa marinha; e o XIV d'el-rei D. Afonso IV, o monarca-descobridor por excelência. Tudo nesta *Mostra* está disposto na vigorosa intenção apologética do nível da cultura geográfica italiana do começo do século XV. E se bem foi projectado, melhor ainda o foi realizado. A ciência e a arte deram-se as mãos para tornar aliciante aos olhos do visitante o menos instruído, esta representação aprimorada. E para tanto, muito contribuiu a escolha inteligente destas salas do *Palazzo Vecchio*, onde se propagam os ecos das antigas *giostras*, ou dos largos colóquios sobre temas instantes de geografia económica, aos quais concederemos que assistisse alguma vez Américo Vespúcio, jovem inteligente, aguilhoado pela curiosidade e admitamos que vago aspirante a nauta e descobridor.

Nestas reflexões nos absorvíamos ao descer encantados os degraus deste Palácio da Senhoria. E novamente elas surgiam ao deparar no marmóreo panteon ao ar livre que são os pórticos da *Galleria degli Uffizi*, entre outras, com a estátua de Américo Vespúcio. Merecia esta figura, ainda indecifrada, ombrear, nestes gloriosos nichos, com Macchiavelli, Giotto, Donatello, Petrarca, Leonardo da Vinci, Dante, Galileu ou Michelangelo Buonarroti? Esta dúvida atroz nos oprime o espírito e nos diz como é falaz a justiça dos homens. Esta justiça, que predominantemente se funda no *êxito*, jamais no valor real. A Américo Vespúcio preparou-se-lhe um êxito: o erro tremendo do cosmógrafo de S. Didier, mal documentado e levianamente admirativo, que os traficantes da ciência desse século XV — XVI das grandes novidades geográficas, exploravam a fundo — e hoje, os historiógrafos do mundo moderno impõem de punho cerrado.

À inteira compreensão do elevado objectivo desta *Mostra*, e da influência que Américo Vespúcio teria ou não nos fastos da cultura geográfica florentina, é indispensável para nós a análise das relações pretéritas entre a excelsa cidade de *Santa Maria dei Fiori* e o remoto ocidente hispano-português — exactamente o caminho por ele teria andado, da sua realidade de *mercader* à sua lenda sublimada de cosmógrafo descobridor de continentes.

Entre Florença e Portugal as relações vinham de longínqua data, e já no século XIV eram numerosos os *florentinos estantes* em Lisboa, Porto e Algarve. Pela sua Carta Régia de 9 de Abril de 1338 concedera-lhes D. Afonso IV, largamente creditado nas Repúblicas Italianas pela sua surpreendente actividade marítima, grandes privilégios, que maiores os não tinham os próprios portugueses, «*ainda nos pleitos com os naturais da terra*». (*T. T.*) A Casa bancária Bardi & Peruzzi constituíra, com outros florentinos interessados, o cartel dos *Beringel-Omberte*, o consórcio que financiava os primeiros descobrimentos portugueses.

Em 1413, ansiosa por liberdade de comércio, Florença voltara-se para o mar. À conquista de Pisa seguira-se a aquisição de Livorno, porto magnífico imediatamente apetrechado. A Giovanni di Medici, administrador prudente, seguira-se Cosimo, intitulado *Il Vecchio* e galardoado com o epíteto de Pai da Pátria. Homem douto e mecenas magnânimo, que fundara a primeira biblioteca, — a famosa *Laurenciana* a que Michelangelo deu os mais inspirados momentos da sua arte incomparável, — Cosimo, que viajara largamente, fixara a sua atenção na economia do Oriente, donde Veneza tirava avultados proventos. A criação da Ordem dos Cavaleiros de S. Stefano, que desempenhava o mesmo papel, nas explorações marítimas italianas, que a Ordem de Cristo nas nossas, fora seguida dum corpo de *Consule del Mare*, provedores de toda a navegação ultramarina.

É no pontificado científico-económico deste grande Medicis e sob a sua égide, que se situa o encontro, no ambiente toscano e porventura no Palácio da antiga *Via Larga*, das duas figuras centrais da cultura cosmográfica dos respectivos países: o Infante D. Pedro e Paolo dal Pozzo Toscanelli.

Porque não figurou Toscanelli nesta *Mostra* florentina do *Palazzo Vecchio* e porque se não vê a sua estátua nos pórticos da *Galleria degli Uffizi?* Naquele século XV, o grande século da preparação italiana, a árvore que, justamente como em Portugal, gerou os frutos de ouro do pleno século XVI, Paolo dal Pozzo Toscanelli era um mestre incontestado da astronomia e cosmografia europeias. Da Universidade paduana trouxera, com a formatura em medicina, sementes do averroismo naturalista e pesquisador, florescência árabe do espírito aristotélico na exegese da natureza. Em Florença reinava o ambiente guelfo que, fortalecido de ciência canónica, criara aquela competência exclusiva da Santa Sé em matéria de expansão geográfica, pela qual Martinho V e Eugénio IV — contemporâneos e amigos de D. Pedro — dariam a Portugal o senhorio das terras que devassava. E era justamente aquela hipótese uzieliana dum colóquio entre Toscanelli e o nosso Infante D. Pedro que mais nos interessava, quase seduzia. Pisavamos naquele momento, perdidos em reflexões, sem maior reparo, a lage hoje fria onde há quatro séculos ardera o corpo de Savonarola, o frade epiléptico adverso a toda a cultura científica renascente.

Precisamente nesse primeiro terço do século XV, em que recebeu a visita de D. Pedro, Florença fizera-se um centro de estudos de cosmografia e economia mundial. Com o relato de viajantes longínquos, apareciam os primeiros mapas despidos de fantasias árabes e eclesiásticas, que os Medicis recolhiam à sua *Sala del Scudo*. Não se suponha que era apenas o interesse científico que animava os próceres da original Cidade. Como todos os núcleos que lhe antecederam ou sucederam, na especulação científica, geográfica, terrestre ou marítima, fundava Florença a sua exploração comercial. É sugestiva a descrição de Uzielli sobre os cenáculos de *Santa Maria degli Angeli*, que reuniam os bons amigos de Toscanelli e aulicos de Cosimo. Grandes tempos, grandes figuras, grande nível de cultura. D. Pedro, que se impusera à simpatia destas velhas sociedades latinas, e em Florença encontrara um ambiente dos mais acolhedores, da mesma idade de Cosimo de Medicis e Paolo Toscanelli (1392-1389-1397), era um pretexto para exibição de cordealidade — e era também, do seu lado, um olhar aparentemente frio que prescrutava e metòdicamente classificava no seu cérebro

muita coisa mal sabida do Ocidente. A esse cenáculo, onde travaria relações com os *ragazzi* cultos do tempo, grandes homens do futuro, concorriam Gabrielo Condulmaro, depois Eugénio IV; Giovanni Bessarione, depois Cardeal de Sant'Angelo, o maior bibliófilo da época; o espanhol Carvajal, Cardeal e Bispo do Porto; e ainda aquele ardido Eneas Sylvius, Cardeal de Siena, historiador, geógrafo e ao depois Papa Pio II, que foi vice-chanceler do imperador Frederico III, sobrinho de D. Pedro, de quem nos fala nas suas obras. D. Pedro apareceria com os seus amigos. Na sua órbita gravitava o afamado Gomezio, abade Gomes, que foi prior da catedral de Santa Maria de Florença, os Bispos D. João Vicente e D. Luís d'Amaral, que transitaram para o séquito de Eugénio IV.

A política da época, que afrontava os espíritos livres com imposições de classicismo, forçara Paolo Toscanelli a confinar-se nos seus estudos de astronomia e geografia. O avanço otomano incitava os precavidos italianos a buscarem contactos com o Crescente, para salvaguarda da sua economia, abrindo novos horizontes aos conhecimentos geográficos — e tais seriam os temas preferidos dos colóquios de Paolo Toscanelli. D. Pedro, festejado em *giostras* pelas grandes famílias da Toscana, que não ignoravam a sua intimidade com duas das mais eminentes figuras do tempo, Segismundo e Filipe o Bom, escutaria cortês e benèvolamente, documentando-se. A observação da carta celeste e a do âmbito da terra, confirmavam três noções fundamentais ainda em discussão: esfericidade, habitabilidade e existência de antípodas. E Toscanelli concluía, correndo o dedo por um globo, que para se chegar aos antípodas, tanto fazia caminhar para o Oriente como para o Ocidente. Mas, o mais difícil seria largar pelo oceano em embarcações inadequadas, desconhecendo-se o regime dos ventos e as surpresas do largo. E esta foi, ao depois, a obra magnífica dos mareantes portugueses que, do século XIII ao XVI, de D. Dinis a D. João II, varejaram o oceano, assinalando os obstáculos, seleccionando e adaptando o instrumental e estabelecendo as regras da navegação rotineira. Despedindo-se dos seus amáveis hospedeiros, D. Pedro trazia na bagagem alguns objectivos fundamentais. «*A quell'uomo illustre* — escreveu com clara visão Gustavo Uzielli — *spetta la gloria di essere stato il principale divulgatore in Portogallo del movimento geografico della prima metà del XV secolo.*»

Se a história dum colóquio do Infante D. Pedro com Paolo Toscanelli, sobre problemas de geografia, não logra ainda apoio documental, o mesmo se não dirá das relações que, nesta mesma Florença, se estabeleceram entre o cosmógrafo florentino já envelhecido e o príncipe D. Jaime, terceiro filho de D. Pedro. É precisamente este comprovado facto ulterior que reforça a conjectura anterior.

Em 1449, após a tragédia de Alfarrobeira, dos filhos de D. Pedro, agarrados e «*preparados para o cutelo*» (Ruy de Pina), salvos e recolhidos pelos Duques de Borgonha, seus tios, D. Jaime fora endossado por Filipe o Bom a Calisto III (1455-1458), que o fizera primeiro Bispo de Chipre, mais tarde Bispo d'Arrás e Arcebispo eleito de Lisboa, e por fim Cardeal de Santo Eustáquio, aos 22 anos, «*troppo tardi per la sua virtù*», no dizer do seu amigo e protector Pio II. Aparecendo em Roma no séquito deste Pontífice, aquele mesmo Eneas Sylvius Piccolomini, ex-mundano, diplomata e historiador, fora D. Jaime nomeado Legado ad latere junto ao seu primo Frederico III da Alemanha. Mas adoecera em Florença, disseram os médicos que por excessos de ascetismo e castidade, pelo que debalde lhe recomendavam como remédio infalível, «*manchar essa castidade que conservava ilesa desde o nascimento.*» (A. C. de Sousa — Hist.ª Gen.ª). Não se prontificara a tanto o excelso e desventurado príncipe, a despeito de gentil e bem parecido, pelo que definhava.

Mas seja como for, nesse ano de 1459, encontrava-se à sua cabeceira, para o assistir como médico, Paolo dal Pozzo Toscanelli, velho conhecimento de seu pai. À volta do príncipe-cardeal, escapado ao cutelo, reagrupara a *clique* luso-florentina que já rodeara o vulto paterno naquela sua etapa das *Sete Partidas*. Num dos colóquios toscanelianos, apareceu um Mapa que tinha o raro merecimento de conter elementos informativos da viagem de Nicolo de Conti que, por longos anos, com mulher e filhos, deambulara pela Etiópia, Arábia, Índia, até à Malásia. Estes informes cartográficos completavam os dados geográficos polianos, e assim, Toscanelli mostrava ao Cardeal D. Jaime e aos portugueses do seu *entourage* — no qual se contava já o celebrado Cónego Martins — o conhecimento a que, nesse meado do século XV, se chegava em Florença, da geografia do remoto Oriente.

Eis porque Toscanelli escreveria, com razão, que pelo Ocidente se chegaria ao Cataio e à Índia. Houve erros no seu cálculo das distâncias? Para a doutrina pouco importa. Mas era uma lição teórica a sua. Mais do que isso, um palpite heróico, a quase certeza dum caminho, e de insulas e terras porventura semeadas nesse caminho — o actual Novo Mundo —, instigava já a curiosidade de portugueses açoreanos, lusitanos com glóbulos de sangue italiano e flamengo, que muito teriam andado nessa derrota do Oeste, sem deixar documtntos a comprová-lo e sem necessidade duma «política de segredo» para o admitir. Perante estas plausíveis conjecturas, pouco valem as fantasias dum Gaspar Frutuoso, repetidas pelo Padre Cordeiro, e guindadas pela nossa inopia à categoria evangélica.

Para esta notabilíssima *Mostra* florentina, como o verificamos na veneziana, foi substancial o contributo das bibliotecas e dos arquivos estrangeiros, que tanto brilho lhe deu. Não pretendeu a sua Comissão Organizadora, que por isso só louvores merece, expor a solução do problema vespuciano tal como ele nos surge na dialética dos seus admiradores, mas apenas comemorar um compatriota que deixou, bem ou mal, o seu nome nas páginas da história náutica. Pretendeu celebrar Vespúcio e não a obra que lhe é atribuída. E pretendeu mais, com fina inteligência e elevação: consagrar, na pessoa do seu navegante, o abraço do humanismo civilizador em que se unem as nacionalidades geradas à volta do Atlântico — e esse é o aspecto que altamente interessaria a nós portugueses. Nesta *Mostra* se fizeram representar a América do Norte e do Sul, a Espanha, a França, a Alemanha, a Áustria e até a Turquia. Porque não foi pedida a colaboração portuguesa? Na vida e na obra de Américo Vespúcio, como na vida e na história florentina desde o século XIII, Portugal ocupou um lugar relevante. E por

isso, a ausência de Portugal nesta *Mostra* é das que não podem deixar de contristar o coração e a inteligência dum português. E mais por sentir o pungente paradoxo de, em tempos de comunicações demoradas e difíceis, terem sido frequentes e cordiais as relações entre Florença e Portugal, e na era actual de comunicações atómicas, viverem os dois povos no desinteresse e no alheamento mútuos. Estas reflexões nos acabrunhavam quando, na Igreja de S. Miniato, obra prima da arquitectura romana, datada do século XI, contemplávamos, na sua nave esquerda, a capela de Manetti, com medalhões de Lucca della Robia, onde jaz, num sarcófago de Rossellino, D. Jaime, Cardeal de Santo Eustáquio e terceiro filho do Infante D. Pedro.

Toda esta longa e impressionante peregrinação toscano-veneta, da Marca Trevisana às ravinas nevadas dos Apeninos, caminho de Roma, traz ao visitante português a lembrança daquele príncipe também português e de notabilíssima cultura que, há cinco séculos, por aqui passou, deixando traço impressivo da sua passagem: «*costumatissmo e valoroso cavaliere, il più leggiadro e bello della persona che mai fosse uscito di Spagna.*» (Ammirato: Storia Fiorentine — 1600).

Por estes mesmos caminhos que ora trilhamos, teria observado, reflectido, coordenado na sua mente, problemas de ciência geográfica ainda obscuros, que mais contribuíram para o fundamento da geografia portuguesa. Causa estranha impressão o pensar que, correndo os mesmos caminhos, não colhemos, por desnecessária, nenhuma notícia geográfica, mas sim notícias documentadas para o esclarecimento da vida e dos actos de quem foi: «*il grande fautore dell'amicizia fra il Portogallo e l'Italia che aveva visitato e nella quele aveva raccolto molte notizie e documenti geografici.*» — o infante chamado *das Sete Partidas*.

Alguns destes documentos, da sua época ou mais próxima, estariam patentes nesta magnífica *Mostra* do Palácio da Senhoria para admiração de todos — e nostálgica contricção de nós-outros.

SUMMARY

THE ITALIAN EXIBITION OF 1254-1454-1954

In this article Dr. Júlio Gonçalves deals with the Exibition which took place in Florence.

Dr. Gonçalves approves of the Palazzio Vecchio as the adequate setting for the Exibition although he maintains that during the three hours he walked in the rooms he could not find on what was based the statements of some as to the high merits of Vespuci.

Regarding the maps that hang in the hall of the Palazzo, he says that on one side is the map showing the voyages Magnaghi accepts. Those same voyages are interely dispproved by Varnahgen.

The author wonders which historians can indeed accept.

According to him none. All of them are refered to in *copies* of the letters of Vespuci, none in the *authentic letters*. Regarding what is to be seen in this Exibition, Dr. Gonçalves states that a great percentage of the specimens in exibition have nothing to do with Amerigo Vespucci.

Mentioning Paolo dal Pozzo Toscanelli the author contends why he is not evoked in the Exibition of the Palazzo Vecchio.

The author stresses in the last pages of his article the importance, for the geographical movement, of the first half of the 15th century of both the Infante D. Pedro of Portugal and his son Cardinal D. Jaime as well as Toscanelli, a friend of both.

O PADRÃO DA ANGRA DAS VOLTAS

ERIC AXELSON

PRIMEIRAS DESCRIÇÕES DO PADRÃO

Bartolomeu Dias teve dificuldade em sair de certa baía a sudoeste na costa de África em 1487, e assim a baía recebeu o nome de Angra das Voltas (1).

Pode ser que fosse no ano seguinte, quando voltou ao Reino que Bartolomeu Dias e os seus homens colocassem um padrão no promontório a ocidente da baía. Se era dedicado a S. Tiago deve ter sido erigido a 25 de Julho de 1488 (2).

Duarte Pacheco Pereira refere-se à «fermosa angra das Voltas, a qual tem hua grande boca ha parte do noroeste». Esta Angra das Voltas, disse, «entra por dentro pella terra hua grande laguoa e mea, honde podem ancorar cem navios nas dez e doze braças, seguras de todo o tempo; e esta angra ter em largura hua leguoa ou mais, e asy tem dentro alguns ilheos de pedra, e aqui há muita pescaria, a qual angra descobrio Bartolomeu Diaz...» (3). Esta descrição só pode aplicar-se a uma única baía: a baía a que no século XVIII se chamava erradamente Angra Pequena, e que no século XIX recebeu o nome de Luderitz.

João de Lisboa, que tornou possível a identificação do local onde Bartolomeu Dias colocou o seu padrão mais oriental (4), refere-se de passagem à Angra das Voltas e não faz qualquer descrição do local do padrão (5). A costa sudoeste da África estava fora da rota do Oriente, não havia ali nem água nem lenha; e não se encontrou nada nela que tivesse interesse comercial até ao século XIX. Poucas visitas se registaram até então.

---

(1) João de Barros, *Da Asia*, I-I, Lisboa, 1778, p. 187. A dificuldades era maior a entrar na baía: os ventos do sudoeste, quase com a violencia duma tempestade, sopram durante 10 meses no ano e são ainda mais violentos no verão. (*Africa Pilot*, Part II, London, 1922, p. 261).

(2) A. Fontoura da Costa, *Ás Portas da India em 1484*, Lisboa, 1936, pp. 36 e 40; Damião Peres; *Historia dos descobrimentos portugueses*, Porto, 1940, p. 234. A única fonte onde se encontra referência ao padrão como sendo de S. Tiago é em João de Barros, que aliás o confunde com o último padrão de Diogo Cão.

(3) *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1905, p. 140.

(4) Fontoura da Costa, p. 34; Ernesto de Vasconcelos, «O ultimo padrão de Bartolomeu Dias», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Agosto 1938, pp. 259-65; E. Axelson, *South-East Africa, 1488-1530*, Londres, 1940, pp. 172-81.

(5) J. I. de Brito Rebello (Ed.), *Livro de Marinharia: Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa*, Lisboa, 1903, p. 143.

Em 1735 a baía foi visitada por um francês, Bart, comandante da fragata *La Venus* (6).

Em 1786 a chalupa *Nautilus* visitou igualmente a baía. O que se segue é extraído dum diário do Tenente Home Popham:

«No dia 12 de Abril o Capitão Thompson descobriu uma Cruz sobre uma rocha arredondada, a ocidente da qual havia uma ou duas ilhas pequenas; mandou-me imediatamente num barco, para observar o local. Ao dobrar a Ponta mais ocidental encontrei uma baía de água límpida com uma profundidade de 9 a 6 braças a um quarto de milha da praia; vi que o Navio podia ancorar aqui com toda a segurança; sem perder mais tempo do que o necessario para fazer a sondagem. Desembarquei para ver a cruz e para informar o capitão Thompson. Este ordenou-me que trouxesse a cruz para bordo se fosse possível. Depressa me convenci, porem, que tal não era facil de fazer e ainda menos num instante. De facto na ponta de Terra que formava a parte ocidental da baía, descobri no ponto mais alto duma rocha arredondada e muito evidente do lado do mar um pedestal de marmore fixo. Num dos lados estavam gravadas as armas de Portugal, e no outro caracteres antigos. Ambas todavia muito danificadas pelas intemperies, mas tambem, provavelmente, pelo grande espaço de tempo que havia decorrido desde que fora erigida.

Depois de estudar tudo completamente voltei para o barco. O capitão Thompson derigiu-se imediatamente para a baía. Lamentei não poder dar-lhe esperança de encontrar agua ou lenha. O aspecto da terra não era porem propicio. Esta era uma especie de rocha de marmore com alguns miseraveis arbustos. Antes porem que lançassemos a ancora começou a ventar e como nos pareceu que o tempo estava para mudar, o capitão Thompson fez-se ao mar».

No dia 15 de Abril a *Nautilus* conseguiu entrar no ancoradouro, e aí se conservou ancorada até ao dia 20. Durante este tempo membros da tripulação do navio levantaram a planta da baía (7). O capitão Thompson examinou o padrão e acerca dele escreveu o que se segue:

«Na ponta mais ocidental que forma a baía *Pequena* (a que chamei ponta do *Pedestal)* eleva-se uma cruz, feita de marmore da localidade, voltada para ocidente, e muito visível para qualquer navio que navegue ao longo da costa.

Nos lados oriental e ocidental da cruz vê-se uma inscrição bem trabalhada em velhos caracteres romanos. Mas porquê o marmore de que a cruz é feita está muito gasto devido á antiguidade a inscrição encontra-se completamente delida. Na extremidade do braço virado para o sul, observei claramente as *armas de Portugal*, embora tambem se encontre em mau estado por terem caido fragmentos da pedra. O trabalho da cravação do pedestal está longe de ser imperfeito. A cruz devia ter levado tempo a erigir; a fundação da pedra (fixa por um cimento de lama e areia) está tão consumida com os anos que, embora de marmore pode desfazer-se com os dedos» (8).

---

(6) Diário do Capitão Thompson a que adiante nos referimos.

(7) Este diário encontra-se na posse do sr. Quentin Keynes, de Nova York, que amàvelmente me informou da sua existência e me forneceu este trecho.

(8) Thos. B. Thompson, «Narração duma Viagem a bordo da chalupa de Sua Magestade *Nautilus* sob o meu comando, para explorar a costa Ocidental do Sul da Africa.»

Estou muito agradecido ao Professor Vincent Harlow da Universidade de Oxford por me ter feito saber da existência duma cópia desta narrativa no London Public Record Office (Acton 55-92), e por, muito amàvelmente, me ter enviado esta transcrição tão pertinente ao assunto. Outra cópia da narrativa pertence ao sr. Quentin Keynes. Difere em pequenos pormenores da cópia do Public Record Office, e a natureza dessas diferenças e a existência de várias aguarelas, sugere que esta cópia é mais original do que a de Londres. A citação é da cópia do sr. Keynes. Declaro-lhe aqui a minha gratidão por me ter informado da existência do documento e de me ter fornecido o trecho citado. Aparece uma referência a este exame na obra de James Rennell «*The Geographical System of Herodotus*..., Londres, 1800, p. 698, nota: «Deve aqui observar-se que o Capitão Thompson e Sir Home Popham não encontraram água potável em rios ou lagos entre os paralelos 16° e 31° S., o que significa numa extensão de 900 milhas, ou mais... Devemos dizer que os oficiais acima mencionados, quando exploravam a costa ocidental de África em 1786, viram uma cruz de mármore, numa rocha perto de *Angra Pequena*, na latitude 26° 37′ S. A cruz ostentava as armas de Portugal, mas a inscrição não estava legível... O mármore provinha da rocha local.» Claro que Thompson se enganava supondo que o padrão era feito da rocha local.

O capitão Thompson fez uma aguarela do padrão (9). Também desenhou a costa vizinha ao ancoradouro e marcou a posição do padrão. Os desenhos da costa foram reproduzidos na British Admiralty Chart 632, publicada em 1828 (10).

Em 1795 a chalupa britânica *Star* estudou novamente a baía mas os documentos existentes não se referem ao padrão (11).

Em Fevereiro de 1821 H. M. S. *Menai* e H. M. S. *Shearwater* realizaram o levantamento trignométrico da baía, pelo qual foi organizada a Carta do Almirantado 632. No manuscrito do levantamento encontra-se marcada a posição do padrão (12).

Em 1824 foi mais uma vez feito o levantamento, desta vez pelo H. M. S. *Espiegle*. Pelo livro de bordo se sabe que esteve no ancoradouro a 13 e 17 de Março mas não fornece pormenores (13). O manuscrito do levantamento não localiza o padrão (14).

Em 1825 H. M. S. *Barracouta* visitou a baía. A descrição da visita foi feita pelo Tenente T. Boteler, segundo comandante do navio. Nessa época já o padrão fora derrubado e partido:

«No dia 21 de Novembro levantou-se um vendaval de sudeste; corremos de vento em pôpa a grande velocidade, e á tarde vimos a cruz erigida por Bartolomeu Dias na entrada sul de Angra Pequena. Passamo-la e ancoramos na baía... Acompanhei o capitão Vidal a terra com o fim de examinar a cruz e obter a latitude e longitude da ponta... A areia trazida pelas rajadas de vento até ao navio era muito dolorosa ao bater-nos nos olhos, mas em terra era ainda peor; levantava-se em verdadeiras nuvens sobre as rochas e quasi nos cegava á medida que avançavamos para o alto da pequena elevação de granito na qual Dias erigiu a cruz em 1481, marcando assim a descoberta do local».

Diz-se que a cruz ainda ali estava erecta há quarenta anos, mas nós encontrámo-la por terra, e convencemo-nos que deve ter sido derrubada propositadamente porque a parte não trabalhada da haste que originariamente se encontrava enterrada na rocha, conservava-se inteira; o que nunca seria o caso se tivesse tombado por qualquer outro motivo que não fôsse ter sido deslocada da sua fundação. O motivo deste vergonhoso vandalismo foi provavelmente o desejo de procurar algumas moedas que tivessem sido colocadas sob a cruz quando de sua erecção. Se quem praticou o vandalismo tentou remediar o mal levantando uma parte da cruz não o podemos saber.

---

(9) O desenho é o da narrativa do sr. Keynes; agradeço ao sr. Keynes ter fotografado o desenho para mim, e ter-me autorizado a publicar a fotografia.

(10) Devo ao Curador do Admiralty Hydrographic Department de Londres, a fotografia da carta e a informação de que os desenhos eram de Thompson. Pela autorização de publicar a fotografia endereço os meus agradecimentos a Her Majesty's Stationery Office, Londres.

(11) Informação fornecida pelo Curador do Admiralty Hydrographic Department.

(12) Idem.

(13) Informação fornecida pelo Secretário do Public Record Office.

(14) Informação fornecida pelo Curador do Admiralty Hydrographic Dept.

Nós deparamos com o seguinte: Uma parte da cruz, incluindo a que estivera enterrada com cerca de cinco pés e meio de altura encontrava-se suportada por pedras grandes e atravessada ao alto por um fragmento partido que originariamente fôra a haste da cruz, medindo seis pés do chão para cima e vinte e uma polgadas para baixo. Era arredondada dum lado e quadrada do outro evidentemente para aí ter sido gravada a inscrição, que durante quasi três seculos e meio o tempo obliterara, e isto a tal ponto que nem vestigio de letra, se podia descortinar. Era feita em pedra branca e tinha de diametro oito polegadas dum lado e oito e meio do outro. Ao regressarmos por outro caminho mais pedregoso encontramos subitamente o resto da cruz; media dézasseis polegadas quadradas no lado plano, e acima dos braços projectava-se uma haste da mesma forma e espessura igual á da haste da parte inferior dando ao todo, quando inteira, o aspecto desejado. Na superficie plana da cruz havia uma inscrição mas, como a da haste tambem estava quasi obliterada. Por observação feita a latitude do local era 26° 38′ 18″ Sul e a longitude 15° 00′ 32″ Este» [15].

Existe outro relato da viagem da *Barracouta* escrito por um tenente anónimo:

«Uma rocha forma o norte desta baía no alto da qual encontramos uma coluna e uma cruz, que, na epoca florescente e aventurosa dos portugueses foi erigida por B. Dias, nos principios do seculo XV. Este pilar é de marmore, mas está muito estragado pelos ventos e pelas ondas do mar a que está constantemente exposto. Tem as armas de Portugal (cinco cabeças de Moiros) ao alto, e deve ter tido uma inscrição que o tempo tornou ilegivel. Para evidenciar o nosso caracter nacional, mesmo naquela terra distante, partiram-se varios fragmentos do pilar de B. Diaz e trouxeram-se para bordo, para satisfação dos delapidadores ou dos curiosos» [16].

Segundo o Capitão Morrell, em 1828 parte da haste da cruz ainda continuava suportada pelas pedras:

«Em 24 de Setembro chegamos á Baia da Angra Pequena. O ponto mais ocidental do lado sul desta baía está na lat. 26° 39′ S, long. 15° 7′ 30″ E. É um promontorio alto e escarpado, que se torna evidente por ter uma cruz de marmore erigida no topo. Essa cruz foi ali colocada em 1486 por Bartolomeu Dias, navegador português. O monumento, que atesta a sua empresa aventurosa ao longo da costa d'Africa, ainda está de pé, depois de desafiar as tempestades e os sois de tres séculos e meio» [17].

Por volta de 1840 a haste da cruz já havia tombado. O Capitão Eden refere-se a Angra Pequena, «assim chamada por causa dum pedestal aí erigido pelo Almirante Diaz, que agora, todavia, já não existe» [18].

Em 1845 Saisset, comandante da «*La Loire*», viu os restos da padrão. A sua declaração resume-se nisto:

«Em 1845 M. Saisset tentou levantar de novo a coluna; mas os fragmentos

(15) Thos. Boteler, *Narrative of a Voyage of Discovery to Africa and Arabia, performed in His Majesty's ships Leven and Barracouta from 1821 to 1826, under the command of Capt. F. W. Owen, R. N., II*, London, 1835; pp. 311-4. O livro de bordo encontra-se no Public Record Office, Londres (Adm. 51/3254) mas dá poucas informações (informação fornecida pelo Secretário). O diário de Boteler foi utilizado por W. F. W. Owen, como fonte de informações para *Narrative of Voyages...*, II, London, 1833, pp. 269-70.

(16) John Towne, *Service Afloat*, II, 1833, p. 142; citação fornecida pelo sr. Keynes.

(17) B. Morrell, *Narrative of a Voyage to the South and West Coast of Africa*... London, 1844, p. 57.

(18) T. E. Eden, *The Search for Nitre, and the True Nature of the Guano, Being an Account of a Voyage to the South West Coast of Africa*, ..., Liverpool and Glasgow, 1846, p. 21.

eram de tal modo pequenos que não o conseguiu. Encontrou uma pedra gravada muito gasta. Ao descer deparou-se-lhe ainda, sobre a rocha, um cubo com outros vestigios de escrita mas no mesmo estado do primeiro» [19].

Afirma-se que um certo Capitão Parker do brigue *Kirkwood* visitou o local do padrão. Diz-se que Parker em 1851 declarou que «perto do local da cruz de Diaz na costa ocidental, encontrou um pilar partido e uma acumulação de pequenos blocos de marmore. Depois de os deslocar e cavar no guano, encontrou uma caixa de pinho, a qual continha o corpo dum homem com os braços cruzados sobre o coração e os olhos abertos como que a observar-nos. As feições tinham uma expressão de terror. O fato era leve, e as mãos não revelavam as de alguem que se entregasse normalmente a trabalhos rudes. Trouxemo-lo, assim como uma parte da cruz para Santa Helena» [20].

Escrevi para Santa Helena para me informar se, por acaso, se sabia ali alguma coisa ácerca da cruz... ou da historia. O Secretario do Governo respondeu, «Fizeram-se investigações e procuraram-se documentos antigos ... mas não se encontrou nenhuma referencia á cruz.»

PRIMEIRA RECUPERAÇÃO DE FRAGMENTOS, EM 1855

Em 1855 alguns homens que juntavam guano trouxeram quatro fragmentos do padrão para Capetown.

Um dos fragmentos ficou em Capetown, dando entrada no Museu da África do Sul. É de feitio rectangular e mede 54×23×14 cm [21].

Em 1865 o Visconde Duprat, representante português em Capetown na comissão mista para a abolição da escravatura, reclamou os fragmentos para Portugal. No ano seguinte dois fragmentos que se podiam ajustar, foram oferecidos a Portugal. Encontram-se no museu da Sociedade de Geografia de Lisboa [22].

O quarto fragmento, o mais pequeno, foi levado para a Nova Zelândia por Sir George Grey, Governador do Cabo, quando foi nomeado governador daquela colónia em 1861. Deu entrada na Biblioteca e Galeria de Arte de Auckland. Em 1912 o director do Museu da África do Sul tentou persuadir as autoridades da Nova Zelândia a devolver o fragmento à África do Sul, mas não o conseguiu. No entanto, as autoridades Neozelandesas enviaram a Capetown uma copia em gesso do fragmento. Esta cópia é de feitio irregular; as medidas máximas são 19×17,2×7,5 cm.

Em 1921 fez-se outra tentativa para obter o fragmento. As autoridades da Nova Zelândia concordaram, e em 1923 chegou o fragmento a Capetown. Era afinal um pedaço de granito, e não se assemelhava nem nas dimensões nem na forma à cópia

(19) Alexandre Magno Castilho, *Etudes Historico-Geographiques, Première étude* ... Lisboa, 1869, p. 35.

(20) P. W. Laidler, *A Tavern of the Ocean*, Capetown, sem data, pp. 175-6; cita *St. Helena Advocate*, 22 de Maio de 1851. Ver também Lawrence Green. *So Few are Free*. Capetown, sem data, p. 154.

(21) Vem publicada uma fotografia no South African Museum Guide Leaflet N.º 1, *Inscriptions left by Early European Navigators on their Way to the East*, Capetown, 1950, p. 6. Ver W. L. Sclater, «Note on Portions of the Cross or Memorial Pillar erected by Bartholomew Dias near Angra Pequena in German South-West Africa», *Transactions of the South African Philosophic Society*, X, Capetown, 1898, p. 296; e uma carta de K. H. Barnard no *Africana Notes and News*, V-1, Johannesburg, 1947, pp. 23-4.

(22) Vê-se uma fotografia na obra de Peres, face à p. 229.

em gesso. O Primeiro Bibliotecario da Galeria de Arte e Biblioteca de Auckland declarou que se continuaria a procurar o fragmento mas «Não tenho grande esperança de o encontrar visto que nas minhas visitas á Biblioteca não vi nada ali que de qualquer modo se lhe assemelhe» ([23]).

Em 1953 escrevi para Auckland a perguntar se se sabia alguma coisa acerca do fragmento. O Auckland Institute and Museum respondeu, «...Sei que houve um fragmento na colecção Grey que foi depositado no Museu Auckland há muitos anos. Infelizmente não posso localizá-lo e nem sei se realmente entrou no nosso Museu e no caso de ter entrado se foi registado. Qualquer informação principalmente ácerca da côr da pedra podia ser util. É possivel que fôsse colocada por engano nas colecções geologicas.» Foi enviada uma cópia do traçado do gesso e informações sobre a côr e aspecto, mas nada mais se soube de Auckland.

SEGUNDA RECUPERAÇÃO DE FRAGMENTOS, EM 1953

Os homens do guano não marcaram o lugar onde encontraram os fragmentos do padrão.

Luderitz, pouco depois de chegar a este porto da costa em 1883 decidiu comemorar a memória do primeiro europeu a alcançar aquela latitude, e colocou um mastareo no local que lhe pareceu mais provável, na extremidade ocidental de Dias Point. Depois dos alemães terem tomado conta do território o mastareo foi substituído por uma cruz de madeira. Esta foi destruída quando no local foi colocada uma sereia de nevoeiro. Próximo erigiu-se em 1929 uma cruz de mármore à memória de Dias. O Professor E. Moritz no entanto discorda desse local, mostrando as vantagens duma crista próxima, onde se construiu um farol, visto ser mais alta do que a extremidade do promontório ([24]).

Em 1950 a Historical Monuments' Commission da África do Sudoeste pediu-me para visitar Luderitz e dar a minha opinião sobre qual seria o sítio original. Encontrava-me então em Portugal, procurando documentos acerca da história primitiva da África ao Sul do Equador, e por isso com grande relutância vi-me obrigado a recusar. O Dr. C. J. C. Lemmer, Presidente da Historical Monuments Commission, que chamou a atenção da Comissão para este assunto, visitou Luderitz, observou Dias Point do lado do mar, e declarou-se pelo local da sereia de nevoeiro ([25]).

Encontrando-me outra vez na África do Sul, procurei saber da Historical Monuments' Commission em 1952 se o seu convite para visitar Luderitz ainda se mantinha. Recebi uma resposta afirmativa, e, em 1952 a minha mulher e eu partimos para Luderitz. Aí nos encontrámos com o Dr. Lemmer.

Na mesma tarde da nossa chegada o Dr. Lemmer levou-nos a Dias Point, que fica situada a 12 milhas da cidade de Luderitz. Ficámos logo convencidos de que a suposição de que o padrão fora colocado no local agora ocupado pela sereia de nevoeiro estava perfeitamente certa. Tratava-se duma pequena elevação de cerca de 55 pés de altitude que sobressaia no resto do promontorio do lado do mar. Por vezes

([23]) Informação que me foi amàvelmente fornecida pelo Dr. K. H. Barnard, Director do South African Museum, Capetown.

([24]) E. Moritz, «Die altesten Reiseberichte uber Deutsch — Sudwestafrika», in H. Marquadsen (Ed.), *Mitteilungen aus den Deutschen Schutzgebieten*, XXXI, Berlin, 1918, p. 22.

([25]) «Dias se Kruis by Luderitz», no *South West Africa Annual*, Windhoek, 1952, pp. 31-7.

o pequeno monte ficava rodeado pelo mar. Construiu-se uma ponte de madeira sobre o canal para garantir ao faroleiro o acesso à sereia de nevoeiro em ocasiões de mau tempo. A côr predominante do monte era negra, sendo este constituído por gneiss arcaico. É óbvio que esta quasi ilha negra seria muito evidente quando vista do lado do mar, principalmente contra o segundo plano da areia e rocha de côr clara. O pano de fundo consistia na crista onde se encontra hoje o farol, clara, comprida e relativamente incaracterística. A crista está a uma altitude superior de 20 pés ao pequeno monte, mas 500 jardas para o interior; um padrão de calcáreo de cor clara colocado na crista seria quasi invisível do lado do mar; mas colocado no monte ficava em evidência numa posição magnífica. Era óbvio que esse devia ter sido o local escolhido por Bartolomeu Dias para o Padrão.

Depois dum rápido exame à cruz de mármore, à sereia de nevoeiro (instalada numa fantástica estrutura de madeira que se assemelha a um castelo do Reno em miniatura) e a uma cabana a meio caminho da vertente do lado da terra onde estão instalados os reservatórios de ar comprimido para fazer funcionar a sereia, descemos como pudemos até às rochas que começavam a ficar descobertas pela maré baixa. Aí, meia hora após a nossa chegada a Dias Point, avistei um bocado de rocha que se destacava das outras pela cor, forma e contextura. Era de cor creme, com dois lados paralelos tão perfeitos que decerto haviam sido serrados. Um dos lados quebrados deixava ver fósseis de cascas de ostra. Já me informara de que não existia nas proximidades pedra calcárea indígena. Tratava-se certamente de pedra calcárea trabalhada à mão e importada. Desde logo me senti certo de que viera de Portugal, visto que era idêntica à do Padrão de Kwaaihoek. Ainda mais me convenci deste facto quando medi o fragmento: as faces paralelas tinham a distância uma da outra de 22,7 cm... largura quasi idêntica à do fragmento existente no South African Museum; o Dr. Lemmer não se convenceu, mas quando a minha mulher viu o fragmento, exclamou: «Já encontraste um pedaço!» O Dr. Lemmer quis saber porque razão estava ela tão certa de que a pedra viera de Portugal. Respondeu-lhe ùnicamente: «Meia Lisboa é construída dessa pedra».

No dia seguinte o Dr. Lemmer convenceu-se e de maneira sensacional. Encontrou ele próprio um bloco rectangular da mesma pedra preso numa fenda onde o canal entra no mar, a 82 pés de distância do local do achado do dia anterior. O bloco tinha duas faces paralelas e a face superior ostentava os restos duma inscrição. Esta encontrava-se muito gasta e apagada para ser legível, mas conseguimos decifrar cinco letras. O estilo era idêntico ao do padrão de Kwaaihoek. O bloco media 21 cm dum lado e 21,2 no lado oposto. O comprimento era de 40,8 cm. A parte de traz estava partida e não era plana. A espessura máxima média era de 14,9 cm e pesava 46 lbs.

A 12 pés deste bloco, na mesma fenda deparei com outro fragmento. Estava muito gasto e não tinha nenhuma face plana. Pesava 14 ½ lbs.

Nos dias que se seguiram o Dr. Lemmer descobriu mais três fragmentos, o maior dos quais com duas faces paralelas de 21,9 cm de distância e pesando 10 ½ lbs.

A minha mulher, em várias buscas que duraram quinze dias, descobriu oito fragmentos, o maior dos quais pesando também 10 ½ lbs. O peso total dos fragmentos encontrados entre a maré alta e baixa foi de 109 lbs. Os três fragmentos maiores, excluindo o da inscrição, acertavam; o comprimento total era de 79,9 cm, e a largura ia diminuindo de 22,7 até 21,9 cm.

O monte desce abruptamente do lado ocidental, sendo a face voltada para o oceano um penhasco ao qual chega o mar na maré alta. Na maré baixa só fica a descoberto um estreito recife. Também fizemos buscas aqui e tão longe quanto a rebentação

do mar o permitiu, mas nada encontrámos. A umas 200 jardas a noroeste do monte acha-se uma grande rocha em pleno mar formando uma pequena ilha. Entre esta rocha e a praia a nordeste do monte existe uma baía pouco profunda. Crescem nela grandes quantidades de algas (soda marinha) que durante a maré baixa ficam em parte a descoberto. Pensando que por debaixo das algas pudessem encontrar-se alguns fragmentos do padrão, minha mulher e eu passámos muitas horas dentro de água, cortando as algas. A água estava longe de estar quente. Cortámos centenas de algas, limpando uma área de cerca de 400 jardas quadradas do lado do mar, mas os nossos esforços não foram coroados de êxito.

A minha mulher e eu subimos e descemos todos os penhascos do monte mas não encontrámos mais vestígios da cruz. Eram de facto poucos os lugares onde se pudessem encontrar fragmentos. Quase todo o monte fora lavado pelo mar tempestuoso. No entanto, do lado da terra há uns pequenos recifes abrigados e através dos altos estende-se uma grande fenda. Esta fenda prolonga-se desde a base da cruz de mármore até à barraca de ar comprimido para a sereia do nevoeiro.

Limpei cuidadosamente de todos os detritos essa fenda cuja largura vai de três polegadas a um pé. Peneirei o depósito de areia e conchas que chegava a ter doze polegadas de profundidade e consegui recuperar setenta e uma lascas do padrão. A plataforma onde se encontrava a cruz continha em pequenas depressões mais quatro pequenos fragmentos. A fenda estende-se para o lado do mar com a largura de uma a doze polegadas. Nalguns sítios entre as rochas os depósitos chegavam a ter pé e meio de profundidade. Todos foram peneirados; encontraram-se mais treze estilhaços, e ainda mais sete na plataforma ocupada pela barraca na vertente do monte e um nos recifes no mesmo nível.

Da extremidade sudeste da barraca desde uma saliência com perto de quinze pés por seis, de depósitos e dois pés e meio de profundidade. Aqui encontramos trinta e cinco estilhaços. Através do fundo desta saliência estendia-se outro diagonalmente. Os depósitos cobriam uma área de quarenta e cinco pés de comprimento por perto de quinze de largura. No ponto mais profundo a espessura era de dois pés e meio. Na parte inferior da saliência, onde o depósito era mais fundo nada se encontrou, mas na parte superior acharam-se vinte fragmentos numa pequena área.

Entre a base do monte do lado da terra e o canal por onde periòdicamente corre a água do mar, havia uma área coberta em parte por extensões de rocha nua, e em parte por uma «praia» de rochas, pedras, areia e conchas. Esta última cobria uma área de cerca de trinta jardas por dezasseis de largura (entre o monte e o canal).

A maior profundidade do depósito, dois pés e meio, encontrava-se perto do penhasco; a média era de um pé. Nesta superfície também se fizeram buscas, encontrando-se cinquenta estilhaços e pequenos bocados; três destes foram achados por minha mulher.

O maior e mais valioso fragmento tirado deste local pesava 4 libras e ¾. Ostentava duas faces formando anglo recto. Numa das faces, partida, viam-se vestígios duma concavidade, lembrando um encaixe onde entrasse o braço superior da cruz. Este facto prova não ter existido jamais um bloco no topo da haste.

O Dr. Lemmer associou-se a estes trabalhos de escavação até que foi obrigado a voltar a Windhoek. Antes da sua partida, ele, minha mulher e eu embarcámos num navio auxiliar da pesca de lagostim que muito amàvelmente fora colocado à nossa disposição pela Administração da África de Sudoeste e que muito apropriadamente se chamava o *Nautilus*. O comandante colocou o *Nautilus* nas várias posições donde Thompson fizera os desenhos e assim pudemos confirmar com satisfação que o padrão fora de

facto colocado no monte da sereia de nevoeiro. A rocha em posição instável já ali se não encontra, mas observámos fragmentos espalhados na base do monte.

O padrão esteve sem dúvida no alto do monte, no local ocupado agora pela sereia de nevoeiro. Em ocasiões de grande tempestade, referem os habitantes da região, as ondas chegam a varrer a crista do monte. Foi provàvelmente alguma onda fenomenal que, entre 1786 e 1825, arrancou o padrão do pedestal e o despedaçou. Alguns fragmentos caíram do penhasco para o mar; mas a maior parte, levados pela força da água, rolaram para o lado da terra. Quando chegaram ao canal, como a água corre aí sempre de sul para norte, os fragmentos foram levados para o lado do mar, até encalharem entre as rochas que bordam a praia.

Os fragmentos e estilhaços do padrão recuperados nesta expedição totalizaram 120 libras (peso) e 11 onças. O seu destino eventual depende da Historical Monuments Commission da África de Sudoeste. Se a Comissão decidir que os fragmentos, incorporados numa reconstrução do padrão devem ficar em Windhoek, capital do território, seria desejável que uma réplica fosse levantada no local original como monumento ao descobridor da África do Sul e, na verdade, do caminho marítimo para a Índia.

Versão portuguesa de Alves de Azevedo.

SUMMARY

THE PADRÃO AT ANGRA DAS VOLTAS

The author, *Dr. Eric Axelson*, states in the first part of his article that Bartolomeu Dias had difficulty in tacking out of a certain bay on the southwest African coast in 1487, as a result of which it received the name of Angra das Voltas. It may have been the following year during his return to the kingdom that Dias and his men raised a Padrão on a headland on the western side of the bay. According to Dr. Axelson it was João de Lisboa's work that made possible the identification of the site of Dias farest Padrão.

The author mentions the visit of the sloop Nautilus to the bay in 1786, and the description Captain Thompson gave of the Padrão.

He also refers the discription of Lieutenant T. Boteler of the H. M. S. Barracouta in 1825.

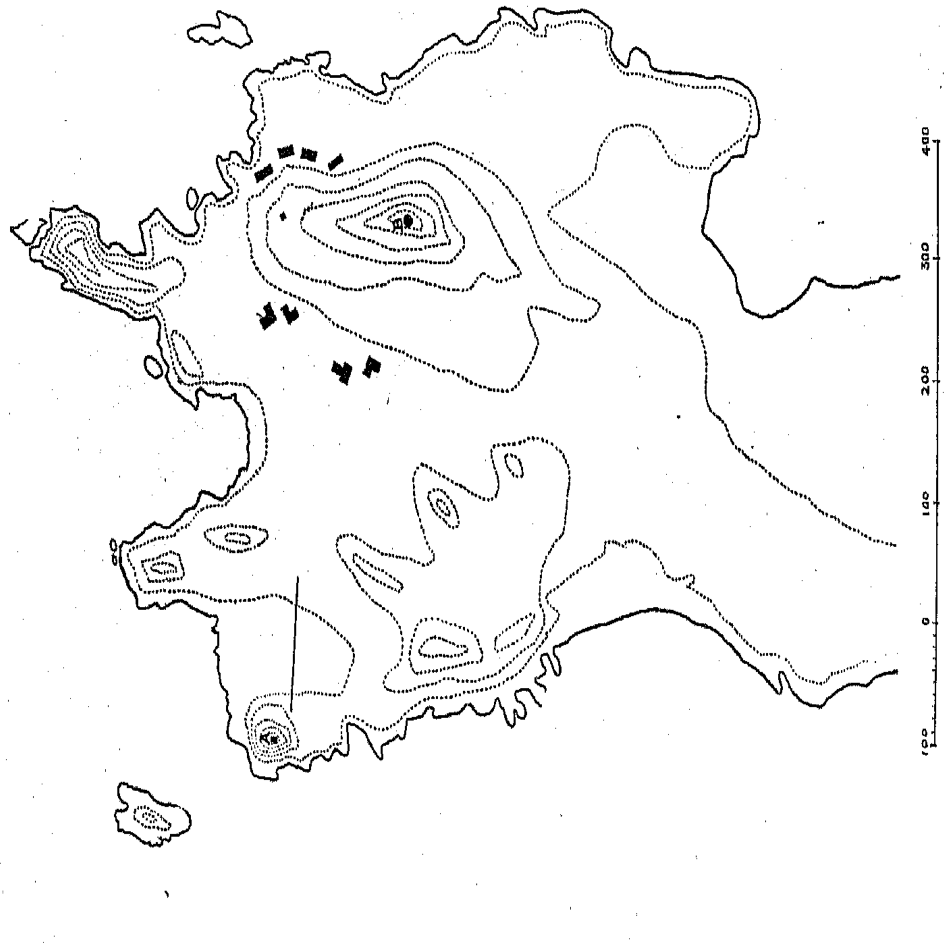
Then Dr. Axelson deals with the vicissitudes that befell the Padrão.

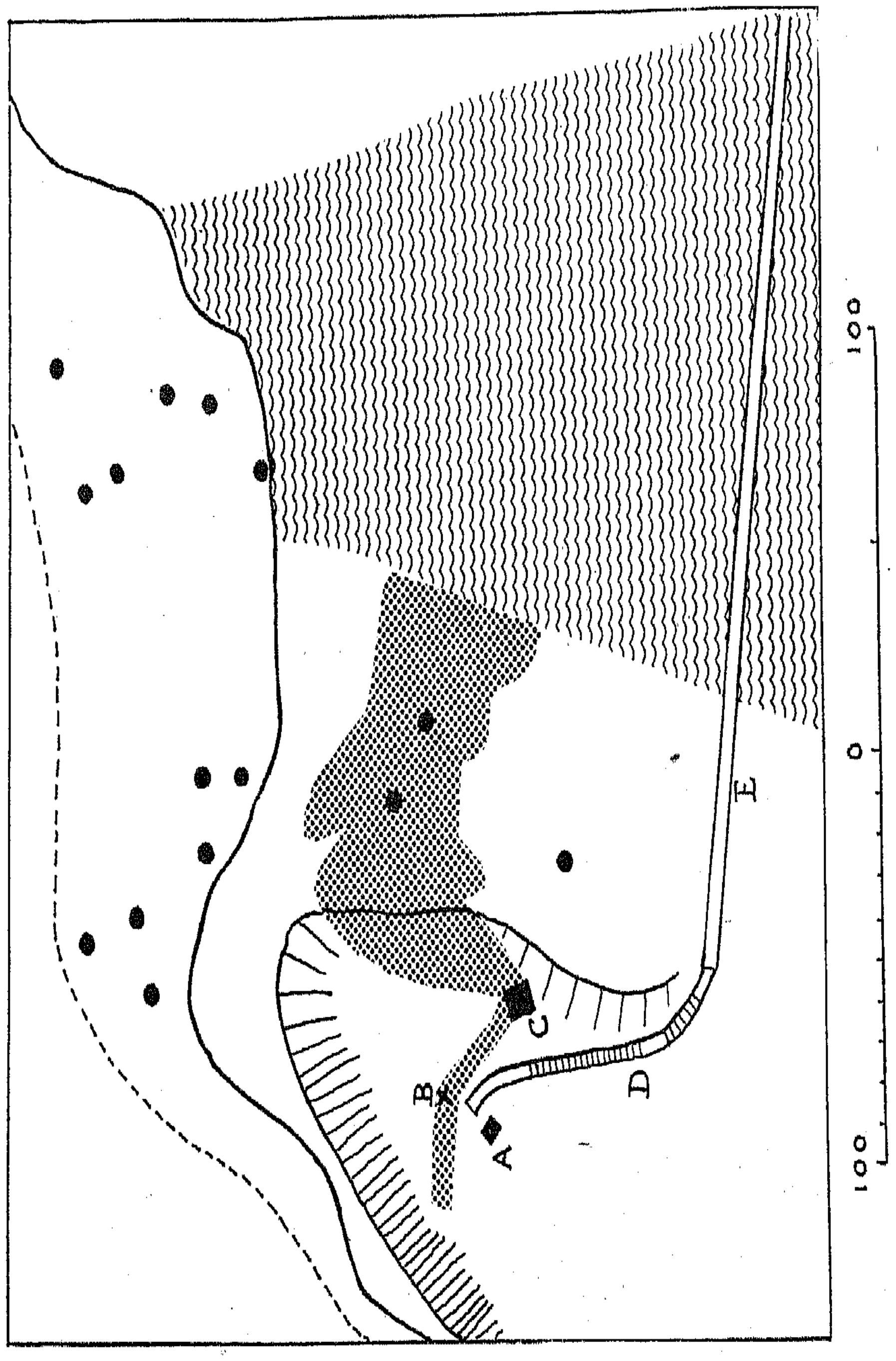
In 1840 the shaft had fallen prior to having been lifted from its foundation, the motive of this shameful mutilation probably being the search for coins as might be supposed to have been placed under the cross when first erected.

The author then describes the first recovery of fragments in 1855. One of the fragments was claimed ten years later by a Portuguese representative in Cape Town and is now preserved in the museum of the Sociedade de Geografia.

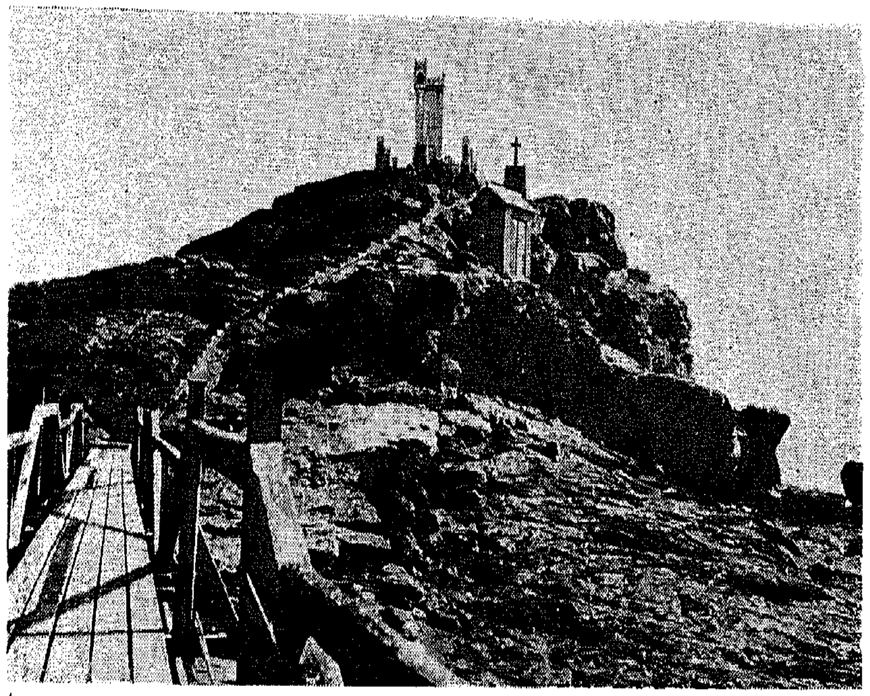
Dr. Eric Axelson then describes the second recovery of fragments in 1953 carried out by Dr. Lemmer, himself and his wife.

The fragments and chips of the padrão recovered on this expedition totalled 120 lbs., 11 oz. The decision as to their eventual destination rests with the Historical Monuments Commission of South-West Africa. If the Commission decides that the fragments, embodied perhaps in a reconstruction of the padrão should stay in Windhoek, the capital of the territory, it is greatly to be hoped that a replica will be raised on the original site as a monument to the discoverer of South Africa and of the sea-route to the Indian Ocean.



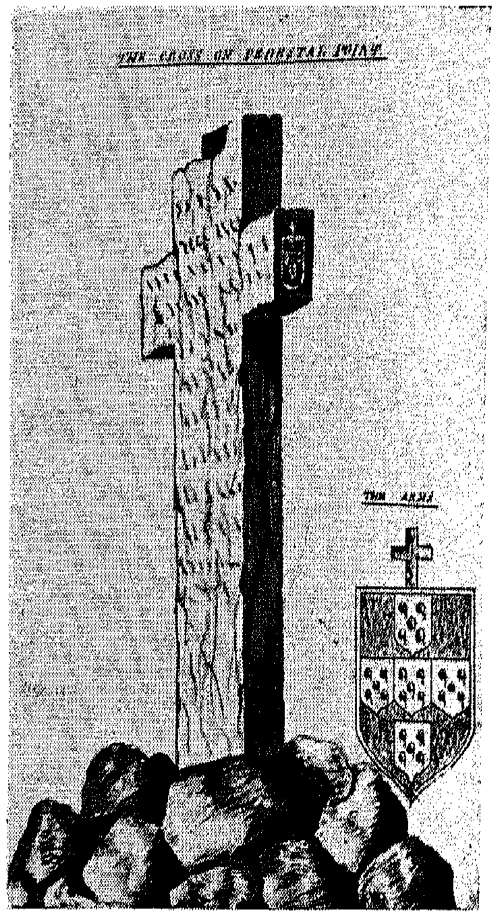


À esquerda: Dias Point, Luderitz. A — Sereia de nevoeiro. *B* — Farol. Linhas aproximadamente t 10 pés de intervalo. Escala em jardas. *À direita: Local da sereia de nevoeiro. A* — Sereia de nevoeiro. *B* — Cruz de mármore. *C* — Cabana do ar comprimido. *D* — Degraus. *E* — Ponte. Ponteado: posição dos principais fragmentos do padrão. Linha da costa recortada: linha aproximada da maré baixa; linha da costa maciça: linha aproximada da maré cheia; sombreado ponteado; superfície escvada; sombreado ondeado: canal periòdicamente submerso.

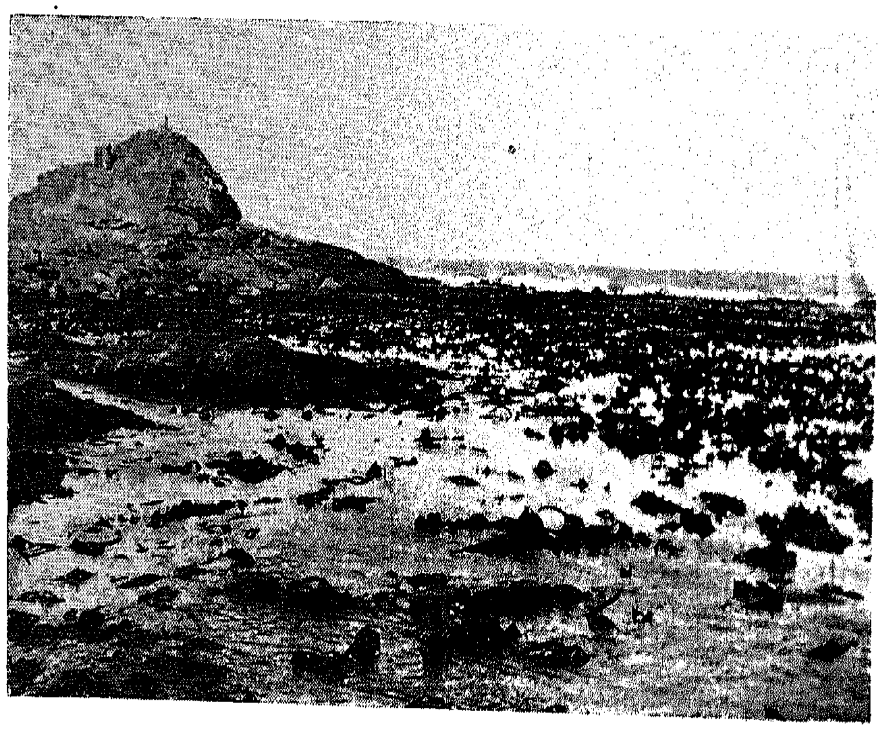


Em cima: Montículo da sereia de nevoeiro, mostrando a construção em forma de castelo onde a sereia está instalada; a cruz erigida à memória de Bartolomeu Dias; e a cabana de ar comprimido.

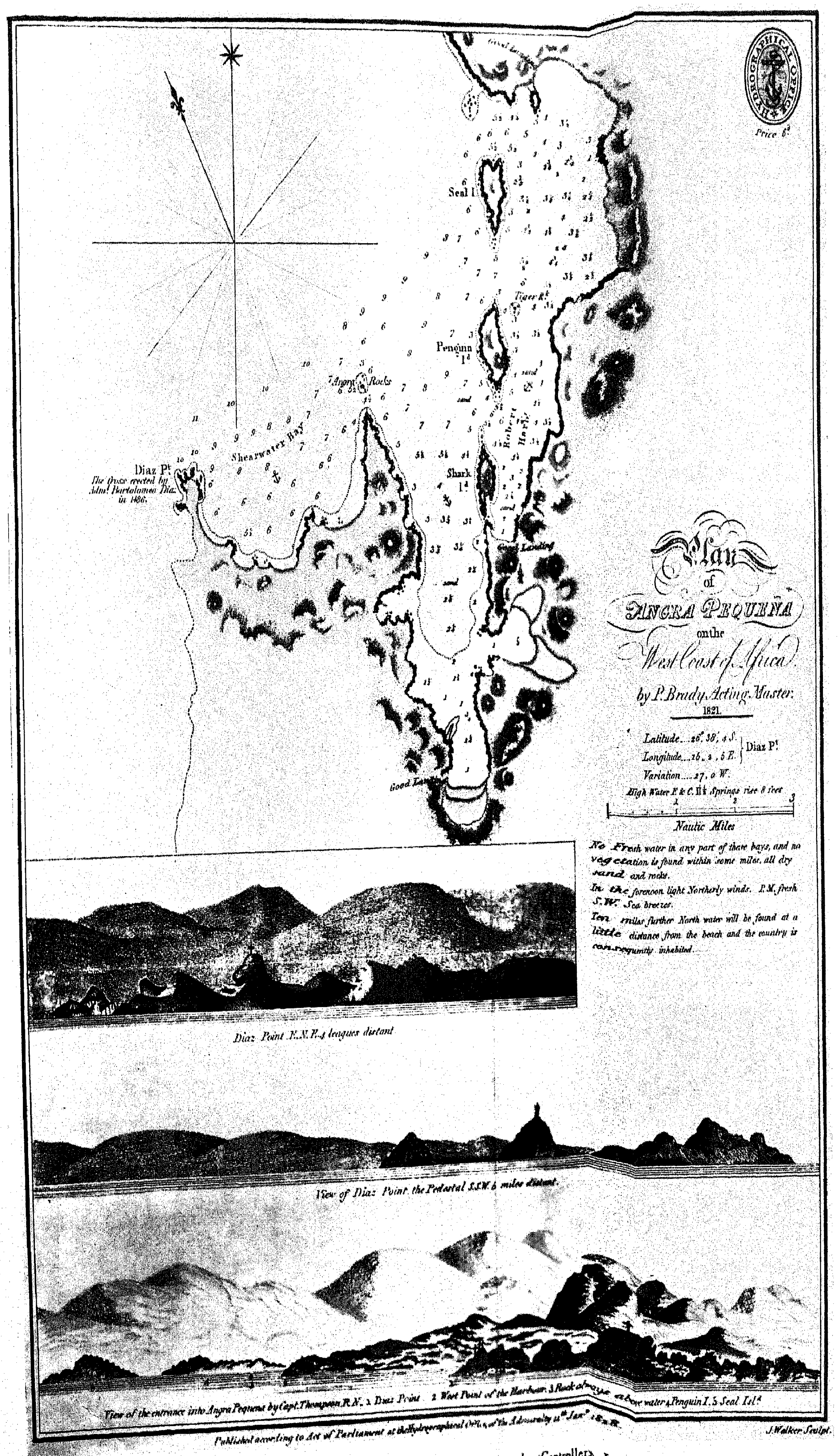
Em baixo: O Dr. C. J. C. Lemmer mostra o fragmento do padrão com uma inscrição que acabou de descobrir.



Aguarela do padrão em Angra Pequena, trabalho do Capitão T. B. Thompson em 1786.



O mar ao largo da sereia de nevoeiro, vendo-se as algas



Reproduzido da edição de 1828 da British Admiralty Chart n.º 632 com autorização do «Controller» H. M. Stationery Office and of the Hydrographer of the Navy

O CLIMA DA INDONÉSIA E A AGRICULTURA

HÉLDER LAINS E SILVA
Engenheiro-Agrónomo
da Junta de Exportação do Café

Nos últimos quarenta anos, têm sido publicados muitos valiosos trabalhos sobre o clima da Indonésia, pelos membros do Observatório Real Magnético e Meteorológico de Batávia (Djakarta), transformado, depois da independência do país em 1950, no Kementerian Perhubungan Djawatan Meteorologi dan Geofisik. São especialmente notáveis as obras de Van Bemmelen, Braak, Boerema, Berlage, Schregardus, De Boer, Euwe, Schmidt e Ferguson e, no campo da climatologia agrícola, os trabalhos de Mohr. A densidade dos postos e estações meteorológicas oficiais e particulares é elevada, e o número de anos de observações contínuas suficientemente grande, para permitir minucioso estudo climático, especialmente no que respeita a Java. De 1921 a 1940, havia em funcionamento em toda a Indonésia, 3.129 estações pluviométricas, das quais 2.237 com um mínimo de 10 anos de observações consecutivas, em Java.

A Indonésia, formada por mais de 3.000 ilhas, e os arquipélagos adjacentes estão situados entre 6 graus de latitude Norte e 11 graus de latitude Sul, e entre 95 e 104 graus de longitude Leste. Formam a parte central do grande Arquipélago Índico, situado entre os Oceanos Índico e Pacífico e entre o Continente Australiano e o Sudeste Asiático. Dele fazem parte também, além da Indonésia, as Filipinas, o Bornéu Britânico Setentrional, Brunei, Saravak, Nova Guiné (território sob mandato e Papua), Timor Português, e ilhas do Natal, Andamão e Nicobar. A situação geográfica deste Arquipélago confere-lhe um clima tipicamente monçónico, caracterizado por elevadas temperaturas, grande humidade atmosférica e chuvas muito abundantes. Nele se faz sentir fortemente a influência da Ásia e da Austrália.

A temperatura média anual na Indonésia é ligeiramente superior a 26° C e a humidade relativa de cerca de 80 %, consideradas ambas ao nível do mar. Estes dois valores são suficientemente claros para os que conhecem a desagradável sensação de desconforto que o Europeu sente nas regiões de clima tropical. De modo geral, pode afirmar-se que o clima das regiões baixas da Indonésia é opressivo, mas o seu

carácter insular tempera-o, de modo que são muito frequentes algumas horas, nos dias mais quentes, que proporcionam agradável sensação de bem estar físico, sobretudo quando sopram as brisas marítimas ou quando chove. Por isso, o clima é muito mais suportável do que noutras regiões tropicais, embora de maior latitude. Comparando as condições de vida, do ponto de vista climatérico, da Indonésia com as de alguns países vizinhos, Braak chegou às seguintes conclusões: «Apesar do calor das regiões do litoral estar longe de ser agradável, o clima sofre favorável comparação com o de áreas vizinhas, situadas a maior distância do Equador. Embora seja uma realidade que a temperatura média anual decresce com o aumento de latitude, o efeito favorável dos meses mais frescos de Inverno não é compensado pelo insuportável calor dos meses mais quentes de Verão. Neste caso, uma distribuição mais uniforme da temperatura ao longo do ano (como na Indonésia) é melhor do que uma variedade geralmente elogiada.» Segundo o mesmo autor, em ambos os lados do Equador há uma zona com clima mais opressivo, no mês mais quente do ano, do que no Equador. As temperaturas do termómetro molhado, no mês mais quente do ano, são, em graus C: Djakarta 24,4; Changai 24,8; Manila 25,2; Hong-Kong 25,4; Porto Darwin 25,4; Bombaim 25,9; Madras 26,2; Calcuta 26,4; Lahore 26,6 e Hanoi 26,9.

Embora nas regiões baixas o clima seja opressivo, logo a partir de uma centena de metros de altitude, as condições mudam por completo e, mesmo nos meses mais quentes, há muitas horas no dia e muitas noites com temperaturas francamente agradáveis. Bogor, por exemplo, a 240 metros de altitude, tem um clima magnífico, sem bruscas oscilações de temperatura, consentindo uma vida activa, de bem estar físico permanente. Nas montanhas, o clima pode classificar-se de delicioso. Na bela cidade de Bandung, a 750 metros de altitude, a temperatura média anual é de 22,1° C, e em Tosari, a 1.735 metros, apenas de 15,9. Por cada 100 metros de aumento na altitude, a temperatura média anual diminui de 0,6 graus C.

Do ponto de vista da temperatura, o facto mais notável é que ela se mantém quase constante ao longo do ano, o que confere ao clima um carácter eminentemente isotérmico. No quadro n.° 1, apresentamos as temperaturas médias mensais, em graus C, de algumas localidades da Indonésia situadas a diferentes altitudes; no quadro n.° 2 registam-se os mesmos elementos de locais de Moçambique. Comparando os dois quadros verificamos que, para altitudes idênticas, os meses mais quentes em Moçambique mostram temperaturas mais elevadas do que na Indonésia, e os mais frios, temperaturas mais baixas. Enquanto na Indonésia as diferenças das temperaturas médias mensais entre os meses extremos são muito pequenas, em Moçambique são sempre superiores a 5 graus C, como se mostra a seguir no quadro 3.

Quadro 1. *Temperaturas médias mensais na Indonésia (graus C)*

Meses	Locais e altitudes em m					
	Bangelan 370	Siantar 400	Monte Rosa 1.035	Kajumas 1.060	Malabar 1.550	Tjinjiruan 1.585
I	23,0	21,7	19,8	19,5	16,6	16,8
II	23,2	22,6	19,8	19,2	16,6	16,8
III	23,2	23,2	20,1	19,6	16,9	16,9
IV	23,2	23,3	20,5	20,0	17,1	17,2
V	23,0	23,7	20,5	20,0	17,2	17,1
VI	23,6	23,2	20,2	19,8	16,6	16,8
VII	22,0	23,0	20,1	19,4	16,6	16,2
VIII	22,0	23,0	20,2	19,6	16,5	16,1
IX	22,7	22,8	20,1	20,4	16,9	16,6
X	23,2	22,4	20,2	21,3	17,2	16,8
XI	23,0	22,2	20,1	20,8	17,2	16,7
XII	23,0	22,2	19,7	19,9	16,9	16,7

Quadro 2. *Temperaturas médias mensais em Moçambique (graus C)*

Meses	Locais e altitudes em m					
	Zumbo 345	Nampula 431	Espungabera 1.050	Vila Vasco da Gama 1.170	Vila Cabral 1.277	Vila Coutinho 1.298
I	27,1	22,2	21,9	21,6	20,5	21,3
II	26,8	21,8	21,6	21,2	20,2	21,0
III	27,0	22,2	21,0	21,1	19,9	20,6
IV	25,8	21,8	20,2	20,3	19,4	19,8
V	23,8	20,4	18,6	18,5	18,0	17,8
VI	21,4	18,9	16,2	16,5	15,8	16,0
VII	21,2	18,4	16,0	16,2	15,8	15,7
VIII	23,1	19,4	17,2	17,6	16,5	17,2
IX	26,8	21,2	19,1	21,1	18,7	20,5
X	30,3	23,1	21,4	23,9	21,8	22,6
XI	30,3	23,7	21,9	23,4	21,9	22,9
XII	28,1	23,4	21,8	22,0	20,7	21,7

Quadro 3. *Diferenças entre as temperaturas médias dos meses mais quentes e mais frios (graus C)*

Indonésia	Diferenças	Moçambique	Diferenças
Bangelan	1,2	Zumbo	9,1
Siantar	2,0	Nampula	5,3
Monte Rosa	0,8	Espungabera	5,9
Kajumas	2,1	Vila Vasco da Gama	7,7
Malabar	0,7	Vila Cabral	6,1
Tjinjiruan	1,1	Vila Coutinho	7,2

Como dissemos, as chuvas na Indonésia são muito abundantes. Em algumas localidades chove tão regularmente que quase podemos dispensar o uso do relógio. Nos 3.354 postos e estações udométricas existentes em 1934, as precipitações anuais de 2.420 deles foram superiores a 2.000 mm. Em Java, encontra-se a localidade de maior pluviosidade: Tendjo, no distrito de Banjumas, em Java Central, situada a 700 m de altitude, registou uma média de 7.069 mm em 20 anos. Em Pagilaran, distrito de Pekalongan, também em Java Central, a 998 m de altitude, a precipitação média, no mesmo espaço de tempo, foi de 6.379 mm. Em Java Ocidental, o local de mais elevada precipitação anual é o de Singaparna, distrito de Preanger, a 830 m de altitude, com 6.309 mm. Na Costa Ocidental de Samatra, Kapala Datar, a 840 m de altitude, registou a média de 6.134 mm. Não são raros os locais com precipitação anual superior a 5.000 mm, relativamente frequentes os que apresentam mais de 4.000 mm e frequentes os que registam mais de 3.000 mm. A maior parte dos postos e estações da Indonésia apresenta precipitações médias anuais entre 2.000 e 3.000 mm De um modo geral, a pluviosidade diminui de Ocidente para Oriente. Embora Java Oriental tenha locais com elevada pluviosidade, como Tanah Merah, no distrito de Besuki, a 500 m de altitude, com uma média anual de 4.999 mm, em 20 anos, é ali que aparecem os dois únicos postos udométricos de Java, com uma precipitação inferior a 1.000 mm: Ardjasa, com 991 mm e Asembagus, com 886 mm. Os locais de menor precipitação anual, em toda a Indonésia, ficam situados nas Celebes: Talisse, com 582 mm e Palu, com 547, em médias de 11 anos. A título de curiosidade, note-se que na Costa Norte do Timor Português, a precipitação média anual de Manatuto, em 24 anos, foi precisamente também de 547 mm.

Elevadas precipitações e altas temperaturas associam-se para acelerar o processo de meteorização das rochas e para afectar profundamente o solo e a vegetação. A água da chuva dissolve e arrasta as substâncias solúveis, empobrecendo gradualmente o solo. A erosão é intensa e os solos expostos à acção daqueles dois factores climatéricos perdem ràpidamente a sua fertilidade. Para contrariar estes fenómenos, conta-se com a floresta que cobre a maior parte das ilhas da Indonésia, onde a ocupação humana é ainda pouco intensa. Exceptuando Java e Madura, onde as matas e florestas ocupam

uma área de 23 %, as outras ilhas estão cobertas de florestas em 71 % da sua área.

O clima tem sido objecto de muitas tentativas de classificação, por parte de climatologistas e meteorologistas. Um dos métodos de classificação mais conhecidos e, do ponto de vista prático, mais úteis é o de Koppen que se fundamenta na precipitação e na temperatura e que conduziu ao estabelecimento de 5 tipos, com correspondência na vegetação natural, a saber:

A — Clima de chuvas tropicais. A temperatura do mês mais frio é superior a 18° C; a precipitação total anual, expressa em mm, é superior a 20.t, para o Inverno e a 20.(t + 14) para o Verão, sendo t a temperatura média anual, expressa em graus C.

B — Clima seco. A precipitação total anual é inferior a 20.t no Inverno, e a 20.(t+14) no Verão. Se se considerar uma precipitação uniforme ao longo do ano, a pluviosidade máxima será representada pela expressão 20.(t + 7).

C — Clima pluvioso temperado-quente. A temperatura do mês mais frio fica compreendida entre + 18 e — 3 graus C, tendo o mês mais quente uma temperatura média superior a 10° C, com uma precipitação idêntica à do clima de tipo A.

D — Clima frio. A temperatura média do mês mais frio é inferior a — 3° C e a precipitação idêntica à do clima de tipo A.

E — Clima polar. A temperatura do mês mais quente é inferior a 10° C.

Koppen considera, nas regiões tropicais, o Verão formado pelos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro e o Inverno pelos de Junho, Julho e Agosto.

O clima de tipo A divide-se em três subtipos, cujas características são as seguintes: Af — sem época seca definida; Ad constando de As — com época seca

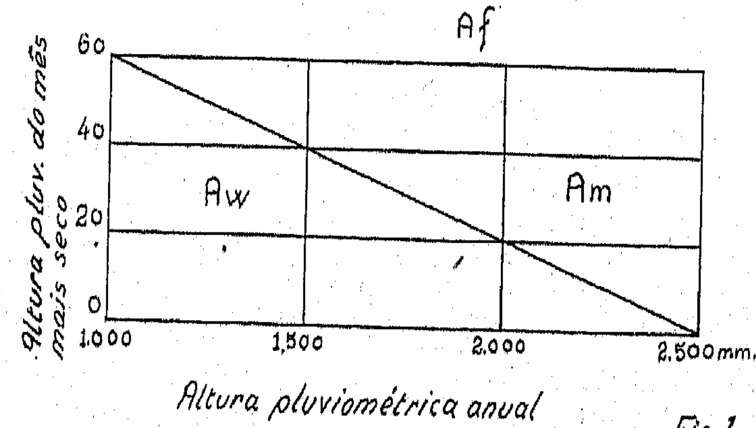


Fig. 1

situada no Verão do respectivo Hemisfério; e de Aw — com época seca situada no Inverno do respectivo Hemisfério. Para Koppen, são climas com época seca os que apresentam, no mínimo, um mês com uma precipitação média inferior a 60 mm. Am — com um ou mais meses secos, precedidos ou seguidos de meses pluviosos que, segundo se julga, não permitirão que a vegetação sofra com a seca. Na figura 1 mostram-se os limites entre os subtipos Af, As e Aw.

O clima de tipo B divide-se em dois subtipos: Bs — de estepe, com precipitação inferior a 10.t no Inverno e a 10.(t+14) no Verão; Bw — desértico, com precipi-

tação superior àqueles limites e inferior a 20.t no Inverno e a 20.(t+14) no Verão.

O clima de tipo C divide-se em quatro subtipos: Ci — isotérmico, em que a diferença entre as temperaturas médias dos meses extremos é inferior a 5° C; o subtipo Ci inclui a variante Chi, em que h significa que a temperatura média anual é superior a 18° C; Cw — com estação seca no Inverno, e com precipitação no mês de Inverno menos pluvioso inferior a 1/10 da precipitação do mês de Verão mais pluvioso; Cs — com estação seca no Verão, e com precipitação no mês de Verão menos pluvioso inferior a 1/3 da precipitação do mês de Inverno mais pluvioso: Cf — precipitação distribuída uniformemente ao longo do ano.

Quando o mês mais quente tenha uma temperatura média superior a 22° C, junta-se a letra *a* à respectiva fórmula climática.

Na Indonésia, dominam os climas de tipo A, à excepção do subtipo As que só foi assinalado em Takengon, Samatra, a 1.205 m acima do nível do mar. Os climas de tipo B são raros, registando-se o subtipo Bs apenas em Talisse e Palu, nas Celebes, em Lombock, Tandjing Luar, Sapé, Waigapu, Melolo, Wae-Werang, Wae-Pukang e Lama Lerah, nas ilhas de Sunda. O subtipo Bw não ocorre na Indonésia. A partir de 1.250 m de altitude, regista-se a existênsia de climas de tipo C. Não se registam climas de tipo D. Acima de 3.000 m verifica-se a ocorrência do tipo E, como, por exemplo, no monte Pangrango, no distrito de Preanger, Java Ocidental, a 3.023 m de altitude e em Merbabu I, no distrito de Surakarta, Java Central, a 3.083 m de altitude.

Mohr mostrou que o sistema de Koppen era insuficiente para as Índias e que apresentava o grave inconveniente de separar climàticamente regiões idênticas e de juntar algumas que não mostram grandes semelhanças, especialmente se se tiverem em consideração as características do solo. Aquele autor estabeleceu um sistema de classificação baseado nas seguintes considerações: 1 — Em consequência de um limite de 60 a 65 mm encontrado nas suas experiências, e por Koppen admitir o mesmo limite de 60 mm para o que entendeu por contìnuamente húmido, próximo do limite que serviu a De Martonne para separar os meses húmidos dos secos, Mohr tomou 60 mm de chuva como o limite acima do qual um mês é considerado mais ou menos húmido, e abaixo do qual é considerado mais ou menos seco. 2 — Existe uma grande diferença entre a ocorrência, num dado local, de um ou dois meses secos ou de sete ou oito, pelo que o número de meses secos e húmidos é de grande importância; 3 — Considera importante se os meses secos são precedidos e seguidos de meses moderadamente húmidos, isto é, com prcipitação entre 60 e 100 mm, ou de meses húmidos, isto é, com pluviosidade superior a 100 mm.

Mohr estabeleceu cinco grupos climáticos: I — clima contìnuamente húmido, em que nenhum mês do ano regista menos de 60 mm de precipitação, isto é, em todos os meses do ano há um excesso de água acima da evaporação; neste tipo considerou dois subtipos: Ia — nenhum mês do ano com mais de 150 a 200 mm de precipitação; Ib — nenhum mês do ano com menos de 200 a 300 mm de precipitação. II — clima

com estação seca fraca, isto é, em que apenas um mês apresenta uma precipitação inferior a 60 mm. III — clima com estação seca definida, no qual, durante parte do ano, a evaporação excede a precipitação. IV — clima com estação seca longa, em que mais nìtidamente se nota o fenómeno da seca do solo. V — clima com estação seca muito prolongada.

Os sistemas de Koppen e de Mohr apresentam o grave inconveniente de trabalharem com médias das precipitações mensais. Estas médias podem ocultar a ocorrência de meses secos, uma vez que estes não sejam sempre os mesmos. Pode suceder, como se mostra no exemplo seguinte que, numa série de anos, haja sempre dois meses com precipitações inferiores a 60 mm, mas que os pares de meses sejam diferentes de ano para ano e, por isso mesmo, as médias não revelam a existência de um período seco. No exemplo seguinte, mostram-se os registos das precipitações, em mm, em 6 meses do ano, durante 5 anos consecutivos e as respectivas médias mensais:

120	80	60	40	50	100	
80	60	40	50	100	120	
60	40	50	100	120	80	
100	120	80	50	40	60	
80	60	100	80	50	40	
440	360	330	320	360	400	Somas
88	72	66	64	72	80	Médias em mm

Embora nos cinco anos da série de observações tivesse havido sempre dois meses secos, as médias da precipitações mensais ocultam este facto fundamental.

Schmidt e Ferguson (1951) modificaram o sistema de Mohr, «determinando para os mesmos limites de precipitação o número de meses secos e húmidos, ano por ano, e tomando os valores médios do resultado». Estes autores elaboraram uma carta climática da Indonésia, a partir dos registos de 1921 a 1940, de 3.129 estações, cujas observações cobriam um período mínimo de 10 anos. Estabeleceram o quociente Q, entre o número médio de meses secos e o de meses húmidos e criaram 8 tipos de clima, compreendidos entre os seguintes limites, dados pela fórmula $Q = 1{,}5\ a/(12 - 1{,}5a)$, em que *a* toma os valores inteiros de 0 a 8:

Tipos de clima	
$0{,}000 \leqslant Q < 0{,}143$	A
$0{,}143 \leqslant Q < 0{,}333$	B
$0{,}333 \leqslant Q < 0{,}600$	C
$0{,}600 \leqslant Q < 1{,}000$	D
$1{,}000 \leqslant Q < 1{,}670$	E
$1{,}670 \leqslant Q < 3{,}000$	F
$3{,}000 \leqslant Q < 7{,}000$	G
$7{,}000 \leqslant Q$	H

O clima de tipo A domina na Indonésia, muito especialmente em Samatra e ilhas adjacentes, em Bornéu, Celebes e Nova Guiné e em grande parte de Java

Ocidental. À medida que se caminha para Oriente, o clima vai sendo cada vez menos húmido, verificando-se a substituição gradual dos tipos dominantes: de A, por B; de B, por C e assim sucessivamente, até que, nas ilhas do Pequeno Sunda, desaparecem por completo os tipos A e B e dominam E e F.

Os tipos de clima A, B, C e D ocorrem desde o nível do mar até elevadas altitudes, mesmo acima do limite superior das plantas cultivadas, que é de cerca de

Esquema dos Tipos de pluviosidade segundo Schmidt e Ferguson

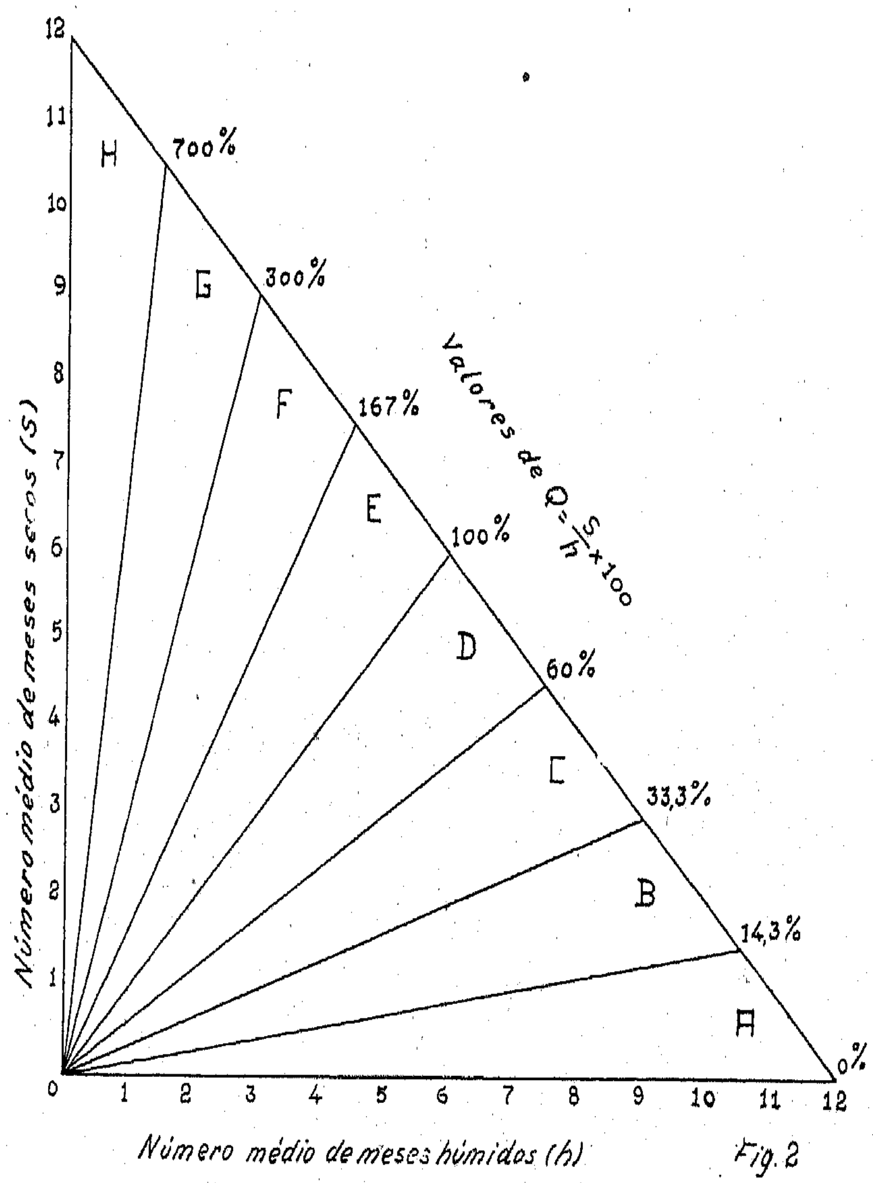


Fig. 2

1.900 m. Os tipos E e F ocorrem desde o nível do mar, respectivamente, até 1.000 e 700 m de altitude, e dominam nas ilhas de Lombock, Sumbawa, Flores, Timor e ilhas adjacentes. Os tipos G e H aparecem apenas no vale de Palu, nas Celebes.

Como é evidente, a classificação climática baseada apenas na pluviosidade não tem aplicação prática para a agricultura, se não for devidamente esclarecida por indicações relativas à temperatura. Como vimos, os tipos de clima A, B, C e D ocorrem numa larga escala de altitudes e, portanto, conhecida a dependência entre

temperatura e altitude, numa larga escala de temperaturas. Schmidt e Ferguson traçaram a carta climática da Indonésia, na escala de 1:5.000.000, baseada nos oito tipos de clima e nas temperaturas médias anuais. Admitiram grosseiramente que, por cada 200 metros de aumento na altitude, a temperatura média anual diminui de 1° C. Assim, acima de 3.000 m, a temperatura média anual deve ser inferior a 11° C. Entre 1.250 e 3.000 m de altitude situa-se a zona em que a temperatura média mensal mais elevada é inferior a 18° C e a mais baixa superior a 10° C. Abaixo de 1.250 m a temperatura média de cada mês excede 18° C. Abaixo de 750 m, altitude que estabelece a separação entre terras baixas e terras altas, a temperatura média do mês mais quente excede 22° C.

A figura 2 mostra geomètricamente os tipos de clima de Schmidt e Ferguson.

*

Na Indonésia, e muito especialmente no arco vulcânico formado por Samatra, Java e ilhas do Pequeno Sunda, exceptuando Sumba e Timor, abundam as terras vulcânicas de elevada fertilidade. Neste caso, o clima tem muito maior importância, do ponto de vista agrícola, do que o solo, e é quase o único determinante da escolha das culturas, além de outros factores de carácter económico e social.

As mais importantes culturas da Indonésia são as que se destinam à alimentação da população — arroz, milho, mandioca, batata doce e oleaginosas, como o amendoim e a soja — e as que se destinam à exportação — borracha, café, cacau, chá, quineira, oleaginosas (copra e óleo de palma), cana sacarina, tabaco, fibras e pimenta.

A prática de culturas alimentares é quase exclusivamente função das disponibilidades de água. Onde ela abunda, a orizicultura domina de longe as outras culturas e efectua-se durante todo o ano. Há sempre *sawahs* com arroz em todas as fases de desenvolvimento, da sementeira à seara sazonada e ao restolho que não dura muito tempo, sem que volte a receber nova plantação. Segundo os dados oficiais de 1950, em Java e Madura, 49 % da área total era ocupada por camponeses que nela possuíam 25 % de culturas de sequeiro. Em 1953, a situação era a que se mostra no quadro 4.

Quadro 4. ***Áreas, em milhares de hectares, de várias culturas alimentares, em 1953***

Culturas	Java e Madura		Restante Indonésia	
	Áreas	Percentagens	Áreas	Percentagens
Arroz de regadio	3.725	45	1.650	42
Arroz de sequeiro	425	5	950	24
Milho	2.190	27	1.110	29
Mandioca	945	11	110	3
Batata doce	220	3	22	0,5
Amendoim	300	4	45	1
Soja	415	5	22	0,5
Totais	8.220	100	3.909	100

Como se vê, em Java e Madura, o arroz ocupava metade da área das principais culturas alimentares e, no resto do país, 66 %. Note-se, porém, que o arroz de regadio ocupava aproximadamente a mesma percentagem da área total, em Java e Madura, e na restante Indonésia, e que, nas duas ilhas, é o arroz de sequeiro que cede lugar à mandioca. Isto explica-se por diferenças de clima: a deficiência de chuvas em parte do ano, especialmente em Java Oriental e em Madura, obriga a cultivar mandioca. Por outro lado, a elevada densidade populacional impele ao aproveitamento agrícola de terras, onde a rega não é possível, por falta de água em parte do ano, ou de obras de hidráulica que muitas vezes a condicionam.

As culturas alimentares praticam-se por toda a parte onde há população a alimentar. Mas é sobretudo nas ricas baixas de cinzas vulcânicas e nos vales, que domina o *sawah*, a courela do Indonésio, uma das principais características, e das mais belas, da panorâmica indonésia. É justo registar aqui a grandeza das obras de irrigação construídas durante a ocupação holandesa, uma das mais notáveis medidas de fomento que a Indonésia lhe ficou devendo e só possível por causa das inteligentíssimas medidas de protecção da floresta, que os Holandeses souberam tomar a tempo.

Nas regiões de clima A e até 1.000 m acima do nível do mar, prevalece a cultura do arroz. Nas de clima B, C e D o arroz só se cultiva onde adequadas obras de hidráulica fornecem água suficiente, durante o ciclo vegetativo. Neste caso, o arroz entra geralmente em rotação com outras culturas. Nas encostas das montanhas, o arroz de sequeiro aparece nas regiões de clima A. Onde a água escasseia, como por exemplo na região oriental de Bali, sindicatos de regantes procedem, de acordo com a lei consuetudinária, o *adat*, ao rateio.

O milho e a mandioca encontram-se muito difundidos, aquele desde o nível do mar até elevadas altitudes, e esta apenas até cerca de 250 m. A batata doce, o amendoim e a soja são cultivados de acordo com as necessidades alimentares dos núcleos populacionais.

Actualmente, a cultura de exportação de maior importância é a da borracha, produzida em grandes plantações organizadas segundo o modelo das empresas capitalistas europeias, ou pela população, principalmente em Samatra, Java e Bornéu. A árvore da borracha mostra marcada preferência por climas pluviosos do tipo A, mas a distribuição da cultura é mais influenciada pelas temperaturas e, portanto, pelas altitudes. A figura 3, desenhada para as culturas do chá, café, quina, cacau e borracha, mostra esta cultivada em climas dos tipos A, B, C e D, desde o nível do mar até 600 m de altitude. O regime das chuvas daqueles quatro tipos climáticos permite que a borracha suba para além de 600 m, mas a temperatura passa a ser insuficiente e o crescimento das árvores é muito lento, além de ser reduzida a produção de latex. A melhor zona fica compreendida entre o nível do mar e 200 m, acima dos quais, cada 100 m atrasam o começo da sangria de 6 meses, por virtude da diminuição da temperatura.

A partir de 1885, a cultura do café *Arábica*, que até então tinha gozado nas antigas Índias Orientais Holandesas de grande prosperidade, começou a declinar fran-

camente, não só em consequência da exaustação dos solos em que se vinha praticando, mas também por virtude da aparecimento da *Hemileia vastratix* e do ataque de nemátodos.

Distribuição das culturas de chá, café, quina, borracha e cacau, segundo os Tipos de pluviosidade e a Temperatura média anual T (graus C.)

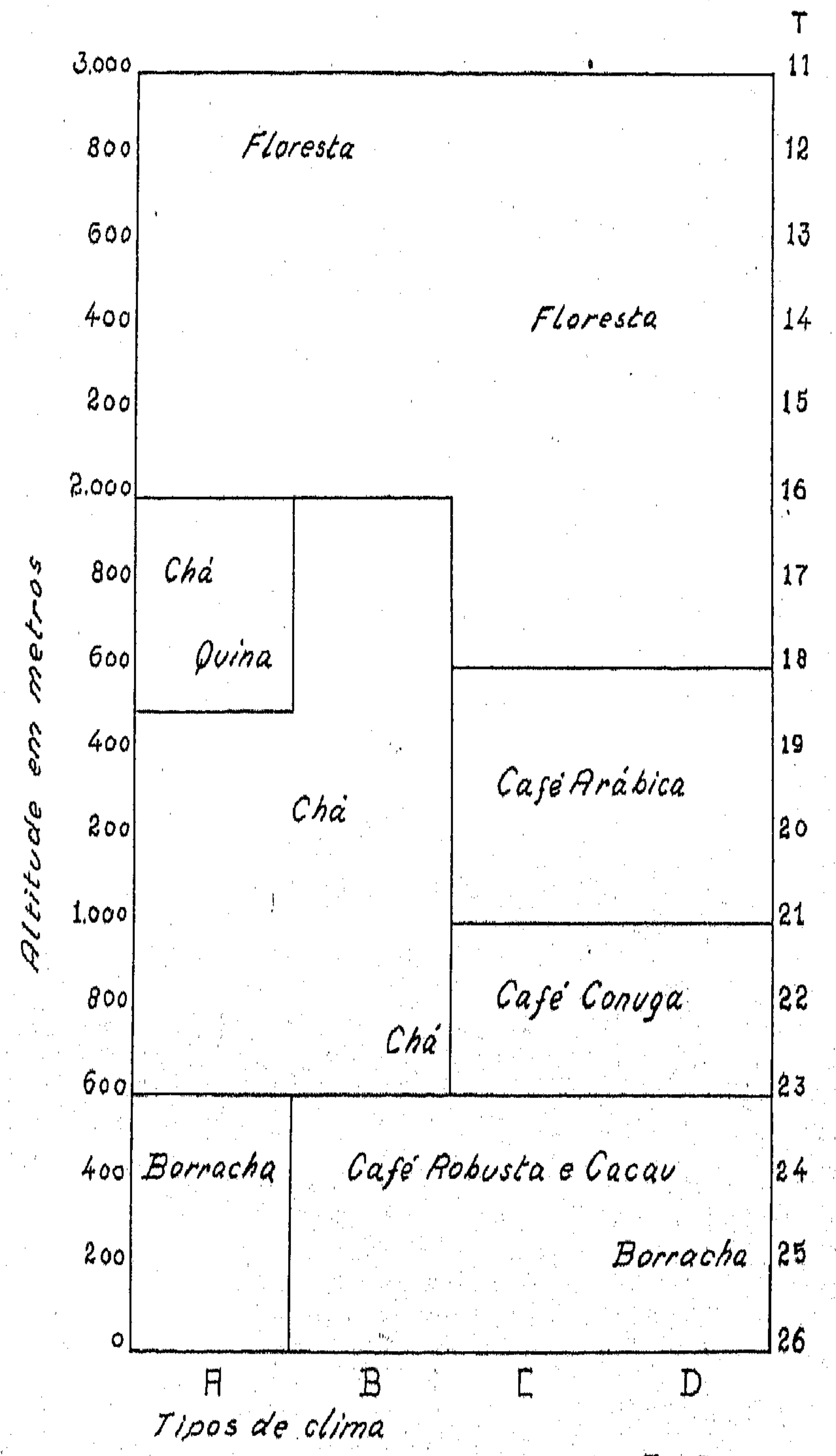


Fig. 3

A cultura do *Arábica*, em zonas de baixa altitude, passou a ser econòmicamente impossível por causa daquele terrível fungo, e teve de ser limitada a regiões situadas

acima de 1.000 m, até onde a temperatura e a luminosidade a consentem, isto é, cerca de 1.600 m, altitude máxima atingida, por exemplo, no cafèzal de Pantjur, perto de Djember, em Java Oriental. Do ponto de vista climatérico, o *Arábica* exige uma estação seca bem definida e mostra nítida preferência pelos climas de tipos C e D, precisamente limitados por um mínimo de 3 e um máximo inferior a 6 meses secos, onde as temperaturas médias anuais sejam inferiores a 21° C. Na figura 3 vê-se o café *Arábica* cultivado em climas de tipo C e D, de 1.000 a 1.600 m de altitude.

A impossibilidade de cultivar café *Arábica* abaixo de 1.000 m, e a reduzida extensão das áreas acima daquela cota próprias para a cultura, provocaram várias tentativas para a substituição daquela espécie, tendo-se finalmente encontrado uma que se mostrou e mostra satisfatória, depois de prolongados e porfiados esforços de técnicos e de práticos. Referimo-nos ao café *Robusta* que hoje é, de longe, a espécie de maior importância económica na Indonésia. Esta espécie está distribuída por mais larga escala de tipos de clima do que o *Arábica*, encontrando-se, desde o nível do mar até 600 m de altitude, nos tipos climáticos B, C e D. Só excepcionalmente sobe além daquela cota, como por exemplo em Rayap, nas encostas Sul do Monte Yan, onde alcança 1.050 m.

Enquanto a borracha se encontra mais ou menos distribuída por todas as áreas de clima A, em Samatra, Java e Bornéu, o café produz-se principalmente em Java Oriental e mais particularmente no distrito de Besuki, nos sistemas montanhosos do Idjen, do Yan e nos do Sul de Djember, e em Bali. Nesta ilha o *Arábica* cultiva-se de 500 a 1.500 m de altitude e o *Robusta* de 300 a 1.000 m. Na figura 3 mostra-se a distribuição do *Robusta*, desde o nível do mar até 600 m de altitude, em climas dos tipos B, C e D.

Acima de 600 m, até à cota de 1.000 m, assim como onde não exista uma estação seca definida e se pretenda praticar a cafeicultura, continua-se a tentar a cultura do *Conuga*, híbrido *Congensis* X *Uganda*, que, contudo, tem muito pouca importância. Na figura 3 mostra-se a sua distribuição.

O cacau é produzido em muito pequena quantidade, mas a sua qualidade é de primeira ordem, o que lhe garante estável mercado, com muito bons preços, na Holanda. Antes do último conflito mundial, a produção não alcançava 2.000 toneladas por ano e actualmente é inferior a 1.000. Em fins de 1952, a área em produção era apenas de 5.108 hectares. A sua cultura pratica-se no mesmo ambiente do café *Robusta*, como se mostra na figura 3.

O chá cultiva-se principalmente em Samatra e em Java Ocidental. Se bem se encontre já a partir de 400 m acima do nível do mar, considera-se em geral que, abaixo de 600 m onde a temperatura média anual é superior a 22° C, o crescimento é demasiadamente rápido, o chá de inferior qualidade e a cultura anti-económica. Por isso, a maior parte das plantações fica situada acima de 600 m, até onde a temperatura e as geadas a permitem, isto é, cerca de 2.000 m. O chá prefere iniludìvelmente regiões de clima A, sem estação seca definida, de modo que a produção de folha se regista durante todos os meses do ano. Em regiões com este tipo de clima, pratica-se a chàzicultura de 600 a 1.250 m de altitude, onde a temperatura média anual oscila à volta de 19-20° C. A cultura dá-se bem sob clima B e então, neste caso, pratica-se de 1.250 m a cerca de 1.900 m de altitude, onde a temperatura média anual anda à volta de 16° C. Só raramente se encontram chàzais em climas de tipo C. Na figura 3 mostra-se a distribuição da chàzicultura em regiões de clima A e B, desde 600 a 2.000 m de altitude.

A cultura da quineira é muito importante, mas ocupa uma área geográfica muito pequena. Em 1950, de 72 plantações em actividade, 59 ficavam situadas em Java Ocidental. Aparece em altitudes superiores a 1.250 m, mas, de preferência, acima de 1.500 m, limitada a áreas de clima tipo A, como se mostra na figura 3.

As mais importantes oleaginosas para exportação são a palmeira do azeite e o coqueiro, aquela cultivada exclusivamente por grandes empresas agrícolas, e esta, quase exclusivamente, pela população. A palmeira do azeite cultiva-se principalmente em Samatra onde, em 1950, existiam 43 das 51 plantações da Indonésia. Prefere climas com elevada temperatura média anual e grande pluviosidade, isto é, regiões cuja altitude não exceda 150 m e com clima dos tipos A, B, C e D. A população produz entre 95 e 97 % da copra total, o que se explica pela maior facilidade que há em produzir boa copra, sem as dispendiosas instalações fabris que o óleo de palma exige. Dado o carácter que a cultura do coqueiro tem na Indonésia, onde a árvore é amimada no quintal junto à casa, ou no *sawah*, quase sempre como árvore dispersa ou em pequenos grupos, compreende-se que possa ser cultivado em maior escala de altitudes do que a palmeira do azeite. Dum modo geral, vai do nível do mar até 400 m de altitude, em regiões de elevadas temperatura e pluviosidade, em clima dos tipos A, B, C e D.

A cultura da cana sacarina é feita de preferência nas áreas de clima B, C e D, com estação seca definida e pluviosidade anual não inferior a 2.000 mm ou, caso contrário, onde a rega possa suprir a deficiência de água da chuva. A cultura restringe-se a baixas situadas até 400 m de altitude, onde lhe esteja assegurada elevada temperatura média anual. As boas condições climáticas — abundância de chuvas e elevadas temperaturas — garantem na Indonésia o crescimento rápido da cana e, por isso, em Java se efectua a colheita um pouco depois de um ano de plantação, enquanto, por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, em Luisiânia, são necessários dois anos ou, pelo menos, dois estios, para que a cana possa ser cortada.

Os mais famosos tabacos da Indonésia são os de Deli, em Samatra, e os de Besuki, em Java Oriental. Ali, consideram-se factores favoráveis ao tabaco, humidade elevada e distribuição regular das chuvas ao longo do ano e, por isso, a cultura se pratica em regiões com clima do tipo A. Em Medan, centro da cultura do tabaco de Samatra, a média dos períodos de seca é apenas de 18,7 dias, com o período de seca mais longo de 46 dias, em Janeiro, tendo-se considerado que um período de seca

pertence ao mês no qual cai o meio do período. A altitude média é de 300 m. Em Besuki, o tabaco cultiva-se de 300 a 800 m acima do nível do mar, onde a estação seca seja bem definida, isto é, climas dos tipos C e D.

As fibras mais importantes são a sumaúma e o sisal. Aquela é principalmente produzida pela população de cujas lavras saem 83 % da que se exporta, embora antes da última guerra houvesse 211 plantações. Encontra-se por toda a parte, mas prefere regiões quentes e pluviosas; por isso, aparece com mais preferência desde o nível do mar até 200 m, em climas de tipo A, B, C e D. O sisal *(Agave sisalina* e *A. cantala)* e também o cânhamo de Manila são principalmente produzidos em grandes plantações de empresas capitalistas, de preferência em terras baixas que não vão acima de 200 m de altitude e cujo clima é dos tipos A, B, C e D.

A pimenta é produzida pela população, em regiões situadas entre 200 e 300 m de altitude, com clima dos tipos A e B.

Djember, Java, Maio de 1954.

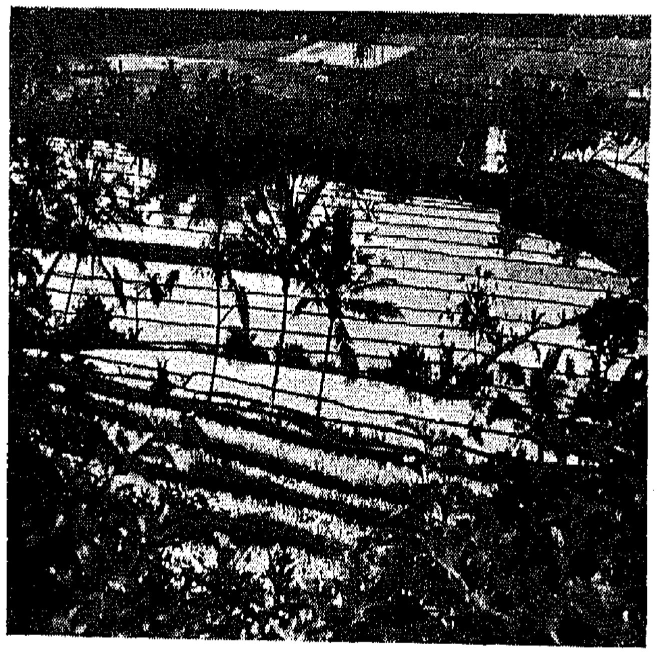
SUMMARY

THE INDONESIAN CLIMATE AND THE AGRICULTURE

The paper deals with the Indonesian Climate and with the climatic classification methods of Koppen, of Mohr, and this one changed by Schmidt and Ferguson. The Author shows the distribution of main food crops — paddy, maize, cassava, sweet potatoes, peanuts and soya-beans — and of main export crops — rubber, coffee, cocoa, tea, cinchona, copra, palm oil, sugar, tobacco, fibers (kapok and sisal), and pepper, accordingly to the several climate types of Schmidt and Ferguson. The Author presents three figures: n.º 1 deals with the Koppen's climatic classification method; n.º 2 with the method of Schmidt and Ferguson; n.º 3 shows the distribution of tea, coffee, cinchona, rubber and cocoa, accordingly to the climate types of Schmidt and Ferguson, and to the altitude.

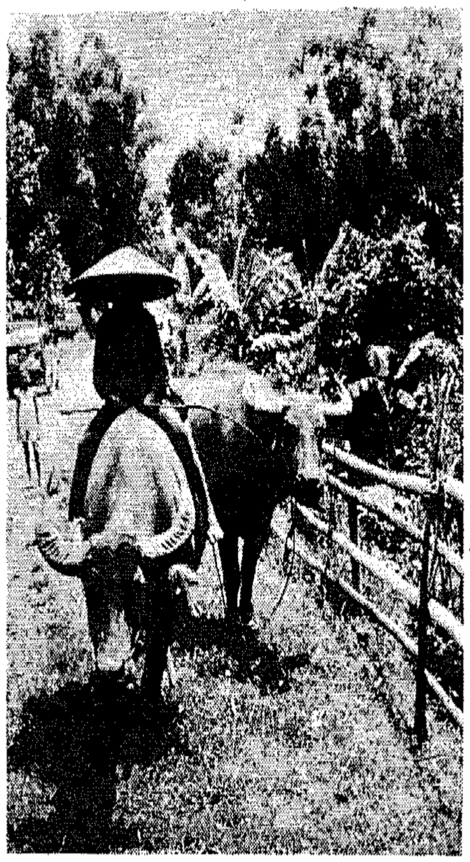
Lavadouro do *sawah*, perto de Bogor, Java.
←

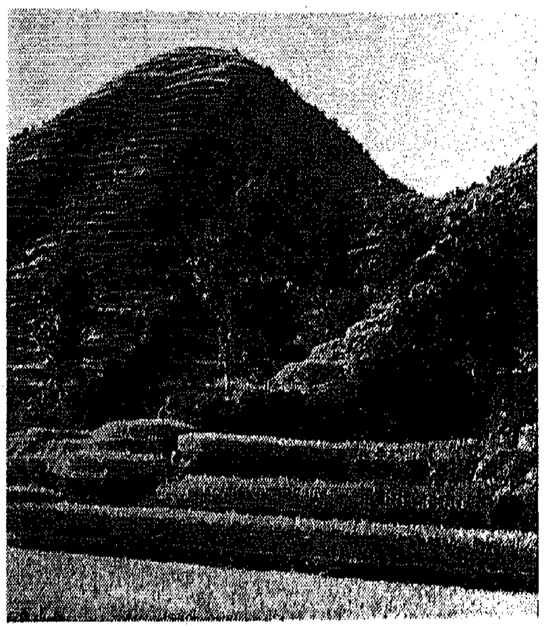
Plantação do arroz em linhas, no campo experimental da Belai Besar Penjelidikan Pertanian, Bogor, Java.
→



Sawahs sazonados (em segundo plano) e prontos para a plantação (primeiro plano). Por toda a parte, núcleos de coqueiros. Caminho para Munduk, Bali.

← Fotos do Autor





Em cima: Condução de búfalos (carban) para o pasto, em Java, perto de Bandung.
Em baixo, à esquerda: Aspecto de Serpong, a maior plantação de borracha de Java, a cerca de 30 km de Djakarta; *em baixo, à direita:* Cabeço armado em socalcos para a cultura de milho e feijão de sequeiro. No sopé, arrozal pronto para a colheita. Bali, região de Bubuk.

Fotos do Autor

NAS VÉSPERAS DE UM CENTENÁRIO: A GRANDEZA DE MOUSINHO (*)

MANUEL DIAS BELCHIOR

Numa manhã de Dezembro de 1897 o Tejo e Lisboa agitavam-se em preparativos de festa como na época grandiosa dos descobrimentos e conquistas, quando chegavam as armadas que tinham levado a Cruz de Cristo a desconhecidas paragens ou alcançado gloriosa vitória sobre os inimigos da fé.

Talvez nos tempos dourados da nossa expansão, o entusiasmo fosse até menor, porque o sucesso sorria-nos a miude e tão habituados estavamos a grandes feitos que acabámos por considerá-los perfeitamente naturais.

Pelo contrário, naquele dia de intenso regozijo, é um povo que conhece a história dos seus avós e intimamente sofre quando a compara com a mesquinhez sem relevo da sua própria vida que corre alvoroçado ao encontro do homem cujos rasgos lhe permitiam reviver um passado glorioso e lhe davam a fugaz ilusão de que alguns séculos de decadência nem sequer tinham existido.

Que milagre realizara Mousinho, pois era ele o triunfador que a cidade aguardava, para galvanizar daquele modo toda a Nação e ter à sua chegada a vitoriá-lo o rei, o governo, os grandes e o povo, esse bom povo que em mil embarcações e nas margens do rio, postado em adoração, gritava jubilosamente o seu nome como o de um heroi lendário?

Vários tinham sido os seus actos portentosos, mas naquele momento como quase sempre que nele se pensava, o que acudia à memória de todos era a imagem de um capitão à frente de um punhado de bravos marchando penosamente através de pântanos e de selvas, indiferentes ao cansaço e aos perigos que poderiam espreitá-los por todos os lados e internando-se cada vez mais em país inimigo, até chegar ao último reduto do maior potentado negro que alguma vez nos guerreou em África, para aprisioná-lo no meio de uma multidão dos seus homens de guerra a quem aquela espantosa audácia paralisou.

(*) Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 27 de Janeiro de 1955.

Na verdade, se bem que Mousinho no momento da sua vinda tivesse a glória militar bastante reforçada pelo êxito da campanha dos namarrais e segunda campanha de Gaza, é Chaimite mais do que qualquer outra acção que permite adivinhar o gigante e o impõe à imaginação popular como um heroi dos velhos romances da cavalaria medieval a quem a pureza de ideais fazia desprezar todos os perigos e levava a aceitar combate fosse qual fosse o número dos seus inimigos.

Mesmo os homens menos sensíveis ao maravilhoso, podiam reconhecer que a prisão do Gungunhana era o lógico e indispensável remate de uma campanha gloriosa e aquele que a levara a cabo tudo merecia da Pátria, pois com tão diminutas forças afastara a hipótese de novos combates dispendiosos e sempre incertos.

Assim, naquele dia 15 de Dezembro, o acto de Chaimite estava bem vivo na memória de todos e a glorificação do Comissário Régio foi levada a efeito por Lisboa inteira como guarda avançada de um Povo que unânimemente aplaudia o triunfo de um filho seu que mostrava ser da estirpe dos grandes de outros tempos.

A dúvida dos velhos do Restelo e o criticismo nem sempre esclarecido dos que muito sofrem com a glória alheia já se manifestara nas conversas e nas colunas dos jornais. A desconfiança receosa dos políticos em face de um vulto que crescia desmedidamente também decerto já existia em potência.

Mas nesse dia de apoteose nada perturbou a unânimidade nacional.

Ao heroi, nem se podia atacar de frente, nem de momento era fácil diminuir pelo processo quase sempre seguro da conspiração do silêncio, porque dos seus feitos se orgulhava todo o País que nele via um símbolo de ressurgimento senão do conjunto da vida nacional ao menos daquele sector representado pela nossa acção ultramarina que mais que nenhum outro, marca o lugar de Portugal no mundo.

Mousinho era bem um ídolo no dia do seu regresso festivo de 1897. A digressão triunfal que depois fez pelo País, todo ele impaciente por homenageá-lo e a viagem às grandes capitais europeias onde foi cumulado de atenções, agigantaram-no como figura representativa.

Mas exactamente porque subira tanto, a sua sorte estava decidida e a extraordinária consagração seria a causa principal de uma queda que ninguém ousaria julgar tão próxima.

Os representantes de uma política sem grandeza cientes do desgoverno a que estava votada a Nação, não podiam deixar de lembrar-se que os soldados felizes sentem-se por vezes tentados a actos de bonapartismo e deste modo não tiveram a menor dificuldade em verem nele um inimigo perigoso.

Assim, apostaram-se em arruinar-lhe a carreira. Lentamente, insidiosamente.

Volta ainda a Moçambique, mas os dias do seu governo estão contados.

Essa última viagem para uma estadia de dois meses poderia ter sido evitada se lhe tivessem notificado a limitação de poderes do Comissariado Régio, golpe que o havia de levar infalìvelmente à demissão. Mas é de todo evidente que seria uma verdadeira inépcia afastá-lo no momento em que era alvo de tão grandes honrarias.

Aquela ida aparentemente inútil, oferecia a inapreciável vantagem de reduzir o choque que a renúncia de Mousinho causaria no País.

Por fim, como prova incontestável do apreço do Rei, mas medida providencial para o Ministério, que a tomou como uma suplementar cautela sempre necessária para com o homem que inflamara a imaginação popular mais do que qualquer outro dos seus contemporâneos, vem uma espécie de aposentação em glória: a educação do herdeiro do trono.

Entretanto que ninguém se iluda. O heroi está preso numa gaiola dourada. Daí por diante estiolará por falta de acção. Nem sequer será usada a sua experiência no mais simples cargo consultivo.

Na formosa carta ao Conselheiro Luís de Magalhães notou seu primo e cunhado o Dr. Pedro Gaivão:

«Tendo governado superiormente uma província, nenhum ministro o meteu sequer na Junta Consultiva do Ultramar; tendo comandado tropas em África com êxito por ninguem igualado, nomearam-se comissões para estudar organizações do exército ultramarino e ninguem pensou em o chamar e o ouvir.»

Perante esta verdadeira proibição de ser útil, considerou Mousinho que a morte que nunca temera servia agora melhor o País que a sua vida.

Não era a morte em plena luta como convinha ao primeiro soldado português da sua época, mas ela teria o condão de fazer meditar mais do que uma longa vida sobre os grandes ideais que o consumiram e a tarefa magnífica que impulsionara.

Se bem que o não deixasse expresso, tudo se passou como se o homem que suscitara temores desaparecesse voluntàriamente para que a sua obra que pertencia à Nação não fosse diminuída por mesquinhas considerações pessoais mas antes continuada com varonil afinco por um povo inteiro.

Em todo o caso se o acto trágico do heroi, quase incompreensível no católico fervoroso que ele sempre foi, nos privava da sua presença física, ficava a substituí-lo uma grande herança espiritual e os benefícios de uma acção a que os interesses da Pátria sempre serviram de guia.

É a apreciação pessoal e sem grandes pretensões dessa herança legada por Mousinho que vos peço a fineza de escutar.

*

Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque foi um homem de outras eras vivendo fora do seu tempo — um português de Quinhentos no meio de uma sociedade decadente.

Tudo nele concorria para se sentir irmanado pelo ideal aos varões ilustres que fizeram História: o seu baptismo no Mosteiro da Batalha que vale como um presságio, uma genealogia que remonta aos tempos da Fundação, a morte dramática de seu avô Luiz Mousinho quando combatia um dos movimentos do irrequieto Saldanha seu companheiro de outrora no cerco do Porto, aquele episódio da sua mocidade em que a avó,

D. Ana de Mascarenhas, lhe entrega as insígnias da Torre e Espada que haviam pertencido o seu marido, a condição de membro de uma corporação como o Exército onde é timbre praticar em cada hora o culto do heroísmo passado e enfim a inclusão na arma de cavalaria cheia de tradições, de altos preconceitos e de glória.

Se tudo quanto apontámos ajudou a criar em Mousinho uma mística antiga, ela mais se radicou no convívio com os grandes vultos dos tempos idos através dos clássicos que conhecia profundamente conforme testemunho dos seus amigos e nós bem podemos ver pelo à vontade com que os cita naquilo que deixou escrito.

Bela escola de portuguesismo é essa que nos ensinam os nossos cronistas! Ainda hoje e sempre, quem sinta vacilar a sua fé patriótica ou tendo-a forte queira afervorá-la ainda mais, não tem melhor remédio do que ler a nossa literatura anterior a 1580 ou peregrinar por todo o vasto Mundo onde os portugueses deixaram pegadas de gigantes a assinalar a sua passagem.

Cultivava pois Mousinho os ideais de antanho, aqueles que sabia serem inseparáveis dos nobres cavaleiros cujas imagens povoavam o seu espírito: honra, lealdade, religião, patriotismo, bravura...

Numa sociedade em que estas virtudes escasseavam o futuro herói deve ter-se habituado a refugiar-se num mundo muito seu, no mundo da sua imaginação e dos seus sonhos. Todos os seus retratos nos mostram o homem que persegue um sonho.

Nos tempos modernos em que o mais vulgar materialismo ganhou foros de sapiência e de nobreza, pode parecer pouco recomendável a atitude de quem por vezes fecha os olhos para não ver o lado feio das coisas e das gentes, mas a verdade é que o idealista que crê no Homem mesmo quando duvida dos homens, guarda por isso bem intacta toda a força e pureza da sua alma, e se alguma vez é posto em face de circunstâncias extraordinárias, dá então a medida do seu valor.

Os realistas podem ser inestimáveis em todas as tarefas comuns, mas a dúvida adquirida na análise dos aspectos mais rasteiros da vida, esteriliza-os para os grandes feitos.

Na verdade, as obras primas do Pensamento, as grandes conquistas da Ciência e os sublimes rasgos da História, pertencem ao sonhadores que também são capazes de agir e de forma extraordinàriamente fecunda graças à sua ardente imaginação que neles cria todas as condições psicológicas do sucesso.

Muito antes de ser o heroi conhecido e festejado, já Mousinho o era pela imaginação. Ele sentia que colocado em condições invulgares seria digno dos seus modelos, aqueles grandes vultos com quem convivia pelo espírito.

Isso explica a fase heróica da sua vida e também de qualquer modo a própria morte.

Quando o nosso País estava permanentemente engolfado na acção, a passagem do heroi em potência a heroi revelado era curta porque as ocasiões de um grande gesto abundavam. Não acontecia o mesmo no tempo de Mousinho e assim, não é de estranhar

que a sua revelação se tenha dado aos quarenta anos e mercê de um conjunto de circunstâncias bem raro.

A sua intuição disse-lhe cedo que era no Ultramar, naquele Ultramar que nos tornara grandes, que havia de luzir a sua estrela. A terra que mais lhe conviria seria aquela em que mais houvesse que fazer, onde a nossa soberania estivesse menos sólida e os perigos fossem maiores.

Desta maneira a sua escolha fixou-se em Moçambique, mas a sorte começou por levá-lo à Índia, onde colheu duas vantagens certas: o revigoramento dos seus ideais no maior teatro dos feitos portugueses e a amizade que travou com Caldas Xavier que muito lhe deve ter contado da África, precisamente daquela África que ele tanto ansiava conhecer e onde Xavier já vivera apaixonantes aventuras.

Poucos anos depois conhece finalmente a terra que para a sua sede de glória seria uma autêntica terra da Promissão.

Iria agora revelar-se, tanto mais que ocupa como Governador de Lourenço Marques um lugar de comando numa região mais do que todas exposta?

Ainda não, porque no tempo dessa primeira estadia o governo central advogava prudência, muita prudência, o que seria uma óptima receita se o gentio insubmisso desse àquela atitude a melhor interpretação e não a confundisse com fraqueza.

Toda a acção estava vedada a Mousinho que tinha de esperar mais uma vez a sua hora.

Assim, volta a Lisboa porque não suporta a inercia forçada em frente de um mato cada vez mais hóstil.

A primeira experiência africana por que tanto sonhara viera demasiado cedo. O «ultimatum» ocorrido poucos meses antes só provocara ainda efeitos negativos. Ao espanto e à vergonha produzidos nos primeiros momentos pela afronta, seguira-se uma cólera que tinha por alvo não só a Inglaterra mas também os nossos governantes e chegou por isso a pôr em perigo a segurança do trono e a tranquilidade do País.

Mas como é de regra os grandes infortúnios acordarem energias que há muito parecem adormecidas, os efeitos construtivos não tardaram a aparecer à medida que a primitiva e confusa indignação se transformava em força disciplinada e era dirigida no bom sentido.

Vendo em perigo a sua herança ultramarina, Portugal ia finalmente agir.

Ao saber que se projecta uma expedição militar a Moçambique, Mousinho desenvolve uma actividade imensa para nela participar. Tem porém que remover um grande obstáculo: o concurso da cavalaria nas campanhas africanas não era considerado vantajoso.

E se a cavalaria a que pertence não parte, também ele possìvelmente não partirá.

Socorrendo-se então da experiência adquirida pelos ingleses nas guerras coloniais, defende na imprensa a ideia da inclusão da sua arma nas forças expedicionárias, acabando depois de porfiada luta por ver adoptado o seu ponto de vista.

Podia agora respirar. A sua ida era certa e nenhum daqueles valentes oficiais

que depois se cobriram de glória sob a direcção de Enes, merecia mais do que ele a honra de partir, porque nenhum a desejara tanto, se bem que todos fossem entusiastas.

Ainda uma vez deve ter sentido uma atroz impeciência, quando o navio que o transportava e aos seus homens, o «Peninsular», foi avariado por um forte temporal e teve de voltar para trás.

Como lhe pareceriam longos os dias que o separavam da acção, sabendo que as primeiras forças chegadas à Província já se haviam batido em Marracuene!

Mas finalmente a sua vez chegou.

Não irei agora tomar-vos tempo com a história das campanhas de 1895 e das que se seguiram sob o comando de Mousinho até 1897. Demais as conheceis..

Não será contudo ocioso salientar que nem sempre a moderna geração ajuiza convenientemente dos perigos e dos sacrifícios por que passaram os nossos soldados para nos conservarem um património que hoje contitui todo o nosso orgulho.

A docilidade actual dos autoctones do Ultramar português e a verdadeira revolução operada modernamente nas condições de vida do europeu em África, induzem muitas pessoas até de mediana cultura num erro de apreciação que convém tanto mais desfazer quanto é certo que a sua nocividade aumenta pelo facto de quem o comete raras vezes o exprimir, evitando assim a estirpação da lamentável dúvida.

Ora a verdade é que a nossa acção militar em Moçambique no fim do século passado é daquelas que só ganha em ser bem iluminada por uma crítica exigente que não pode deixar de reconstituir as condições psicológicas e materiais do momento em que ocorreram os acontecimentos.

Sem dúvida entre nós e os vátuas havia uma grande diferença de conhecimentos militares e de armamento, correspondentes a bem diversos níveis de civilização.

Mas a grande vantagem de um muito maior número de combatentes e a resistência natural que o meio africano opõe à penetração europeia, jogaram muitas vezes a favor dos aborígenes e assim aquelas diferenças não evitaram uma série de desastres importantes que nos foram infligidos pelo célebre Bonga, que na Zambézia, vinte anos antes, derrotara sucessivamente três fortes expedições, como também não impedira o revés que em 1888 nos causaram os namarrais em Naguema a bem poucos quilómetros da própria capital da Província.

E do que por nós passou, não estiveram livres os ingleses ao lidarem no território que havia de constituir as Rodésias com raças aparentadas àquela que íamos combater em 1895.

Se bem que a expedição dirigida por Enes fosse melhor organizada e dispusesse de forças mais numerosas que todas as anteriores em que o improviso primara sobre o método, não deixámos contudo de roçar pelo desastre em Marracuene onde um inimigo ferozmente decidido e atacando de noite, não é contido a tempo e rompe uma das faces do quadrado.

Com dificuldade logramos imaginar a sensação experimentada nos momentos mais críticos do combate pelos nossos soldados a quem tudo em África era estranho, ouvindo nas suas costas o fragor da luta misturado com a gritaria infernal dos landins e sem poderem aperceber-se na escuridão, se tudo estava salvo ou perdido.

Que presença de espírito tiveram de mostrar os oficiais e quanta confiança no comando os soldados, para ser possível restabelecer uma situação que estivera a ponto de soçobrar! Quanto heroísmo enfim da parte de todos!

Se agora juntarmos às contingências dos combates as mil circunstâncias que tornavam penosa a vida dos soldados, as doenças provocadas por um clima hóstil numa época em que as enfermidades tropicais eram ainda mal conhecidas e não se dispunha dos remédios que hoje enriquecem os serviços de Saúde, as marchas a pé sob um sol abrasador ou debaixo da torrencial chuva africana, as dificuldades de um abastecimento feito à base de carros puxados a bois ou muares, poderemos então calcular o valor do esforço generosamente dado pelas nossas forças.

Juntemos a isso que o desconforto era permanente num país cuja fisionomia diferia muito da actual, pois os pântanos bem mais numerosos não tinham ainda sido reduzidos por um progressivo arroteamento do solo e as florestas muito mais impenetráveis não haviam sofrido o desbaste que a exploração industrial e o acréscimo das necessidades agrícolas lhes causou nos nossos dias e compreenderemos a afirmação de Mousinho na sua conferência do Centro Comercial do Porto de que a imobilização durante vários meses da coluna do norte na região do Chicomo antes do decisivo combate de Coolela, dera lugar a provações tais *«que a doença fez mais estragos que as balas do inimigo»*.

É ainda necessário para devidamente apreciar as nossas campanhas africanas que se tenha bem presente as inquietações que a expedição de 1895 suscitou em homens como Mariano de Carvalho, que, conhecendo Moçambique, considerava insuficientes as forças enviadas, as angústias por que passou o ilustre Enes e os meios bastante mais poderosos que os ingleses punham em acção nas regiões vizinhas em casos de igual importância.

Julgar aqueles acontecimentos heróicos esquecendo situá-los na sua época e vendo-os enquadrados em situações próximas das actuais é a mesma coisa que reduzir a audácia dos descobrimentos às proporções requeridas para efectuar aquelas mesmas viagens num transatlântico de luxo equipado com a mais moderna aparelhagem.

*

Quase sempre que falamos de Mousinho, o governador é eclipsado pelo soldado e mesmo neste cita-se-lhe muito mais a bravura que a inteligência.

O próprio heroi havia de escrever amargamente: *«Pensam muitos que passei os meus dois anos de governo à cutilada aos pretos. É um engano; a maior e a melhor parte das cutiladas foram assentes nas convenções, nas ficções, no enredo de falsidades com que nos pretendíamos iludir.*

Não admira que no seu tempo o tomassem por um acutilador de pretos. Passados

quase sessenta anos essa lenda subsiste em grande parte e disso temos a culpa nós os seus admiradores, que impressionados pela crítica cheia de má fé dos politiqueiros da época interessados em denegrir, não iluminámos suficientemente os seus actos de homem de governo como se tivéssemos receio de encontrar alguma falha que o diminuisse como chefe esclarecido e o reduzisse às proporções de um audacioso feliz.

Na verdade, quer como militar quer como administrador, a sua melhor arma foi um juízo seguro a par de uma fé ilimitada.

Em Chaimite mal desembainhou a espada e em Macontene, na famosa carga de cavalaria, nem sequer lhe pegou, contentando-se em brandir um «stick». A sua intuição maravilhosa dizia-lhe que a extrema audácia paralisa de surpresa o inimigo, principalmente quando este é primitivo e impressionável.

Muito fácil tudo aquilo então? Não, porque aquela audácia requeria uma confiança quase sobre-humana. Era preciso passar ao lado do perigo sem se deter nem virar a cara, como se ele não existisse, para que a menor hesitação não mostrasse ao gentio que conservava ainda possibilidades de reagir.

Referindo-se à inacção dos pretos em Chaimite, que classifica de providencial, escreveria Mousinho: «*...fusilando-me a dez passos de distância teriam provàvelmente morto todos os oficiais, os auxiliares teriam fugido logo e as praças brancas sem terem quem as dirigisse teriam provàvelmente sido trucidadas pelos 250 ou 300 pretos que depois vi que estavam dentro da povoação.*

Isso aconteceria decerto se algum dos seus companheiros não o imitasse no supremo domínio de si próprio e se os vátuas não tivessem visto nos olhos e nos movimentos de todos, aquela decisão que desarma.

Mas para quem estuda Mousinho como militar, uma acção existe que pouco se tem exaltado e no entanto é o seu mais belo combate: a acção de Mujenga, de 19 a 20 de Outubro de 1896, na primeira campanha dos namarrais.

Nela o Comissário Régio não surpreendeu o inimigo, muito mais matreiro que o do Sul, antes por efeito da traição dos guias caíu numa cilada que o levou à beira do desastre.

Aí recebeu o seu baptismo de sangue e em face de uma morte quase inevitável, porque os seus soldados estavam tão exaustos pela fadiga e pela privação completa de água que alguns desejavam acabar ali mesmo de preferência a dar mais um passo, comandou um espantoso combate em retirada debaixo do fogo constante de um adversário encarniçado que o acossou até às proximidades da costa.

Para se avaliar a situação dramática em que se encontravam os nossos homens é preciso conhecer o país namarral naquela mesma estação do ano em que se travou a luta.

Era no fim da época seca, quando a vegetação está ressequida por seis meses de estiagem inclemente e o capim apresenta um aspecto amarelado, áspero e agressivo.

As lagoas e os riachos tão abundantes no tempo das chuvas desaparecem completamente; a água parece ter-se sumido nas profundezas inacessíveis da terra e esta calcinada por um sol impiedoso que não lhe dá tréguas, fora daquelas que a noite impõe, parece um braseiro onde sofre tudo quanto é vida.

Ao facies de desolação imposto pela natureza juntou-se o efeito das queimadas deixando grandes superfícies negras e tições verticais que meses antes eram árvores bem vivas.

O ar é quente como o sopro de uma fornalha e à distância reverbera num movimento ondulatório que cansa os olhos e faz entontecer.

Ali, nalguns daqueles dias, o homem sente-se maldito.

Pode fazer-se uma ideia da angústia que neste cenário dantesco assaltaria os nossos soldados na noite de 19 para 20 de Outubro quando algumas horas de tréguas lhes davam a ocasião de meditarem sobre a sua sorte.

Um dia inteiro de combate não tinha beneficiado a posição da coluna. As munições sofreram um consumo perigoso. Os namarrais, seguros da vitória e sabendo que os nossos tinham procurado inùtilmente alguns poços que se dizia haver na região, gritavam à guisa de estribilho acompanhando o som das palapatas: *não beberão água, nunca mais a beberão.*

E ao outro dia o calvário da retirada empreendida por bravos que já não estavam habituados a recuar e que tinham de o fazer naquele solo fatigante de areia muito branca e muito solta, onde a marcha é um martírio e em que os cajueiros despojados propositadamente de todos os seus frutos refrescantes só serviam para esconder atrás do seu tronco o obstinado inimigo.

Mousinho diria mais tarde: *Aí experimentei sensações que jamais se esquecem, nem desejo seja a quem for que as sinta.*

Ora é exactamente em condições de extrema adversidade, quando tudo parece perdido, que um comandante dá a medida do seu génio e a tropa mostra o seu verdadeiro valor.

O quase desastre valeu pela maior das vitórias, e o heroi de Chaimite, deparando pela primeira vez com o que não contava, encontrou em si a força de ânimo capaz de salvar os seus homens de um aniquilamento que se mostrava certo.

Repetia-se assim o milagre de Marracuene, mas enquanto ali o espectro da derrota e do massacre durou alguns minutos, grandes como séculos, bem sabemos, na Mujenga uma angústia de morte manteve-se durante todo um dia.

Por esta razão, Mujenga é um nome glorioso a reter.

Mas repetimos mais uma vez. Em Mousinho o capitão tem feito esquecer o governador. Injustamente.

Se o empreendimento de Chaimite está na base da sua glória, ele é como concepção um acto de governo. Foi na qualidade de governador de Gaza que o heroi o planeou e, muito antes da expedição de Enes, o tinha sonhado quando Governador de Lourenço Marques.

Mariano de Carvalho, no seu jornal o «Diário Popular», contou que sendo Comissário Régio, Mousinho lhe propusera prender num golpe de mão o Gungunhana,

que se achava no Limpopo acompanhado de uma guarda menos numerosa do que a habitual.

Chaimite aparece assim como uma acção longamente desejada, e o valor do acto político está bem à altura da façanha épica que é o gesto militar.

Para bem compreender o significado da prisão do potentado vátua, é preciso lembrarmo-nos que em África, por virtude de um maior ou menor nomadismo, a ocupação do solo inimigo não significa necessàriamente o fim de uma guerra.

Um régulo é-o de uma tribo ou de um povo muito mais que de um território. Pode perder este e continuará a contar com a sua gente quer ela emigre ou fique no país ocupado.

Há poucos anos um dos quatro régulos que dividem entre si o predomínio sobre os indivíduos do grupo ajaua do distrito do Lago regressou a Moçambique depois de trinta anos passados no Nyassaland, onde também conta muitos milhares de subditos.

As autoridades do antigo protectorado, quando depois de algumas promessas feitas por emissários se convenceram que ele não atravessaria novamente a fronteira, pediram a quem de direito que um Comissário Distrital fosse autorizado a vir ao nosso território encontrar-se com o régulo para que este assinasse um documento renunciando aos seus direitos de mando sobre as populações que acabava de abandonar.

Efectuou-se o encontro na minha presença em virtude do chefe ajaua se achar na área administrativa a meu cargo.

O régulo, homem de notável inteligência, mostrou-se irredutível.

Falando em tom extraordinàriamente baixo, mas com uma lentidão e uma majestade impressionantes, palavra a palavra, declarou que nunca assinaria o documento de abdicação porque estivesse ele onde estivesse a sua gente lhe devia obediência.

Quando partira para o Nyassaland as autoridades portuguesas haviam nomeado um novo régulo para o substituir, mas os notáveis do seu povo atravessavam de vez em quando a fronteira a fim de procederem sempre de acordo com as suas ordens e conselhos. Agora que regressava à sua terra natal sucederia perfeitamente a mesma coisa em relação aos homens que havia deixado em território inglês.

Como o Comissário Distrital sugerisse que ao menos lhe indicasse qual dos seus irmãos deveria o Governo do protectorado escolher para o substituir, disse que não indicava ninguém porque as suas palavras poderiam ser usadas como um gesto de renúncia. Que nomeassem quem muito bem quisessem.

Muitos exemplos semelhantes levam à convicção que o Gungunhana seria enquanto livre bastante perigoso, mesmo depois de uma série de derrotas lhe ter diminuído o prestígio entre o seu povo.

Marracuene, Magul e Coolela, sendo vitórias magníficas, não resolveriam definitivamente a questão do domínio português no sul de Moçambique. O régulo vátua tinha muita gente da sua raça para além da fronteira e na África de então pululavam tantos aventureiros europeus e degladiavam-se interesses tão inconfessáveis, que a facilidade em adquirir armas de fogo era enorme.

É conveniente também notar que a ocupação total do território sujeito à influência do neto do Manicusse estava longe de ser concluída, pois os «manguni» estendiam-se até ao distrito de Tete e poucos anos antes as suas correrias em caça de escravos tinham-nos levado ao alto Niassa e mesmo até além Lurio às proximidades de Malema.

Assim, o Gungunhana tinha sérias probabilidades de se ressarcir do abalo sofrido no seu poderio e por isso como num jogo de xadrez, a luta só terminaria por cheque mate ao rei.

Como não é fácil a uma acção humana recolher a unanimidade dos aplausos, o episódio de Chaimite, motivo de extraordinário orgulho para quase todos os portugueses, foi por uns poucos apreciado de modo reticente e é interessante notar que houve mesmo duas opiniões diametralmente opostas entre aqueles que estavam dispostos a diminuir.

Enquanto uns o classificavam de temeridade de louco que só por extrema fortuna resultou, os outros tomaram-no por oportunismo fácil, dado o estado de abatimento do régulo.

Estas teses tão antagónicas anulam-se mùtuamente. Mousinho correu um risco enorme mas conscientemente calculado, porque o objectivo era daqueles que tudo merecem pois representava naquele momento uma verdadeira necessidade nacional.

Pode dizer-se que isoladamente nenhuma outra acção concorreu tanto como aquela para dar de modo efectivo Moçambique a Portugal e, por si só, ela dá ao heroi o mais destacado lugar na epopeia africana do fim do século passado.

Mas por maior que seja Chaimite, a glória de Mousinho de Albuquerque está longe de ser constituída sòmente por esse brilhante feito de armas e acto político genial.

Antes havia Coolela, onde emparceirou com os seus mais esforçados companheiros. Depois, no Comissariado Régio, em plano único e destacado, uma actuação militar e política digna do outro Albuquerque.

Não abordemos essa actuação antes de notarmos uma particularidade que nos dá seguro indício do seu valor.

Quem escolheu Mousinho para Governador de Lourenço Marques? Júlio de Vilhena a conselho de Caldas Xavier.

E para Governador de Gaza? António Enes pelo conhecimento directo que dele tinha.

Nomeado Governador Geral de Moçambique e mais tarde Comissério Régio como consequência do seu acto de génio no governo de Gaza, quem escolheu para seus mais directos colaboradores? Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Eduardo Costa, Vieira da Rocha, Gomes da Costa e muitos outros de grande capacidade.

Acrescente-se que quase todas estas prestigiosas figuras o acompanharam na sua demissão, tanto viam nele o Chefe dilecto.

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és, refere o popular rifão.

Diz-me quem te escolheu e a quem escolheste para colaborador e eu te direi quanto vales, deve o provérbio entender-se no que toca aos homens de governo.

Este critério aplicado a Mousinho revela um homem de craveira excepcional. Vejamos como ele o era e como os seus actos e concepções posteriores a Chaimite exigem que consideremos este feito como uma prova de talento e não um acaso feliz.

A primeira preocupação do seu governo foi a ocupação real de todo o território que o tratado anglo-luso de 1891 reconhecia como nosso.

Considerava-a de urgente necessidade, não só para estarmos de acordo com a teoria decorrente do Acto Geral da Conferência de Berlim, segundo a qual a presença efectiva numa região prevalece sobre os direitos históricos, mas principalmente porque ela era a condição primeira da valorização económica da Província.

Este conceito que nos parece hoje muito simples e evidente e na realidade já naquela época se impunha como coisa lógica, não era, ao menos na prática, aceite por todos, talvez porque implicava sacrifícios.

Preferia-se confiar na boa vontade dos régulos mais importantes e negociar com eles a obediência e amizade, até que éramos forçados a enviar expedições punitivas quando alguns, fazendo tábua rasa das boas promessas, se lançavam na rapina e no massacre.

Em vez de prevenir as rebeliões por uma presença constante, o que seria mais seguro e até a longo prazo mais humano, optava-se por remediar ora aqui ora além as más situações que iam surgindo.

Mousinho e todos quantos conheciam a Província, sabiam que o irrequietismo belicoso dos indígenas procedia de não sentirem por toda a parte, atenta e vigilante, a nossa força.

Em todos os tempos a fraqueza produziu em África grandes tragédias porque tornou necessária a repressão violenta e ela que revolta às vezes, só tem pior na injustiça que revolta sempre.

Inversamente, é fora de dúvida que sòmente a força pode sem equívocos e sem perigo ser magnânima e tolerante.

Forte desta certeza, o grande Governador não perdeu tempo a elaborar os planos de uma ocupação metódica e que teria sido completa se mais dilatada fosse a sua permanência à frente dos destinos da Província.

A campanha dos Namarrais, a da Maganja efectuada por Azevedo Coutinho e a segunda campanha de Gaza, que nos dão respectivamente a posse real e definitiva de largos territórios no distrito de Moçambique, na Zambézia e no Sul, são marcos luminosos que balisam o extraordinário governo de Mousinho e mostram aos seus sucessores o caminho a seguir.

Tinha-se visto em 1895 o País sacudindo a inércia de muitos anos empreender uma campanha que resultara gloriosa, mas sentia-se que o fizera sob a pressão de acontecimentos que ameaçavam fazer-nos perder Lourenço Marques e todo o sul da Província e arruinariam o nosso prestígio no Mundo.

Agora tomávamos a iniciativa e lançávamo-nos numa política conscientemente desejada. Controlávamos enfim o nosso destino em África.

Suponho ser este um dos maiores títulos de glória do herói. Mas o Terreiro do Paço não o compreendeu assim naquela época.

— Desejamos uma administração pacífica porque o tesouro público não pode suportar despesas avultadas — dizia-lhe o Ministro Dias Costa quando em Lisboa pediu uma força da Marinha para firmar a nossa soberania em Angoche e acabar com aquele reduto da escravatura e do contrabando.

Bem lhe explicava o Comissário Régio que as lutas estritamente necessárias à ocupação nunca são caras, porque os rendimentos provenientes da abertura de vastas regiões ao comércio e o imposto indígena cobrado nessas mesmas áreas, suprem as despesas feitas. Mostrava-se que os soldos e prés de todas as forças estacionadas em Moçambique eram pagos pelo cofre provincial e apesar disso, durante o seu governo não se recorria ao tesouro da Metrópole porque não havia «deficit», ao passo que outro tanto não sucedera nalguns anos de administração pacífica anteriores à campanha de 1895.

Não convenceu o ministro porque a questão era muito outra. Pensava-se que provocava guerras para aumentar a sua glória.

Discutia-se intenções, coisas sempre difíceis de julgar e deixava-se de aplicar ao caso o critério da utilidade que é o único que se amolda ao interesse nacional.

Assim, não poude Mousinho completar o seu programa de acção que levaria os nossos postos militares à região do Mataca nos confins do Niassa, ao Barué com a colaboração da Companhia de Moçambique e à Macanga, no distrito de Tete.

Temos todo o direito de supor que se tem estado mais dois ou três anos no governo, teria abreviado substancialmente o período da ocupação e o pleno desenvolvimento da Província viria bastante mais cedo.

Os indispensávis empreendimentos a que se propunha, ninguém os levaria a cabo com menos sacrifícios nem com mais brilho, pois contava com colaboradores de primeira ordem, um núcleo de soldados experientes e um prestígio de lenda junto de brancos e de pretos.

A ocasião era a melhor, porque só há lógica em bater-se o ferro quando está quente e no período de 1895-1900 teríamos com um mínimo de esforço resolvido pràticamente todos os problemas militares postos pela necessidade de ocupar Moçambique.

Não quis o destino que a simplicidade triunfasse e assim, não poude Mousinho levar a seu termo esta obra. Contudo, pelo que lhe foi permitido realizar e pela justeza das suas concepções, pertence-lhe de direito um lugar de destaque na galeria das nossas grandes figuras coloniais de todos os tempos.

Podia pensar-se que os assuntos civis teriam sido relegados a segundo plano por quem foi medularmente militar, mas a inteligência do Comissário Régio era daquelas que manifesta interesse pelos mais diversos problemas.

A sua divisa como homem de governo podia condensar-se em três palavras: simplicidade, brevidade, acção. Ao expor no relatório «Moçambique 1896-1898» os seus pontos de vista sobre quase todos os aspectos da vida da Província, adivinha-se

nele o espírito ávido de realizações que sente o maior horror pelas delongas, complicações e inércia.

Tinha fatalmente de chocar com uma burocracia rotineira e sofrer os ataques de um parlamento cioso, até ao exagero, das suas prerrogativas.

Censurando algumas das mais importantes providências de Mousinho (regulamento de emigração, concessões de exclusivos e arrendamentos de terrenos) taxaram-no de precipitado, quase de irresponsável.

Ele procedia depressa como homem sôfrego de acção que conhece o valor do tempo e deseja deixar obra, mas nem sempre a brevidade exclui o estudo ponderado, como não é certo que a demora seja necessàriamente motivada por escrúpulos de exactidão. Pode muito bem ser e constitui até a regra, que o primeiro caso signifique zelo e o segundo descuido.

O que interessava portanto naquele momento e o que ainda hoje importa para julgar das qualidades de administrador do Comissário Régio, é saber se os seus actos de governo, mesmo os mais discutidos, eram ou não acertados.

Caíu Troia quando foi publicado o regulamento da emigração dos indígenas para o Transvaal.

Pelo facto deste diploma criar uma curadoria portuguesa na república vizinha, chegou a falar-se em tratado, para o que manifestamente Mousinho não possuia poderes.

Na realidade tinham sido feitas regulamentações paralelas do mesmo assunto pelos governos de Moçambique e da República Sul Africana que para isso se tinham entendido, mas em nada ficava cada um deles obrigado perante o outro.

Uma crítica nuns casos ignorante e noutros mal intencionada tratou o Comissário Régio como se ele fosse responsável pela emigração e usou de argumentos que nem todos eram os mais próprios para demonstrar a nocividade do fenómeno emigratório, sendo certo que nenhum atingia o homem que, encarando os factos de frente, se dispôs a atenuar os males daquilo que não se pode evitar.

Que vemos nós passados quase sessenta anos depois de publicado o regulamento tão discutido? Que a razão do notável governador era tanta que todos os seus princípios nesta matéria estão ainda de pé

Regida agora por acto de direito internacional a emigração contínua autorizada, apesar de hoje as necessidades de mão de obra da Província serem importantes e naquele tempo quase inexistentes. Ao lado da emigração legal e em virtude de ésta ser quantitativamente limitada existe a clandestina que é volumosa, mostrando que ainda hoje, em condições diferentíssimas das de então, não é possível controlar de modo absoluto a fronteira.

A instituição dos nossos serviços de curadoria no Transvaal mantém-se e, se é certo que o tratamento dado pelos proprietários das minas aos trabalhadores é voluntàriamente humanitário e correcto, não podemos deixar de ter um pensamento grato para o homem que pensou em proteger de modo eficaz os nossos indígenas criando um organismo muito mais apto para esse efeito do que as representações consulares normais.

A quem achando muito embora impossível evitar a emigração, preferia contudo não a reconhecer oficialmente a admitir aquilo que se considerava uma *exportação de homens*, lembrava Mousinho, o facto de Portugal ter equilibrado durante vários anos a sua balança comercial com a exportação invisível representada pelo dinheiro enviado pelos nossos emigrantes do Brasil.

Concluindo: uma experiência de sessenta anos mostra que sobre o assunto em questão, ele teve a maior das clarividências e os argumentos que mais tarde se apresentaram para justificar as diversas convenções que têm regulado a matéria, foram sempre aqueles que usou para defender o seu regulamento: impossibilidade de evitar a emigração, entrada de divisas, desenvolvimento do porto de Lourenço Marques cujo volume de tráfego está ligado ao incremento dado às minas do Rand pelo trabalho dos nossos indígenas, etc.

Não menos discutidos do que o regulamento de emigração foram certos arrendamentos de terrenos e a concessão de diversos exclusivos.

Dos arrendamentos, alguns respeitantes a terrenos situados na área do porto de Lourenço Marques, foram mais censurados aqueles em que os beneficiários eram estrangeiros.

Mousinho escreveu a esse respeito: — *Foi muito crítico o período em que em Lourenço Marques tomei posse do governo geral. O comércio afluia ao porto por uma maneira inesperada e faltava tudo para dar vasão ao tráfego. Os habitantes reclamavam melhoramentos, era do interesse do Estado realizá-los e todos à uma, nacionais e estrangeiros, queixavam-se de que o Governo português não só nada fazia mas nada deixava fazer.*

Uma das questões mais agudas era a dos terrenos. Não havia espaço junto à linha onde se depositassem as mercadorias desembarcadas dos navios e os importadores requeriam, pediam por todas as formas que, ao menos lhes arrendassem porções de terrenos alagados, para eles aterrarem e fazer ali os seus depósitos de madeiras e carvão.

Foi este estado de coisas que motivou os arrendamentos que tanta celeuma levantaram em Lisboa, não obstante os interesses do Estado terem sido acautelados da maneira mais escrupulosa pois em caso de necessidade de expropriação, as indemnizações a pagar pelos edifícios existentes nos terrenos seriam avaliadas sòmente pelo preço dos materiais empregados.

Actuando norteado pelo objectivo da valorização económica da Província poude mais tarde proclamar: *não alienei contudo um palmo de terreno nem por venda nem por «enfiteuse».*

De resto, guiado pela mesma preocupação de desenvolver o porto e a cidade de Lourenço Marques, dever nacional e internacional, uma vez que a república boer comunicava comercialmente com o mundo exterior através do nosso território, já o seu antecessor, o ilustre Enes fizera algumas concessões.

E nenhum dos arrendamentos que Mousinho autorizou havia de ser mais incómodo do que a concessão da Catembe a qual feita na melhor intenção por aquele

grande homem público e vendida pelos concessionários a um estrangeiro, trouxe complicações de ordem externa em virtude do decreto que a concedeu ter sido redigido em termos que levaram aqueles concessionários a sustentar que os seus direitos incluíam a faixa de 80 metros junto ao mar.

Como tinha a sina de ser tanto mais atacado quanto maior era a justeza das suas acções, não o poupou a crítica do tempo ao apreciar os exclusivos que autorizava como meio mais seguro de criar algumas indústrias num país em que tudo estava por fazer.

Eram esses exclusivos os seguintes: o da moagem de trigos e o do fabrico de dinamite no distrito de Lourenço Marques, o da exploração da borracha no distrito de Inhambane e o das lotarias em toda a província de Moçambique.

Compreende-se muito bem que se combatam os monopólios particulares nos países caracterizados por um adiantado grau de desenvolvimento em que os capitais são fàcilmente atraídos e a concorrência é benéfica porque servindo bem o público não deixa criar interesses demasiado poderosos, mas é bizarra a ideia de aplicar o mesmo critério a regiões em que muito custa dar o primeiro impulso às actividades criadoras de progresso e onde a experiência de todos os tempos mostra que muitas das tentativas iniciais terminam na falência.

Que admira assim que o Comissário Régio fizesse beneficiar de uma relativa segurança as raras iniciativas desta vez portuguesas, que a sua intuição lhe dizia serem os arautos da nova era de desenvolvimento a que Moçambique estava destinada e que tanto desejava inaugurar?

Eram estes exclusivos contrários aos interesses metropolitanos? Apesar da inquietação que suscitaram, não o eram.

O que dizia respeito à moagem no distrito de Lourenço Marques não feria interesses do Reino porque a farinha não vinha anteriormente de Portugal. O da borracha está fora de discussão pois se trata de um produto exclusivamente ultramarino. No das lotarias foram salvaguardados devidamente os direitos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cujos bilhetes ou fracções de bilhete continuavam a poder ser vendidos na Província. Quanto ao da dinamite destinava-se a produzir este explosivo para o exportar para as minas do Rand que o obtinham a preço muito elevado.

A grande razão que assistia a Mousinho para autorizar os exclusivos não residia talvez tanto no seu desejo de dotar a Província com algumas actividades, como no facto de associar essas mesmas actividades a objectivos ou obras do Estado cujo custo o tesouro público era manifestamente incapaz de suportar.

Ao conceder o monopólio das moagens, exigiu ao concessionário a cultura de 1.000 hectares de trigo nas margens do rio Umbeluzi e o estabelecimento nesta mesma cultura de dez famílias europeias.

Pretendia lançar assim o cultivo do trigo que de então para cá não deixou de ser a preocupação quase constante dos seus sucessores e associava-o à necessidade de uma colonização branca que é ainda hoje e cada vez mais o maior dos nossos problemas ultramarinos.

A autorização das lotarias era visìvelmente o pretexto para dar corpo à ideia de uma série de obras de beneficência (albergue, orfanato e cozinha económica) e de recreio (clube e hipodromo) que tanta importância social assumem em qualquer parte e muito mais numa cidade que naquele tempo era caracterizada por um clima dos mais deprimentes e onde os habitantes, para não se deixarem avassalar pelo desânimo, bem precisavam de solidariedade, convívio e alguns divertimentos.

Finalmente, explorando a borracha espontânea existente nas terras de Inhambane, era o concessionário obrigado a plantar 20.000 borrachíferas. Era mais uma cultura que o Comissário Régio pretendia introduzir.

Quando verificamos actualmente que naquela mesma província de Moçambique algumas culturas, como a do algodão e a do arroz, sòmente puderam atingir o notável grau de desenvolvimento que apresentam, graças a regimes de concessão privilegiada, não podemos esquecer a confiança com que o grande governador declarava deixar ao futuro o encargo de proclamar se a razão estava consigo ou com os seus críticos.

E na verdade, o tempo já permitiu um julgamento que mostra bem quanto aquela confiança era fundada.

Bateu-se numa luta de todos os dias para que o porto de Lourenço Marques estivesse à altura de preencher plenamente a grande função que a geografia e a natureza lhe assinalaram.

Aceitou a nomeação de Governador Geral mediante a promessa de que as obras indispensáveis se iniciariam sem demora. E mais tarde no momento de renunciar ao comissariado régio e em resposta ao presidente do conselho que lhe pedia para continuar naquele cargo, pôs como condições para ficar, além do cancelamento do decreto que lhe limitava os poderes, a garantia de que dois meses depois da chegada a Lisboa do engenheiro que por ordem do Ministério acabara de fazer o projecto daquelas obras, estivesse este aprovado e dadas as ordens necessárias à sua execução.

Desta maneira, começou e findou as suas altas funções pensando no futuro daquele porto que é hoje o mais importante de toda a África Oriental.

O espírito claro e lógico de Mousinho erguia-se contra tudo quanto representasse confusão. No início do seu governo tinham curso legal na Província uma infinidade de moedas estrangeiras: libras e meias libras, inglesas e sul africanas, prata inglesa, rupias, pesos, etc.

Acabou com tal multiplicidade de divisas, excepto nos territórios sujeitos à administração das companhias majestáticas e em Lourenço Marques, onde ficaram a vigorar as libras, dadas as suas íntimas relações com o Transvaal.

Pretendeu simplificar as peias burocráticas. Desejava que as normas da Fazenda fossem mais flexíveis de forma a adaptarem-se às novas condições criadas pela ocupação de vastos territórios.

Desde 1895 o Moçambique efectivamente português crescia de dia para dia, mas este facto não era reconhecido no projecto de orçamento para 1896/97 em que se

ignorava voluntàriamente o decreto de António Enes que criava o distrito de Gaza e determinava a sua conveniente ocupação.

Finalmente, naqueles tempos de lentas comunicações com a metrópole e em que as ligações entre os diversos pontos da Província eram contingentes, difíceis e morosas, tudo aconselhava uma ampla descentralização.

Mousinho desejava mais poderes para si e para os seus colaboradores que se achavam à frente dos distritos.

Nessa luta por uma maior liberdade de acção havia ele de baquear. Contudo, em dois anos de Governo, deixava atrás de si uma obra militar e administrativa notável pela clareza dos princípios e pela energia da execução.

Essa obra mostra-nos tão bem a estatura do homem de governo como o seu notável relatório escrito num estilo directo e varonil patenteia os dotes de profundo conhecedor das coisas coloniais.

Uma e outro convidam a proclamar que em Mousinho a mentalidade igualou a bravura e nada seria mais injusto do que guardarmos dele nos nossos corações a recordação da sua heroicidade esquecendo a do seu talento.

*

Naquela natureza privilegiada não podia a nobreza de coração ser inferior às qualidades de inteligência e valentia.

Era o amigo mais dedicado e o chefe mais compreensivo que alguém poderia pretender.

No regresso de Chaimite, as primeiras horas do triunfo em Lourenço Marques não as poude saborear. Agonizava o heróico Caldas Xavier, o grande amigo que tanto admirava e que tinha sido o seu dilecto companheiro de sonhos e de projectos. Toda a alegria lhe parecia imprópria do momento.

Dois anos depois, quando de aclamação em aclamação percorre o País, mostra bem na conferência que realiza na cidade do Porto que a fidelidade à memória do amigo está bem viva e nada sofreu nos momentos em que é humano deixar erguer dentro da alma alguns altares ao culto da vaidade.

Xavier é citado por aquele homem sóbrio de adjectivos com uma admiração que enternece.

E mais tarde ao escrever o seu Relatório, a propósito da acção de Macequece em que o futuro heroi de Marracuene se opôs às forças da Chartered, chamou-lhe *«um português de ouro como os dos bons tempos das conquistas, alma simples de soldado feita de ousadia e de abnegação.»*

Simples justiça? Caldas Xavier merece-a é bem certo, mas nas palavras de Mousinho sente-se o infinito prazer com que a presta. E é nisso que se mostra a amizade.

Para os seus oficiais sabia ser exigente e compreensivo, chefe e camarada, segundo as circunstâncias. Por isso os seus fiéis companheiros guardaram até à morte

no fundo dos corações a saudosa lembrança do herói. Para os soldados brancos e pretos era sempre justo e paternal.

Na última circunscrição que administrei conheci um velhinho macua que fora soldado e cozinheiro de Mousinho e com ele andara nas campanhas.

Chamava-se Paulino e morreu há três meses.

Falava do *«seu Comandante»* com um orgulho e um enternecimento que indicavam quanto o tinha amado.

Há alguns anos enviou-se Paulino a Lourenço Marques a fim de submeter-se a uma operação que o livrasse da cegueira iminente. Depois de operado, passou um dia na praça onde se encontra a estátua equestre do heroi de Chaimite em frente do soberbo edifício da Câmara Municipal.

— Sabes quem é? — perguntou-lhe alguém que o acompanhava.

Paulino olhou um momento e em seguida, perfilando-se comovidamente, fez a continência.

Depois quedou-se a pensar preocupado e por fim exclamou:

— Mas então deixam todo o dia o meu comandante ao sol e à chuva? Como podem fazer isso a um homem daqueles?

Bem explicaram ao bom velhote, que nunca vira uma estátua, que o seu ídolo representado como estava no bronze, resistia perfeitamente aos elementos e isso era costume fazer aos grandes brancas.

Custou a convencê-lo. Gostaria de, mesmo em figura, ver o seu comandante cercado de todas as atenções e bem protegido do tempo.

Assim era Mousinho estimado pelos seus homens.

E nós, que sobre a forma de perpetuar a memória dos herois temos uma ideia bem diferente do ingénuo Paulino, bem podemos perguntar à nossa consciência:

Quando moldaremos no bronze dos canhões a figura do grande capitão das campanhas de África, do homem que melhor que nenhum outro simboliza os denodados combatentes da epopeia grandiosa da ocupação, e a exporemos numa bela praça de Lisboa para que a chuva e o sol de Portugal lhe beijem as faces numa suprema homenagem?

Quando o faremos?

SUMMARY

ON THE EVE OF A CENTENARY: THE GREATNESS OF MOUSINHO

On a December of the year 1897, Lisbon and the Tagus were preparing for a great rejoycing.

The author, *Manuel Dias Belchior*, explains the meaning of that day of happy excitement, and why the people rushed to meet the man whose deeds brought back a glorious past.

This miracle was the work of Mousinho.

Though his achievments had been many what rose to the mind of everyone was the image of a young captain leading a handfull of brave soldiers marching through swamps and jungle, indiferent to danger and fatigue advancing further and further into enemy country, untill they arrive at the last stronghold of the greatest negro ruler who ever fought us in Africa, and at last emprisoning him amongst a crowd of his warriors whom such bravery made powerless.

Even those less sensitive to what is wonderfull, recognized that the capture of Gungunhana was the logical end of a glorious campaign. The one who had achieved it placed his country in his debt, for with such small forces he had swept away the possibility of an expensive and uncertain war.

Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque was indeed a man of another age, living out of his time — a Portuguese of the 16 th century.

For this reason when Mousinho is mentioned, the governor is always overshadowed by the figure of the soldier and in this last his bravery is more often mentioned than his intelligence.

The hero was one day to write bitterly: «They think I spent my two years as governor fighting the blacks. It is a mistake; the best and greatest fight was againest the conventions, the network of lies with which we tried to deceive ourselves.

As Comissario Regio his political and military achievements were worthy of Albuquerque. It could have been thought that civil matters would be relegated to second place by such a thorough soldier. In fact the mind of the Comissário Régio could be deeply interested in most different problems.

In Mousinho, mind and bravery came up to the same high level and nothing could be more unjust than that we should keep in our hearts the remembrance of his valor, forgeting his intelligence.

NOTÍCIAS E COMUNICAÇÕES

O CASO DE GOA

Discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Oliveira Salazar, em 30 de Novembro de 1954, na Assembleia Nacional.

Senhor Presidente:

A Câmara desejará ser informada, por declaração directa do Governo, acerca da questão de Goa, ou seja, do conjunto de problemas suscitados pelas pretensões da União Indiana à integração, debaixo da sua soberania, do Estado português da Índia. São conhecidos os principais factos e mesmo as posições fundamentais e atitudes assumidas pelos dois governos. Não cansarei a Assembleia com o seu relato nem repetirei o que em declarações anteriores pude dizer dos principais aspectos, políticos e jurídicos, desta questão.

Depois dessas minhas declarações, porém, verificaram-se e estão decorrendo factos da maior gravidade relativamente aos territórios portugueses; nota-se excepcional virulência em campanhas conduzidas por elementos mais ou menos responsáveis da política e da imprensa da União Indiana; desenvolve-se toda uma teoria de reclamações e protestos infundados, ao mesmo tempo que chegam a desconcertar as respostas às queixas por nós apresentadas contra a violação de direitos que se suporiam por toda a parte reconhecidos e respeitados; conhece-se a reacção internacional a este propósito: estamos talvez em condições de formar um juízo acerca da situação, nascendo a minha dúvida apenas da dificuldade de pôr de acordo, à face da lógica ocidental, o pensamento, as afirmações e os actos do Primeiro Ministro da União Indiana e do seu governo.

I — *GOA E A UNIÃO INDIANA*

Duas posições parecem nítidas e incontestadas do lado da União: a primeira é a afirmação do direito da União Indiana a que o Estado da Índia se integre nos seus territórios; a segunda é que a mesma integração há-de fazer-se por meios pacíficos, sem recurso, portanto, à violência. A integração de Goa na soberania de Nova Delhi não é uma perspectiva ou antevisão da evolução histórica: representa um objectivo político que os actuais governantes supõem dever realizar em cumprimento da sua missão. Mas para que um objectivo político em que tão visceralmente se encontra envolvida uma soberania estrangeira possa vir a realizar-se sem violência, é necessário que uma de duas circunstâncias se verifique: a possibilidade, jurídica e de facto, de essa

soberania ser espontâneamente abandonada ou a existência de uma vontade unânime, firme, irrefragável do povo goês, que tornasse impossível o exercício do poder público em Goa. Estas são as principais ilusões sobre que as construções político-jurídicas da União Indiana têm procurado erguer-se, sem consistência, porém, para se manterem erguidas.

O pretenso direito da União Indiana a Goa têm-no baseado os seus defensores na geografia, na história, na identidade de raça, língua e cultura, no princípio da autodeterminação dos povos, ou seja, na vontade dos goeses, e um ou outro no marcado desnível de grandeza ou de força que legitimaria o acto de o mais forte ir alargando, à custa de pequenos Estados, a área dos seus territórios. Esta última tese não é mesmo de discutir; vejamos as restantes.

Nunca a geografia legitimou direitos soberanos, nem mesmo, como é claramente visível, na península do Indostão. Apesar da influência que os factos geográficos exercem na história da humanidade, através de dois elementos fundamentais — as possibilidades de vida e as facilidades de defesa do agregado social —, são sempre os factos históricos e não a configuração geográfica que definem fronteiras, estabelecem direitos, impõem soberanias. E este é o caso português da Índia.

Pretender a União Indiana que retroceda a história ao século de 500; apresentar-se hoje como existente potencialmente nessa data, ou arvorar-se em legítima herdeira dos dominadores que ali encontrámos, é uma construção de sonhadores estáticos, não de dinâmicos construtores de história, como pretendem ser os que do Reino Unido receberam um Império. Se houvéssemos de aferir a legitimidade das soberanias pelas situações existentes cinco séculos atrás, que Estado, que Nação, que soberania, que fronteiras, na Europa, na América, na Ásia ou na Oceânia, se poderiam manter ou ter direito a existir? Que revisão apocalíptica, ou que ordenamento catastrófico não seria necessário? Quantos séculos viriam a exigir-se para a consolidação de tratados, a delimitação de fronteiras, a estratificação de entendimentos e formas de convivência entre os povos? — Referem-se estas teses, não pelo seu perigo imediato para o mundo, mas pelo delírio da sua própria extravagância.

Fala-se hoje muito na autodeterminação dos povos, como corolário do direito natural dos agregados humanos dirigirem por si os seus próprios destinos. Fora da afirmação solene de princípios, tanto em moda no fecho das conferências internacionais, aquela invocação aparece-nos feita a maior parte das vezes ao sabor de intuitos políticos ou necessidades de ocasião, e portanto sem o rigor correspondente à transcendente dificuldade do assunto. O nosso exemplo pode talvez ilustrar esta.

Em virtude da orientação que tomaram o nosso desenvolvimento e agência no mundo, adveio que a Nação portuguesa se formou, complexa na sua estrutura, dispersa nos seus territórios, diversificada nos povos que a constituem, sem prejuízo, antes com bem vincada afirmação de uma unidade nacional, intencionalmente prosseguida e consolidada pelo esforço de muitas gerações. Nestas circunstâncias, Portugal não pode, com a ligeireza corrente, professar princípios que seriam agentes de dissociação e de quebra da sua integridade — no fundo a negação de si próprio, sem vantagens visíveis mais que para terceiros (porque há sempre neste mundo vário quem esteja disposto a colher os frutos das tolas filosofias alheias). Esta prudente reserva não quer, no entanto, dizer que não haja no aludido princípio uma parte de justiça e de razão.

De facto, quando um povo, pela sua base territorial e desenvolvimento demográfico, pelos laços e produtos do sangue, por essa misteriosa criação de uma alma colectiva, representa profunda diferenciação, senão antinomia de interesses, e atinge, pela existência de um largo escol responsável, o que se pode chamar a maturidade

política — a autodeterminação traduz-se pela constituição reconhecida de um novo Estado independente. Não negamos, pois, o facto nem o princípio, e quem aceitou, depois de três séculos de íntima história comum, a separação amigável e passou a rever-se na independência do Brasil, pode bem discutir problemas desta ordem.

Mas é este o caso de Goa? Adiante me referirei ao ponto com mais desenvolvimento. Aqui apenas observo que o princípio não só é mal invocado, como de modo algum pode sê-lo pela União Indiana. Em primeiro lugar, o Governo da União não pretende a independência do Estado Português da Índia, mas a integração dos territórios no seu próprio território, a fusão das populações na sua massa de população. Em segundo lugar, todos poderão aceitar o princípio da autodeterminação dos povos, menos a União Indiana. Quando esse princípio pudesse ser pacìficamente invocado e receber satisfação, a União Indiana voltaria ràpidamente à poeira de Estados e soberanias e à simples expressão geográfica que, através dos tempos, quase sempre fora. Goa seria ainda Portugal e já as numerosas raças, línguas e religiões do Indostão haviam de constituir bases de edificações políticas muito mais diferenciadas que as nossas províncias ultramarinas.

Isto me leva à consideração das últimas razões invocadas do lado da União Indiana.

Dos numerosos discursos feitos no Parlamento de Nova Delhi e das declarações a agrupamentos políticos deduz-se que, ao princípio destes lamentáveis incidentes, os dirigentes da União Indiana pareciam estar convencidos, como de duas evidências, do seguinte: inexistência de qualquer diferenciação de Goa em relação à Índia; vontade dos goeses de deixarem de ser súbditos inferiorizados de uma potência colonial, para se converterem em cidadãos de um Estado soberano. Essas populações, amputadas da mãe-Índia, não teriam recebido, com a mistura de sangue, a influência de uma cultura e a cristianização do maior número, os benefícios de uma elevação social e de uma categorização política. Continuariam párias na sua própria terra, dominada ainda por estranhos, insensíveis e parados ante o movimento da história. Assim, o caso afigura-se, em precipitado simplismo, como libertação de concidadãos e pura questão de política interna.

Os factos posteriormente verificados, as alegações produzidas, a observação porventura mais cuidadosa levaram, porém, o Primeiro Ministro, Sr. Nehru, às seguintes posições que consideramos benefícios adquiridos em relação aos seus modos de ver anteriores:

— Goa constitui de facto uma unidade cultural, linguística, racial, diferenciada socialmente da União Indiana pela sua ocidentalização; e essas características diferenciais têm de ser respeitadas e mantidas;
— a questão de Goa não é de modo algum questão interna da União, mas questão de política externa, por contender com uma soberania legítima estrangeira, sempre reconhecida como tal e garantida por tratados internacionais.

Nós consideramos estas duas atitudes como posições-mestras na questão, das quais muitas conclusões se hão-de tirar, e a primeira é já que a «falta de liberdades democráticas em Goa» não tem de ser rebatida por nós quando alegada pela União Indiana. Podíamos confrontar constituições, textos de lei, práticas de vida, mas não são questões que em princípio possamos discutir com potências estrangeiras a nossa organização política e as prerrogativas dos cidadãos portugueses. Isto é simples consequência da não

intervenção de um Estado na vida interna de outro, tão solenemente afirmada pela União Indiana no acordo do Tibete.

O desejo, porém, de nada deixar por esclarecer nesta matéria induz-me a aceitar por momentos a discussão sobre o problema de saber se a falta de certa liberdade em Goa prejudica a prova de uma asserção da União Indiana.

Nós afirmamos o seguinte: Goa encontra-se ligada, sentimental e patriòticamente, a Portugal, e os goeses não têm mostrado preferir a recente soberania indiana à do velho País que teve, pelo menos, o mérito de, em recuados tempos, abrir à Índia os caminhos marítimos do mundo e pô-la em contacto com a civilização ocidental. Do lado oposto, afirma-se que, se Goa não se tem levantado a favor da sua integração na União Indiana, é que não tem liberdade para isso.

Decido não fugir ao argumento e respondo.

É perfeitamente exacto que no Estado português da Índia não podem os cidadãos portugueses, sem incorrer em responsabilidade, manifestar pùblicamente preferência pela sua ligação à União Indiana e agir em conformidade com qualquer intento desse género. É assim em Goa; é assim em Portugal inteiro; é assim em todo o mundo, porque a cidadania não é objecto de escolha, mas dever natural de que cada um não pode libertar-se à sua vontade, negando-se à pátria. É assim também na União Indiana, com a estranha agravante de, ao contrário do admitido nos povos civilizados, não poderem ali os goeses manifestar sem risco o seu desejo de que continue portuguesa a sua terra.

Este o direito ou a negação dele; mas os factos, só os factos também não permitem a dedução de que os goeses escolheriam como seu futuro a anexação de Goa à União Indiana. Há goeses em território português, há goeses em territórios da União, e muitos sob outras soberanias que não podemos influenciar. E o comportamento da grande massa, por toda a parte, é idêntico — de fidelidade à Nação Portuguesa. Nem as pressões materiais e morais exercidas na mesma União Indiana, nem as mil formas de captação ou aliciamento que estão sendo usadas fora dela — como no Quénia, no Tanganica, no Paquistão — têm conseguido demover estes portugueses de confessar o seu portuguesismo. Eu quero deixar aqui uma palavra de comovida admiração pela fidelidade patriótica de que têm dado provas, por vezes em bem difíceis circunstâncias, tantos homens, a muitos dos quais Portugal dá apenas a honra de um nome e o prestígio de uma História. A atitude destes homens permite-me reduzir a nada a importância do argumento da União de que não há em Goa liberdade para que os goeses se manifestem a seu favor. Mas há essa liberdade na União Indiana, e esta não tem sido suficiente para converter à sua causa a centena de milhares de goeses que aí angariam a vida.

Penso ter analisado com inteira objectividade os fundamentos em que se baseiam as pretensões da União Indiana. Espero agora examinar com a mesma objectividade, nos seus desenvolvimentos efectivos, o método da «não violência» aplicado à consecução dos fins que a União se propõe. Gostaria de poder determinar a essência ou conteúdo daquele conceito estranho e confrontá-lo com os deveres jurídicos que à União incumbem como membro da sociedade internacional.

O pacifismo, a neutralidade e a «não violência» pretende a União Indiana que definam internacionalmente a sua orientação externa. A União tem a consciência de haver conquistado no mundo com o pacifismo uma fama útil: ela é o seu bordão, o seu arrimo, a fonte das suas múltiplas intervenções nos negócios alheios e do prestígio dos seus mais altos dirigentes. É-lhe essencial não destruir esse mito, mas também é necessário que esse mito a não estorve nas suas ambições, para o que, fazendo apelo ao fundo da raça e aos ensinamentos de alguns doutrinadores, criou, também para uso externo, o mito da «não violência». Não podemos duvidar de que o método nos é aplicado com toda a sua pureza, visto que, segundo declaração do Primeiro Ministro do Estado ou Província de Bombaim, a política em relação a Goa representa um bom *test*, — é o caso típico, o padrão, a demonstração cabal dos métodos especiais indianos na condução dos negócios internacionais (declaração ao correspondente de «Christian Science Monitor», de 23 de Julho de 1954).

Factos. Em 21 de Julho, bandos constituídos por cidadãos da União Indiana, partidos desse Estado, muitos com armas de guerra, e enquadrados por forças regulares da polícia e parece que das tropas de reserva da União, semifardados ou em traje civil, assaltaram o enclave de Dadrá, dominando, depois de alguma luta, de que resultaram mortos e feridos, a pequena força policial de que ali se dispunha. Dias depois o mesmo processo foi empregado, com forças mais numerosas, noutro enclave — o de Nagar Aveli — em que a resistência local pôde ser prolongada por bastantes dias, sendo os agentes da nossa administração aprisionados na fronteira, quando parlamentavam com as autoridades indianas.

Para estas operações, a União Indiana preparou prèviamente as condições de êxito, não permitindo de bastante tempo antes o reforço das pequenas guarnições locais e cercando Damão, de onde poderia ser enviado esse reforço, com tão numerosos efectivos que temos de considerá-los desproporcionados à simples vigilância da fronteira. Esses elementos, sucessivamente reforçados, mantêm ainda o cerco, o que significa garantir a União com forças suas a situação criada nos territórios portugueses, pois que sistemàticamente recusa a Portugal a passagem para que agentes regulares restabeleçam a ordem.

Não se sabe precisamente quem é ou quem representa nos enclaves a autoridade; sabe-se, no entanto, que para a União são encaminhados os dinheiros públicos e altos funcionários seus vigiam e se arrogam a chefia de serviços que, aliás, não funcionam. De facto não há ordem, nem justiça, nem autoridade geralmente obedecida; há o caos na administração; há a insegurança pública, o regime de terror, a miséria na vida privada.

Este é o resumo dos factos, tal como os posso extractar dos relatórios oficiais e das informações colhidas. Não podemos duvidar da sua exactidão substancial, desde que se encontram em território português alguns dos que intervieram, resistindo, nos actos de que resultou o esbulho da soberania portuguesa.

Evidentemente que farei as correcções que forem devidas, desde que uma observação directa possa ser feita por qualquer dos métodos oportunamente sugeridos pelo Governo português.

Na verdade, em face da situação criada, o Governo solicitou da União:

— que fosse permitida a passagem de forças portuguesas para restabelecer a ordem nos territórios: recusado;
— que fosse autorizada a passagem de delegados desarmados das autoridades de Damão, para ao menos investigarem o que se estava passando e poderem informar das necessidades das populações: recusado;
— que fosse admitida a observação dos factos de violação ocorridos nos enclaves e territórios limítrofes por observadores internacionais. Aceites em princípio conversações para negociar a ida de observadores internacionais que verificassem toda a situação no Estado português da Índia, enquadramento especioso da proposta portuguesa nas teias de aranha de negociações indefinidas no objecto e ilimitadas no tempo: pràticamente recusado;

— que fosse, ao menos, permitida a ida de observadores internacionais escolhidos pelo Governo português para examinarem a situação em Dadrá e Nagar Aveli: recusado.

Não analiso as alegações em que se basearam as recusas. Estas são apenas filhas da obstinação e da presunção da força que, cansada de apresentar razões inválidas, desiste mesmo, em certo momento, de se justificar. Nós compreendemos aliás muito bem por que têm de ser mantidos sob rigoroso sequestro, e longe de vistas importunas, os referidos territórios, cujos habitantes anseiam por que se encontre solução para libertá-los da miserável situação em que se encontram.

Até aqui o que se refere aos enclaves. No que respeita às relações entre a União Indiana e Goa, Damão e Diu, territórios contíguos à União, mas servidos pelo mar, os esforços de integração pelo processo da «não violência», têm-se desenvolvido pelos meios seguintes:

— bloqueio com a prática proibição do comércio entre a União e os territórios portugueses;
— apoio oficial às decisões impostas pelos extremistas às organizações sindicais dos portos da União, para tentarem alargar o bloqueio em relação a terceiros países, recusando serviços aos navios que demandem Goa;
— recusa de autorização para o trânsito das pessoas entre os territórios encravados e os restantes territórios portugueses; dificuldades administrativas, roçando pela recusa total, à passagem ou trânsito de estrangeiros ou nacionais dos dois países em qualquer sentido;
— dificultação ou recusa de transferência das economias dos goeses que trabalham na União Indiana para as famílias residentes em Goa;
— demora abusiva e censura da correspondência proveniente ou em trânsito pela União;
— actos de abordagem e mesmo de pirataria contra barcos de pesca ou de comércio por barcos dos serviços da União;
— preparação e alistamento de grupos, pequenos à falta de gente para serem grandes, constituídos por «satiagrais» — método de perturbação da ordem pública muito usado na União Indiana e aí severamente reprimido, e que entre nós nem mesmo podia lograr compreensão para a parte do sacrifício pessoal que a oferta do «satiagra» envolve, desde que se verifica não se tratar de rasgos espontâneos e actos gratuitos, mas promovidos, encomendados e pagos a tanto por «mártir».

O Primeiro Ministro da União declarou em certo momento não ser permitida aos não goeses a saída do território para manifestações daquele género. Que a decisão foi alguma vez cumprida deduz-se da intervenção que tiveram nalguns ajuntamentos da fronteira comum as autoridades da União Indiana. Que a ordem não é absoluta ou rigorosa depreende-se do facto de boa parte dos indivíduos presos em Goa não terem a nacionalidade portuguesa.

Temos assim duas ordens de situações e portanto duas ordens de problemas — os derivados da existência de territórios encravados na União e suas relações com o Estado soberano, e os problemas e relações de simples vizinhança entre a União e os territórios contíguos do Estado português da Índia. Num e noutro caso a política seguida é confessadamente a da «não violência».

É bastante difícil a um cérebro ocidental classificar dessa forma os factos ocorridos nos enclaves, quando se verificou a intervenção de forças armadas da União Indiana, comandadas pelos seus chefes; o fornecimento de armas de guerra e de outros meios de invasão; actos agressivos, com mortos, feridos e prisioneiros, e o impedimento, pela força, ostensivamente postada na fronteira, do exercício do poder legítimo. E quanto a todos os outros actos que se destinam a estiolar pela fome ou a perder por eventual revolta os habitantes dos territórios vizinhos, deduz-se que a «não violência» se concilia com o desrespeito das leis e dos tratados, a violação das imposições do direito natural, o desconhecimento dos simples deveres de humanidade, a inteira ausência de cooperação entre os povos, e abrange, por outro lado, todo o comportamento hostil, sem limitações jurídicas ou morais, contra as pessoas, as famílias, os povos e direitos de umas e de outros. Numa palavra, a «não violência» compreende tudo ou é susceptível de tudo compreender, menos a guerra, declarada pelos governos e conduzida pelos exércitos. Suponho não exagerar, e em matéria tão delicada, dadas as conclusões a que chego, gostaria de ver com exactidão.

Ponho agora o problema: tem a União Indiana o direito de se comportar como comporta? Pode legìtimamente prosseguir uma política que, embora chamada de «não violência», se define como deixei dito? A minha resposta é negativa e desenvolve-se como segue: desde que a União Indiana pretende constituir um elemento da sociedade internacional e designadamente faz parte das Nações Unidas, cujos princípios se obrigou a aplicar e defender, já não são as suas aliás abstrusas noções que ela pode impor arbitràriamente ao mundo, mas os conceitos e as normas de convivência dessa sociedade que é obrigada a seguir e a respeitar.

Parece julgar-se na União Indiana que não há enclaves na terra mais que Dadrá e Nagar Aveli. A existência de enclaves de que há numerosos exemplos — a própria União Indiana possuía um nos territórios de Haiderabade antes de anexar esse Estado pela força — não é mais que a aplicação ou extensão do caso dos Estados interiores, tão legìtimamente independentes como os outros e tão reconhecidamente soberanos como os Estados com ligação directa para o mar livre. Mesmo que as situações não tenham sido expressamente definidas e asseguradas por tratados, o direito internacional garante plenamente a esses Estados, como inerente ao direito de viver, o direito de se governarem, de trabalharem, de comerciarem com o exterior. Nunca ocorreu que, em aplicação de um regime de paz, a Suíça, o Luxemburgo, a Checoslováquia possam ser privados da possibilidade de manter relações comerciais através dos países limítrofes, receber desses e dos outros mercadorias, energia, pessoas que desejam deslocar-se; nem nunca alguém ousou defender a tese de que, para acabar com a categoria de Estados interiores, se deve reconhecer às potências limítrofes anexá-los pela força ou pela «pacífica não violência» da União Indiana.

Não se nega que a existência de enclaves pode constituir fonte de algumas dificuldades para uma ou outra administração: as situações são, porém, análogas e os problemas que suscitam da mesma índole dos dos Estados interiores. É tal a força do princípio do direito natural — a possibilidade de ser exercido um direito que se reconhece — que na prática nunca se houveram por possíveis mais que duas atitudes — ou negar a soberania ou reconhecê-la com o reconhecimento implícito do direito de passagem aos agentes da autoridade legítima, para o fim de se assegurarem as condições de vida legal e a satisfação das necessidades das populações. Só a União Indiana tenta abrir um terceiro caminho, e por isso se encontra na posição indefensável e única de nem poder anexar os enclaves para não comprovar um acto de guerra contra a soberania que ela própria reconhece, nem deixá-los viver sob a única soberania legítima e possível

— a soberania portuguesa. A União não recebeu só territórios, autoridade, interesses, direitos; herdou também as situações jurídicas e de facto, preexistentes à independência, e que a Inglaterra reconhecia: não podia alterar unilateralmente e a quem lhe sucedeu cumpre fielmente respeitar.

As relações de boa vizinhança consagradas no preâmbulo da Carta das Nações Unidas impõem igualmente à União Indiana, em face de Goa, não só a abstenção dos actos inamigáveis e hostis que ilegitimamente inclui na sua política de «não violência», mas a prática de actos positivos de convivência e colaboração. Eu não podia exprimir-me melhor a este respeito do que o próprio Sr. Nehru quando afirmou recentemente no seu discurso de Pequim: «a paz não é só a ausência da guerra; a paz é positiva e só existe verdadeiramente numa atmosfera de cooperação entre as nações». Para não se poder afirmar que o Primeiro Ministro só pensa com correcção nos domínios do universal, esperemos que rectifique no pensamento e na acção os seus conceitos de não violência, de paz, de boa vizinhança e cooperação fraterna, conceitos que tem mobilizado contra Portugal, mas repugnam à consciência do mundo civilizado a que deseja pertencer.

II — *GOA E O MUNDO*

Através das ameaças e actos agressivos de que tem sido objecto e vítima, Goa atraiu durante os últimos meses a atenção e despertou por toda a parte um movimento de ansiedade. E, apesar de serem pràticamente ilimitados os meios de propaganda de que a União dispõe e intensa a sua actividade, ela não pôde evitar que uma consciência geral se formasse, condenatória dos seus métodos de pressão e criminosas agressões: o governo da União Indiana comprometeu e desacreditou connosco o seu pacifismo e a sua política de «não violência».

Em quase todos os países onde há possibilidades de uma expressão pública, o caso de Goa foi acompanhado e discutido: nos países comunistas, muito compreensìvelmente, com inteiro apoio às pretensões da União Indiana; em Estados recém-constituídos, presos ainda de preocupações e receios, com a circunspecção e prudência que lhes impõem aparentes analogias, a viveza das suas próprias pretensões, a memória de lutas recentes; mas nas outras nações que usufruem estabilidade de vida política e reconhecem o valor do direito nas relações internacionais, Portugal pôde contar com simpatia para as queixas e apoio para a sua causa. As atitudes ou declarações que em Nova Delhi pretenderam diminuir o número e valor das intervenções e diligências diplomáticas efectuadas, como o âmbito e significação de garantias e tratados, não obtiveram eco na opinião informada.

Evidentemente o Governo não podia ter a pretensão — nem era esse o intuito do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros — de obter de todos os outros governos que tomassem partido sobre o mérito da causa. Mas, no cansaço da desordem e das violações, pela força, dos direitos alheios, a generalidade dos Estados pôde formular um voto de que a União Indiana se sustivesse no caminho da agressão, permitisse a verificação dos factos por olhos imparciais e procurasse dirimir quaisquer diferendos por meios pacíficos. Esta a posição dos governos e nenhuma outra mais precisa ou mais avançada se poderia ambicionar. Alguns, porém, foram mais além. Se os não cito, é que receio ser injusto na apreciação ou incorrecto no esquecimento, referindo-me especialmente a alguns ainda que me limitasse aos que nos estão mais ligados pela contiguidade ou vizinhança na Península ou em África, pelos laços de parentesco e família ou relações políticas especiais.

Passou e sofreu a França dificuldades semelhantes e os acontecimentos seguram quanto a ela orientações diversas; não podemos, porém, esquecer a elegância com que, durante negociações difíceis e designadamente no seu fecho, o governo francês se empenhou em vincar a diferença de condições que não lhe permitiam resistir à União nem a esta tirar do acordo efectuado argumento contra nós.

Fora das chancelarias e esferas governamentais, na imprensa e entre os homens de estudo, a questão de Goa foi geralmente compreendida e acompanhada na sua relevância jurídica, valor histórico e simbólica representação do esforço do Ocidente em alargar as fronteiras do mundo para benefício comum da humanidade. Muitos se manifestaram contra as cedências sucessivas e as capitulações ante forças que estão longe de ter demonstrado a sua superioridade em qualquer campo, e sustentam que, se a Portugal se deve ter erguido em Goa o glorioso padrão de uma das maiores viragens da história, é falho de sentido e de justiça que se lho arranque das mãos. Mas esta razão é uma razão política sem presa no espírito dos dirigentes da União Indiana, pois precisamente pensam que está no facto a origem das grandes infelicidades da Índia na época moderna. Não significa outra coisa a campanha em que se acusa o Estado português da Índia de ser um anacronismo histórico e uma expressão de colonialismo. Tais acusações não têm fundamento no caso de Goa, mas o mundo mostra-se extraordinàriamente sensível a essas grandes frases, e nós vemo-nos obrigados a parar uns momentos para lhes dar atenção.

Eu confesso grande medo aos ideólogos que, afeitos às abstracções e concepções geométricas, pretendem refazer séculos de história nas suas mesas de trabalho. O que é um anacronismo histórico? A vida dos povos é cheia de estruturações do passado e delicados germes do futuro, que pouco a pouco se desenvolvem, sem haver regra ou momento preciso que fixe as mutações na carta política do mundo. Por isso se apresenta em cada momento recheada de ilogismos e anacronismos que as vicissitudes históricas criaram e a prudência aconselha a respeitar.

Para começar por nós próprios: Portugal separou-se dos outros Estados da Península e tem noutros continentes elementos estruturais da Nação: um ilogismo quanto a alegados imperativos da geografia. A Suíça formou-se de alemães, franceses e italianos, que conservam os idiomas originais: um ilogismo quanto à língua. Os Magiares ocupam há mil anos a Hungria, no seio de uma Europa linguística e racialmente diferente: um ilogismo quanto à raça. E assim sucessivamente. Em que é que a existência de um povo de cultura ocidental no Indostão e fazendo parte de uma Nação europeia pode repugnar mais à inteligência que os outros ilogismos citados? Não. A alegação de ilogismo ou anacronismo histórico não tem sentido senão quando se lhe empresta o significado pejorativo de colonialismo. Existe então este no Estado Português da Índia? Eu já demonstrei o contrário na minha exposição de 12 de Abril e nenhum dos factos em que me baseei pode ser contestado.

O colonialismo exige essencialmente o desnível das raças e das culturas, um objectivo de exploração económica servido pela dominação política, a qual geralmente se exprime pela diferenciação entre o cidadão e o súbdito. Não há colonialismo onde nenhum benefício estratégico, económico ou financeiro se tira e o orçamento metropolitano suporta ainda pesado encargo com a manutenção dos serviços. Não é possível conceber estatuto ou condição de colónia quando é semelhante o nível de vida, idêntica a cultura, indiferenciado o direito público, igual a posição dos indivíduos perante as instituições e as leis. Não pode haver colonialismo onde o povo faz parte integrante da

Nação, onde os cidadãos colaboram activamente na formação do Estado, em termos de igualdade com todos os mais, onde os indivíduos exercem funções públicas e se movem e trabalham no conjunto dos territórios.

E tudo isto não de agora, estabelecido ou legislado à pressa, mas cimentado pelos séculos, quase podemos dizer desde sempre. O caso é talvez extraordinário e surpreende pela sua peculiaridade; mas se o mundo está sendo perturbado na justa visão das coisas por afirmações superficiais e destituídas de exactidão, nós temos de continuar a insistir em que uma consideração mais objectiva e atenta seja dada, fora da poeira das discussões, ao caso da Índia Portuguesa.

III — *GOA E O CRISTIANISMO NA ÁSIA*

O Primeiro Ministro da União Indiana, num seu discurso de 26 de Agosto no Conselho de Estado, acusou o Governo português de tentar envolver a Igreja Católica no problema político de Goa, e a mim pessoalmente de estar mal-servindo o catolicismo na Índia, porquanto, por aquele modo, o associava ao colonialismo. O Pândita Nehru não está bem informado dos factos e daí talvez a errada conclusão a que chegou.

Tenho escrupulosamente evitado em toda a minha vida pública misturar a religião com a política ou, o que é o mesmo, fazer política com a religião. Isso não me impede a convicção de que há efectivamente problemas de ordem religiosa na Índia; estes nascem, porém, dos factos e do condicionalismo em que se desenrolam na União Indiana, não das nossas atitudes. A acusação acima obriga-me por isso a algumas explicações.

É em face de um perigo não imaginário, mas real e profundamente sentido, que o governo da União se tem visto obrigado, com escassos resultados aliás, a sossegar a consciência católica de Goa: ora lhe promete com solenidade as mesmas liberdades que estão consignadas na Constituição; ora exalta as mais eminentes dignidades do clero católico por interporem no caso a sua confiante autoridade e declararem a sua satisfação com o regime que usufruem; ora acredita e ostenta em altas missões oficiais no estrangeiro personalidades categorizadas do clero e da Acção Católica indiana. Se uns e outros, como cidadãos, servem a União, fazem o que devem; se, como católicos, agem contra a presença de Portugal em Goa fazem o que não lhes é lícito fazer e de que em boa consciência deviam abster-se. Exactamente porque Portugal não faz assentar na religião a legitimidade da sua posição política em Goa, apesar de certa bula papal que traz intrigado o Pândita Nehru, tem o direito de lamentar a atitude assumida contra os seus legítimos direitos, em restritos sectores católicos. E por isso os denuncia.

A generalidade dos depoimentos que me foi dado ler e em que o conflito com a União Indiana foi visto à luz de conveniências religiosas e contra Portugal, nascem, além do referido, de duas fontes: dos católicos progressistas e de certos meios da *Propaganda Fide*. Sabe-se o que são os primeiros: católicos que se deram à missão de baptizar o comunismo. Assim como Roma convertera os Bárbaros e moldara espiritualmente as novas sociedades cristãs, também a Igreja deverá agora abrir os braços e conciliar-se com o comunismo, metendo-o no seu seio ou a si no seio dele, para criar a sociedade futura: a verdade política e social adviria do comunismo; a verdade religiosa defini-la-ia a Igreja, dentro dos limites consentidos por aquele. Não discuto: anoto para dizer que não estranho a atitude hostil para com Portugal. Já o caso da *Propaganda Fide* — e considero as pessoas que nela trabalham e nos seus colégios se formam e nos seus métodos se educam — merece mais largo comentário.

Trezentos anos de incidentes e irritantes discussões leva a Propaganda a mostrar a sua má vontade a Portugal e ao Padroado Português do Oriente, privilégio outorgado pela mesma Igreja em cujo seio e para cujo desenvolvimento a Propaganda trabalha: mais realista que o rei, mais papista que o papa. A luta tem sido sobretudo desagradável, e devemos confessar que a evolução das circunstâncias até agora ajudou a dar às pretensões daquela quase completa satisfação: o Padroado é uma sombra do que fora e nos territórios onde existiu viceja sem a nossa concorrência a árvore da Propaganda.

Examinadas as coisas no fundo, bem no fundo delas próprias, vemos nesta luta tenaz, além daquela triste parte humana com que sempre tendemos a macular a obra divina, dois factores: insuficiente conhecimento da acção do Padroado Português a missionar os povos, no que alguma culpa teremos, e uma diferença de critérios, aliás perfeitamente admissível, acerca da orientação da obra missionária no mundo. Eu creio ter notado, quando da exposição missionária de Lisboa e no que acerca dela se escreveu em Roma, uma admiração sincera — embora um pouco tardia — por uma obra cuja pujança e brilho e pureza e desinteresse não escaparam a ninguém: por toda a parte onde o português chegou, implantou a árvore da cruz e ela aí se radicou e cresceu, e mantém viva e na vida fiel a Roma. Que interesse tivemos? Que lográmos com os dinheiros despendidos, os esforços empregados, as fomes, as misérias, os maus climas, as navegações ousadas, as lutas em terras longínquas, os martírios que sofremos — que lucrámos? Trabalhar na extensão do reino de Deus e com ele na elevação dos homens de todas as raças a maior espiritualidade de vida e fraternidade cristã.

A Propaganda tem os seus métodos de acção, filhos de certa interpretação dos factos políticos, ou seja, de uma certa concepção política. E nós temos outra. Mas a diferença de critérios não legitima uma hostilidade.

A Propaganda pode comparar-se a um grande exército, servido por um quartel-general, de comando concentrado e gozando na Igreja de inteira liberdade de acção. A independência em relação aos governos ou a outras autoridades religiosas parece-lhe essencial, em qualquer caso considera-a útil. Por nossa parte, trabalhamos no Oriente — como trabalhamos em todas as outras Províncias do Ultramar — enquadradas as missões na divisão tradicional diocesana, o que está mais de acordo com este jeito do português de reproduzir nas terras distantes as instituições, as artes, formas de vida e costumes que deixou na mãe-pátria. Que o nosso sistema não possa desenvolver-se e frutificar sem um mínimo de relações e colaboração dos governos que exercem a soberania é evidente, ainda quando, como no regime português, o Estado não é confessional, não há união com a Igreja, mas apenas separação concordada.

Tocamos agora, senão o fundo, um dos aspectos mais sérios do problema.

Em face dos nacionalismos que irrompem na Ásia e em África contra as soberanias e as posições que a Europa não cessa de abandonar, a Propaganda entende que deve tentar salvar a sua obra, dessolidarizando-se dos Estados, e por outro lado fazendo tanto quanto possível o recrutamento do clero entre os convertidos locais: independência política e clero indígena são os traços característicos das novas tendências, em reforço, quanto ao primeiro ponto, do que já vinha de trás.

Ora bem: este primeiro ponto pode ser uma necessidade de ocasião, mas não é uma verdade absoluta, nem dentro dos princípios religiosos nem à face da sociologia e da experiência política. Do princípio verdadeiro — a Igreja precisa de liberdade — está a passar-se irreflectidamente para esta outra proposição — a liberdade basta à Igreja —, que é manifestamente falsa, sobretudo quando formações religiosas concorrentes entram de qualquer modo como elemento de coesão social dos povos considerados

e sob este aspecto recebem protecção especial, directa ou indirecta, do Estado. E este é que é o grande problema da Índia no aspecto religioso.

Quanto à formação de clero local, devemos nós arrogar-nos o direito de prioridade na matéria. No clero de Goa não chegam a uma dezena os sacerdotes do Continente e Ilhas e andam à roda de 700 os naturais do próprio Estado da Índia. Fora do território português, Goa traz em serviço das missões da Propaganda uns 200 sacerdotes. Que ironia dos factos e que lição! Nós ensaiámos há séculos a novidade — em 1530 já havia sacerdotes indianos — e em Goa pode dizer-se que desde há dois séculos o clero é na totalidade goês. E não só para Portugal: generosamente se dispersava e trabalhava também fora do Estado da Índia e fora do Padroado, no exercício de uma missão religiosa, que ainda não pôde ser acusada com verdade de apresentar traço de influência política. Por alguma razão a Goa se tem chamado a Roma do Oriente. É-o de facto pelo esplendor da fé católica, pela abundância das vocações, pelo espírito de proselitismo que anima a Igreja naquelas benditas terras. Por serem da Índia? Meu Deus, não! Por serem portuguesas.

Humanamente e nos tempos próximos, não me parece que se possa confiar muito na expansão do cristianismo no Oriente. Mesmo sem ter em linha de conta que a retirada europeia pode precipitar o continente asiático por completo no comunismo — hipótese em que é escusado buscar soluções para uma questão que deixa simplesmente de existir —, um progresso razoável do cristianismo naquelas paragens não se afigura possível sem a acção missionária estrangeira que na Índia começa a ser dificultada pela distinção entre liberdade religiosa e liberdade missionária. Fermentarão então ideias de Igreja nacional, condenada, na falta de outros apoios, à desagregação última das cristandades e sua submersão no caos religioso local. E Goa não pode ser invocada como exemplo em contrário, senão quando se compreenda que a Igreja é ali não a única, mas uma das várias instituições que formam a cultura e o espírito ocidental do goês.

Concluo estarmos dentro da melhor doutrina e dos interesses da Igreja; concluo que a manutenção da Goa portuguesa é ponto de apoio indispensável à conservação e difusão do cristianismo na Índia. Mas nós não invocamos uma razão religiosa para nela assentar os direitos políticos de Portugal: deixamos essa posição aos que nos hostilizam.

Assim, os católicos partidários da União Indiana entendem que, se de Goa desaparecer a soberania portuguesa, com ela desaparecerá a desconfiança em relação aos sacerdotes e missionários estrangeiros, que o não seriam já, sendo goeses. E deste modo, sem a última ligação com um Estado europeu, não só o cristianismo em toda a Índia daria surto como a mesma Goa consolidaria para sempre a posição de Igreja-mãe das cristandades orientais, crescendo em influência e prestígio.

Não fugi a dar todo o realce ao argumento, porque é visível a todos que ele se move fora das realidades conhecidas, pretende que os nossos direitos sejam sacrificados à falta de condições de liberdade na União Indiana, e é por isso só a demonstração clara de como do outro lado se procura, contra nós, fazer política com a religião.

IV — *GOA E NÓS PRÓPRIOS*

A política da União Indiana para com o Estado português da Índia criou-nos, além dos de defesa, certo número de problemas, especialmente de abastecimento e de comunicações, a que procuramos dar remédio tão completo quanto possível. Estou

convencido de que as dificuldades presentes podem mesmo ser estímulo para o revigoramento da economia goesa e para o estreitamento das relações comerciais e marítimas com a metrópole, as províncias ultramarinas e ainda outros países que se substituirão gradualmente à União Indiana. Tanto a agricultura como a mineração e a pequena indústria, desenvolvidas e consolidadas, e com suas repercussões na maior intensidade dos transportes e no comércio, deverão absorver nos territórios do pequeno Estado maior número de goeses, em nível de vida satisfatório.

O Plano de Fomento que não fora elaborado para as circunstâncias actuais, mas se casa admiràvelmente com as necessidades futuras daquelas populações, encontra-se em plena execução. Das obras hidráulicas para rega, do abastecimento de águas, dos estudos geológicos, das estradas e pontes previstas, dos melhoramentos a introduzir no porto e no caminho de ferro de Mormugão não só hão-de resultar maiores produções e facilidades de vida como decidido incremento de outras fontes de riqueza local. Será pena que a União Indiana pretenda comportar-se como se ignorasse os meios de comunicação que temos ao seu dispor, mas, mesmo sem o tráfego da União, se o mercado internacional continuar a absorver os minérios goeses, especialmente os de ferro, cremos que haverá movimento suficiente para a sua manutenção.

Tudo isto exigiu e continua a exigir atenções e esforços no sentido de alterar os rumos do comércio, substituir as clientelas, modificar as rotas da navegação, resolver problemas de armazenamento e conservação de produtos alimentares. E quando concluirmos a construção do aeródromo de Goa — o tal que se destina, no pensar da imaginativa imprensa da União, a base americana de guerra — e conseguirmos pequenas pistas em Damão e Diu, teremos a possibilidade de ligar satisfatòriamente o Estado da Índia com o mundo, cessando parte do seu forçado isolamento, que no actual momento só podemos quebrar e estamos quebrando por meio das nossas carreiras marítimas ou de barcos estrangeiros em demanda de Mormugão. Os problemas que defrontamos são semelhantes aos que suscitaria um horrível cataclismo que tivesse subvertido a União Indiana. Naqueles vastos mares, Goa, Damão e Diu permanecem como três pequenas ilhas que é preciso servir e fazer viver.

Das dificuldades levantadas só duas estão fora do nosso poder, porque inteiramente dominadas pela União — o trânsito dos estrangeiros e dos goeses entre os territórios portugueses e os da União e as remessas dos emigrantes — fruto do seu trabalho, gotas da sua economia — para as famílias que vivem em Goa. Isto pode andar à volta de umas escassas dezenas de milhares de contos por ano, que nas contas internacionais da União não representam nada, e não é mesmo difícil compensar na balança do Estado da Índia, mas que na pequena Goa representam a mediania de numerosas famílias. Situação bem diversa usufruem os súbditos da União que vivem nos territórios portugueses, designadamente na África Oriental, onde têm conseguido avultados lucros e disposto da liberdade de transferências e câmbios estáveis, em benefício da balança de pagamentos indiana.

Todos estes problemas, ainda que difíceis e altamente onerosos vão tendo solução dentro, pode dizer-se, do quadro da administração corrente, fortemente apoiada da metrópole. Mas não haverá entre nós e Goa problemas de ordem política que estejam na base da crise entre Portugal e a União Indiana? Quando intitulei o presente capítulo *Goa e nós próprios*, o que tinha em mente era sobretudo esses problemas políticos e entre eles o que em Portugal se pensa do conflito com a União Indiana. Referir-me-ei em separado a um e aos outros.

As afrontas da União Indiana à soberania e integridade dos territórios que cons-

tituem o Estado português da Índia foram sentidas por Portugal inteiro como fundos golpes na própria carne da Nação. E sob este aspecto não se notaram gradações de sentimentos ou diferenças de reacção, aqui, no Ultramar, nos grupos de portugueses em país estrangeiro, na própria Goa. Sobre a forma, porém, de conduzir a questão e de enfrentar os acontecimentos manifestaram-se algumas opiniões divergentes das do Governo, opiniões que convirá registar.

As soluções preconizadas para o caso de Goa, se me é permitido reduzir a tipos a variedade das sugestões, foram:

— negociações com a União Indiana;
— resistência militar com empenhamento de todas as nossas possibilidades e as de aliados que conseguíssemos;
— total independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa.

O primeiro caminho, sem ressalva da soberania portuguesa, apareceu definido apenas pelos que a si próprios se intitulam «partido comunista português» e por alguns democratas que os seguem e apoiam. Ninguém mais do que eu está convencido da possibilidade e até das facilidades que se encontrariam nas negociações com a União. Simplesmente o objecto da negociação é, nos termos da nota de Nova Delhi de 27 de Fevereiro de 1950, e como se deduz dos textos indianos posteriores, o estudo das condições do culto católico, custeio por Portugal do ensino da sua língua, cuidados com a cultura portuguesa, se é que dali se não pretende varrer a sua memória inteiramente — tudo isto se pode discutir. Mas, quando se aceita a negociação, tal como a União Indiana a encara, há uma coisa que está já aceite e assente, e essa é a transmissão da soberania e a entrega das populações à generosidade da União. Damos ou vendemos — pouco importa isso à gravidade do caso — os portugueses da Índia, as terras de Afonso de Albuquerque e da epopeia do Oriente, os santos da Igreja, os mártires da Pátria. Por quanto? Por quanto?

Em extremo oposto se colocaram outros que, julgando não serem suficientes as garantias e apoios de que a Nação Portuguesa pode actualmente dispor, entendem se deviam procurar alianças especiais que permitissem organizar uma resistência eficaz aos ataques militares da União. A ideia tem tanto de ousada como de generosa: o pior é que o conflito não pode ser militarmente resolvido. A pequenez dos territórios e a fraqueza dos recursos locais, a desproporção das forças, a extensão das linhas de comunicação, a distância das bases ou pontos de apoio, tornariam uma guerra na Índia, para nós sem finalidade útil, para a União sem glória — e o que é pior sem termo, quero dizer, sem paz, por não ser concebível Governo português que pudesse algum dia reconhecer a expoliação.

A terceira atitude pode apresentar-se como segue: se dermos plena independência à Índia, dentro de um Estado federativo português, a União Indiana encontrar-se-á em face de um Estado soberano, contra o qual não pode ter objecções e que seguramente respeitará. Esse Estado gozaria das garantias internacionais de qualquer outro Estado e, para a segurança da sua independência, se podiam conseguir outros apoios ou garantias particulares, incluindo o da própria União. O dissídio entre Portugal e a União Indiana resolver-se-ia assim através de um Estado que, embora dentro da federação ou confederação portuguesa, já não era Portugal. Ao mesmo tempo se satisfariam os goeses, cujo descontentamento pela doutrina do Acto Colonial de 30 se deve considerar como geratriz inicial da crise.

Há nesta maneira de encarar a questão, se eu pude ser fiel ao traduzir o pensamento alheio, simultâneamente uma certa dose de ingenuidade e alguns erros de facto. A construção política é inspirada nos moldes dos domínios britânicos (do tempo em que estes não se consideravam nações independentes), e em qualquer caso contrária ao pensamento da nossa Constituição no que respeita à estrutura da Nação e do Estado português: por isso mesmo se previa a sua alteração.

O Acto Colonial foi no domínio ultramarino a reacção do actual regime contra uma situação administrativa e uma orientação política que não poderiam perdurar sem graves riscos para o interesse nacional. A sua integração na Constituição Política está hoje feita com as alterações, em pontos secundários, que a experiência e as circunstâncias aconselharam, mas, se possível, ainda com maior rigor e precisão do pensamento fundamental que o inspirava.

O estado em que se encontrava o Ultramar Português à data da Revolução de 1926, sem menosprezo dos esforços ali desenvolvidos e do valor pessoal daqueles a cujo patriotismo esteve confiado, era o reflexo dos mesmos males que sofríamos aqui: — lá, porém, com possíveis consequências de muito maior gravidade. Os remédios haviam de inspirar-se nos mesmos princípios, possìvelmente mesmo em métodos idênticos aos daqui. E assim é que daquele diploma se deduzem três grandes linhas de orientação: maior concentração de poderes, quer dos governos em relação aos organismos locais, quer do governo central em relação aos mesmos governos ultramarinos; forte reivindicação de ordem nacional em relação a interesses que no Ultramar se incrustaram com laivos de dependências políticas inconvenientes; um pensamento de coordenação e de integração das partes em todo mais coeso, que desse a representação exacta da que se queria fosse, na sua unidade pluriforme, a Nação Portuguesa. E tudo evidentemente assente sobre aquela ordem financeira e regularidade administrativa sem a qual as queixas teriam sempre razão e os males não teriam nunca remédio. A própria ideia de Império que escandalizou alguns e mais tarde se sacrificou, trouxe aos espíritos uma noção de unidade e um sentimento optimista de grandeza, indispensáveis para estimular energias e arredar-nos da mornidão e tacanhez que ameaçavam continuar a estiolar pensamentos, planos e esforços.

Não se pode negar que a obra ultramarina dos últimos vinte e cinco anos decorre límpida e forte desses princípios e representa a todos os olhos um êxito como recuperação nacional, progresso económico, força e engrandecimento do todo português. Que na formulação ou na aplicação prática das regras que derivam daquelas grandes linhas de orientação, se vão administração e política adaptando às novas circunstâncias, necessidades, possibilidades de pessoas e meios materiais, não há que discutir, e tudo o que é razoável se pode fazer sem atingir a essência do que se pretende alcançar quanto à progressiva integração das províncias ultramarinas no todo nacional.

Aconteceu, porém, que algumas expressões mais vivas do Acto Colonial impressionaram aquele escol político da Índia, receoso de retrocesso em tudo quanto através dos tempos tinha sido reconhecido — mais que concedido — à sua cultura e capacidade para intervir na administração pública e na direcção dos negócios do Estado. Mas as queixas que nos chegaram — aliás viris e desassombradas — não permitem equívocos ou incompreensões: «está aí um problema — cito as próprias palavras — que só a nós e a Portugal diz respeito.» Era a posição exacta que advinha de um portuguesismo incondicional.

Quando surgiu a crise derivida da independência da União Indiana — primeiro da sua constituição em domínio e, depois, do estabelecimento da república — nem todos os mal-entendidos tinham desaparecido e certas consciências mantinham-se entre re-

traídas, receosas e magoadas. Não se pode negar que aquele facto enorme da retirada dos Ingleses e da entrega dos destinos da Índia aos respectivos povos trouxe, mesmo à pequena Goa, uma ameaça de crise moral. As inteligências dispersaram-se então à busca de fórmulas para a própria administração e governo do Estado português da Índia, fórmulas que oscilaram entre a linha tradicional, actualizada e fortalecida, e uma organização de domínio à moda britânica. O bom senso da generalidade viu, porém, que esta última solução estava fora não só das nossas melhores tradições, mas das possibilidades materiais, dadas a pequenez, fraqueza e dispersão dos territórios. Não há dúvida, porém, de que um ou outro que mais tarde viria a revelar-se contra Goa e contra Portugal viu aí a via de uma integração a distância, fácil e fatal, na União, apenas realizada em três tempos e sem dor, como algumas operações cirúrgicas.

Volto à frase que citei como expressiva do mais estreme pensamento goês: «está aí um problema que só a nós e a Portugal diz respeito», e não pode servir de base de solução ao conflito com terceiros. Que o novo Estatuto que neste momento se apronta permita em breve intensificar e desenvolver a colaboração de todos os valores de Goa, não é outro o desejo de todos os portugueses; mas a questão não terá dado um passo no que respeita à União Indiana, porque no fundo da sua hostilidade não estão os nossos problemas: estão exclusivamente os dela, do seu amor-próprio e das suas ambições.

V — *GOA E O FUTURO*

Quereria terminar com uma palavra sobre a evolução provável deste infeliz caso de Goa. A reflexão mais concentrada, a meditação mais profunda sobre os dados do problema não me permitiram, porém, chegar a uma conclusão, mesmo medianamente segura. E, no entanto, tínhamos elementos para concluir, se as coisas devessem passar-se como o direito impõe, a razão aconselha e as normas de convivência internacional exigem. Pois de que se trata, afinal? Da pretensão de um país a apoderar-se de territórios pertencentes a outro. Podia esse país ter a convicção de que as respectivas populações estavam ansiosas por ser «libertadas» de um jugo estranho, e, cansadas de ser colónia portuguesa, desejavam integrar-se na União. Está visto que nem Goa é uma colónia, nem as populações querem ser «libertadas», nem lucrariam alguma coisa, económica, política, social ou moralmente, em passar a fazer parte da União Indiana. Por outro lado, a União não tiraria vantagens da anexação — nem aumentaria sensìvelmente territórios ou riquezas, nem arredaria perigos que de facto não existem, nem adquiriria seguranças que por outra forma não pudesse mais concreta e ùtilmente conseguir. Trata-se, portanto, de um equívoco: não de uma aspiração razoável ou necessidade imperiosa da União, mas de ambições pessoais ou caprichos partidários, em que o Primeiro Ministro se deixou envolver.

A União foi levada a atitudes e à prática de actos que não podem ser coonestados pelos fins a atingir. Praticou agressões, abusou da força, desconheceu o direito. O caso é especialmente grave para uma independência nascente a quem todos os apoios e auxílios da sociedade internacional são não só preciosos, mas indispensáveis. A União não pode continuar a desafiar indefinidamente a consciência do mundo, mesmo que as vítimas dos seus actos de agressão sejam, na aparência, ou realmente, pequenas potências que a sua grandeza esmague.

Nestas condições, o que está naturalmente indicado é rever a posição, corrigir a política, desistir do intento. Nós temos o direito de fazer passar para os enclaves

forças que ali restabeleçam a ordem e a autoridade legítima; temos direito ao respeito da soberania portuguesa; e temos direito à coexistência pacífica, que não pode ser só entre a Índia e a China, mas também entre a Índia e os territórios portugueses do Indostão, como norma universal que é ou pretende ser. Muitos problemas há que precisam de ser estudados e resolvidos no interesse comum das duas Nações. Pois a conclusão razoável a que chega toda a inteligência esclarecida e toda a consciência recta é, depois de desistir, negociar acerca desses problemas.

Não sendo este o caminho, que outros se oferecem à União Indiana? O Primeiro Ministro, no seu discurso de 26 de Agosto, teve a consciência de estarem a cerrar-se-lhe os horizontes, pois só via a alternativa de negociar ou fazer a guerra. E como essa sua negociação é o acordo sobre a transferência da soberania, inaceitável para nós, não lhe ficaria efectivamente aberto senão o caminho da guerra. A guerra: eis o termo duro, terrível, mas profundamente exacto. Já disse o que pensava acerca dessa saída, e não o repito nem desejo esclarecê-lo agora mais. No entanto, a União receia-a: ela compromete em cheio a sua doutrina política e sai fora dos quadros morais da consciência mundial.

Não querendo desistir e não lhe convindo fazer uma guerra declarada, conduzida pelo exército, pode a União perseverar na presente atitude? Pode. As mil tricas administrativas, as notas impertinentes, as reclamações infundadas, as campanhas de imprensa e da rádio oficial sobre factos inexistentes ou deturpados, a especiosa interpretação dos tratados e das leis podem continuar a patentear-se, mas nada disso tem dignidade ou grandeza, à altura de um Estado como a União Indiana. É uma hipótese possível, mas não creio provável, uma vez verificado o fracasso do bloqueio, a eternização da guerra fria que actualmente se nos faz.

Por nosso lado, conscientes do direito e indissolùvelmente ligados àquela pequena comunidade por 450 anos de história, pelos laços do sangue e pela cultura que ali levámos, somos livres e estamos prontos a negociar, mas não podemos ceder a soberania portuguesa; e, entretanto, em duas coisas essencialmente nos temos de apoiar e delas não podemos desprender-nos — força e paciência: força suficiente para que uma pseudo-acção policial não possa ser-nos imposta; paciência que não se altere com a impaciência inimiga e dure tanto pelo menos como a sua pertinácia. Para tanto, precisamos de não nos exceder no nosso próprio esforço, cuidando antes de o manter sempre proporcionado à capacidade normal da Nação.

E se, apesar de tudo, a União Indiana levar a guerra ao pequeno território, o que podem fazer as forças que ali se encontram ou vierem a ser concentradas? Bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do Ocidente, ao mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós. Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou de Damão, orar na igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia.

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

O decreto n.º 40.078 de 7 de Março acaba de criar em Luanda e Lourenço Marques Institutos de Investigação Científica e Investigação Médica, dependentes do Ministério do Ultramar.

O facto merece todo o relevo nas páginas deste *Boletim*, mas limitamo-nos a transcrever algumas passagens, sobre a matéria, dum artigo e de discursos do Presidente e do Secretário Geral desta Sociedade.

Na Emissora Nacional, em 19 de Março, disse o sr. Prof. Mendes Corrêa, entre outros passos da sua palestra:

Para honra de Portugal, o estudo científico do nosso Ultramar, dos recursos naturais e humanos deste, teve, de há anos a esta parte, um incremento digno de louvor. A anteriores estudos, geralmente de investigadores isolados, mas em que teve lugar destacado o labor da antiga Comissão de Cartografia e o esforço meritório de algumas missões médicas, como as do combate à doença do sono na ilha do Príncipe e em Angola, a anteriores estudos, repito, sucedeu mais recentemente uma maior coordenação, amplificação e intensificação de esforços, sobretudo graças à criação, em 1936, pelo Ministro das Colónias dr. Francisco Vieira Machado, da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, que sucedeu à Comissão de Cartografia e que, reorganizada dez anos depois pelo Ministro Marcelo Caetano, tem hoje a designação de Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar.

Esta Junta, como o Instituto de Medicina Tropical e outras entidades, deu grande impulso ao estudo científico dos nossos territórios ultramarinos, sendo elevado o número de missões científicas que ela tem mantido em actividade e que se têm ocupado nas várias províncias ultramarinas de disciplinas diferentes desde a cartografia (base indispensável de trabalho) até à história natural e às ciências que tratam do homem e dos grupos humanos, ciências antropológicas e sociais.

Entretanto, multiplicaram-se, por iniciativa do Instituto de Medicina Tropical e outras, as missões médicas e, mesmo, entidades privadas, como a Companhia de Diamantes de Angola, e investigadores isolados encetavam ou faziam prosseguir um labor de investigação científica de real interesse e valor. É justo destacar os esforços, no domínio da pesquisa, de alguns serviços técnicos locais, como os de saúde, de geologia e minas, de fomento, etc. Alguns organismos de coordenação económica, entre os quais merece menção de relevo a Junta do Algodão, deram também impulso a trabalhos de investigação, como os do C. I. C. A. — Centro de Investigação Científica Algodoeira — que funciona em Lourenço Marques por iniciativa daquela Junta. Não esqueçamos o labor da Escola Médico-Cirúrgica de Goa, do Centro de Estudos da Guiné, da Sociedade de Estudos de Moçambique, do jovem Instituto de Angola, como, na Metrópole, de institutos universitários, da Sociedade de Geografia, do Arquivo Histórico do Ultramar, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e seu Instituto, anexo, de Línguas Africanas e Orientais, do Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, dos Centros de História Natural da Junta das Missões, etc.

... ...

Correspondem os novos Institutos a estabelecimentos já existentes em territórios ultramarinos de outros países. Os médicos têm equivalência com os Institutos Pasteur da França do Ultramar, com organizações do Congo Belga, com institutos médicos ingleses de pesquisa, de Nairobi, Entebbe e outros pontos. Os polivalentes corresponderão ao I. F. A. N. de Dakar, aos Institutos de Brazzaville, de Tananarive e da Oceânia, da parte da França, ao I. R. S. A. C. e outros do Congo Belga, etc.

Ao mérito que os novos Institutos possuirão pelo seu carácter de permanência e pela variedade e amplitude dos seus temas de estudos, acresce o que resultará da sua acção de difusão e intercâmbio culturais e da cooperação que neles vai existir entre os elementos de investigação provenientes da Metrópole e os existentes já no Ultramar. Nenhuma distinção haverá entre uns e outros. Todos colaborarão na bela tarefa comum.

Estas breves considerações bastam para pôr em realce o valor e importância do novo decreto do Ministro do Ultramar comandante Sarmento Rodrigues. Esperemos todos que a sua efectivação não tarde, como está na lógica, na visão lúcida e na tradição brilhante de quem superintende na actividade daquele Ministério.

Ficará assim completa a armadura indispensável para o prosseguimento e eficácia da tarefa de investigação científica já iniciada no nosso Ultramar, tarefa dignificadora da nossa cultura e da nossa inteligência e de préstimo evidente para a prosperidade nacional e para o bem e felicidade das populações — objectivos estes indeclináveis e sagrados.

Em artigo do *Século*, de 23 do mesmo mês, escreveu o sr. Prof. Mendes Corrêa, entre outras passagens:

Esses Institutos são de duas modalidades: os polivalentes, que se ocupam de várias disciplinas científicas e aos quais fizemos já referência e os de investigação médica que dependem do Ministério do Ultramar, por intermédio dos governos gerais e do Instituto de Medicina Tropical.

Não é necessário encarecer o valor cultural, nacional e humano desta iniciativa do Governo. Mas salientaremos, além do seu préstimo ao progresso da ciência e ao avanço dos conhecimentos científicos sobre os nossos territórios ultramarinos, quanto uma tal iniciativa nos prestigia perante os meios cultos do estrangeiro e vai concorrer para o estreitamento dos laços entre investigadores metropolitanos e ultramarinos, objectivo não só de interesse científico, mas também de evidente significado político.

... ...

Coordenação local de esforços com divisão racional do trabalho, preenchimento da lacunas nos estudos existentes, intensificação de esforços onde seja mais necessário no que respeita à Ciência pura ou à base científica das aplicações técnicas — os objectivos dos novos Institutos de Luanda e Lourenço Marques estendem-se ainda à difusão cultural, à elevação do nível de cultura da província e bem assim à intensificação do interesse público por certos temas de valor intelectual ou prático. Não são verdadeiras Universidades os novos Institutos, mas realizam parcela importante de missão universitária em territórios nacionais cuja densidade de população escolar, de necessidades profissionais e de meios docentes ainda não aconselha a criação de Universidades locais, mas apenas, como o Governo já fez com êxito, a concessão de facilidades aos estudantes ultramarinos para frequentarem as Universidades metropolitanas.

O aspecto de uma política cultural de unidade entre a Metrópole e o Ultramar é visado de maneira felicíssima pelos Institutos de Investigação Científica criados pelo recente diploma.

... ...

Na Assembleia Nacional, louvando a iniciativa do sr. Ministro do Ultramar, disse, na sessão de 24 de Março último, o sr. Prof. António de Almeida:

A instituição dos mencionados organismos culturais e científicos e o porfiado e carinhoso impulso que lhes vem sendo dado pelo sr. Ministro do Ultramar, se outros relevantes serviços no âmbito dos complexos assuntos de administração e fomento ultramarinos não tivesse já prestado à sua pátria, bastariam para acreditá-lo como estadista moderno, dotado de vasta preparação intelectual e grande visão política.

... ...

O decreto em referência, que se acompanha de um lucidíssimo relatório, tem como intuitos essenciais o alargamento do campo de investigação em Angola e Moçambique, a coordenação dos trabalhos dos estudiosos de aquém e além-mar, o fomento e elevação da cultura local.

Aos institutos de investigação científica incumbe, em especial, promover e orientar as pesquisas nos sectores das ciências geográficas, histórico-naturais e humanas. Assim irão despertar-se e animar-se iniciativas, impulsionando-se a apreciação de assuntos ainda não examinados por outros organismos ou estabelecimentos oficiais e entidades para-estatais já existentes nas duas províncias, facultando-lhes auxílios e meios de acção ou recebendo-os deles, em regime de perfeita colaboração e intercâmbio de técnicos e de conhecimentos especializados.

Com a adopção de tão salutares directrizes, reconhece-se, muito louvàvelmente, a prestimosa obra intelectual levada a cabo por certos departamentos do Estado no ultramar, dos quais é justo assinalar os serviços de geologia e minas, os serviços pecuários, os serviços de agricultura e a Estação de Melhoramentos de Plantas, em Angola, e o Centro de Investigação Científica Algodoeira e os serviços de geologia e minas, em Moçambique, que os respectivos governadores-gerais tanto estimulam e consideram. São ainda dignas do maior elogio as actividades desenvolvidas por alguns núcleos de estudo particulares, tais como a Companhia de Diamantes de Angola, o Instituto de Angola, a Sociedade Cultural de Angola e a Sociedade de Estudos de Moçambique.

... ...

BIBLIOGRAFIA

ANTÓNIO MENDES CORRÊA — Ultramar Português. II. Ilhas de Cabo Verde. Volume in-8.º, 288 páginas, 14 figuras no texto, LI estampas, III estendidos, 5 offsets, edição Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

Autorizada por despacho do sr. Ministro do Ultramar, de 2 de Janeiro de 1954, acaba de ser dada a público esta valiosa memória que — pela magnitude informativa, pela forma literária e de alto nível intelectual, pelo equilíbrio alcançado, enfim, pela esplêndida apresentação gráfica — representa eloquente padrão da literatura científica nacional pelo que, tendo também de projecção internacional, está inteiramente indicada a bem servir de norma para a elaboração de qualquer monografia regional, metropolitana ou ultramarina.

Pela grandiosidade do seu valor e na reconhecida dificuldade de podermos, conscienciosamente, abarcar e precisar, a não ser com manifesta quebra do seu desenvolvimento, a matéria correspondente a cada um de seus capítulos (entre os quais é impossível salientar este ou aquele, tal é a justa medida, a proporção respeitada, no que, de essencial, neles se nota) mas com a vontade firme de salientar a inexcedível importância do seu substancial conteúdo, registamos aqui, apenas, os respectivos títulos. Procedendo assim, intentamos, tanto quanto possível, dar ao leitor uma súmula do conjunto, pretendemos mostrar-lhe, aproximadamente, a uniformidade global de tão valiosa realização e, ao mesmo tempo, esforçamo-nos por não lhe roubar aquelas primícias, deveras agradáveis, a que chamaremos ineditismo. De tal sorte, a lista que trasladamos permanecerá como se se tratasse de uma ampla visão panorâmica, homogèniamente polimorfa, reconditamente recolhida em singular viagem através do Arquipélago de Cabo Verde. De qualquer forma traduzindo o aprofundamento e a expressão suprema da sequência relativa à sua História Natural — que queremos deixar intactos, por reconhecermos serem propriedade do leitor — o mesmo enunciado de capítulos comportar-se-á, perante ele e perduràvelmente, como se os seus pormenores — aspectos geográficos ou paisagísticos, genéticos ou orogénicos, biológicos ou etnológicos, políticos ou económicos, tal como o são primorosamente tratados — em nós se inculcassem ou se tivessem, imorredoiramente, radicado em nosso espírito.

I — *Posição no globo.* II — *Composição geral e área.* III — *Costas e aspectos gerais.* IV — *Relevo e hidrografia.* V — *Geologia, tectónica, paleogeografia.* VI — *Clima.* VII — *Vegetação.* VIII — *Fauna.* IX — *Povoamento humano.* X — *Quadro racial.* XI — *Quantitativos da população.* XII — *Saúde.* XIII — *Língua, cultura e educação.* XIV — *Política e administração.* XV — *Economia.* E, finalmente, em sintético e breve fecho, as *Conclusões.*

Extemporâneo seria discriminarmos os índices remissivos que completam o volume, mas, no entanto, para sermos exactos — antes de formularmos o nosso humilde juízo sobre esta memória — não podemos deixar, ainda, de esclarecer que, «como nos volumes subsequentes, são dados os resumos, em francês e inglês, dos vários capítulos. É que este livro não é escrito apenas para Portugueses».

De tal modo, pelos seus quinze documentados e esclarecedores capítulos perpassam os dados mais antigos a par dos mais modernos atinentes a dar, sem alardes nem divagações, todas as informações que repeitam as matérias neles versadas; o mesmo será afirmar-se que esta monografia — cujo tomo, a bem dizer, ultrapassa o âmbito a que estamos habituados em trabalhos portugueses — é, sem favor e quanto à feição científica e metodológica, uma repleta e bem urdida actualização de conhecimentos, que cai dentro do domínio do exaustivo.

Da mesma forma como no primeiro volume *Síntese da África* — do *Ultramar Português* (vol. in-8.º, 436 pp. 36 cartas e esquemas, CXVII ests. fora do texto, 6 offsets, ed. Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1949) o seu ilustre Autor, apoiado em sólida documentação, mantém nos mesmos moldes, a mesma disciplina e o mesmo cuidado na distribuição dos assuntos, a mesma ordem e o mesmo aspecto gráfico, a mesma sobriedade e o mesmo poder de síntese, o mesmo senso crítico e a mesma hombridade de conceitos, enfim, a mesma idoneidade e o mesmo critério científico.

Com este segundo volume do *Ultramar Português* demarca-se e certifica-se o seguimento auspicioso de uma obra magnífica, aureolada já por incomensurável soma de trabalho dispendido, timbrada por incansáveis e enfadonhas pesquisas bibliográficas, engrandecida por escabrosas dificuldades, por longas e penosas vigílias. É fora de dúvida que, para tanto, só um espírito tenaz e dotado de vasta cultura — como o é o do Professor Doutor António Augusto Mendes Corrêa — estaria apto para suportar tão duras vicissitudes e enfrentá-las com tão coesiva contumácia, com tão admirável disciplina, com tão louvável serenidade, com tão insuperável sobriedade, com tão fluente exposição, com tão ardente entusiasmo e acrisolada fé patriótica, com tão válida competência e perspicaz sapiência.

Com mais de quarenta anos consagrados ao labor metódico — apanágio de toda a Investigação — emparelhado com o de uma constante actividade publicística e divulgadora, aquele distinto professor dá-nos conta no primeiro e segundo volumes do *Ultramar Português*, de incondicional prova do seu profundo enciclopedismo. Igualmente, neles se descortina o modo como está amalgamado com o hábito de carinho, com o inefável prazer de se embrenhar noutros estudos para além ou diversos dos daqueles correspondentes às especialidades que mais tem cultivado. Emboa com o seu tempo enormemente sobrecarregado pelo peso de outras responsabilidades e absorvido por seus deveres pedagógicos ou políticos, dir-se-ia — tal é o seu dinamismo — que, para o Prof. Mendes Corrêa, o dia tem mais do que vinte e quatro horas. Por estes volumes se pode aquilatar como a maior parte do seu tempo é consumida em plena devoção ao estudo, testemunhável pelo perene anseio de saciar a sua curiosidade científica, smpre insatisfeita. É esta mesma insatisfação que o conduz, ainda que com o recurso a subsídios alheios, a ultrapassar as fronteiras daquelas mesmas especialidades, a creditar-se em ampla informação documentária, em fontes bibligráficas fidedignas, como igualmente se depara em outras importantes publicações de sua autoria.

Isto tudo se surpreende ao folhear, apenas, o volume que, no presente momento, nos prende a atenção. Mas se, em vez de o folhearmos, o lermos capítulo após capítulo — tal como nos sucedeu já ao percorrermos, intressadamente, as instrutivas páginas da *Síntese da África* — melhor se radica e mais flagrante se torna, em nosso pensamento,

aquela mesma opinião. Só então ficamos compenetrados do quanto encerram de sinceridade, do quanto são vívidos os conceitos expressos no seguinte período, que tomamos a liberdade de transcrever do prefácio do primeiro volume do *Ultramar Português*: «Toda a minha disciplina de estudo e de trabalho e toda a minha preparação anterior nos domínios geográfico, biológico e etnológico, não puderam dispensar um esforço próprio que, apesar do concurso dedicado de alguns auxiliares, não hesito, mesmo sob o risco de ser julgado imodesto — sobretudo por quem nunca realizou nada de semelhante —, em classificar de colossal». E é assim mesmo — *Finis coronat opum!* Colossal foi não só o esforço próprio, como o de coordenação de ideias, como o de toda a realização, já posta em letra redonda, da obra monumental. Mas apesar da enorme grandeza daquele mesmo esforço e do ingente valor intrínseco daquela mesma obra, fica-se agradàvelmente surpreso pela feição sóbria com que o Autor sublinha os principais resultados obtidos ou marca os problemas visados, remotos, presentes ou futuros. Do mesmo modo nos surpreende, e quase nos chega a pasmar, o facto — sem que, dele, resulte menos equilíbrio ou deixe de ser menos informativo e explícito — de não se deparar, nesta obra, aquela predilecção pela pormenorização bibliográfica ou pelo abuso, tão do agrado nacional, a alusões históricas. E, no entanto, ali se topam os problemas da actualidade, os problemas a resolver, os aspectos a pôr em relevo. Isto faz com que a obra, em boa hora iniciada, represente já, com os dois volumes, editados pela Agência Geral do Ultramar, um magnífico tratado onde se podem colher os mais variados elementos para a elaboração de estudos vindouros, onde se podem coligir indicações preciosas ou eliminar dúvidas.

Por conseguinte, não será demais apontar-se que os volumes do *Ultramar Português* devem estar sempre ao alcance dos estudiosos, sendo, como indubitàvelmente são, indispensáveis instrumentos de trabalho e úteis livros de consulta, de informação e de pedagogia.

Na posse desta obra — como português e como humilde estudioso, que muito quer aprender — sentimo-nos dignificados, mais portugueses e mais estudiosos, sentimo-nos enormemente jubilosos, e, lá bem no nosso íntimo, sentimo-nos imensamente agradecidos ao seu Autor. Cremos ser esta a melhor maneira de, espiritualmente, lhe manifestarmos todo o nosso reconhecimento, toda a nossa gratidão e, assim, de algum modo, materializarmos os nossos pensamentos como pertinaz testemunho de verdadeira admiração, ao interpretarmos o voto — que, ainda que modestamente exarado no volume *Síntese da África*, se torna extensivo aos volumes *Ilhas de Cabo Verde* e subsequentes — formulado, pelo Prof. Mendes Corrêa, nas palavras finais do prefácio do *Ultramar Português*, as quais com o maior agrado nos permitimos transcrever: «*Por feliz me darei se a* Síntese da África, *que escrevi laboriosamente, for útil aos seus leitores portugueses, tanto da metrópole como dos meios ultramarinos, e corresponder, ao menos aproximadamente, à intenção de patriotismo e cultura que levou o Ministério das Colónias a promover a sua elaboração*».

É reconhecendo ao máximo o formidável esforço de concepção posto ao serviço de Portugal e o não menos extraordinário de realização, expresso nesta obra cujos reverberos vão até além das fronteiras portuguesas, que rendemos ao Prof. Mendes Corrêa o mais veemente preito de grata homenagem. Terminaremos afirmando que o seu desejo foi compreendido; a sua intenção patriótica e cultural foi cumprida e, até, excedida na sua pormenorização; a sua obra foi acarinhada. A estas afirmativas acrescentaremos ainda os seguintes votos: que Deus lhe dê bastos anos de vida e de saúde a fim de lhe permitir levar a bom termo a obra iniciada.

PIRES-SOARES

C. F. M. JULIO GONÇALVES (Commander Navy Medical Corps) — Filosofia da História Marítima Portuguesa — Sobre uma hermeneutica dos descobrimentos: notas críticas — 50 pp. Lisboa — (Tip. da L. C. G. G. — 1955) (*).

A historiografia dos descobrimentos marítimos portugueses sofre na actualidade o exame crítico dos próprios portugueses; e resulta daí que o mundo culto obtém uma noção mais aperfeiçoada sobre a primeira centúria desses descobrimentos, afectada de preferência na parte concernente à ciência marítima, aquilo a que os Portugueses chamam «a Náutica».

É um exemplo dessa actividade crítica a análise de famosas fontes primárias: as Crónicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Admite-se que Lopes fosse um «homem do D. Pedro», e Zurara um «homem do D. Henrique». E assim, uma corrente de pensadores sustenta que, quanto o primeiro fora apologista da dinastia de Aviz, — da revolução social e política que operou a escolha do *Mestre* para Defensor e Rei (1383-85), e a de D. Pedro para Regente, pelo falecimento de D. Duarte — Zurara por seu turno foi um serventuário de D. Afonso V e da nobreza que trepara, e um turibulário do Infante D. Henrique.

É possível que anime os modernos escritores, na sua prosa rectificadora, o desejo simplista de opor um ao outro os dois grandes Irmãos. Possível é também que a passada idolatria pelo «Navegador» com o consequente menospreso de D. Pedro, oriente agora os estudiosos no culto do secundogénito com o consequente abatimento daquele. Seja como for, assistimos a uma melhor interpretação dos factos, com plena afirmação de novas tendências.

O opúsculo do Comandante Gonçalves contribui para a crítica da historiografia marítima portuguesa, pela análise às doutrinas do almirante Gago Coutinho, dispersas pela monumental colectânea em 2 vols. da «Náutica dos Descobrimentos», recentemente tratada nestas páginas por Samuel Eliot Morison. Ao mesmo passo que Morison discute os conceitos individuais do «grande ancião» da Marinha Portuguesa, louvando ou discordando, Comandante Gonçalves rejeita a filosofia historiográfica fundamental tal como a entende Gago Coutinho.

Em resumo: Gago Coutinho é um mestre da técnica de marinharia, quer da vulgar, quer da era dos Descobrimentos. Apoiando-se nessa base, teorisa sobre as matérias onde lhe falta o apoio dos documentos. (*Cita-se um trecho da N. D.*). Comandante Gonçalves reconhece ao almirante a sua mestria técnica e a magnitude do seu contributo para o estudo das rotas de Vasco da Gama e do caminho da Índia. Recusa-lhe porém o direito de fundamentar conceitos de natureza histórica em tal forma de conhecimentos ou experiências. «*Pretender alcançar a síntese histórica pelo único instrumento das conjecturas baseadas em outras conjecturas e umas e outras escoradas em terceiras conjecturas, com o apoio das locuções adverbiais, tais como: «provàvelmente», «é de supor», «é de presumir», «é admissível», «indubitàvelmente», e outras que tais, lamentàvelmente anémicas, não é processo conforme com os cânones da história genética. E todavia, lamentamos ter de sublinhar que assim se procede por vezes nas páginas da «Náutica dos Descobrimentos.»* (pp. 20-21).

Comandante Gonçalves, autor duma obra volumosa sobre os Portugueses no

(*) Traduzido do inglês, da revista «ISIS» — Vol. 46 — Março 1955 — Harward University Press — E. U. A.

Oceano Índico, convida os leitores a esclarecerem-se sobre o papel do Infante D. Pedro na génese dos Descobrimentos, num trabalho que, com o título de *O Infante D. Pedro das Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos. (Novos Documentos.)*, anuncia, após consulta que diz ter efectuado em mais de um arquivo estrangeiro. No presente opúsculo podemos visionar alguns dados relativos à tese fundamental do trabalho que promete. Interessa sobremaneira sumariá-los neste lugar, esboçando os pontos de vista do Comandante Gonçalves sobre a história dos Descobrimentos Portugueses, que se afiguram sugestivos para a história das ciências náuticas, da cartografia e da arqueologia naval.

Comandante Gonçalves critica os estudiosos da escola de Gago Coutinho por submeterem os seus conceitos exclusivamente às ciências náutica e geográfica. O conceito de que o principal motivo das navegações do século XV era aperfeiçoar a arte náutica, não é de aceitar. É necessário ter em conta o motivo económico e as ambições de cavalaria medieval. Além de que, a história marítima portuguesa não começou no século XV, diz Gonçalves, mas sim, — citando Costa de Macedo —, com o rei Afonso IV, no século XIV, cuja actividade descobridora compreendeu as Canárias e também os Açores.

No século XV, o sistema de explorações geográficas, com possíveis consequências de ordem económica e política, partiu «da experiência cosmopolita e da vasta cultura do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, o qual, como Regente do Reino, patrocinou ao máximo tais explorações.» Lembraremos que a época mais eficiente das expedições ao Oeste africano coincidiu com a Regência, e mais notadamente de 1440 a 1448.

O motivo porque, na actualidade, tanto se falou em D. Henrique e tão pouco em D. Pedro, encontra-se no facto de Fernão Lopes ter sido forçado a deixar o seu cargo de Cronista-mor do Reino e substituído por Zurara, historiógrafo mercenário, pago para glorificar D. Henrique — depois de D. Pedro estar morto e «mal enterrado». Zurara e outros cronistas da sua categoria, tomaram a peito minimizar, atacar ou ignorar quanto respeitava a D. Pedro e seus partidários, atribuindo a D. Henrique o mérito que de direito pertencia ao seu irmão mais velho. A obra de glorificação henriquina de Zurara foi rematada com a obra de vilipêndio de D. Pedro por Gaspar Dias de Landim.

Certo é ter D. Henrique exercido uma missão proveitosa. Era apenas um terciogénito, mas influente, porque os negócios da Guiné tinham de facto um objectivo — a conversão e destruição dos Infiéis. Era natural a ingerência, no assunto, da Ordem de Cristo, e D. Henrique era o *Governador* e *Regedor da Ordem*, cargo que importava a sua intervenção. Daí resultou ter D. Henrique o domínio espiritual das Conquistas, pertencendo à Nação o domínio temporal. E D. Henrique obteve aquele, por o Regente D. Pedro lho conceder. O motivo económico, implícito desde o início, surge prevalecente no fim.

Zurara, que confessou ter-se servido da crónica dos feitos da Guiné dum Cerveira, foi servilmente creditado e copiado, e é culpado da imperfeição dos nossos conhecimentos em matéria das Descobertas, sem embargo de Alexandre Herculano, Sousa Viterbo, Edgar Prestage e Duarte Leite terem apontado a sua incompetência.

De início, a crónica da Guiné fora divulgada pelo quinhentista João de Barros, que também confessa ter seguido Zurara. Foi sòmente quando Ferdinand Dénis descobriu o manuscrito da Crónica, em 1837, que este aspecto de Zurara se tornou conhecido em primeira mão. Dénis informou o Visconde de Santarém e o manuscrito foi publicado em 1841; em 1868 apareceu a biografia henriquina de Richard Henry

Major; em 1877, a conferência do Marquês de Sousa Holstein na Academia Real das Ciências — e tudo isto conduziu às comemorações de 1894 (1).

A noção da Escola de Sagres está hoje desfeita e seria melhor apagá-la — sugere Gonçalves. Essa noção vem de Ribeiro dos Santos. Jules Mees pensa que a concepção deste último deve provir de escritos ingleses do século XVIII, que ele relacionou com referências vagas de Barros e do *Esmeraldo* de Duarte Pacheco Pereira. Sousa Holstein, por seu turno, fora mais cauteloso nesta matéria que o seu predecessor nos cenáculos académicos.

Isto é apenas uma amostra do que hoje alguns pensam em Portugal. É estimulante. E se for cuidadosamente apoiado em estudos objectivos de documentos autenticados, pode definitivamente melhorar os nossos conhecimentos da expansão marítima portuguesa.

Francis M. Rogers
Decano da Harward's University — E. U. A.

RAYMOND FURON — *Pesquisa geológica e mineira na África Portuguesa* — «Chronique des Mines Coloniales», Paris, Janeiro de 1955.

No número da revista francesa «Chronique des Mines Coloniales» correspondente ao mês de Janeiro de 1955, vem um importante artigo do Prof. Raymond Furon sobre «Os progressos da pesquisa geológica e mineira na África Portuguesa».

O artigo é muito pormenorisado, sendo, para cada território, acompanhado da respectiva bibliografia, a qual está deveras actualizada, declarando o autor que só mencionou os trabalhos essenciais.

Assim, para o arquipélago de Cabo Verde, refere os trabalhos recentes de Bacelar Bebiano, Sousa Torres e Pires Soares, a presença, na ilha de Maio, do Jurassico terminal de *Aptychi*, além de vários andares do Cretácico. Também refere, como de interesse, a verificação por Pires Soares de areias de praia, negras, com magnetite titanífera em percentagens até 80 %.

Na Guiné Portuguesa, regista notas de Malovoy e Jacquet, Polinard, Judite dos Santos Pereira, Carrington da Costa (de quem cita uma importante memória em 1943), D. Thadeu, Sousa Torres, Pires Soares, H. O'Donnell e os estudos de Weiss sobre laterites, algumas com mais de 50 % de alumina.

De S. Tomé e Príncipe menciona os trabalhos de Carlos Teixeira, Cotelo Neiva, etc. De Cabinda alude a vários trabalhos, especialmente os de Dartevelle.

Angola e Moçambique ocupam muito largamente a atenção do Prof. Furon no seu estudo, o qual publica os *croquis* geológicos das duas províncias e desenvolvida bibliografia. Não são esquecidos os trabalhos em curso e, especialmente, os conhecimentos actuais sobre os recursos mineiros. São citados muitos investigadores como, para Angola, Bacelar Bebiano, F. Mouta, O'Donnell, Freire de Andrade, Otto Haas,

(1) Comandante Gonçalves não apontou o facto de as publicações de Beazley e a versão inglesa, por Prestage, da *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (2 vols.: 1896-99), feitas pela Hackluyt Society, terem fomentado a lenda henriquina entre os historiógrafos e divulgadores britanicos.

Dartevelle, etc., e, para Moçambique, A. Borges, C. Teixeira, A. Freitas, F. Nunes, Pinto Coelho, etc.

Alude-se às prospecções petrolíferas da *Petrofina* em Angola e às da Gulf Oil Cy em Moçambique.

O estudo do Prof. Furon é uma autorizada «mise-au-point» do estado actual dos conhecimentos geológicos e mineiros sobre as províncias portuguesas de África. É-lhe devido o melhor reconhecimento pela justiça feita aos investigadores portugueses na parte que lhes cabe na colheita desses conhecimentos.

M. C.

FRANCISCO LUIS PEREIRA DE SOUSA — Esboços Geológicos da Parte Ocidental de Angola. Texto explicativo por MIGUEL MONTENEGRO DE ANDRADE, 12 págs., 2 mapas, II + VI estampas fora do texto, ed. Dir. Ger. de Minas e Serv. Geol. — Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1952.

Tem um evidente realce de verdade o que se lê na *Introdução* desta memória póstuma: «Apesar de publicados há cerca de 36 anos, o 'Esboço Geológico da Parte Ocidental do Sul de Angola' e o 'Esboço Geológico da Parte Ocidental do Norte de Angola', do Prof. Francisco Pereira de Sousa, são ainda valiosos documentos para o conhecimento geológico daquela província». Com efeito, «estes dois mapas, bem como diversas estampas que focam aspectos geológicos dos mais típicos de Angola», representam algo de insofismável actualiazção e, embora então (respectivamente em 1915 e 1916) já haverem sido impressos, «destinavam-se a uma publicação que a morte do seu autor, em 1931, impediu de completar».

Por todo o seu merecimento e douta elucidação, entendeu — por bem e pelo que felicitações lhe são devidas — o Director dos Serviços Geológicos de Portugal — Engenheiro D. António de Castello Branco — distribui-los, agora, acompanhados de um texto explicativo de que foi judiciosamente encarregado o Dr. Miguel Montenegro de Andrade. Com proba fidelidade e alta competência, poude assim este geólogo redigi-lo e anotá-lo baseado em três comunicações de Pereira de Sousa, publicadas nos *Comptes rendus* da Academia das Ciências de Paris e no trabalho, igualmente subscrito pelo mesmo ilustre professor e doutro petrólogo, intitulado «Alguns trechos do relatório do Engenheiro Rego Lima sobre a sua missão às minas de Cassinga em 1898».

Feita a exclusão do itálico que nos pertence, o mesmo anotador nos esclarece: «O material que permitiu ao Prof. Pereira de Sousa a realização dos seus trabalhos sobre Angola *foi colhido por diversos exploradores ou viajantes que, embora não tenha sido essa a finalidade que os levou a terras angolanas, dedicaram grande cuidado à recolha de amostras das regiões por eles percorridas.* Por isso e porque nessa altura era impossível efectuar levantamentos geológicos em boas condições, por falta de cartografia, os limites das diversas manchas são hipotéticas, *devendo chamar-se a atenção para o facto da sua distribuição relativa não andar muito afastada daquela que é apresentada nos mais recentes mapas geológicos de Angola*». De facto comparámos os referidos mapas com o *Esboço Geológico de Angola*, recentemente editado, da autoria do Eng.º Fernando Mouta. Assim — à parte a não concordância entre a idade então consignada a algumas formações (sobretudo entre as sedimentares) e aquela actualmente atribuída, o que é absolutamente lógico e natural — ficámos compenetrados de que a respectiva correspondência relativa é quase flagrante na sua sobreposição, não havendo o receio (como também o afirma o Dr. Montenegro de Andrade) de se

suscitarem dúvidas quanto à classificação das rochas sendo de «aceitar que o trabalho realizado pelo Prof. Pereira de Sousa não carece de rectificações». Tal opinião não nos admira acostumados como fomos a reconhecer o escrúpulo e a profundidade científica do notável professor, cujos estudos petrológicos eram, em grande parte, baseados em análises químicas e nos respectivos parâmetros magmáticos, método hoje corrente de que ele foi, em Portugal, um dos mais entusiastas, se não o primeiro divulgador.

A primeira carta — *Esboço Geologico / da parte occidental do sul d'Angola* — na Escala de 1/1 000 000 e datada de 1915, foi baseada, como nela se indica, «segundo os exemplares e dados geológicos fornecidos por Rego Lima, Artur de Paiva, Nascimento, Eduardo Marques, Padres Antunes e Severino da Silva, Roma Machado, Dias de Carvalho e Carlos Duque». A respectiva legenda compreende duas rubricas: *Formações sedimentares* e *Formações eruptivas.* No referente à primeira — englobando «Dunas, depositos lagunares, fluviateis e lacustres», «Depositos fluviateis e lacustres mais antigos» e «Terciario marinho» — segundo a afirmativa de Montenegro de Andrade, «poucas são os diferenças entre o esboço de 1915 e os mapas geológicos mais recentes». A mesma quase concordância se verifica, apenas com discordância das respectivas nomenclaturas, quanto às manchas consignadas como «Camadas aproximadamente horisontais da Huilla, grés, schistos vermelhos (Karrôo)» e como «Phylladios, quartzites e grés deslocados, contendo algumas vezes calcareos (Silurico — Devonico)» e «Gneisses, micaschistos, quartzites negras». Quanto ao que respeita a segunda rubrica e na opinião — que perfilhamos — do seu anotador, «pode dizer-se que, neste capítulo, o que consta deste esboço representa já as linhas gerais do panorama da região......... pouco se avançou depois de Pereira de Sousa»; as formações nela incluídas são constituídas por «Rochas microlithicas, ordinariamente associadas a diabases», «Peridotites, dunites, monchiquites», «Gabbros, atravessados por filões de granulite, pegmatite, aplite» — formando uma grande mancha gabro-anortítica, cujo alto significado foi, pela primeira vez, cientificamente firmado por Pereira de Sousa, e cujas determinações tiveram, posteriormente, plena confirmação, mediante análises químicas e outras observações — «Syenites alcalinas», «Granitos com riebeckite», «Granitos atravessados por filões de diorite, kersantite» e «Terrenos graniticos, gneisses e micaschistos, ainda não delimitados» — destacadamente de grande importância no respeitante à geodinâmica regional, de resto já anteriormente (1906, 1911) indicada, como conclusão, pelo Prof. Pereira de Sousa, no apêndice às notas do Eng.º Rego Lima.

A Segunda carta — *Esboço Geologico / da / parte occidental do norte de Angola* — na Escala de 1/2 000 000 (tendo apenso um outro esboço representativo do «Territorio de Cabinda», na Escola de 1/600 000) e impressa em 1916, foi cartografada «segundo os exemplares e dados geologicos fornecidos pelos engenheiros Freire de Andrade, Pinto da Veiga, Letourneur, Neupart, Miranda Guedes, Lopes Galvão e padre Antunes». É também o Dr. Montenegro de Andrade quem afirma que a distribuição das formações sedimentares dos sistemas antigos se encontra desactualizada, no entanto, «já quanto às formações cretácicas e terciárias e, sobretudo, às ocorrências ígneas, o esquema geral da sua distribuição não se afasta muito daquele que actualmente é admitido». Esta carta ou esboço abrange: *«Formações Eruptivas* — «Granitos, orthogneisses»; «Diorites, gabbros, diabases»; «Nordmarckite, syenite nephelinica, tinguaite, etc.» — e *«Formações Sedimentares»*, onde se bem que em algumas manchas Pereira de Sousa haja seguido as «ideia» da época, em que pontificavam autores estrangeiros», se deparam com designações que, até o presente, ainda não encontraram «forte desmentido». Também e a testemunhar o escrúpulo sempre posto nos seus magníficos, conscienciosos e documentados estudos, é digno pormos em relevo as escolhidas icono-

grafias que, como elucidativos e demonstrativos documentos, recheiam as oito estampas complementares destes valiosos esboços geológicos, ainda com a mais viva actualização, o que, nestas tão singelas linhas, nos é muito grato registarmos.

Propositadamente abusámos transcrevendo as anotações feitas pelo Dr. Montenegro de Andrade, não só por elas próprias constituírem, pela sua índole e pelo seu carácter de realidade, melhor ponto de fé — visto aquele geólogo conhecer *de visu* e estar familiarizado com as manchas gológicas cartografadas, em 1915 e 1916, pelo Prof. Pereira de Sousa — como, ainda, por elas constituírem exemplo indestrutível do quanto podem tornar-se prestáveis o amadorismo de uns e o «savoir faire» de outros como materiais construtivos postos ao alcance da acuidade de um geólogo plenamente compenetrado da sua função e imbuído das suas altas responsabilidades de investigador e de professor. De igual modo elas nos parecem vincar bem, a par do sóbrio mas elevado critério científico e cultural, aquele outro aspecto — não menos digno de nota e que envolve um verídico e justo conceito — que ressalta do facto daqueles esboços, cartografados há mais de 40 anos, permanecerem, ainda e na sua maior parte, inteiramente actualizados. Isto foi possível mercê das colheitas e das atentas observações efectuadas por pessoas alheias aos estudos e ao processos geológicos, as quais conscienciosamente soube aproveitar a lúcida inteligência e a douta sabedoria daquele que foi nosso saudoso e sempre recordado Mestre — o Prof. Francisco Luís Pereira de Sousa, a cuja memória, nestas humildes linhas, prestamos homenagem de muito reconhecimento — que pela sua lhaneza de carácter e pelo seu probo exemplo, nos soube insuflar o fogo sagrado a dentro do âmbito das Ciências Geológicas e pelo seu indesmentível saber teve o condão de nos ensinar as bases de um dos mais atraentes e utilitários acantonamentos da História Natural.

PIRES-SOARES

F. MOUTA — *Notícia Explicativa do Esboço Geológico de Angola. 1:2 000 000) (Com tradução francesa do autor)*, vol. com 156 págs., XIII estampas fora do texto, 1 carta: *Esboço Geológico de Angola*, ed. Ministério do Ultramar — Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1954.

É sempre agradável, aos espíritos amantes da verdade, realçar e valorizar o trabalho alheio, mormente quando ele está compreendido dentro de um campo científico — o da Geologia — no qual, em Portugal, não abundam os cultores. Por conseguinte, é digna de elogiosa referência a entidade editora por haver publicado tanto o *Esboço Geológico de Angola* (1:2 000 000) — que se não fora a modéstia do Autor, melhor teria sido chamar-lhe *Carta Geológica de Angola*, tal a sua importância e pormenorização — como a sua documentada e actualizada *Notícia Explicativa*. Louvores, e muitos, dirigimos, igualmente, ao Eng.º Fernando Mouta — um dos precursores dos estudos geológicos angolanos — a quem se fica devendo a sua colaboração cuidada, activamente prosseguida e levada a cabo com aquele aprumo e perseverança — qualidades que identificam o investigador consciencioso — bem sublinhados quando nos informa (pág. 9) que, para tanto, «foram utilizados elementos de publicações e de relatórios inéditos dos Serviços de Geologia e Minas de Angola, conhecidos do autor até Dezembro de 1952».

Com efeito, a Geologia de um território tão vasto como é aquele ocupado pela nossa província de Angola, não pode ser obra de um só geólogo, nem execução derivada de um estudo *a priori* ou de actividades relativas a uma meia dúzia de anos. Antes

deverá ser, como tem sido, a resultante do trabalho escalonado, do estudo amadurecido, das pesquisas amiúde revistas e consignadas, da sobreposição e do ajustamento consecutivo dos dados coligidos, durante muitos anos e conscienciosamente acumulados, em diferentes e sucessivas campanhas, por vários turnos de conspícuos investigadores, por várias e probas equipas de diligentes colectores.

Portanto, e até certo ponto aplicável àquele vasto e complexo território ultramarino, bem escolhido foi, pelo Eng.º Fernando Mouta, o seguinte excerto — ao mesmo tempo justificativo como conceito director e acertada portada desta prestimosa obra — que, de ali, ali se transcreve (pág. 7): «Puisque plusieurs géologues travaillent constamment au Congo, il faut s'attendre à ce que des découvertes échelonnées viennent sans cesse préciser et rectifier les lacunes et inexactitudes des publications antérieures.

... ...

Si le géologue attendait de tout connaître d'un pays tel que le Congo, pour publier ses conclusions, aucune science ne serait pas possible. La connaissance ne sera jamais complète et une certaine connaissance, même très incomplète, est indispensable au savant por orienter ses recherches ultérieures. (P. DE SAINT-SEINE — *An. Mus. du Congo — Sciences Géologiques*, vol. 5, 1950)».

É precisamente esta ideia que ressalta da análise retrospectiva ao incidir sobre o avanço de conhecimentos respeitantes à evolução dos estudos geológicos até o presente levados a efeito no vastíssimo território angolano. A sua história, de resto sucinta mas claramente sublinhada em algumas linhas do *Prefácio*, pode considerar-se, no dizer de F. Mouta, como que iniciada com a primeira descrição geral das respectivas formações — embora um tanto dispersiva, mas, mesmo assim, representando «a primeira tentativa da sua coordenação» — subscrita pelo Eng.º J. Bacelar Bebiano, 1923, e que constitui «um valioso apoio para todos os que se ocuparem da geologia de Angola». Mas é de toda a justiça não esquecer que, em ela, sobressaem e fulguram — entre outros estudos, notas ou ensaios — as magníficas memórias — ou primordiais tentativas de compilação e de coordenação, ainda hoje de muito útil consulta — derivadas do perspicaz labor de Paul Choffat (1888, 1905) e de Francisco Luís Pereira de Sousa (1906, 1911, 1915, 1916), que assim tiveram a primazia e a honra de se tornarem probos pioneiros dos estudos geológicos angolanos. Do mesmo modo, nela, além da valiosa comparticipação representada por observações, estudos monográficos ou regionais e trabalhos de pormenor elaborados por investigadores nacionais e estrangeiros, ou de confronto de factos geológicos conhecidos em territórios limítrofes, não se olvida a acção desenvolvida por Norton de Matos que, em 1922, criou uma Missão especial para proceder ao levantamento da Carta Geológica de Angola. A este respeito e relativas ao seu primeiro Chefe, o naturalista A. Sousa Torres, por muito justas e por se nos afigurarem altamente elucidativas, não queremos deixar de relembrar as seguintes palavras (extraídas de um artigo publicado em *O Primeiro de Janeiro*, 8 de Junho de 1934, subscrito por aquele falecido Alto Comissário, isto é, já lá vão cerca de vinte anos): «Homem de raras qualidades de carácter, organizador e tenaz, a ele se devem na maior parte os brilhantes resultados obtidos. — As missões científicas carecem, para vingarem de duas ordens de elementos essenciais: a alta ciência com todas as suas nobres características, e a direcção organizadora e orientadora, que raros homens têm o dom de saber imprimir. Sem Sousa Torres os seus admiráveis colaboradores não poderiam ter levado a cabo a obra que realizaram». E quem foram estes «seus admiráveis colaboradores»? Os Eng.os Henrique Ó Donnell, Fernando Mouta e Alexandre Borges. Aos dois primeiros a Ciência ficou devendo (apesar de a referida Missão haver sido extinta, em 1931) a publicação, em 1933, da *Carte Géologique de l'Angola (1/2.000.000)* e a sua

Notice Explicative, que teve as honras de ser presente à XVI Sessão do Congresso Internacional de Geologia (Washington) e decorrente dos dados até então coligidos e a par e passo actualizados, em parte e anteriormente já sucessivamente apresentados, pelos dois últimos, a duas Sessões do mesmo Congresso [XIV, Madrid, 1926 (formações do litoral) e XV, Pretória, 1929 (sistema Karroo)].

De tal sorte, o recem-editado e modestamente intitulado *Esbôço Geológico de Angola* é uma nova pormenorização petrológica e estratigráfica, melhor dizendo, é um novo e indispensável reajustamento da nomenclatura dos diferentes sistemas e suas subdivisões resultante de afincado labor de nacionais — entre os quais preponderam, pela sua persistência, os nomes dos Eng.os Fernando Mouta, Henrique Vieira e Dr. Montenegro de Andrade, dos Serviços de Geologia e Minas de Angola — paralelizado com o estabelecido em acordos internacionais (Reunião de Geólogos do Congo Ocidental, 1945, Comissão Internacional da Carta Geológica da África, 1948, 1952, Congresso Internacional de Geologia, Londres, 1948, Argel, 1952) — cuja doutrina e equivalência foram adoptadas no presente esboço.

Por conseguinte e sem desprimor para o seu muito valimento e utilidade, o *Esboço Geológico de Angola* não constitui obra nova ou original, mas sim uma conscienciosa e nova actualização de conhecimentos, uma renovação a dentro do âmbito e da complexidade da Geologia angolana. Isto mesmo o Autor sinceramente justifica com as seguintes e primeiras palavras do seu *Prefácio* (pág. 11): «São passados mais de vinte anos sobre a publicação da última Carta Geológica de Angola, na escala de 1/2 000 000; a que hoje se apresenta continua a ser, como aquela, um simples esboço, que não traduz, como seria de esperar, o resultado de uma nova fase atingida pela cartografia geológica sistemática de tão vasto território, mas que pretende apenas dar conhecimento de modificações importantes trazidas por estudos diversos dos Serviços de Geologia e Minas de Angola ou de empresas e de outras entidades que se consagraram, no período decorrido, a trabalhos desta natureza».

Nesta ordem de ideias, o Autor reparte as principais formações em duas regiões estruturais e geológicas, a *Zona litoral* e o *Maciço continental;* nesta última distingue ainda a *Bordadura da bacia do Congo*, a *Zona de areias* e a *Região do Alto Zambeze*, as quais concretiza e define com sobriedade e inteligível limpidez. De acordo com esta normalização, o texto sòlidamente apoiado em mais de quatro vintenas de citações bibliográficas, reparte-se do seguinte modo: *I — O maciço antigo e a cobertura* [Complexo de base, Sistemas do Oendolongo, do Bembe, do Karroo, do Kalahari, Formações superficiais (Quaternário)]; *II — A zona litoral* [Cretácico continental, Cretácico, Terciário (inferior e médio), Terciário (superior) e Quaternário]; *III — As rochas eruptivas* [Rochas antecâmbricas, antepérmicas, pós-pérmicas, cretácicas e pós-cretácicas]; *IV — Geomorfologia* [O relevo de Angola segundo O. Jessen, A evolução da bacia do Congo segundo A. C. Veatch, A bacia do Kalahari segundo as concepções actuais]. Esta súmula mostra a profundidade e extensão, no tempo e no terreno, desta memória e dispensa mais vivos comentários de ordem geral e ainda mais os de ordem especializada, que não passariam de mero capricho, baseados como seriam em percursos ou itinerários geológicos perfazendo mais de 30 000 Kms., prosseguidos em um território com 1 259 272 kms². Nestas condições seria vã glória pretender sintetizar ou esmiuçar por qualquer forma — seja a de generalização, seja a de pormenorização — esta obra, cientìficamente equilibrada e bem ordenada, onde se procura preencher antigas lacunas, onde sinceramente se mantêm e apontam outras, onde se indicam problemas a resolver, estudos a definir, onde, enfim, se depara com uma perspicaz clareza de opiniões, de conceitos, de incógnitas e de justificadas perplexidades.

Além disto aquele mesmo enunciado nos revela que o Autor procurou seguir as normas modernamente admitidas, e se cingiu aos juízos internacionalmente reconhecidos quanto às designações sistemáticas e às suas correlações através de grandes distâncias. Estabelecendo relações próximas ou afastadas, foi posto de parte o antigo critério de se agruparem as formações (como por exemplo, para as mais antigas) segundo o grau mais ou menos acentuado de metamorfismo, estabelecido até 1945. Assim, ali se descrevem, se discutem ou se relacionam, se analisam ou se contrapõem, com argumentos defensáveis, os Sistemas, os Grupos, as Formações, etc., etc. Ali se diz dos andares reconhecidos, ou equivalentes a outros territórios, mas também ali se afirma a impossibilidade de se estabelecer — pelo menos até agora com precisão — a separação dos diferentes níveis por razões (de enrugamento, metamorfismo, igualdade ou desingualdade de fácies, etc.) de ordem local ou mesmo acidental, o que, no entanto, se pondera e procura relacionar à luz de outros factos conhecidos e melhor investigados. Enfim o Autor socorre-se dos dados paleontológicos e petrológicos para o estabelecimento das respectivas escalas estratigráficas e, de harmonia com a legenda da Comissão Internacional da Carta Geológica da África — um dos principais fins desta publicação — encarando a Geomorfologia adopta, condensa, congrega e divulga os conceitos mais modernos estabelecidos por Autores consagrados.

Em resumo: documentados como estão o *Esboço Geológico de Angola* e a sua *Notícia Explicativa*, se não se pode afirmar que representam uma obra inteiramente original — o que seria ilógico contrasenso — se constituem sobremodo um trabalho de compilação e de ajustamento necessário, profundo e exaustivo — o que já representa muito — não há sombra de dúvida que esta obra traduz um notável progresso no avanço de conhecimentos geológicos respeitantes a todo o território angolano que, com seus indiscutíveis reflexos de ordem científica e económica, não nos envergonha perante o Mundo culto e muito valoriza a Investigação Científica posta ao serviço de Portugal.

Finalizaremos afirmando com Norton de Matos *(loc. cit.)*: «ninguém poderá destruir a obra de valor que a tenacidade portuguesa conseguiu realizar em Angola no que respeita á Geologia daquela parte da Nação, e o nome de Sousa Torres, juntamente com os dos engenheiros A. Borges, F. Mouta e H. Ó Donnell nunca serão esquecidos ao falar-se da Geologia do nosso Ultramar». A esta afirmativa, ainda com o cunho de viva actualidade, há ainda que juntar, no presente, os nomes não menos ilustres: dos colaboradores dos Serviços de Geologia e Minas de Angola — desde 1940 superior e tenazmente dirigidos pelo Eng.º Henrique Vieira; do Ministro do Ultramar — Comandante Sarmento Rodrigues; do Presidente da Junta de Investigações do Ultramar — Prof. Doutor A. Mendes Corrêa; do Governador Geral de Angola — Capitão J. A. Silva Carvalho; e dos investigadores nacionais e estrangeiros que, com tanto zelo científico, cooperaram em tão pertinaz obra de desbravamento e, tão desinteressadamente, incentivaram e apoiaram esta esplêndida realização.

PIRES-SOARES

J. V. BOTELHO DA COSTA e *ARIO L. AZEVEDO* — *Solos de Angola. Contribuição para o seu estudo.* «Memórias — Série de Pedologia Tropical», vol. in-8.º, XVI + 376 pp., 67 figs., 3 mapas, ed. Ministério do Ultramar — Junta de Investigações do Ultramar, 1953.

Nesta publicação — com a qual se inicia uma nova série das sempre bem apresentadas e eruditas *Memórias* editadas pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar — compilam-se e ordenam-se os dados pedológicos coligidos,

desde 1946, em vasta área do território angolano, e actualizados, até 1952, com notáveis achegas e novos informes cotejados por outros Autores.

Como se justifica e salvaguarda, na *Nota Prévia* (pág. IX), «a sua finalidade é, por assim dizer 'fazer ponto', apresentando de forma ordenada e de fácil consulta informações existentes relativas a características e distribuições de solos de Angola. Considera-se prematuro apresentar, na fase actual do conhecimento destes, classificação com foros de definitiva. Analisam-se porém as relações dos solos estudados com solos classificados, segundo vários sistemas e nomenclaturas, em publicações referentes a solos tropicais, e, nomeadamente, do continente africano». Este extracto — com suas palavras elucidativas e singelas, com suas frases sóbrias e modestas — bastaria para a apresentação de tão magnífico e importante empreendimento. No entanto, devemos frizar, elas não acusam todo o labor que realmente representa esta grandiosa realização, toda a enorme soma de elementos de há muito acumulados, todo o afinco posto em levar a bom termo — mesmo no seu âmbito geral e preliminar — a ponderada sistematização dos dados coligidos, a sua ordenada e inteligente metodização, o seu natural e fastidioso ajustamento.

Por isto mesmo e para, de algum modo, podermos dar sólida ideia de todo o seu intrínseco merecimento e de todo o seu alcance científico ou económico, basta dizermos que a matéria contida na presente memória se reparte — além da *Nota Prévia*, da *Introdução* (uma e outra tão esclarecedoras como úteis) e das *Referências Bibliográficas* (comportando 87 citações) — por VII capítulos (desdobrados em 12 subcapítulos) completados pelos respectivos, e mais ou menos longos, resumos vertidos para inglês. Assim, à parte o *Capítulo III* (bastante sucinto mas indispensável pelas elucidações que insere), não nos podemos deter na análise pormenorizada deste ou daquele capítulo, tal é a uniformidade em eles alcançada, tal é a importância e a interdependência de cada um deles dentro do conjunto, que não pode, nem deve, ser parcializado. Senão vejamos os seus títulos: *I — Métodos de prospecção. Sistematização de dados; II — Terminologia. Métodos de caracterização laboratorial; III — Dados climáticos, geológicos e botânicos; IV — Descrições morfológicas e dados analíticos referentes a «agrupamentos»; V — Complexos; VI — Considerações gerais acerca dos dados apresentados; VII — Filiação dos agrupamentos definidos em esquemas de classificação mundial de solos.*

Em tais circunstâncias apenas apontaremos que, nos primeiros, se encaram exuberante e metòdicamente os aspectos doutrinários ou terminológicos, descritivos ou morfológicos, etc., atinentes à sistematização — consoante os elementos de estudo são encarados, com carácter original ou adaptativo e de normalização — dos solos angolanos, e que, nos dois últimos, se apresentam ou relacionam e se discutem ou apreciam, com notável proficiência, e como conclusões gerais, todos os dados técnicos coligidos — *fracção coloidal inorgânica; concreções e couraças ferruginosas; textura, estrutura, compacidade; matéria orgânica e azoto; expansibilidade, porosidade total; retenção de humidade; valores do pH, teor em bases permutáveis, capacidade de troca, grau de saturação; e teor em fósforo e potássio* — e o critério, problema ou filiação, no respeitante ao aspecto ou enquadramento internacional, ligados aos agrupamentos estabelecidos — *posição actual do problema da classificação dos solos tropicais; possível aplicação dos agrupamentos descritos; e classificação provisória dos solos estudados.*

Pelo que de tão profuso enunciado se pode depreender — e que a leitura atenta do desenvolvimento da sua planificação inteiramente o confirma — se verifica o quanto resulta de um trabalho de equipa, onde cada qual — a dentro da respectiva especialização — intenta valorizá-lo com a sua quota parte de esforço e de saber, procura transformá-lo — a favor da Nação, em bens amealhados — mercê do seu labor recôndito e, por vezes, bastante ingrato. Não há dúvida ser este o melhor *modus faciendi* atinente a elevar o nível científico, a fortalecer — com argumentos irrefutáveis — a obra auspiciosamente iniciada, assentando-a em bases sólidas, socorrendo-se dos métodos mais modernos e do conhecimento directo, quer teórico, quer prático, dos assuntos ou aspectos encarados, seja *in loco*, seja no laboratório ou à banca de trabalho. Como a corrobrorar esta opinião os Autores historiam — na *Nota Prévia* e com registável lealdade, isto é, dando o seu a seu dono — como foi possível tão árduo empreendimento e, agradecidamente, apontam os nomes de todos os seus prestimosos e infatigáveis colaboradores ou as entidades intervenientes.

Quanto à parte técnica, e até mesmo de algum modo didática, entre outros esclarecimentos, se indicam na *Introdução* as diferenças existentes entre os processos agrícolas ou métodos agrológicos, assim como as principais características e as possibilidades dos solos europeus em confronto com os, tão diversos, da África e da Ásia, aliás estes últimos e por sua vez, bem distintos daqueles e dos africanos. Partindo, por conseguinte, de tal premissa bem se compreende que ela constitui o fulcro basilar para o estabelecimento do equilíbrio conducente a uma benéfica acção impulsionadora tão favorável, já no que se relaciona com o fomento agro-pecuário, já no que melhor se coaduna com o condicionamento de uma salutar política económica, cujos reflexos são indubitáveis quanto ao povoamento e à valorização dos nossos territórios de além-mar. Isto levou os Autores a, com perentória consciência, afirmarem: «o conhecimento da aptidão e possibilidades dos solos é elemento de informação que dificilmente pode dispensar-se sem graves riscos de insucessos». Tão eloquente e judicioso conceito é, mais adiante, positivamente sublinhado por este outro: «nos países tropicais em que a população autoctone esteja ainda longe de razoável nível de civilização, e a intervenção europeia na produção agrícola seja ainda relativamente recente, a necessidade do estudo dos solos surge com acuidade incomparàvelmente maior. Assim sucede em grande parte do continente africano, no qual se situam as maiores extensões de território português ultramarino».

Com tão criteriosa directriz os resultados das investigações, ensaios e estudos, consignados nesta primeira memória da série de Pedologia Tropical, estribam-se em itinerários (cujos percursos totalizam cerca de 4800 Kms.), reunindo mais de uma centena e meia de estações, e na discriminação cuidada de 158 perfís (alguns dos quais considerados como típicos e então acompanhados de minudenciosa caracterização morfológica, organoléptica e química), a que correspondem 220 amostras, escolhidas de entre um total de 808. Deste modo, que bastante sucintamente acabamos de indicar, e baseados no estudo cumulativo dos dados de campo e dos elementos laboratoriais, os Autores — ao estabelecerem, *ab initio* e não definitivamente, determinados «agrupamentos» ou «conjuntos de solos com parentesco e afinidades mais ou menos marcadas» — avisadamente salvaguardam que «dada a natureza do trabalho francamente de prospecção geral preliminar (e embora incluisse alguns estudos pormenorizados de áreas limitadas), não se considerou aconselhável adoptar definição rigorosa para tais unidades», de carácter intermédio entre a *série* e o *grande grupo*, «por isso se evita, deliberadamente, designá-las por qualquer termo de uso consagrado na sistematização dos solos». Com esta mesma sóbria inteligibilidade e com esta mesma serena e eloquente exposição, coerentemente decorre todo o texto, onde abundam os critérios ou as sugestões, os elementos de estudo ou de observação, de crítica ou de análise, as concretizações utilitárias ou as indicações doutrinárias.

Ponderadas todas estas considerações não subsiste, em nosso espírito, a menor

dúvida de que esta importante e valiosíssima memória — que muito vem enriquecer, a par do seu considerável reflexo internacional, o património pedológico no respeitante ao nosso ultramar, e bibliográfico dentro do aspecto científico, técnico e cultural — constitui, a bem dizer e ao mesmo tempo, pertinente e afortunado preenchimento de uma incontestável lacuna agrológica. De igual modo ela se apresenta como feliz e perdurável desiderato que, enquadrado no âmbito da Pedologia Tropical, interessa já, sobremaneira e directamente, o extenso território angolano.

De tal sorte e por terem dado erudito cunho e louvável início à publicação e divulgação de tão valiosos estudos — do mais elevado interesse nacional, quer científico, quer económico — estão de parabéns e merecm todo o nosso agradecido reconhecimento, a instituição editora, os Autores e os seus colaboradores. De entre estes, por algo numerosos, permitimo-nos apontar: o Prof. L. A. Valente Almeida — que superiormente dirigiu os estudos de química analítica; o Eng.º J. J. Gomes Barbosa — a cargo de quem esteve todo o trabalho de campo; os Eng.ºs J. M. Bastos Macedo, R. Pinto Ricardo, G. N. de Sampaio e a analista M. L. Palma — dedicados às pesquisas de laboratório. Entre muitos outros intervenientes não menos prestimosos, não podemos deixar de referir que esta valiosíssima memória é um dos frutos, já sazonados, colhidos da iniciativa — a todos os títulos muito digna de elogio e cuja ideia primordial partiu do espírito lúcido e empreendedor que foi o do falecido Eng.º Manuel Saraiva Vieira — em boa hora posta em prática pela Junta de Exportação dos Cereais das Colónias, a qual, em 1946, — sendo ao tempo Ministro das Colónias o Prof. Doutor Marcelo Caetano — conseguiu organizar em Angola a primeira Missão Pedológica — semente bem eleccionada que criou raízes fundas e produtivas — sob a orientação proficiente dos Profs. Botelho da Costa e Ário Azevedo. É nossa obrigação, ainda, pôr em relevo que — como frondes robustas e seivosas, oriundas de tal semente — os Estudos de Pedologia Tropical, ao bom cuidado do primeiro destes professores, vingaram, a partir de 1951, na Junta de Investigações do Ultramar sob o alto patrocínio do Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues. Por último, e por muito haverem contribuído para a presente realização, são igualmente dignos das mais honrosas referências os nomes do Prof. Doutor A. Mendes Corrêa, Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, e do Dr. Luís Silveira, Secretário da Comissão Executiva desta mesma Junta.

Pires-Soares

DARTEVELLE (Dr. Edmond) — *Les «N'zimbu»-Monnaie du Royaume de Congo*, «Bulletins et Mémoires de la Société Royale Belge d'Anthropologie et de Pré-histoire», «Mémoires», Nouvelle série: n.º 1 (T. LXIV), Bruxelles, 1953, 251 págs., 96 figs., 4 cartas hors texte.

Belo trabalho publicado sob o alto patrocínio do Ministério das Colónias da Bélgica e do Banco Central do Congo Belga e de Ruanda Urundi.

Ministério e Banco bem merecem caloroso aplauso por terem subsidiado a publicação deste livro, que é não só um valioso título científico a juntar ao nome ilustre do seu autor, mas é também uma obra que ilustra a investigação científica colonial belga, onde a quantidade e a qualidade dos seus investigadores é, sem dúvida, notável.

Os títulos dos capítulos já dão indicações sobre a extensão e a natureza dos múltiplos aspectos em que as conchas dos moluscos utilizados como moeda se nos apresentam numa vasta zona da África equatorial, e do modo como foram encarados e cuidadosamente estudados pelo autor.

Ei-los:

Utilisation des Mollusques par les populations indigènes du Congo et de l'Angola. I — Les Coquillages-monnaie au Congo et en Angola. II — Les *n'zimbu*. Identité des coquilles. III — Répartition géographique des *n'zimbu*. Procédés et lieux de récolte. IV — Documentation ancienne concernant les *n'zimbu*. V — Commerce actuel des *n'zimbu*. VI — Le terme *n'zimbu* et les locutions dérivées. VII — Utilisation des *n'zimbu* par les indigènes. VIII — Fausse monnaie: Faux *n'zimbu*. IX — Les *n'zimbu* dans le folklore indigène (Littérature orale). X — Autres monnaies de coquillages comparables aux *n'zimbu*. Conclusions. Annexe: Liste systématique des Mollusques cités dans l'ouvrage. Bibliographie.

Se os títulos dos capítulos já dizem alguma coisa, muito mais nos diz a leitura dos mesmos.

A introdução com que o autor inicia o trabalho é um capítulo de pura malacologia, elaborado dentro dos justos e indispensáveis moldes da sistemática zoológica, sem a qual seria inevitável a desorientação na precisa atribuição específica a cada um dos moluscos estudados no decurso do trabalho. É bem obra, e boa, de um doutor em Ciências Naturais, título académico que ilustra o nome do autor.

Os capítulos seguintes, em que os elementos de ordem etnográfica, histórica, social, e até de ordem arqueológica, são urdidos com equilíbrio e acerto, constituem obra, sem dúvida notável, do distinto conservador do Museu Real do Congo Belga, qualidade ou função que o Dr. Dartevelle vem desempenhando há já muitos anos, e com assinalados serviços prestados à ciência.

Na impossibilidade de focar o trabalho nos seus múltiplos e bem interessantes aspectos, não queremos deixar de analisar, em curta síntese, as conchas usadas como dinheiro no Congo e Angola, que são os *zimbos* ou *cauris* e as enfiadas de rodelinhas feitas da concha de Achatinídeos.

Os *zimbos*, conchas dum pequeno molusco marinho que vive em muitas praias de Angola e nomeadamente na ilha de Luanda, são a *Olivancillaria (Micana) nana* (Lamarck).

Os *cauris*, conchas do género *Cypraea* e nomeadamente a C. *moneta* L., são de origem oriental; provenientes sobretudo das ilhas Maldivas.

As enfiadas de rodelinhas, mais ou menos do tamanho de botões de camisa, feitas da concha de Achatinídeos e nomeadamente da *Achatina monetaria* Morelet, constituem as chamadas *quirandas do Dongo* (de Pungo Andongo, região onde se fabricam).

A erudição do autor está bem afirmada nas transcrições que faz de algumas passagens de autores antigos. Estes chamavam aos «*n'zimbu*», *zimbo* ou *jimbo*. Dartevelle cita passagens referentes aos «*n'zimbu*» em Duarte Pacheco Pereira *(Esmeraldo de Situ Orbis)*, Manuel Cerveira Pereira *(Relação da Conquista de Benguela* — 1617-1622), Cadorneca (*História Geral das Guerras Angolanas* — 1681), Duarte Lopes, Pigafetta, etc.

Vários autores antigos referem que a ilha de Luanda era chamada a «ilha do dinheiro» pois era ali que o rei do Congo mandava apanhar as conchas da *Olivancillaria nana* ou *zimbos*. Estes, na justa descrição de Duarte Pacheco Pereira, transcrita pelo autor a pág. 105, são «uns buzios pequenos que não são maiores do que pinhões com sua casca a que chamam *zimbos* os quais em terra de Manicongo correm por moeda, cinquenta d'elles valem uma galinha, e tresentos valem uma cabra e assim as outras coisas Segundo são...»

Na interpretação das causas que devem ter levado a considerar os *zimbos* como

moeda o autor diz que, em seu parecer, aquelas conchas não devem o seu emprego como moeda ao seu aspecto aporcelanado e lusidio, como é próprio de muitas conchas marinhas. Tais características que, na opinião de Germain e Fischer, determinaram o emprego universal das conchas como moeda, não bastam, segundo Dartevelle, para explicar o emprego dos *zimbos* como moeda, visto que estes, colhidos nas praias da ilha de Luanda, são conchas roladas e, consequentemente, nem lusidias nem brilhantes. A solidez e a pequenez da concha, que, como vimos, é do tamanho de pinhões, são caracteres basilares a que devem satisfazer as conchas-moeda. Mas outras muitas conchas apresentando estes caracteres não foram consideradas como tal. Por isso, segundo o autor, a escolha dos *zimbos* como moeda deve ter sido resultante sobretudo da opinião deliberada duma pessoa inteligente e previdente, qualquer dos antigos reis do Congo, que, com o estabelecimento de tal moeda (só o rei do Congo podia mandar apanhar *zimbos*) estabeleceu em bases sólidas a autoridade real e alicerçou fortemente o seu reino.

O saber e a probidade do autor, que realizou um trabalho exaustivo, são atestados exuberantemente ao longo das duas centenas e meia de páginas do seu belo livro.

A ilustração fotográfica constitui esplêndido documentário sobre o papel das conchas na vida económica, política, social e espiritual dos indígenas do Congo e de Angola.

O trabalho que analisámos é, sem dúvida, um trabalho perfeito.

Dartevelle nele, brilhantemente, se afirma notável erudito, «doublé» de naturalista e de etnógrafo.

SANTOS JÚNIOR

JOHANNES HUMLUM — Kulturgeografisk Atlas. 1955. 3.ª edição. Kobenhanv. 2 vols.

Primorosa edição, em dinamarquês, tanto no aspecto gráfico como na esquematização dos assuntos, embora a explanação de matéria tão vasta e complexa como a geografia económica mundial, tivesse de ser necessàriamente resumida. Mesmo assim, é trabalho de fôlego e só é pena que o texto não seja escrito em língua mais acessível (francês ou inglês), o que lhe daria, certamente, a expansão internacional que merece. No entanto, o volume I (Atlas) com as legendas em quatro línguas — dinamarquês, alemão, francês e inglês — facilita a leitura dos variadíssimos e completos mapas e gráficos. Enriquecem ainda esta já de si valiosa obra, as boas fotografias, gráficos, mapas e índices bibliográfico e ideográfico insertos no volume II (Texto). Edição da conceituada firma Gyldendalske Boghandel — Nordisk Forlag, Klareboderne 3, Kobenhanv, ao preço de: Texto e Atlas, encadernados, respectivamente de 31.50 e 23.50 coroas dinamarquesas; brochados, 26.50 e 19.50.

J. G.

ATRAVÉS DAS REVISTAS

O PAN-ISLAMISMO, SENTIMENTO DE ONTEM E DE HOJE

A revista francesa «L'Afrique et l'Asie», publicação do Centro de Altos Estudos de Administração Mussulmana, n.º 28 de 1954, assinala no seu editorial os esforços empregados hoje para imprimir forma, decididamente moderna, a esse sentimento difuso, ao qual se deu, no princípio deste século, o nome de Pan-Islamismo.

Não se pensa em reforçar os meios de acção religiosa e política do Califa Turco, chefe dos mussulmanos do mundo inteiro, como o imaginava o sultão Abdul Hamid, vivendo misteriosamente no seu quiosque do Bósforo e enviando secretamente a todo o Islão a sua propaganda por meio de emissários e teólogos.

Meio século mais tarde, pelo menos segundo as aparências, trata-se duma iniciativa mais modesta, originada no Cairo, que se propõe essencialmente multiplicar os contactos entre os Estados mussulmanos do mundo inteiro para fins práticos, pois intenta principalmente pôr em comum os progressos realizados na arte do governo e da administração. Ao mesmo tempo procura-se intensificar as relações económicas entre todos os Estados membros da comunidade islamica.

Na verdade, muitas coisas mudaram desde há cinquenta anos. Uma boa parte dos países mussulmanos, d'antes sob a tutela das nações europeias, cujas *élites* tinham como objectivo comum a libertação do domínio cristão, já se emancipou.

O PROGRESSO DE PORTO ALEGRE, CAPITAL DO RIO GRANDE DO SUL

A revista francesa «Les Cahiers d'Outre Mer» n.º 28 de Outubro-Dezembro de 1954 publica um artigo de Jean Roche sobre Porto Alegre, metrópole do Brasil meridional, capital do Rio Grande do Sul, artigo que merece ser assinalado nesta secção.

O autor faz a história de Porto Alegre e de como nasceu em 1740. Narrando os começos da, hoje, grande metrópole, salienta o facto dos seus habitantes terem sabido utilizar da melhor forma as possibilidades que lhe ofereciam a situação e local. A sua enorme superfície e moderno aspecto de cidade americana não devem consentir todavia que deixemos no esquecimento as gerações passadas que, pelo seu trabalho e pertinácia, a desenvolveram e alargaram o seu raio de acção.

A extensão do seu «hinterland» — uma vez completado o equipamento portuário da cidade — poderá torná-la grande centro comercial e industrial. Contudo Porto Alegre revela-se desde já uma autêntica metrópole pela influência que exerce nos domínios cultural e económico numa imensa região. A história do seu progresso atesta também verdadeira transformação na força própria da sua expansão e irradiação. Não só se desenvolveu com extraordinária rapidez mas as regiões vizinhas gravitam já na sua órbita, industrializando-se por sua vez; não só o grande Porto Alegre recebe a sua alimentação dessas regiões, de criação de gado e agrícolas (carne, coiros, lã, arroz,

milho, etc.) mas pode observar-se nestas um desenvolvimento cuja prosperidade está ligada às suas comunicações com a cidade. Segundo o articulista da revista «Cahiers d'Outre-Mer» o exemplo de Porto Alegre parece particularmente característico da influência estimulante que a cidade exerce sobre as regiões rurais com que confina.

O visitante não pode deixar de ficar impressionado pelo espírito empreendedor dos habitantes de Porto Alegre.

A inauguração de fábricas, a expansão das actividades comerciais, a construção de arranha-céus revela um sólido optimismo. Porto Alegre, antiga capital, fez-se em menos de um século no limite das terras de colonização agrícola do Norte e das grandes planícies pastorais pouco habitadas do sul. Cheia da força e da confiança resultantes do seu próprio dinamismo, assinou um cheque em branco sobre o futuro.

LIVINGSTONE, PIONEIRO DA CIVILIZAÇÃO NA ÁFRICA SELVAGEM

A «Revue Coloniale Belge», n.º 22, de Dezembro de 1954, na sua secção «Pour être au courant», publica uma crítica à obra de James I. Macnair «Livingston's Travels». Nela se analisa a famosa viagem transafricana do Cabo à Costa ocidental da África realizada pelo célebre missionário que, segundo tudo leva a crer, não teve em mira ao empreendê-la qualquer preocupação imperialista.

«Aberta a estrada ao comércio», dizia Livingstone, a civilização penetrará até aos centros onde vivem os selvagens.

Segundo o autor da crítica, foi para que mais uma vez se fizesse ouvir esta voz generosa e compassiva que foi publicada agora a compilação dos relatos referentes às viagens do grande explorador inglês, cuja glória não alcança diminuir, entretanto, a dos pioneiros portugueses naquelas paragens.

OS FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA GEOGRAFIA HUMANA

Com o título desta notícia publica Umberto Toschi na «Rivista Geográfica Italiana» de Setembro de 1954, um artigo em que se estudam os objectivos da geografia humana, essencialmnte a distribuição do homm na superfície do globo, e as formas que essa distribuição reveste.

Segundo Toschi, os factores fundamentais de tal distribuição e a variedade das suas formas, pertencem a três categorias: às condições físicas do meio, às exigências do homem como organismo biológico e por último às suas faculdades psíquicas.

O homem na geografia é a sociedade: esta corresponde exactamente a uma necessidade psicológica, substrato de todos os fenómenos antropogeográficos. No outro extremo, o homem pode organizar todas as outras características do campo geográfico, consciênciosa e racionalmente.

A necessidade duma observação sistemática desses «fundamentos psicológicos» está demonstrada. Todavia o autor do artigo fornece alguma sugestões preliminares para esse fim. É necessário observar que não se trata da questão de notar a influência exercida pelo meio físico nas atitudes psicológicas do homem e sociedades — assunto já versado nos estudos de geografia humana e «ex professo» por alguns autores, tais como Hellpach, Hardy, etc. — mas de obter conhecimentos apropriados dos fenómenos psicológicos, naquilo em que podem afectar a explicação de factos antropogeográficos na sua distribuição e variedade.

Acima de tudo é necessário lembrar que se os fundamentos biológicos indicam as exigências a que os factores antropogeográficos se têm de submeter e os fundamentos psicológicos oferecem também alternativas por vezes diferentes, levadas a efeito por

escolha, limites da liberdade que, embora duros, devemos reconhecer. Essa escolha, além de reflectir causas imperativas, corresponde a fins definidos.

UM POVO MATRILINEAL

Wilfred Whitely apresenta no número de Outubro de 1954 da revista inglesa «Africa — Journal of the International African Institute» as suas conclusões sobre o governo local, moderno, entre os Macuas.

Povo matrilineal espalhado por toda a extensão do Tanganica meridional e da África Oriental Portuguesa, os Macuas estão organizados em clãs com vários nomes, mas, exceptuando certas federações temporárias de clãs, em tempo de guerra, nunca formaram um grupo unitário. Os clãs tendem actualmente a dispersar-se e a misturar-se com membros doutros grupos. A língua macua abrange vários dialetos distintos alguns dos quais são mùtuamente ininteligíveis. Durante os primeiros tempos da administração britânica os chefes eram responsáveis pela administração local, mas mercê da interpenetração dos clãs os chefes deixaram de ser representativos ou de exercer qualquer autoridade, salvo sobre um pequeno grupo localisado. Em 1938, os chefes foram agrupados em dez Conselhos para as necessidades da administração local. Este sistema não deu bom resultado e, em 1944, a autoridade tradicional dos clãs foi substituída pelos Liwali, escolhidos e nomeados pelo Governo, sendo cada um responsável pela administração duma região delimitada de modo arbitrário. Os Liwali são auxiliados pelos Jumbe, vários dos quais, com efeito, antigos chefes. Dum modo geral, o sistema dos Liwali mostrou-se eficaz, visto que os Liwali são escolhidos pelas suas qualidades pessoais e de ordinário estão sujeitos à fiscalização das Comissões Regionais; mas o sistema é defeituoo porque os Liwali não são realmente representantes do povo e muitas vezes vêm de outras regiões.

Os Jumbe são mais frequentemente homens da localidade, mas não têm capacidade para declarar o seu parecer, e muito poucas ocasiões para o efectuar. Recentemente estabeleceram-se conselhos regionais; compreendem os Liwali de cada região, os Jumbe, e um membro não oficial para cada região. Embora as suas funções sejam inteiramente de consulta, espera-se que por intermédio desses Conselhos o povo tenha ocasião de exprimir a sua opinião e os seus votos e, deste modo, possa eventualmente interessar-se na administração das suas próprias comunidades.

UM RETRATO DE CRISTÓVÃO COLOMBO

George Kish refere-se no «Geographical Journal» de Dezembro de 1954 a um retrato de Colombo existente no Palácio Caparola, residência de verão da família Farnese, construído ao norte de Roma pelo Cardial Alessandro Farnese, sobrinho do Papa Paulo III.

É numa das salas afectas ao uso particular do Cardial, que se encontra o retrato de Colombo. A sala hoje conhecida como a das recepções passou à história com a designação de sala dos mapas.

O tema escolhido para decoração das paredes foi a representação do mundo: O tecto está coberto com imagens da abóboda celeste, enquanto que a decoração das paredes consiste em sete grandes mapas pintados a fresco: um mapa mundo com 25 pés por 14, e os mapas da Europa, da Ásia, da América, da África, da Itália e da Terra Santa.

Por cima das portas e das janelas há cinco medalhões representando os herois dos descobrimentos: Colombo, Vespúcio, Cortez, Magalhães e Marco Polo. George

Kish afirma que os retratos e os mapas se encontram em muito bom estado de conservação. O facto do Palácio Caparola ter estado sempre habitado até 1930, teve um efeito benéfico sobre os frescos. O retrato de Colombo parece ter vida e é diferente de todos os até aqui conhecidos, não aparecendo em nenhuma das principais iconografias do navegador.

O catálogo de Curtis dos retratos e monumentos relativos a Colombo não se lhe refere, e os vinte e cinco volumes de notas e correspondência que são a base desse catálogo não mencionam o retrato de Caparola. Nem o fazem aliás anteriores iconografias de Colombo. Uma explicação possível desta omissão é o facto da sala dos mapas de Caparola só ter sido estudada pormenorizadamente em 1952 pelo autor do artigo, George Kish, num estudo intitulado «The Mural Atlas of Caparola».

Segundo ele os frescos do andar do palácio onde se encontra o retrato de Colombo foram executados pelos irmãos Zuccari qu viveram e trabalharam em Roma nos meados do século XVI. É quase certo que, sendo eles primorosos retratistas e mestres de pintura a fresco, tivessem sido os autores do retrato de Colombo e dos outros quatro exploradores na sala dos mapas.

Pode admitir-se que o retrato fosse pintado entre 1568 e 1584. O mapa da Europa tem a data de 1574 na decoração da bordadura, e vários dos mapas são executados sobre informações publicadas entre 1568 e 1574.

Colombo segura nas mãos um compasso e um portolano, o que torna este retrato diferente dos outros. É, segundo Kish, uma obra impressionante, não tomando em consideração a sua autenticidade, pois o facto dos frescos de Caparola terem sido executados mais de cinquenta anos após a morte de Colombo, indica que ou é uma imagem com base na tradição ou foi feita por outro retrato contemporâneo hoje perdido, ou ambas as coisas.

A PRIMEIRA VIAGEM SEM ESCALA SOBRE O ATLÂNTICO

O «Canadian Geographical Journal» de Março de 1954 insere um artigo de Frank H. Ellis sobre o voo realizado por Alcock e Brown em 1919 da Terra Nova para a Irlanda. O percurso de 18.000 milhas foi coberto em 16 horas e 12 minutos.

Este feito, um dos mais gloriosos da história da aviação, é narrado com todo o pormenor pelo articulista da revista canadiana que se esforça por apresentar aos seus leitores a dívida que temos para com aqueles pilotos ousados que conseguiram conquistar as rotas aéreas do Atlântico Norte, ao tempo tão perigosas como gloriosas..

Não faz porém Frank Ellis a mais leve referência ao não menos glorioso voo de Gago Coutinho e Sacadura Cabral que em condições semelhantes voaram de Lisboa para o Rio de Janeiro, sendo hoje justamente considerados os pioneiros das rotas do Atlântico Sul.

Cremos que não aumenta nada o prestígio de Alcock e Brown a omissão do voo dos aviadores portugueses realizado quase na mesma época, denotando sim ou completa ignorância por parte do articulista do «Canadian Geographical Journal» ou propósito evidente de exaltar os seus compatriotas ignorando a obra de outros que igualmente se ilustraram nos rudes trabalhos que levaram ao progresso da aviação.

A CARTOGRAFIA DA ÁFRICA AO SUL DO SÁARA

A revista «African Soils» publica no n.º 1 do vol. 3.º um desenvolvido estudo em que se apreciam os progressos realizados no capítulo da cartografia da África ao Sul do Sáara.

Refere o facto de em 1953 o CSA (Conselho Científico para a África ao Sul do Sáara) ter publicado uma lista de mapas editados pelos diversos territórios africanos relativos à geografia, geologia, climatologia, vegetação, entomologia, medicina, demografia, administração e comunicações, desses países.

É evidente o interesse desta lista que pode ser de considerável utilidade para todos os serviços e cientistas que trabalham em África.

Os leitores de «African Soils» podem, se assim o desejarem, obter esta lista escrevendo ao secretário geral da CSA, B. P. 5175 em Bukavu (Congo-Belge).

O «MIRACULOSO» DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA DO SUL POR CRISTÓVÃO COLOMBO

Arthur Davies publica no «Geographical Review», órgão da American Geographical Society of New York, de Outubro de 1954, um documentado artigo acerca da viagem realizada por Colombo em 1498.

Na verdade, esta viagem, conhecida pela terceira viagem de Colombo, não foi nunca analisada com cuidado, apesar ter de sido de todas a mais estranha e aquela de que o navegador tirou menos resultados.

Segundo declara o articulista, a principal fonte que utilizou foi a carta de Colombo enviada aos Reis Católicos em 1498 e que parece ter sido extraída do diário da sua viagem. Este diário foi transcrito pelo bispo Las Casas.

Arthur Davies estuda no seu artigo a versão original de Las Casas e a narrativa da viagem publicada por Fernando Colombo na vida de seu pai, a qual, embora menos pormenorizada do que aquela, não difere essencialmente dela.

O articulista da «Geographical Review» considera que a certeza de que o Rei D. João II de Portugal tinha da existência dum continente ao sul das ilhas de Cabo Verde e a cerca de 370 léguas (a terra firme do Brasil) foi um factor dominante que profundamente influenciou Colombo na busca desse continente. Entretanto Colombo conhecia essa opinião de D. João II desde Março de 1493, e apesar disso não fora por ela influenciado nos planos da sua segunda viagem. Só quando chegou às Canárias, na terceira viagem, decidiu ir em demanda desse continente. De certo que um novo factor entrara nos seus cálculos entre a partida de Espanha e a chegada às Canárias. Demorara-se seis dias na Madeira, e aqui, sugere Davies, Colombo recebeu informação acerca do descobrimento do Brasil feito pelos portugueses, e de qual a melhor rota a seguir para chegar até lá.

Na verdade muitos dos nomes usados por Colombo na região de Trinidade-Paria parece terem sido dados por um descobridor chegado anteriormente, e alguns deles são claramente de origem portuguesa.

Se Colombo tivesse corajosamente seguido a rota que planeara nas Canárias teria chegado fàcilmente ao Brasil, perto do Cabo de Santo Agostinho. Esta rota é muito exacta para ser devida apenas à intuição de Colombo. Foi a rota portuguesa para o Brasil e para a Índia durante o século XVI, e provou-se ser a melhor e a mais rápida.

Davies refere assim os principais factos do miraculoso descobrimento da América do Sul por Cristóvão Colombo:

«Ao meio dia de 21 de Julho o criado de Colombo, Antonio Perez, de Huelva, subiu por acaso até ao cesto da gávea, e a 15 léguas para oeste, viu o que lhe pareceram «três rochas ou três montanhas» recortadas no céu. Era o extremo oriental de Trinidad, a ilha ao largo da costa norte da América do Sul. O continente fora afinal descoberto por Colombo. Não é de admirar que ele lhe chamasse um «milagre»; porque se Trinidad não tivesse três picos, nunca poderia ser vista à distância de 15 léguas, mesmo do cesto

da gávea e com tempo muito limpo. Foi um acaso extraordinário que Perez subisse ao mastro na ocasião própria e com o navio na posição devida para que pudesse ver os três picos que são os únicos pontos elevados em Trinidad.

Este acaso salvou a terceira viagem de Colombo de ser um completo fracasso e coloriu todo o julgamento histórico desde então: o descobrimento dum novo continente era dum brilho que cegava e não deixava vêr o fracasso do Almirante.

Colombo deu a esta terra o nome de Trinidad em homenagem à Santíssima Trindade Do dia 31 de Julho a 15 de Agosto explorou o Golfo de Paria e desceu a costa da Venezuela até à ilha Margarita. Viu a costa estendendo-se para oeste, para Cathay e para as Ilhas das Especiarias, e percebeu que se tratava dum continente, que estava destinado a não tornar a ver. Fez rumo a noroeste e cinco dias mais tarde chegou a Española».

UM INQUÉRITO ELUCIDATIVO

A revista «The Muslim World», volume XLIV de Julho-Outubro de 1954, refere-se na sua secção «Notas do Trimestre» ao facto do partido socialista indiano «Praja Socialist Party» ter enviado recentemente uma missão de observação a Caxemira. O relatório dessa missão, publicado na Imprensa do Paquistão, é extremamente elucidativo Nele se afirma que entre o povo de de Caxemira existem fortes sentimentos a favor do Paquistão. Acrescenta-se ainda nesse interessante e oportuno documento que há em Caxemira vários comunistas indianos em situações importantes, embora a doutrina comunista não disfrute do apoio popular. «Pakistan Times» serve-se para falar da Índia relativamente a Caxemira da mesma lógica que a Índia utilizou em relação aos enclaves franceses na Índia. A Índia exigia que a opressão francesa sobre os partidos que desejavam juntar-se à Índia, terminasse, e que houvesse liberdade da imprensa. O «Paskistan Times» comenta: «What is sauce for the Pondicherry goose is not sauce for the Kashmir gander!». Por outras palavras a Índia como bem sabemos — *et pour cause* — quer Deus para si e o diabo para os outros.

TERIA A BATALHA DE AMBUILA SIDO, DE FACTO, UM ERRO HISTÓRICO?

Leon Kochnitzky narra na «Revue Coloniale Belge». (n.º 223 de Janeiro último) os principais sucessos históricos que levaram à revolta e decapitação, na batalha de Ambuila, de D. António rei do Congo.

Começa o articulista por se referir a André Vidal de Negreiros. Relata que na sua viagem para Angola o navio foi assaltado por violenta tempestade. Em face do perigo, o novo governador fez um voto: construir (se se salvasse) um santuário a Nossa Senhora da Nazaré, no próprio local do seu governo. Passou-se isto em Maio de 1661. Três anos mais tarde o voto estava cumprido, como o testemunha uma lápide, com o brasão dos Negreiros e a data de 1664, sobre a porta da igreja.

Salvo do naufrágio, o novo governador em breve verificou até que ponto ele próprio e o imenso domínio de África, que lhe fora confiado, estavam ameaçados por toda a parte. Angola podia comparar-se, com efeito, também, a navio em perigo.

Evocando a epopeia de Massangano, Kochnitzky escreve: «Com as forças de que dispunha, o governador e a administração, entrincheiraram-se ao sul da capital na praça forte de Massangano, aqui ficando sete anos, todo o tempo que durou a ocupação holandesa». Deve dizer-se, por ser verdade, que a restauração não se imobilisou nesta resistência heróica, e que o restabelecimento do domínio português foi antes de mais nada o resultado de persistente e longos esforços.

O articulista da «Revue Coloniale Belge» analisa, em seguida, as entidades políticas que, além dos régulos de N'Gola, existiam no país que depois veio a constituir a África Ocidental Portuguesa.

Nessa região ficava o reino de Matamba, governado pela extravagante rainha Djinga, uma espécie de «Catarina da Rússia negra», e o Reino Cristão do Congo.

A rainha Djinga foi baptizada com o nome de Ana de Sousa e protegida pelos governadores de Luanda, de quem, mais tarde, com repulsiva ingratidão, se tornou inimiga figadal. Pérfida, aliou-se aos holandeses e atacou os seus primeiros protectores.

Do Reino do Congo, afirma Kochnitzky que gozava de mais estabilidade e tradições. Desde o fim do século XV que, cristianizado pelos portugueses, era conhecida a existência desse potentado na África central.

Depois de se referir à sagacidade diplomática de D. Garcia II, à acção dúbia, para não dizer mais, da recém-criada propaganda Fidé, à assinatura das capitulações impostas por Salvador Correia de Sá ao Rei do Congo, que passaram a regular as relações entre o governo de Angola e o reino cristão, o articulista chega ao momento, em Dezembro de 1663, em que o Rei de Portugal Afonso VI ordena a Vidal de Negreiros que proceda à procura imediata de minas de cobre.

Era então Rei do Congo D. António, o qual, não possuindo as qualidades de diplomata de seu pai, se recusou a cumprir o que nesta matéria estipulavam as capitulações.

A célebre batalha de Ambuila, consequência desta atitude de D. António, pôs fim ao pretenso poder militar do Rei cristão do Congo. Este perdeu a vida no ardor da refrega, que colocou face a face um punhado de portugueses decididos e centenas de milhares de negros aguerridos.

As honras fúnebres prestadas aos despojos reais, foram acto de inteligente política, a servir de preliminar ao tratado de paz que o governador de Angola devia assinar mais tarde, em 1668, com o novo rei do Congo D. Álvaro VIII.

O destino histórico do reino cristão sofreu, todavia, depois da batalha de Ambuila, um golpe mortal. Ainda houve em São Salvador Álvaros, Joões e Garcias, mas o seu poder foi desde então precário e a sua autoridade ilusória.

O articulista da «Revue Coloniale Belge» parece inclinado a pensar, com alguns historiadores, ter sido um erro a supressão, pelos portugueses, do reino, por assim dizer, quase independente do Congo.

Aqui muito se engana. Portugal que amparara os primeiros passos do Reino do Congo, dando-lhe a sua religião e estabelecendo a sua hierarquia, em 1663, não consentiu, sòmente, que a barbárie negra se impusesse à civilização branca, em nome de ou secundada por uma Religião de que ele foi sempre, aliás, o primeiro defensor.

A MORTE DO GRANDE ETNÓLOGO REVERENDO PADRE W. SCHMIDT S. V. D.

G. van Bulck evoca, em quinze páginas de lúcida análise, na revista belga «Zaire» (n.º 10, 1954), a figura extrordinária do Reverendo Padre W. Schmidt cuja morte teve lugar em 10 de Fevereiro último, em Friburgo.

O criador das «Semanas» de etnologia religiosa, o fundador da *Revista Internacional de Etnologia e Linguística*, assim como do *Instituto Anthropos*, o escritor infatigável do «Ursprung der Gottesidee» foi, com efeito, como etnólogo, como linguista, como historiador das religiões, muito mais do que um simples chefe de escola.

Verdadeiro promotor dum método de trabalho, a sua obra, afirma van Bulck, sobreviver-lhe-á. De facto, do seu *Instituto Anthropos*, e da sua revista do mesmo nome, tem saído para as Universidades de todo o Mundo etnólogos e historiadores das religiões que se formaram no método histórico-cultural. Lentamente, mas com segurança,

este método impôs-se. Hoje o seu valor é incontestado. Graças a ele, a etnologia soube conquistar um lugar na *Universal Geschichte* e a etnologia religiosa pôde reinvindicar os seus direitos como base da ciência comparada e, sobretudo, de história das religiões. A sociologia religiosa étnica vai buscar à etnologia religiosa o seu valor e a sua solidez.

Van Bulck escreve que a obra do Reverendo Padre Schmidt não existiria sem a sua irradiante caridade sacerdotal. Aí se alimentou a sua grandeza de alma, largueza de ideias, grande cultura e profunda simpatia, que souberam conquistar todos os que tiveram a felicidade de viver na sua intimidade. Foi por vezes um lutador, foi sempre um apóstolo. Nisso reside em definitivo o segredo da radiação cultural da sua obra.

VULCÕES NA INDONÉSIA

A revista «Indonesian Affairs» (n.º 3-4 de Março-Abril de 1954) publica nas suas páginas ilustradas uma relação acompanhada de fotografias dos principais vulcões da Indonésia. No texto que acompanha o documentário fotográfico se refere o facto dum poeta holandês, do século XIX, ter dito que a Indonésia era como que «um cinto de esmeraldas em volta do equador». Esta afirmação foi certamente inspirada pela exuberância da flora indonésica, pitoresco dos seus campos de arroz, oásis encantados, lagos e quedas de água, vales e montanhas e altaneiros vulcões fumegantes. Destes, e também da beleza da paisagem das ilhas, escreveu muito antes, em forma admirável, o nosso grande Camões.

Os vulcões indonésicos, como outros em latitudes diferentes, há séculos que causam perturbações e mortandades, mas também fertilizam a terra.

Existem na Indonésia cerca de 400 vulcões, a quarta parte, aproximadamente, em actividade.

A revista descreve as quatro cadeias de montanhas distintas que, por assim dizer, ligam as diversas ilhas. Uma dessas cadeias corre em arco, desde a extremidade da Samatra do Norte através dos estreitos sobre Java, até às Molucas. Os fenómenos vulcânicos e tremores de terra não são raros nestas regiões. A revista enumera entre outros os seguintes vulcões: O Monte Api na pequena ilha de Siau, a nordeste de Sulawesi, o qual se eleva abruptamente do mar. Api significa fogo, o que claramente indica tratar-se dum vulcão. Na Java Oriental encontram-se os vulcões Bromo e Batok conhecidos pelos seus ruídos subterrâneos. Na Java Central, a 3.400 m acima do nível do mar, depara-se-nos o vulcão Slamet. O mais terrível vulcão do mundo, o Krakatoua, está situado no Estreito de Sonda a ocidente de Java. A maior explosão teve lugar em 1883. As cinzas espalharam-se na atmosfera atingindo todas as partes do mundo e causando, durante semanas, poentes de grande beleza. Uma onda gigantesca arrastou 40.000 pessoas em Bantem e Lampung. O Monte Gedeh, a 50 milhares de Djokjakarta, atira fogo e fumo a grande altura. Também perto de Djokjakarta, um pouco ao norte, o vulcão Merapi está também presentemente atravessando perigosa fase denunciadora de próxima erupção. Tal facto traz em permanente estado de alarme os 2 milhões de habitantes que junto dele vivem.

Na Samatra do Norte, o sereno Lago Toba, onde hoje se pratica a pesca, foi em tempos prehistóricos a enorme cratera dum vulcão gigante. O pico mais elevado da Indonésia é o vulcão Korintji, que se eleva a 3.800 metros acima do nível do mar. Em Samatra, como em Java, também existe um vulcão com o nome de Merapi. Perto da cidade de Bandung, na região montanhosa da Java Ocidental, encontra-se em actividade o vulcão Tangkuban Prahu, nome que significa «barco voltado», tal designação se devendo à sua aparente configuração.

ALVES DE AZEVEDO

ACTIVIDADES DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

4 de Janeiro

SECÇÃO DE COMÉRCIO

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. F. Carmo e Cunha. Depois de uma troca de impressões acerca da constituição da Secção, foi resolvido por unanimidade protestar contra a atitude da União Indiana e emitir votos por que se mantenha a unidade territorial da Nação, confiando para tanto na acção do Governo.

12 de Janeiro

SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA PREHISTÓRICA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Joaquim Fontes. O vice-secretário, sr. Camarate França, fez um relato dos trabalhos de investigação prehistórica que nos últimos anos têm sido efectuados na província de Angola, e nos quais desempenhou papel de relevo a Missão Antropobiológica chefiada pelo sr. prof. dr. António de Almeida.

13 de Janeiro

SECÇÃO DE CIÊNCIAS MÉDICAS

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Francisco Gentil, tendo debatido o problema de coordenar os trabalhos de geografia médica com os da nova Secção de Biogeografia.

17 de Janeiro

SESSÃO MENSAL E CONFERÊNCIA

do sr. prof. dr. Fernando Frade

PROTECÇÃO À NATUREZA NO ULTRAMAR — FAUNA

Presidência do sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. profs. dr. António de Almeida e eng.º João de Vasconcelos, dr. Herculano Zacarias Vilela e coronel António José Caria.

Depois de aprovada a acta da sessão anterior e da leitura do expediente, foram eleitos 5 sócios efectivos e 3 correspondentes. Em seguida foi aprovada por aclamação a proposta da Direcção da Sociedade para que fosse eleito sócio honorário o sr. general Cândido Mariano da Silva Rondon.

O sr. presidente da Sociedade, usando da palavra, prestou sentida homenagem à memória dos sócios ùltimamente falecidos, dos quais destacou os srs. general Norton de Matos e prof. dr. Froilano de Melo, cujas biografias traçou em grandes linhas, referindo-se especialmente à acção do primeiro como ilustre colonialista, militar e homem público, e à do segundo como notável parasitologista, epidemiologista e escritor indo-português. Especiais homenagens serão oportunamente prestadas pela Sociedade às duas destacadas individualidades, a primeira das quais ingressara em 1909, portanto há quase meio século, no quadro dos sócios desta colectividade. Foram aprovados votos de pesar pelo falecimento dos dois associados e ainda pelos doutros sócios recentemente extintos, os srs. Miguel Paiva de Andrade, Jacinto Ferreira de Miranda, D. Ema Dias Costa e prof. dr. José Cipriano Rodrigues Dinis, antigo director da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Na segunda parte da ordem da noite, o sr. prof. Mendes Corrêa, referindo-se com elogio à publicação dum diploma, pelo Ministério do Ultramar, organizando a protecção da Natureza (solo, paisagem, flora e fauna) nas províncias ultramarinas, propôs, e foi aprovado, que a assembleia se congratulasse com o facto, sendo interessante a coincidência do mesmo com a propaganda que, nesta sessão, a Sociedade de Geografia prossegue em favor da actuação para protecção da Natureza. Esta propaganda — disse — é de manifesta utilidade, dela se ocupando nesta sessão os srs. profs. Carvalho e Vasconcelos e Fernando Frade, cujos méritos salientou antes de lhes dar a palavra para as suas explanações.

O sr. eng.° agr.° João de Carvalho e Vasconcelos, professor do Instituto Superior de Agronomia e presidente da Comissão de Protecção da Natureza, da Sociedade de Geografia, começou por afirmar que proteger a Natureza é proteger as gerações vindouras. O homem, apesar de empregar, cada vez mais, uma técnica aperfeiçoada para obtenção dos produtos de que necessita, pouco tem feito intencionalmente para evitar a redução destes. A própria técnica que usa, guiada de ordinário para obtenção de maiores réditos, é muitas vezes altamente destrutiva ou pelo menos defeituosa, por ir diminuindo sucessivamente a faculdade de produção. Torna-se portanto necessário usar uma técnica mais racional e tomar medidas para não diminuir as forças criadoras da Natureza.

A terminar as suas considerações, o sr. prof. Vasconcelos disse que no nosso País a protecção à Natureza ainda não despertou o interesse público, e por isso era de louvar a iniciativa que a Sociedade de Geografia tomou de criar a Comissão de Protecção à Natureza, a qual resolvera promover a série de palestras que hoje se iniciava com uma explanação do sr. prof. dr. Fernando Frade, director do Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, sobre «Protecção à Natureza no Ultramar — Fauna».

Este começou por prestar homenagem à memória do prof. dr. Luís Carriço, falecido ao serviço da Ciência no deserto de Moçâmedes, pondo em relevo a sua notável actividade em prol da investigação científica e da protecção da Natureza no Ultramar. Em seguida fez alusão à indiferença, então quase geral, por essas matérias e ao desenvolvimento que as mesmas têm tido nos últimos anos: excursões de alunos e mestres, missões científicas e técnicas, visitas de cultores das letras e das artes, etc.

Salientou depois, com os maiores louvores, a decisão tomada pelo Governo quanto ao Decreto respeitante à protecção da Natureza no Ultramar, o qual está em via de publicação, dizendo que era agora oportunidade de se fazer a divulgação da doutrina, a fim de que as medidas a tomar sejam compreendidas e rigorosamente aplicadas.

Entrando pròpriamente na matéria da conferência, expôs os seus pontos de vista, baseados em considerações de ordem científica, acerca da necessidade de serem protegidas diversas espécies, tais como o Chimpanzé e o Gorila, as Garças brancas e outras aves, o Lagarto herbívoro do arquipélago de Cabo Verde, assim como as espécies que constituem a denominada «caça grossa»: — Palanca preta gigante de Angola, os Rinocerontes, principalmente o branco, que parece existir ainda em Angola, etc. Mostrou também como a protecção a esses animais é útil ao homem. Referiu-se à necessidade de combate contra as tripanosomíases e apontou os inconvenientes que oferecem certos métodos, como o desbaste das florestas e da caça grossa, se não forem usados com a maior prudência. A protecção aos insectos auxiliares do homem no combate às pragas das culturas agrícolas e florestais, pela luta biológica, mereceram ao conferente uma análise demorada, pondo em relevo quanto é perigoso o emprego dos insecticidas, que matam indiferentemente os parasitas e os seus predadores, os quais geralmente menos dotados de autodefesas sucumbem ao tratamento, deixando então livres os inimigos das culturas. Passou depois a referir-se às Reservas Naturais, integrais ou parciais, aos parques e às coutadas no Ultramar português e à necessidade de que se faça a sua revisão em moldes científicos para que essas instituições tenham carácter definitivo, como foi estabelecido por Convenção internacional de que Portugal é signatário. Mostrou em seguida o verdadeiro significado do que se deve entender por protecção à Natureza e demonstrou como os animais são dotados de auto-protecção, da qual o homem tem copiado muitos dispositivos para sua própria defesa (princípios de camuflagem natural). Finalmente, apontou qual julga dever ser a atitude do homem perante o património que a Natureza lhe oferece. Numerosas projecções de diapositivos ilustraram a aplaudida conferência.

Transcreve-se a proposta, que foi aprovada, para a eleição do general Rondon para sócio honorário:

«A Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, na sua sessão de 13 de Julho de 1954, resolveu por unanimidade submeter à sessão plenária mensal desta agremiação a presente proposta para que seja eleito sócio honorário da mesma o glorioso general Cândido Mariano da Silva Rondon, eleição que é uma homenagem de justiça a tão destacada individualidade e aos seus relevantes serviços ao Brasil, à Humanidade, à Cultura em geral e à Geografia em especial, e, simultâneamente, uma afirmação do particular interesse que a Sociedade põe no estreitamento dos laços mais cordiais entre as Nações Brasileira e Portuguesa, membros duma mesma consagrada e prestimosa comunidade internacional e humana.

A glória do general Rondon e o seu labor de índole geográfica e civilizadora, são tão notórios que se dispensa uma justificação pormenorizada da proposta. Mas é justo não deixar sem referência e merecido louvor o que de generoso, inteligente e heróico o general Rondon fez para atrair os Índios selvagens ao grémio e às vantagens da civilização, e bem assim o que o seu labor favoreceu, não só o estabelecimento e intensificação da rede de comunicações em vastas áreas do interior do Brasil mas também o conhecimento científico de muitas enormes regiões brasileiras, das suas populações e das suas possibilidades de povoamento, valorização e exploração.

O general Rondon é hoje General de Divisão na situação de reforma e Presidente do Conselho Nacional de Protecção aos Índios, serviço oficial de que foi inspirador e o principal organizador e realizador. É justamente considerado um paladino da Paz, da Civilização e da Humanidade, um homem que com o seu belo exemplo ensinou os seus companheiros a encararem as atitudes mais agressivas e perigosas dos Índios selvagens com serenidade e coragem, sem recurso a armas de combate, que lhes dariam fáceis vitórias. Várias vezes a vida do general Rondon correu o maior

perigo e alguns dos seus companheiros foram vítimas da sua nobre atitude. Mas os resultados obtidos recompensaram tão ingentes sacrifícios.

O general Rondon é autor de numerosa bibliografia, desde os seus relatórios oficiais como engenheiro militar, de comunicações, e desde conferências de divulgação das suas ideias e dos seus trabalhos nos grandes centros culturais como o Rio e São Paulo, até numerosos estudos que reunem as suas investigações originais — linguísticas, etnológicas, etc., como as feitas nos Índios Borôro, Pareci, etc.

Muitas das suas publicações honram as prateleiras da biblioteca da nossa Sociedade. Ainda recentemente a nossa mapoteca recebeu das mãos do seu colaborador, o ilustre general Jaguaribe de Matos, a oferta, que os dois firmaram com as suas assinaturas, de 9 folhas da Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas.

O general Rondon tem sido objecto das mais altas consagrações em vários países, além do Brasil.

A Sociedade de Geografia de Lisboa sentir-se-á profundamente desvanecida com a inclusão de nome tão glorioso no elenco dos seus membros de honra. Tomando tal resolução, ela está certa de satisfazer mais do que um imperativo de justiça dentro das suas atribuições culturais. Está certa de que testemunha à personalidade do grande brasileiro a admiração e a reconhecimento entusiásticos da cultura e da gente portuguesas.

20 de Janeiro

SECÇÃO DE DEMOGRAFIA E HIGIENE SOCIAL

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Costa Sacadura. Entre outros assuntos da sua especialidade, a Secção resolveu ocupar-se do inventário hidrológico das Províncias Ultramarinas, no sentido das possibilidades de exploração da sua riqueza termal.

20 de Janeiro

ASPECTOS DA VEGETAÇÃO DA COSTA DO MARFIM

Conferência pelo sr. prof. Pierre Dansereau

Na sala «Luciano Cordeiro», o sr. prof. Pierre Dansereau, que veio a Portugal em missão da «National Science Foundation», de Washington, para o estudo da vegetação mediterrânica, descreveu alguns aspectos da vegetação da Costa do Marfim, ilustrando as suas considerações com interessantes projecções coloridas.

Na mesa da presidência, ladeando o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, que se referiu aos trabalhos realizados pelo conferente no Brasil e aos estudos a que está procedendo na Estação Experimental Agronómica de Sacavém, tomaram lugar os srs. profs. dr. António de Almeida e eng.º João de Vasconcelos, eng.º. Pinto da Silva e dr. Júlio Gonçalves.

O sr. prof. Densereau, que falou em português aprendido no Brasil, começou por dizer que era uma grande honra para ele ocupar a tribuna da Sociedade de Geografia de Lisboa, instituição cultural que disfruta de grande prestígio em todo o Mundo. Em seguida, relatou a sua visita à Costa do Marfim por ocasião de uma expedição organizada depois do Congresso Internacional de Botânica que se realizou em Paris na primeira quinzena de Julho de 1954, chefiada pelo prof. Georges Mangenot e na qual participaram botânicos de várias nações e de muitas especialidades dentro do grande domínio da Botânica, quer especialistas de Líquenes, de Fisiologia, de Morfologia, de Solos, etc.

Frizou que foi muito proveitosa nesta expedição a participação do prof. A. Bitancourt, de São Paulo (Brasil), o qual poude verificar notáveis diferenças entre a selva amazónica e a selva da Costa do Marfim. As florestas ainda virgens que restam em ambos os lados do Atlântico manifestam uma estrutura muito semelhante: árvores altas, de copa ampla e de folhagem persistente. Algumas das mais notáveis adaptações tropicais, como os troncos providos de largas asas, as trepadeiras que parecem cabos contorcidos, as orquídeas situadas nos ramos altos, são aspectos «clássicos» da selva tropical idênticos nos dois casos e apenas pode notar-se que os troncos alados são mais frequentes do lado africano e que as chamadas «epífitas» são frequentemente mais comuns na Amazónia.

Continuando, disse que os problemas geográficos são muitos, mas que os botânicos, geógrafos, agrónomos, silvicultores e naturalistas franceses já realizaram valiosos estudos. E deste modo, possuem-se agora alguns dados sobre a história, quer geológica quer recente, da vegetação espontânea da Costa do Marfim, que tornam possível reconstituir acontecimentos dos últimos 20.000 anos e esboçar as migrações que as plantas devem ter realizado durante tal período. A tela da paisagem original — disse — está agora muito modificada pelo homem, tanto pelo negro como pelo branco. Depois de se referir aos métodos novos introduzidos na agricultura tropical pelos cientistas franceses, que dão à paisagem um aspecto característico e às populações uma nova orientação social e económica, numa luta do homem contra a natureza, o conferente afirmou que ao botânico deve importar mais a própria luta da natureza contra o homem, dadas as poderosas tendências da floresta tropical para avassalar toda a paisagem.

Ao terminar as suas considerações, o sr. prof. Dansereau sublinhou que a natureza tropical ainda tem muitos segredos a revelar. Por enquanto — disse — estamos todos — biologistas e geógrafos — fascinados pela diversidade e riqueza que ali encontrámos e apenas entrevemos os mecanismos que governam esta dinâmica vital!

A assistência, em que predominavam agrónomos e botânicos, aplaudiu vivamente o conferente e o sr. prof. Mendes Corrêa, elogiando o trabalho do ilustre cientista, manifestou-lhe o desejo de que numa próxima visita a Porugal volte a ocupar a tribuna da Sociedade de Geografia.

27 de Janeiro

SUBCOMISSÃO DE MACAU

Reuniu sob a presidência do sr. comandante Jaime do Inso, tendo-se ocupado do plano das comemorações do IV Centenário de Macau.

27 de Janeiro

NAS VÉSPERAS DE UM CENTENÁRIO: A GRANDEZA DE MOUSINHO

Conferência pelo sr. Manuel Dias Belchior

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. general Ferreira Martins, dr. Braga Paixão, prof. dr. António de Almeida e tenente-coronel Ribeiro da Silva.

Ao abrir a sessão, o sr. prof. Mendes Corrêa referindo-se à figura do glorioso militar e administrador ultramarino, cujo primeiro centenário se aproxima, afirmou que a Nação não pode deixar de comemorar aquele aniversário com adequadas celebrações, às quais a Sociedade de Geografia se associará com aquele entusiasmo com que

sempre participa na glorificação dos grandes valores nacionais. Em seguida fez a apresentação do conferente, administrador de circunscrição em Moçambique e autor do notável livro «Compreendamos os Negros» que a Academia das Ciências de Lisboa distinguiu em 1952 com o prémio «Abílio Lopes do Rego».

O sr. Manuel Dias Belchior iniciou a sua valiosa explanação, que se publica noutro lugar deste Boletim, dizendo: «Quase sempre que se fala de Mousinho, o governador é eclipsado pelo soldado e neste cita-se-lhe mais a bravura do que a inteligência.

Nada de mais injusto.

Se o empreendimento de Chaimite está na base da sua glória ele é como concepção um acto de governo cujo valor político está bem à altura da façanha épica que é o gesto militar.»

E mais adiante afirmou: «Mas por maior que seja Chaimite, a glória de Mousinho está longe de ser constituída sòmente por esse brilhante feito de armas e acto político genial.

Antes havia Coolela, onde emparceirou com os seus mais esforçados companheiros. Depois, no Comissário Régio, em plano único e destacado, uma actuação militar e política digna do outro Albuquerque.»

Sempre escutado com vivo interesse, o orador foi no final largamente aplaudido pela selecta assistência que enchia a sala «Algarve», e o sr. presidente da Sociedade de Geografia, voltando a falar da personalidade de Mousinho, teceu elogios à conferência, felicitando o autor pelo seu primoroso trabalho.

1 de Fevereiro

COMISSÃO INSULAR

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Telles Palhinha, para uma troca de impressões acerca de assuntos relativos aos dois arquipélagos.

2 de Fevereiro

GRUPO DE XADREZ

Na sala «Luciano Cordeiro», foi pelo sr. presidente da Sociedade conferida a posse à nova Comissão Directora do Grupo de Xadrez.

O sr. prof. Mendes Corrêa significou a sua satisfação pelo Grupo se ter integrado na orgânica da Sociedade. Dirigindo cumprimentos à Comissão, fez votos para que esta termine o seu período de gerência com os melhores triunfos para o Grupo. Por fim, assegurou à nova Comissão Directora que encontraria sempre na Direcção da Sociedade a melhor boa vontade para o desempenho da sua missão.

Em nome dos empossados falou o sr. Manuel Francisco Esteves. Agradecendo as palavras amigas e estimulantes do sr. presidente da Sociedade, prometeu que a nova Comissão Directora, sem se afastar das prescrições estatutárias, procuraria novos êxitos para o Grupo.

8 de Fevereiro

SECÇÃO DE ESTUDOS MILITARES

Reuniu sob a presidência do sr. brig.º Sotto-Mayor. Na primeira parte da ordem do dia ocupou-se de assuntos relativos à sua composição. Em seguida o sr. presidente, referindo-se ao projectado monumento a Artur de Paiva, informou do andamento do

assunto por parte das entidades oficiais. Recordando que se aproxima o centenário do nascimento de Mousinho, sugeriu a elaboração dum plano de colaboração que a Secção deverá prestar à Direcção da Sociedade para a celebração condigna do mesmo.

11 de Fevereiro

SECÇÃO DE SOCIOLOGIA

Reuniu sob a presidência do sr. conselheiro Afonso de Melo. Após pormenorizada troca de impressões foi resolvido alargar a composição da Secção e proceder à efectivação de inquéritos e monografias respeitantes a diferentes problemas sociais.

Sabendo-se das intenções do Instituto Internacional de Sociologia em organizar a sua próxima reunião em 1956, ventilou-se a possibilidade dessa reunião se efectuar em Portugal.

14 de Fevereiro

SECÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Barbosa Soeiro. O sr. dr. Álvaro de Caires fez uma comunicação acerca do seu método biotipológico de aperfeiçoamento da reprodução artística de figuras históricas.

16 de Fevereiro

COMISSÃO AMERICANA

Reuniu sob a presidência do sr. dr. Francisco Santos Pereira, tendo-se ocupado de assuntos relativos aos núcleos de portugueses sem bandeira dispersos na América do Norte. Com o fim de se evitar a desnacionalização dos mesmos, ventilou a criação de escolas de língua portuguesa e a realização de viagens patrióticas de luso-americanos à Mãe-Pátria. O estabelecimento de um intercâmbio entre a Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso Americano, bem como de outras instituições afins, com Portugal, e o facto pouco plausível de certos filmes de actualidades espanholas incluírem assuntos portugueses sem nítida identificação dos dois países, foram também debatidos pelos escritores srs. Joaquim Paço d'Arcos e Alves de Azevedo e pelos srs. drs. Santos Pereira e António Barata Freire.

18 de Fevereiro

SECÇÃO DE BIOGEOGRAFIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Fraga de Azevedo. Depois do sr. presidente ter exposto os fins desta nova Secção da Sociedade de Geografia, manifestou a esperança de que o agrupamento de individualidades, trabalhando embora em campos diferentes da ciência, mas concorrendo todos para o mesmo fim — o bem da Humanidade —, poderia certamente contribuir para o esclarecimento de muitos problemas nos campos da zoogeografia, da geobotânica e da geografia médica.

Sobre o assunto apresentaram diferentes pontos de vista os srs. profs. drs. Costa Sacadura, Branquinho de Oliveira, Flávio de Resende, eng.os agr.os Sampaio d'Orey e Baeta Neves, drs. Herculano Vilela, João Tendeiro e Guilherme Janz, que em futuras reuniões procurarão uma convergência de pareceres que permita a elaboração de um programa definitivo.

1 de Março

COMISSÃO INSULAR

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Telles Palhinha, tendo resolvido promover uma maior aproximação dos açoreanos e madeirenses residentes na Metrópole.

1 de Março

CONCERTO DE MÚSICA SINFÓNICA DEDICADO AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE

Na sala «Portugal» realizou-se um festival de música sinfónica do maestro José Cordeiro, oferecido pelo autor aos sócios da Sociedade e por ele próprio dirigido.

O programa executado, com a colaboração da Orquetra Sinfónica Nacional e das cantoras Isaura Garriga, Celeste Mota, Maria Teresa Henriques e da recitadora Irene Urbano, foi «Romaria» — suite portuguesa; «O Alfageme de Santarém» — trechos escolhidos; «Paris-Lisboa» — abertura sinfónica; «Portalegre» — poema sinfónico; «A Castelã» — sinfonia radiofónica; «Açoriana n.º 4» — rapsódia.

Todas as obras foram largamente aplaudidas, sendo no final o mastro José Cordeiro muito cumprimentado.

3 de Março

SECÇÃO DE BIOGEOGRAFIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Fraga de Azevedo. Depois de uma apreciação dos temas que a Secção se propõe versar, o sr. prof. Branquinho de Oliveira fez o relato das actividades do departamento que dirige na Estação Agronómica Nacional, dando conhecimento do modo como ali são tratados problemas objectivos de natureza económica, como os que dizem respeito ao míldio da videira, ferrugem dos cereais, melhoramento da batata, e mais particularmente o das ferrugens do cafeeiro, assunto da mais alta importância para o País e em cuja solução aquele departamento tomou uma posição de destaque, como centro de estudo internacional daquela doença.

5 de Março

SUBCOMISSÃO DE MACAU

Reuniu sob a presidência do sr. comandante Jaime do Inso, para uma troca de impressões sobre o programa das comemorações do IV Centenário de Macau.

7 de Março

SESSÃO MENSAL E CONFERÊNCIA

do jornalista sr. Armando de Aguiar

OS PORTUGUESES NO ANTIGO IMPÉRIO DOS INCAS

Na mesa da presidência, ladeando o sr. almirante Magalhães Corrêa, tomaram lugar os srs. ministro do Peru dr. Alberto Ureta, adido cultural à Embaixada de Espanha D. Miguel Junquera, marquês de Rio Maior e prof. dr. António de Almeida.

Na primeira parte da ordem da noite, depois de aprovada a acta da sessão anterior e de lido o expediente, o sr. presidente prestou sentida homenagem à memória dos sócios ùltimamente falecidos, srs prof. dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, coronel António Lopes Mateus e capitão Gastão de Sousa Dias, dos quais salientou os méritos: o primeiro como cientista e académico; o segundo como combatente de Angola e de Moçambique e administrador ultramarino; o último como colonialista, escritor e militar. Em seguida foram admitidos 10 sócios efectivos e 1 correspondente.

Na segunda parte realizou a sua anunciada conferência o sr. Armando de Aguiar, ilustre redactor do «Diário de Notícias», cuja apresentação o sr. almirante Magalhães Corrêa fez em termos muito elogiosos aludindo às conferências que já tivera o prazer de lhe ouvir nas salas da Sociedade de Geografia. O conferente começou por recordar a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, em busca dos impérios asiáticos, afirmando que, quando o almirante do mar Oceano morreu em Valladolid na convicção de ter chegado às costas da China e do Japão, mal imaginava ter estado bem perto dos dois maiores impérios do novo Mundo: o azteca e o inca.

Seguidamente referiu-se a dois grandes capitães espanhois, Fernando Cortez e Francisco Pizarro, aos quais pertenceu a descoberta e conquista desses dois futuros países, o primeiro vencendo o fraco imperador Montezuma e o segundo, por um golpe de audácia e de incontestável valentia, conseguindo aprisionar o imperador Ataulpa, «descendente do Sol e da Lua», que depois mandou ignominiosamente matar. Evocando o grande feito de armas que representou para a Espanha a conquista desses dois Impérios, e tendo descrito algumas das principais passagens do feito de Francisco Pizarro, referiu-se à presença dos primeiros portugueses nos domínios que, pertencendo aos reis de Espanha pela assinatura do tratado de Tordesilhas no reinado de D. João II, estiveram algumas vezes sob a influência política de portugueses.

O primeiro português a transpor a linha daquele tratado, indiferente às consequências futuras que o seu acto poderia vir a ter — disse o conferente —, foi Aleixo Garcia, que tentou a conquista do alto Império inca, a actual Bolívia; partindo de Santa Catarina, no Sul do Brasil e acompanhado por 3 espanhois e dois mil índios guaranis, atravessou o Paraná, o Paraguai e chegou a Potosi, a 4.400 metros de altitude, nos Andes.

Referiu-se, depois, o conferente à proeza do bandeirante Raposo Tavares, natural de Beja, conhecido pelo *rei dos Bandeirantes*, o qual alcançou as costas do Pacífico através o Peru; citou a proeza de Pedro Teixeira que em 1638 e à frente de uma esquadrilha de centenas de pirogas tripuladas por milhares de índios da sua confiança, viajou de S. Luís de Maranhão a Belém e de Belém, pelo Amazonas acima, até Quito, a capital do Equador. Mais adiante lembrou a figura de Francisco Pais Barreto, nascido em Lima e que comandou os exércitos portugueses que bateram os holandeses em Guararapes, consolidando-se, assim e definitivamente, o prestígio das armas portuguesas na série dos rudes prélios travados com os holandeses.

O conferente descreveu a figura de D. Manuel de Sousa Coutinho, mais tarde Frei Luís de Sousa, que antes da tragédia do incêndio do seu palácio andou, como outros portugueses, pelo Peru, e como tal ficou conhecido pelo *Peruleiro;* citou o facto de um dos poucos estadistas bolivianos que conseguiram iniciar e concluir o seu período de presidente da República, D. Mariano Baptista, ser neto do português Vicente Baptista que em 1740 emigrou para Sucre, naquele país. Português foi ainda o fundador de um dos principais jornais de Lima, «La Cronica», chamava-se D. Manoel Morais Veiga.

Ocupou-se, ainda, de algumas das reminiscências portuguesas encontradas naqueles países, como a introdução da vinha, no Chile; a construção da fachada do convento

de S. Francisco, em Lima; o sino «Maria Angola», em Cuzco; um orfanato, na capital daquela república.

Ao concluir a sua explanação, o sr. Armando de Aguiar afirmou que a presença de Portugal ficou de tal forma indelèvelmente marcada nesses países que, ainda hoje, quem atravesse as cordilheiras dos Andes ou penetre no mistério das selvas amazónicas encontra, com relativa frequência, marcos comemorativos, tendo gravado no topo o escudo, inconfundível, da nossa gloriosa Pátria.

Finda a conferência, que foi muito aplaudida, usaram da palavra os srs. ministro do Peru e o cônsul do Paraguai dr. Silvio Gonzalez Jovellanos, professor da Universidade de Assunção. O primeiro para saudar o conferente e expressar à Sociedade de Geografia o seu reconhecimento pelo interesse que a esta instituição merecem os temas da sua terra, salientando os laços espirituais que unem o seu país a Portugal; o segundo para se associar aos aplausos da assistência e agradecer ao sr. Armando de Aguiar as referências feitas ao Paraguai. Confessando-se amigo de Portugal, disse que era seu desejo desenvolver as relações espirituais das duas nações.

Ao encerrar a sessão, o sr. almirante Magalhães Corrêa felicitou o orador, bem como o sr. ministro do Peru, ao qual agradeceu a sua honrosa presença, e significou ao sr. cônsul do Paraguai o agrado com que ouvira as suas palavras.

11 de Março

ASSEMBLEIA GERAL ADMINISTRATIVA

Sob a presidência do sr. prof. dr. Mendes Corrêa, secretariado pelos srs. prof. dr. António de Almeida e dr. Júlio Gonçalves, reuniu na sala «Algarve» a Assembleia Geral Administrativa da Sociedade de Geografia de Lisboa a fim de apreciar os actos e contas da gerência do ano findo e eleger a Direcção e Comissão Revisora de Contas para 1955.

Aberta a sessão às 18 horas, pediu a palavra, antes da ordem do dia, o sr. F. Oliveira Martins para prestar homenagem ao falecido consócio sr. coronel Lopes Mateus, de quem exaltou os méritos, como militar e governador ultramarino. O sr. presidente, associando-se às palavras do orador, disse que, tanto nas reuniões mensais como no *Boletim*, a Sociedade procurou tributar sentida homenagem à memória de todos os consócios falecidos, mas que especiais homenagens seriam oportunamente prestadas àqueles que pelos seus serviços à Pátria, à Ciência e à Sociedade bem merecem essa comemoração.

Na ordm do dia, o sr. presidente comunicou que iria submeter o Relatório à discussão da Assembleia. Dispensada a leitura deste, por ser já do conhecimento de todos os sócios pela distribuição antecipada que do mesmo se fizera, foram lidas apenas as conclusões do parecer da Comissão Revisora de Contas. A propósito, o sr. Oliveira Martins voltou a pedir a palavra para se associar aos votos nele emitidos. Como frequentador assíduo da Sociedade — declarou — podia testemunhar a renovação que se estava operando nas suas instalações, para maior comodidade dos associados; e não só nestas, mas também nas actividades culturais da instituição, bem patenteada no seu *Boletim* que melhorou muito sob todos os aspectos. A solução inteligentemente encontrada para a divergência que existia entre a Sociedade e o seu senhorio, foi também salientada pelo sr. Oliveira Martins com especial referência ao vice-secretário da Direcção, sr. dr. Rodrigo Franco Affonso, que conduziu as negociações.

O sr. presidente significou ao sr. Oliveira Martins o reconhecimento da Direcção

pela forma como apreciara os actos da gerência e assegurou que a renovação material e espiritual da Sociedade não deixaria de prosseguir com entusiasmo e dedicação. Quanto às justas palavras que tivera para a interferência do sr. dr. Franco Affonso, no caso da sede, estava certo de interpretar o sentimento dos seus colegas associando-se a elas.

O sr. dr. Franco Affonso, depois de descrever sumàriamente o ambiente de mútua compreensão e boa vontade em que durante 18 meses decorreram as laboriosas negociações, para a solução equitativa duma questão de aspectos muito complexos, disse que mais não fizera do que o seu dever de Director da Sociedade, no entanto, sentia-se muito sensibilizado com as palavras amáveis que ouvira ao sr. presidente e ao consócio sr. Oliveira Martins, pelo que não podia deixar de lhes manifestar o seu comovido reconhecimento, bem como a permanente e confiante assistência que lhe foi dada por toda a Direcção. Agradeceu também a colaboração e as referências honrosas que lhe fez a Comissão Revisora de Contas.

Aprovadas as conclusões do parecer da Comissão Revisora de Contas, o sr. presidente informou que ia proceder-se à eleição e nomeou escrutinadores para as listas da Direcção e Comissão Revisora de Contas, respectivamente, os srs. capitão Manuel António Ferreira, Augusto de Castro Júnior e tenente Augusto de Oliveira Mendes, Afonso Carlos Moutinho, Augusto Krusse Afflalo e Joaquim Marante.

Depois da votação, apurou-se o seguinte resultado:

Presidente, prof. dr. António Augusto Esteves Mendes Corrêa. *Secretários-Gerais*, prof. dr. António de Almeida e dr. Júlio Gonçalves. *Vogais da Direcção*, comandante Álvaro de Melo Machado, coronel António José Caria, dr. António de Medeiros-Gouvêa, prof. eng.º João de Carvalho e Vasconcelos, comandante João de Figueiredo, almirante Luiz António de Magalhães Corrêa, general Luiz Augusto Ferreira Martins, dr. Manuel Martins Corrêa Gonçalves, eng.º Manuel Monterroso Carneiro, dr. Rodrigo Franco Affonso, prof. dr. Ruy Ennes Ulrich e dr. Victor Manuel Braga Paixão.

Para a Comissão Revisora de Contas foram eleitos, *efectivos*, dr. juiz António da Maia Malta, D. João de Saldanha Oliveira e Sousa (Marquês do Rio Maior) e capitão Manuel Maria Pimentel Bastos; *suplentes*, dr. Joaquim Alberto Iria Júnior e dr. José Luiz Ferin Dias Pinheiro.

14 de Março

SECÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Reuniu sob a presidência do sr. prof. dr. Barbosa Soeiro, para uma troca de impressões sobre futuras actividades da Secção.

19 de Março

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO XXV ANIVERSÁRIO DA ENCÍCLICA «DIVINI ILLIUS MAGISTRI»

Promovida pelas Escolas Profissionais Salesianas, realizou-se na sala «Portugal» uma luzida sessão para comemorar o XXV aniversário da encíclica do Santo Padre Pio XI, «Divini illius Magistri». Presidiu o sr. Cardial Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Ladeando Sua Eminência, tomaram lugar na mesa, à direita, S. Ex.ª Rev.ma D. Fernando Cento, Núncio Apostólico; dr. Melo e Castro, Subsecretário da Assistência; e D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Arcebispo de Évora;

e à esquerda, os srs. prof. dr. Antunes Varela, Ministro da Justiça; dr. Veiga de Macedo, Subsecretário da Educação; e dr. Braga Paixão, Vice-presidente da Sociedade de Geografia

A sessão abriu com o Hino Pontifício, por um grupo coral constituído por alunos de institutos missionários e das escolas salesianas. Depois o sr. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Mitilene, subiu à tribuna e proferiu um magnífico discurso. Começou por definir as encíclicas como uma das formas do ensino oficial da Igreja, afirmando que a doutrina da «Divini illius Magistri» se desenvolve, toda ela, num clima teológico.

Pela essência da educação — disse — e ainda pelas circunstâncias em que foi publicada a «Divini illius Magistri», uma das teses centrais é, tinha de ser, o papel da Igreja no problema da educação. Para precisá-lo, houve necessidade de situar o homem no quadro objectivo da sua realidade ontológica, da sua origem divina e dos seus destinos eternos.

A «Divini illius Magistri» — afirmou — com ser monumento de teologia é também a resposta da Igreja a graves problemas do mundo moderno. Os católicos admiram a sua profundeza teológica, mas todos, livres de preconceitos, poderão reconhecer sem constrangimento os sólidos argumentos da inteligência e da experiência, sobre as quais o Papa fundamenta também a sua doutrina.

Na «Divini illius Magistri» — continuou —, que não trata de mistérios mas de problemas naturais ao alcance de todos, há um espírito de serenidade, de compreensão e de caridade que não ofende ninguém e a todos faz justiça.

Por último fez, nos mais elogiosos termos, a apresentação do conferente sr. prof. dr. Guilherme Braga da Cruz. O ilustre professor e deputado, desenvolveu com muito brilho o tema da sua conferência: «A Família, a Igreja e o Estado na Educação». Analisando e comentando a Encíclica «Divini illius Magistri», sustentou que o único sistema que garante um perfeito equilíbrio entre os direitos da Família, da Igreja e do Estado, é o chamado sistema da liberdade escolar protegida pelo Estado, já hoje adoptado num grande número de países; e advogou a necessidade de se intensificar entre nós esse sistema.

O problema da criação em Portugal de uma Universidade Católica, mereceu ao orador larga referência, analisando-o nos seus múltiplos aspectos.

Ambos os oradores foram calorosamente aplaudidos pela numerosa e selecta assistência.

A sessão encerrou-se com breves palavras de Sua Eminência o sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, o qual, depois de proclamar que a presença, naquela festa, do sr. Núncio Apostólico, dos srs. Ministro e Subsecretários, dos membros do Venerando Episcopado e das mais altas individualidades ligadas à educação da juventude, era por si suficiente para a tornar solene. Mas — afirmou — bastava a brilhante conferência do sr. prof. Braga da Cruz para revestir a sessão de verdadeira solenidade.

21 de Março

VIDA DE CARLOS CHAGAS (1879-1934)

Conferência pelo sr. prof. dr. Carlos Chagas

O sr. dr. Carlos Chagas, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil e director do Instituto de Biofísica da mesma Universidade, proferiu na sala «Algarve», perante numeroso e selecto auditório que o aplaudiu calorosamente, uma conferência sobre a «Vida de Carlos Chagas (1879-1934)».

Na mesa da presidência, ladeando o sr. prof. Mendes Corrêa, presidente da Sociedade de Geografia, tomaram lugar os srs. dr. Heitor Lira, Embaixador do Brasil; dr. Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências; prof. Gustavo Cordeiro Ramos, presidente do Instituto de Alta Cultura; e prof. António de Almeida, secretário geral da colectividade.

O sr. prof. Mendes Corrêa, depois de saudar o sr. Embaixador do Brasil e de lhe agradecer a honra que dava à Sociedade de Geografia assistindo àquela sessão, agradeceu também a honrosa presença do sr. dr. Júlio Dantas. Em seguida saudou o sr. prof. Carlos Chagas que, a convite do Instituto de Alta Cultura e da Sociedade de Geografia, ia ocupar-se na tribuna desta colectividade de um tema muito grato ao seu saudoso coração de filho e também ao de todos portugueses admiradores da notável obra humanitária e científica de Carlos Chagas pai.

O conferente iniciou as suas considerações, relatando a infância de seu pai passada no interior de Minas-Gerais, nas fazendas de seu avô e de sua mãe. Vem depois o período da formação escolar e a fuga de Carlos Chagas do Colégio da Companhia de Jesus, na ocasião da libertação dos escravos, quando apenas tinha 8 anos, para proteger sua mãe. Esta desejava que ele fosse engenheiro e mandou-o estudar para São João d'El Rei e de lá para Ouro Preto, porém o rapaz consegue convencê-la a que o deixasse estudar medicina e em 1896 matricula-se no Rio de Janeiro. Tudo ali serviu a aguçar-lhe a inteligência e o amor ao estudo, sendo o melhor aluno da sua turma, tendo-se formado em medicina no ano de 1902. A seguir defendeu tese no Instituto Oswaldo Cruz, e Oswaldo procura levá-lo para a investigação científica. Chagas deseja ser clínico e instala gabinete de consulta, onde o vão encontrar em 1905 os dirigentes da Companhia das Docas de Santos, levando-o para sanear o porto que seria o maior do Brasil. Os seus sucessos ali culminaram com uma nova teoria sobre a profilaxia do paludismo, hoje universalmente aceite e aplicada.

Volta ao Rio em 1908 e parte para uma nova campanha antimalárica em Lassance, no Estado de Minas. Aí descobre, em 1909, a doença que tem o seu nome. Facto único na história da medicina: Chagas descobre primeiro o germe — o *Tripanosoma Cruzi* —, em seguida os seus portadores, depois a doença no homem, descrevendo-a em todos os seus detalhes.

De Lassance, parte para a bacia Amazónica, donde volta outro homem. Dedica-se então ao saneamento do Brasil. De director do Instituto Oswaldo Cruz em 1917, chefe da missão contra a epidemia de gripe em 1918, encarregado da reforma da saúde pública, é nomeado, em 1920, director-geral do Departamento de Saúde Pública, cargo que exerceu até 1926, data em que foi nomeado primeiro professor de medicina tropical do Brasil. Recebeu vários prémios, alguns internacionais, em reconhecimento da sua obra de eminente higienista.

Reformador da saúde pública, cria escolas e serviços, entre outros, os serviços especializados de tuberculose, lepra, sífilis e higiene infantil.

Apesar das honrarias, condecorações, prémios e títulos honoríficos que recebeu de toda a parte, este homem, simples e bom, não modificou o seu carácter. A sua vida só conheceu um objectivo, o de espalhar os benefícios da medicina preventiva e de levantar através dele os esforços duma nação.

No final foi exibido um filme sobre a doença de «Chagas», produzida pelo *Tripanosoma Cruzi*, e o sr. prof. Mendes Corrêa felicitou o orador pela sua primorosa conferência.

22 de Março

SECÇÃO DE ESTUDOS MILITARES

Reuniu sob a presidência do sr. brig.º Sotto-Mayor, para apreciação dum plano de comemorações do próximo Centenário de Mousinho de Albuquerque.

23 de Março

SECÇÃO DE AGRICULTURA

Reuniu, sob a presidência do sr. prof. eng.º Domingos Tavares da Silva, tendo-se ocupado de problemas relacionados com a produção agrícola e respectivo comércio e consumo, especialmente a crise viti-vinícola nacional. Sobre o assunto fizeram considerações os eng.os agr. srs. D. Manuel de Bragança, João de Vasconcelos, Henrique Carlos de Moura, Fernando Temudo de Castro, Conde de Azinhaga e ainda os srs. dr. Adriano Burguete e regente agrícola António Maria da Rocha.

26 de Março

SUBCOMISSÃO DE MACAU

Reuniu sob a presidência do sr. comandante Jaime do Inso, continuando o estudo do programa das comemorações do 4.º Centenário de Macau.

30 de Março

PROTECÇÃO À NATUREZA E A ARQUITECTURA-PAISAGISTA

Conferência pelo sr. prof. eng.º Francisco Caldeira Cabral

Integrada na série de conferências sobre protecção da natureza, de iniciativa da respectiva Comissão da Sociedade de Geografia, o sr. eng.º arq.º paisagista Francisco Caldeira Cabral, director do Centro de Arquitectura-Paisagista e professor do Instituto Superior de Agronomia, realizou na sala «Algarve» uma conferência subordinada ao tema: «Protecção à Natureza e a Arquitectura-Paisagista».

Presidiu o sr. prof. dr. Mendes Corrêa, ladeado pelos srs. profs. dr. António de Almeida, eng.os João de Vasconcelos e Domingos Tavares da Silva e pelo sr. dr. Júlio Gonçalves.

O sr. presidente da Sociedade de Geografia apresentou o conferente referindo-se com elogio aos estudos pelo mesmo efectuados no estrangeiro sobre aquitectura-paisagista e à actividade que, nesta matéria, está desenvolvendo no Instituto de que é ilustre professor.

O conferente começa por mostrar o ambiente em que nasceu e se desenvolveu a Protecção à Natureza, estabelecendo as suas ligações com o movimento literário, artístico, científico e político do Século XIX, e mostra a reacção que representa ao industrialismo desumanisador daquela época.

Passa depois em revista o desenvolvimento da arquitectura paisagista desde Le Nôtre até à actualidade, para concluir que os arquitectos paisagistas estavam naturalmente preparados pela sua formação espiritual e artística, e pelas suas origens na jardinagem, para abraçar com entusiasmo a causa da protecção à Natureza. Diz que estava reservado ao Arquitecto paisagista criar uma noção nova, que foi trunfo valioso para fortalecer a posição da Protecção à Natureza: a noção da possibilidade de criar uma paisagem do nosso tempo integradora da indústria e de todas as técnicas modernas, sem o aspecto destruidor que tinham no Séc. XIX e ainda nos princípios do Séc. XX.

Mostra a seguir o que se tem realizado, escolhendo da infinidade de assuntos já trabalhados, alguns dos que julga mais oportunos para o nosso País. Em primeiro lugar falou da recuperação das zonas degradadas pela indústria, com os seus montes de escórias e detritos e pela exploração mineira. Cita exemplos da Inglaterra e da Alemanha. Refere-se aos fumos e poeiras e apresenta como exemplo a seguir a orientação da Suécia — que neste ponto, mais que em outros tão apregoados, é perfeita. Foca a oportunidade deste assunto no momento em que se procura desenvolver ràpidamente a indústria portuguesa.

Passa depois a examinar o problema dos nossos cursos de água, e diz que não podemos esquecer que «um rio não é só uma corrente de água» mas também o centro de uma imensa actividade biológica vegetal e animal, fonte de riqueza e distracção para as populações. Refere-se aos trabalhos do Prof. Alwin Seifert na Alemanha, para integrar de novo os rios na paisagem, regularizando-os sem lhes destruir a vida. Cita trabalhos de defesa biológica das costas marítimas e de recuperação de terras ao mar, em curso na Holanda e na Alemanha.

Fala por fim nas estradas que se torna igualmente da maior urgência que deixem de ser «corpos estranhos» na paisagem, criando à sua volta ruínas e desolação, e provocando prejuízos graves à agricultura e à vida do campo. Diz que se os homens da cidade não respeitarem os valores culturais e estéticos do campo, isso levará o rural a desdenhar cada vez mais da aldeia e procurar em ritmo sempre mais acelerado a cidade.

Volta de novo a tratar da Protecção à Natureza, para dizer que todo este desenvolvimento da Arquitectura Paisagista só foi possível graças às Reservas e Parques Nacionais que a Protecção à Natureza conseguiu defender, e onde se estudaram as leis e princípios científicos biológicos que nos permitem hoje criar novas paisagens. Mas estas, acentua, não dispensam as Reservas e Parques Nacionais — porque antes de criar é preciso defender o que ainda resta de primitivo e autêntico — que ficarão a constituir verdadeiros focos vivificadores da paisagem. Refere a este propósito o nosso problema venatório, e conclui esperando que as suas palavras tenham despertado nalguns espíritos o interesse pelas coisas da natureza que os leve a amá-la, e assim a estabelecer a indispensável colaboração de todos nesta obra de engrandecimento nacional.

Seguiram-se projecções de diferentes aspectos do nosso País e do estrangeiro, a propósito das quais o conferente esclareceu e desenvolveu os princípios apresentados na sua explanação.

O conferente foi no final muito aplaudido pela assistência e felicitado pelo sr. prof. Mendes Corrêa.

31 de Março

SECÇÃO DE BIOGEOGRAFIA

Na sequência das exposições anteriormente feitas pelos membros da Secção, o sr. dr. Herculano Zacarias Vilela descreveu pormenorizadamente as actividades exercidas pela Missão de Biologia Marítima do Ultramar, nos mares de Angola, focando em particular o interesse económico dos estudos sobre o comportamento biológico de espécies úteis, como o atum, a pescada e a sardinha.

No final, houve uma troca de impressões entre o expositor e os srs. profs. Fraga de Azevedo, Fernando Frande e Jorge Janz, que se referiram ao valor de estudos semelhantes para a economia alimentar das províncias ultramarinas, destacando a vantagem de os desenvolver igualmente quanto ao aproveitamento de espécies de águas interiores.

31 de Março

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Conferência pelo rev. padre Américo Monteiro de Aguiar

Presidiu o sr. João Salgueiro, da Direcção Diocesana da J. U. C., ladeado pelo sr. dr. Júlio Gonçalves, secretário geral da Sociedade de Geografia, e cónego António Rodrigues, assistente da J. U. C.

Promovida pela Juventude Universitária Católica, realizou-se na sala «Portugal» uma conferência em que o rev. padre Américo Monteiro de Aguiar, depois de fazer algumas considerações acerca dos benéficos resultados sociais da obra que empreendeu, tratou do momentoso problema da habitação para classes pobres. No final, a assistência, na qual predominavam rapazes e raparigas da Acção Católica, aplaudiu calorosamente o orador e contribuiu com donativos para as obras do Padre Américo.

28 de Janeiro; 4, 11, 18 e 25 de Fevereiro; 4 e 9 de Março

CURSO DE PEDAGOGIA

Promovido pela Direcção Diocesana da Juventude Universitária Católica Feminina, a sr.ª doutora D. Irene Leite da Costa, professora do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, realizou nas nossas salas um curso de pedagogia.

A primeira lição versou o «Conhecimento da 'criança' à luz dos recentes estudos de psicologia e neuro-psiquiatria infantil, médico-pedagogia, psicanálise» e «A estrutura do complexo psico-somático (alma e corpo)».

Na segunda foram tratados «Os três primeiros anos da vida da criança (aspecto psicológico)».

«O desenvolvimento psíquico da criança dos 4 aos 7 anos», foi o tema da terceira lição.

A quarta lição versou a «Evolução psíquica da criança dos sete aos onze anos» e a «Síntese dos conhecimentos dados nas lições anteriores sobre a evolução psicológica infantil».

As quinta e sexta lições foram dedicadas ao «Desenho e afectividade infantis».

Na sétima e última lição a distinta professora dissertou sobre «Higiene mental infantil».

Todas as lições foram concorridíssimas e algumas ilustradas com projecções e filmes, como documentação das afirmações produzidas.

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA

RELAÇÃO DAS OBRAS ENTRADAS

(4.º TRIMESTRE DE 1954)

AARTSEN (Prof. J. P. van) — «Population and economic progress». 1954. Bogor, Indonésia. Of. da Faculdade de Agricultura de Bogor, Indonésia.

—— «Report on a trip to Souther Italy». 1954. Bogor, Indonésia. Of. idem, idem.

Administração-Geral do Porto de Lisboa. — «Relatório» — Vol. II — «Elementos estatísticos de 1952». — «Relatório» — Vol. I. «Elementos estatísticos de 1953». 1953-1954. Lisboa. Of. do Editor.

Administration Belge du Ruanda-Urundi. — «Raport — 1953, présenté aux Chambres par le Ministre des Colonies». 1954. Bruxelles. Perm.

ALMEIDA (Manoel de) — «Some record of Ethiopia. — 1593-1646». — Being extracts from the «History of Hig Ethiopia Abassia» by [...] Together with Bahrey's «History of the Galla». Translated and edited by C. F. Beckingham and G. W. B. Huntingford. 1954. The Hakluyt Society. Compra.

ALMEIDA GARRETT (J. B. de) — «Camões». Poema. 1825. Paris. Of. do Prof. Mendes Corrêa.

Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (V Legislatura). — 1952-1953. 1954. Lisboa.

ANGLIN (João H.) — «Novas leituras para os meus alunos». Pelo Reitor do Liceu de Ponta Delgada. Prof. [...]. 1954. Ponta Delgada. Of. do A.

BALDUS (Prof. Herbert) — «Bebidas e narcóticos dos índios do Brasil. — Sugestões para pesquisas etnográficas». 1950. S. Paulo. Of. do A.

—— «Bibliografia crítica da etnologia brasileira» (Comissão do IV centenário da Cidade de S. Paulo). 1954. S. Paulo. Of. do A.

——. «Breve notícia sobre os Mbyá-Guarani de Guarita». 1952. S. Paulo. Of. do A.

—— «Etno-sociologia brasileira». 1949. S. Paulo. Of. do A.

—— «Lendas dos índios tereno». 1950. S. Paulo. Of. do A.

—— «Os Oti». 1954. S. Paulo. Of. do A.

—— «Publicações sobre os índios do Brasil nos últimos quinze anos». (1939-1953). In: revista «Sociologia», Março de 1954. S. Paulo. Of. do A.

—— «Relatório da Secção de Etnografia do Museu Paulista». 1953/54. S. Paulo. 2 folhetos. Of. do A.

—— «Richard Thurnwald — 1869-1954». 1954. S. Paulo. Of. do A.

—— «Terminologia de parentesco kaingang». 1952. S. Paulo. Of. do A.

—— «Tribos da Bacia do Araguai e o Serviço de Protecção aos Indios». 1948. S. Paulo. Of. do A.

—— «Vocabulário zoológico kaingang». 1947. Curitiba. Of. do A.

BARROS BERNARDO (Dr. Hernâni) — «Geografia Económica. — Da sua pseudo-autonomia e dos seus caracteres subtípicos». 1954. Porto. Of. do A.

BATEMAN (Alfredo D.) — «El Observatorio Astronomico de Bogota — 1803-1953». — Monografia historica con ocasion del 150.º aniversário de su fundación. Of. da Univ. Naci. de Colombia.

BERGOUNIOUX (Père F. M.) — «Les mastodontes miocènes du Portugal». Par /.../, Georges Zbyszewski, l'Abbé F. Crouzel. (Mémoires des Services Géologiques du Portugal). 1953. Lisbonne. Of. da Direcção G. dos Serv. Geológicos.

BRÁSIO (Padre António) — «Monumenta Missionária Africana. — Africa Ocidental — 1469-1599». Vol. IV. — Suplementos aos séculos XV e XVI. 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.

BRAZÃO (Dr. Eduardo) — «Em demanda do Cataio. — A viagem de Bento de Goes á China» (1603-1607). 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
BRESARD (Marcel) — «Cinq enquêtes sociales». Par /.../, Simone Lefebvre et Alain Girard. (Institut National d'Études Démographiques. Cahier N.º 9). 1950. Paris. Compra.
BRODIE (Bernard) — «A Layman's Guide to Naval Strategy». 1943. Princeton. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
CAETANO (Prof. Marcelo) — «As Cortes de Leiria de 1254». — Memória comemorativa do VII Centenário. Pelo académico de número /.../. 1954. Academia Portuguesa de História. Of. do E.
CALHEIROS E MENEZES (Afonso Lopes de) — «Relatório e Estatística dos Correios, Telégrafos e Telefones da Província de Moçambique». — Anos de 1950 e 1951, pelo Director dos Serviços /.../. 1954. L. Marques. Of. da Rep. Técnica de Estatística.
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. — «Livro I de Místicos. Livro II del Rei Dom Fernando». — Documentos para a História da Cidade de Lisboa. 1949. Lisboa. Edição da C. M. L. Of. do E.
CARVALHO (Eng.º Agr. Mário de) — «Resultados dos Ensaios comparativos de variedades 1949 a 1952». 1954. Lisboa. Centro de Inv. Científica Algodoeira. Of. do E.
CASSIANO NEVES (José) — «Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira». 2.ª edição. 1954. Lisboa. Publicações da Câmara Municipal. Of. do E.
CASTILHO (Júlio de) — «Lisboa antiga». — «O Bairro Alto». Vol. I, 3.ª edição, dirigida, revista e anotada por Gustavo de Matos Sequeira. 1954. Lisboa. Publicações da Câmara Municipal. Of. do E.
CENTRO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS DE ANGOLA. — «O milho na economia de Angola. — Representação dirigida a Sua Ex.ª o Senhor Ministro do Ultramar. 1954. Lisboa. Of. do E.
CHARLESWORTH (M. P.) — «Les Routes et le Trafic Commercial dans l'Empire Romain». Trad. française par G. Blumberg et P. Grimal. 1938. Paris. Compra.
CHEVALIER (Louis) — «La formation de la population parisienne aux XIX siècle» (Intitut National d'Études Démographiques — Cahier n.º 10). 1950. Paris. Compra.
CISTERNINO (Riccardo) — «La Marina Mercantile Napolitana del XVI al XIX sec.». Por /.../ e Giuseppe Porcaro. 1954. Napoli. Compra.
COMITÉ SPÉCIAL DU KATANGA. — «Rapports et Bilans de l'exercice 1953». 1954. Bruxelles. Perm.
Conferência Internacional de Africanistas Ocidentais — V Reunião. — Abidjan — 1953. 1954. Abidjan. Of. do Int. Français d'Afrique Noire.
CONSEIL DE L'EUROPE. — Assemblée Consultative. — Sixième Session Ordinaire, 20-29 Septembre 1954. «Documents de Séance». Tomes III, IV, V. 1954. Strasbourg. 3 vols. Of. do E.
— «Ordres du jour. — Procès-Verbaux». 1954. Strasbourg. Of. do E.
CORDEIRO DE SOUSA (J. M.) — «Colectânea Olisiponense» — Artigos publicados em revistas e jornais. (Biblioteca de Estudos Olisiponenses). 1954. Lisboa. Publicações Culturais da Câmara Municipal. Of. do E.
Criança (A) dos seis aos doze anos. Edição portuguesa do opúsculo intitulado: «Your Child from Six to Twelve», publicado pela Repartição de Assistência à Infância. Directoria Federal de Previdência. 1952. Washington. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
DE GAULLE (Charles) — «Mémoires de Guerre». Vol. I — 1940-1942. 1954. Paris. Compra.
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA DE ANGOLA. — «Luanda. — Cidade portuguesa fundada por Paulo Dias de Novais em 1575». 1954. Porto. Of. do E.
— «Angola. — Província de Portugal em África». 1953. Luanda. Of. do E.
DUGGAN-CRONIN (A. M.) — «The Bantu tribes of South Africa» — Reproductions of photographic studies by /.../. Vol. III — Section V — «The Nguni» — «Baca», «Hlubi», «Xesibe». 1954. Cambridge. Deighton, Bell & C.º, Ltd. Of. do E.
EIMEN (Dr. Josef van) — «Ergebnisse van Windschutzuntersuchungen in Hamburg-Garstedt — 1952». 1954. Hiltrup (Westf.). Perm. com Deutscher Wetterdienst Bad Kissingen.
— «Lokalklimatische Untersuchungen im Raum der Harburger Berge und der benachbarten Elbniederung». 1954. Hiltrup (Westf.). Idem.
Energia (A) atómica ao serviço da paz. 1954. Lisboa. Serv. Cult. e de Imprensa da Embaixada dos Estados Unidos. Of. do E.
Errando por Museos Daneses. 1954. Copenhague. Of. da Legação Real da Dinamarca.
FERNÁNDEZ OXEA (José Ramón) — «De heráldica orensana» (Sep. dos «Cuadernos de Estudios Gallegos». Fasc. XXVIII. 1954. Madrid. Of. do A.

FERREIRA DE ANDRADE — «A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa». 1954. Publicações da Câmara Municipal. Of. do E.
GALBIATI (Giovanni) — «Itinerario per il visitatore della Biblioteca Ambrosiana della Pinacoteca e dei Monumenti annessi». 1951. Milano. Compra.
GEORGE (Pierre) — «Introduction a l'étude géographique de la population du Monde» (Institut National d'Études Démographiques. — Cahier n.º 14). 1950. Paris. Compra.
GIL VICENTE — «The Ship of Hell». — English version by A. F. Gerald. 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
GILLE (René) — «Le niveau intellectuel des enfants d'age scolaire. — La determination des aptitudes. — L'influence des facteurs constitutionnels, familiaux et sociales». — Analyses, par /.../, Louis Henry, Léon Tobah et Jean Sutter, Hélène Burgues, Alain Girard et Henri Bastid. (Institut d'Études Démographiques. — Travaux et documents. — Cahier N.º 23). 1954. Paris. Compra.
GOMES PEDRO (Eng.º Agr. José) — «Contribuições para o Inventário Florístico de Moçambique». I — «Pteridófitas-monocotidóneas». Compilação do [...] 1954. L. Marques. Centro de Inv. Científica Algodoeira. Of. do E.
GONÇALVES PEREIRA (Prof.) — «Informe personal sobre el caso de Goa». 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
GOEBEL JR. (Julius) — «Law enforcement in colonial New York. — A Study in Criminal Procedura. — 1664-1776». 1944. New York. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
GUTKIND (Curt) — «Cosimo de Medici. — Il Vecchio». Seconda edizione. 1949. Firenze. Compra.
HARPER (Georg McLean) — «Woodrow Wilson. — Some Princeton Memories». By /.../ and Robert K. Root. 1946. Princeton. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
HART (Henry H.) — «El Veneciano Aventureiro. — Descripción de la vida, tiempos y obra de Messer Marco Polo». 1944. Buenos Aires. Compra.
HUGHES (Avah W.) — «Carrying the Mail. — A second grade's experience». 1933. New York. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
HUNTLEY (H. E.) — «Nuclear Species». 1954. London. Compra.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. — «Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos — 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
— «Estatísticas Financeiras — 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
— «Estatística Judiciária — 1953». 1954. Lisboa. Of. do E.
INTERNATIONAL CITY MANAGER'S ASSOCIATION. — «Municipal personnel administration. — Fourth Edition — 1947». 1947. Chicago, Illinois. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
JUNTA DE EMIGRAÇÃO. — «Nós, os emigrantes...». 1954. Lisboa. Of. da Junta.
JUNTA DE PROVINCIA DO DOURO LITORAL — «Relatório — 1954». 1954. Lisboa. Of. da Junta.
KEELOR (Katharine L.) — «Indian Life and the Dutch Colonial Settlement». By /.../ and Mayme Sweet. 1931. New York. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
KOTHE (Gottfried) — «A teoria dos espaços localmente convexos e as suas aplicações à Análise». — Conferência proferida em 6 de Abril de 1954 na Academia das Ciências de Lisboa — Biblioteca de Altos Estudos. 1954. Lisboa. Acad. das Ciências. Of. do E.
LAINS E SILVA (Eng.º Agr. Helder) — «Aspectos fundamentais da cultura da tecnologia do café «Robusta» em Java». (Sep. do n.º 2 da Revista do Café Português). 1954. Lisboa. Of. do A.
LEAP (William Lester) — «Red Hill» — «Neighborhood Life and Race Relations in a Rural Section». 1933. Virgínia. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
LEPORACE (Tullia Gasparrini) — «Mostra «L'Asia nella Cartografia degli Occidentali» — Catálogo descrittivo a cura di /.../ (Comune di Venezia. — VII Centenario della Nascita di Marco Polo). 1954. Venezia. Biblioteca Nazionale Marciana. Of. do Dr. Júlio Gonçalves.
LESSA (Dr. Almerindo) — «Hematologia. — Hemoterapia — Reanimação». Conferências. (Número especial dos «Arquivos da Escola Medico-Cirurgica de Goa», de 3 de Maio de 1952). 1952. Bastorá. Of. do Director da Escola.
LOBATO (Dr. Alexandre) — «Aspectos de Moçambique no antigo Regime Colonial». 1953. Lisboa. Of. do A.
— «Expansão (A) portuguesa em Moçambique. — De 1498 a 1530. — Livro I — Descobrimento e ocupação da Costa» (1498-1508). (Estudos moçambicanos). 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
— «Fundamentos da Presença de Portugal na Índia». 1954. Lisboa. Of. do A.

— «Novos subsídios para a História da Fundação de Sofala». 1950. Lisboa. Of. do A.
— «Sobre «Cultura moçambicana» — Reposição de um problema e resposta a um crítico». 1952. Lisboa. Of. do A.
LOPES DE OLIVEIRA (A.) — «Missões e Missionários». 1946. Lisboa. Compra.
Maroc. — Cinq ans de réalisation du programme d'équipement — 1949-1954. 1954. Paris. Of. do Commissaire Résidente Général de la Rep. Française au Maroc.
MAIA FRANCO (Eduardo) — «Corporativismo Português». 1954. Recife. Of. do S. N. I. — Sec. do Intercâmbio Luso-Brasileiro.
MALONE (Prof. Dumas) — «Bibliography of Virginia. — History since — 1865». 1930. Virgínia. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
MARCHESAN (Angelo) — «Treviso Medievale. — Instituzioni — Usi — Costumi — Aneddoti — Curiosità». Vols. I e II. 1923. Treviso. Of. do Dr. Roberto Zamprogna, Director da Biblioteca de Treviso.
MOITINHO DE ALMEIDA (Dr. Luiz Pedro) — «Algumas notas biográficas sobre Fernando Pessoa». Palestra. 1954. Setúbal. Of. do A.
MONIZ (Rev. Dr. Vasco) — «O que um Goês gostaria de dizer ao Sr. Nehru». 1954. Goa. Edição dos Serv. de Inf. do Estado da Índia. Of. do E.
MORAIS SILVA (António de) — «Grande Dicionário da Língua Portuguesa». Vol. VII. 1954. Lisboa. Compra.
NEEDHAM (Joseph) — «Science and Civilisation in China». By /.../ with the research assistance of Wang Ling. Vol. I. 1954. Cambridge. Compra.
NONO (Italico) — «La Marca Amorosa. I suoi Tiranni — I suoi Signori». 1931. Treviso. Of. do Dr. Roberto Zamprogna, Director da Biblioteca de Treviso.
OLAVO (Carlos) — «Homens, Fantasmas e Bonecos». s. d. Lisboa. Livraria Portugália, Editora, Of. do E.
OLIVEIRA SALAZAR (Prof. Dr.) — «Portugal y sus Provincias Ultramarinas. — El caso de Goa». — Extraído del notable discurso pronunciado por el Excelentíssimo Sr. Presidente del Consejo de Ministros del Gobierno Portugués /.../ el 10 de Julio de 1953, ante el 1.º Congreso Plenario de la Union Nacional. 1954. Lisboa. Agência G. do Ultrarar. Of. do E.
Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1954. 1954. Lisboa. Of. do Arquivo G. da Contabilidade Pública.
OSGOOD (Charles G.) — «The Modern Princeton». By /.../ and Christian Gauss /.../ 1947. Princeton. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
PACHECO DE FIGUEIREDO (Prof.) — «A Escola Médica de Goa e o Ultramar Português» (Sep. de «O Médico», n.º 149, de 1954). Of. do A.
PAN AMERICAN AIRWAYS. — «New Horizons». — An Up-to-the Moment Guide to World Travel). Prepared by /.../. 1954. New York. Of. do E.
PANELLA (Antonio) — «Storia di Firenze». 1940. Firenze. Compra.
Pareceres da Câmara Corporativa (V. Legislatura). Ano de 1954. Vol. I. 1954. Lisboa.
PINTO BASTO (Comandante) — «Aguarelas». Com um estudo biográfico de Luiz Teixeira. 1954. Porto. Of. do Dr. Alexandre Pinto Basto.
PINTO TEIXEIRA (Fernando Assis) — «Relatório da missão de estudo à Alemanha» (Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique). 1953. Lourenço Marques. Of. da Secção de Publicidade dos C. F. M.
PIRES DE LIMA (Prof. Américo) — «Uma grande figura nacional. — O Conde de Linhares». (Sep. de «Studium General». Ano I, n.º 3-4, de 1954). 1954. Porto. Of. do A.
PREZZOLINI (Giuseppe) — «Vie de Nicolas Machiavel, Florentin. Trad. de l'italien par Marthe-Yvonne Lenoir. 1929. Paris. Compra.
PRIGENT (Robert) — «Renouveau des idées sur la famille» — Ouvrage réalisé sous la direction de /.../ (Institut National d'Études Démographiques. — Cahier n.º 18). 1954. Paris. Compra.
QUEIROZ RIBEIRO (Ernesto de) — «Mesungo» (Novela). 1954. Porto. Of. do A.
QUINTANILHA (Prof. A.) — «O problema algodoeiro português». 1954. L. Marques. Centro de Inv. Científica Algodoeira. Of. do E.
RADIN (Paul) — «The Story of the American Indian». 1944. New York. Of. do Dr. Barata Freire e Silva.
Register of current research in the humanitiis in South Africa 1953. 1953. Pretoria. Department of Education, Arts and Sciences. Of. do E.
REPARTIÇÃO TÉCNICA DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA. — «Comércio Exterior». Vol. I — 1953. 1954. Luanda. Of. do E.
— «Estatística da Educação» — Anos lectivos de 1951/52-1952/53. 1954. Luanda. 2 vols. Of. do E.

— «Estatística das Contribuições e Impostos» — 1951 e 1952. 1954. Luanda. 2 vols. Of. do E.
— «Estatística de Navegação — 1953». 1954. Luanda. Of. do E.
REPARTIÇÃO TÉCNICA DE ESTATÍSTICA DE L. MARQUES. — «Estatística Industrial 1952». 1954. L. Marques. Of. do E.
— «Estatística dos veículos automóveis em circulações — 1953». 1954. L. Marques. Of. do E.
Report of the National Council for Social Resear for the Calendar years 1951 and 1952. 1953. Pretoria. Department of Education, Arts and Sciences. Of. do E.
ROSSI (A.) — «Le Pacte Germano-Sovietique. — L'Histoire et le Mythe». 1954. Paris.
RUELA POMBO (Padre) — «Cinzas de Lisboa» — (Sexta Série). 1955. Lisboa. Of. do A.
RYCKMANS (Pierre) — «L'Administration du Congo Belge» — Intervention du représentant de la Belgique, M. /.../ à la quatrième commission de l'O.N.U. (2 de Nov.º 1954). 1954. Bruxelles. Of. da Legação da Bélgica.
SÁ (Artur Basílio de) — «Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente». Coligida e anotada por /.../. Vol. I — «Insulindia» (1506-1549). 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
SANTA-RITA (Prof. José Gonçalo) — «A política de centralização no século XIX. — Atenuantes ou dirimentes?». (Sep. da «Rev. do Gabinete de Est. Ultramarinos», N.º 9-10). 1953. Lisboa. Of. do A.
SANTORO (Caterina) — «Carte geografiche e Libri di viaggi della Biblioteca Trivulziana» — Catálogo a cura di /.../. 1954. Milano. Of. do Dr. Júlio Gonçalves.
SANTOS FERREIRA (Anselmo dos) — «Memória acerca da Vila de Alvares». 1954. Coimbra. Of. do A. 2
SANTOS FIGUEIREDO (António dos) — «Relatório do Conselho de Câmbios da Província de Moçambique, referente ao ano de 1952». Pelo Inspector Bancário /.../. 1954. L. Marques. Of. da Rep. Téc. de Estatística.
SARMENTO RODRIGUES (Comandante) — «Portugal na Índia» — Discurso proferido na Assembleia Nacional em 1 de Março de 1950. 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
— «The Portuguese overseas Provinces». 1954. Lisboa. Agência G. do Ultramar. Of. do E.
SERVIÇOS DE FAZENDA E CONTABILIDADE — Cabo Verde. — «Contas da Gerência e do exercício de 1953». 1954. Praia.
SILVA BARBOSA (António Jorge da) — «Empoasca Facialis» Jacobi — «O jasside do algodoeiro: sua biologia e métodos de combate». (Centro de Inv. Científica Algodoeira. — Memórias e Trabalhas — n.º 15). 1954. L. Marques. Of. da Junta Exporadora do Algodão.
SILVA CUNHA (Prof. J. M. da) — «O sistema português de política indígena». 1953. Coimbra. Compra.
SILVA NEVES (Dr. Eduardo Augusto da) — «Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa» — Conferência. 1954. Lisboa. Of. do A.
SILVA RIBEIRO (Luiz da) — «Discurso proferido pelo Président do Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sessão comemorativa do V Centenário do Povoamento da Terceira, em 29/12/1950». 1950. Angra do Heroísmo. Of. do Dr. Júlio Gonçalves.
SOEIRO DE BRITO (Joaquim Baptista Viegas) — «Estudo do sistema Raydist e das redes hiperbólicas». 1954. Lisboa. Junta de Inv. do Ultramar. Of. do E.
STEVENS (Prof. William Oliver) — «History (A) Sea Power». By /.../ and Prof. Allan Westcolt. 1943. New York. Of. da Embaixada dos Estados Unidos da América.
SUTTER (Jean) — «L'Eugénique. — Problèmes — Méthodes — Résultats» (Institut National d'Études Démographiques — Cahier n.º 11). 1951. Paris. Compra.
TELLES PALHINHA (Prof. Ruy) — «Que é a protecção à natureza?». Trad. e adaptação do /.../ segundo o original editado pela U. I. P. N. 1954. Lisboa. Publicações da «Liga para a Protecção da Natureza». Of. do A.
TOVAR DE LEMOS (Dr. A.) — «Relatório do Dispensário Central de Higiene Social de Lisboa — 1953». 1954. Lisboa. Of. do A.
TRANSVAAL MUSEUM — «Report for the year ending 31st. March, 1954. 1954. Pretoria. Perm.
TROPA (Eugénio) — «Toxi-injecções alimentares de origem animal». 1954. Lisboa. Com. Reg. do Comércio do Bacalhau. Of. do E.
VAN LANGENHOVE — «L'utilisation de l'énergie atomique à des fins pacifiques». — Exposé de M. /.../ représentant de la Belgique, devant la Première Commission de l'Assemblée Générale des Nations Unies. 1954. Bruxelles. Of. da Legação da Bélgica.
VÁRZEA — Balmacedo (Ernesto) — «Oriente. — Impressões duma romagem de tres mêses ás terras do Sol-Nascente». 1954. Porto. Of. do A.
VIEIRA DA SILVA (Eng.º A.) «Dispersos». (Biblioteca de Estudos Olisiponenses). 1954. Lisboa. Publicações Culturais da Câmara Municipal. Of. do E.

VILANESA (Padre José de) — «Indios arhuacos de la Sierra Nevada de Santa Marta». 1952. Bogota-Colombia. Of. do Dr. Carlos Gonzalez-Rubio, de Barranquilla.
ZANIOL (Giovanni) — «La Provincia di Treviso. — Atlante — Texto di /.../. 1911. Treviso. Of. do Dr. Roberto Zamprogna, Director da Biblioteca de Treviso.

Oferta da Legação do Japão:

— Japan. — As it is today. 1953. Tokio.
— Japan Labor Year Book for 1952. 1953. Tokio.
— Japan's Problemes — 1953. 1954. Tokio.
— Japão. Edição da Directoria de Turismo — Ministério dos Transportes do Governo do Japão.
— Pictoral Japan. — Special Edition. 1954. N.º 3 de 1954.
— Statiscal (A) Survey of Economy of Japan. 1952. Tokio.
— The Sangyo Keizai, N.os 18, 19 e 21 de 1954.

CARTOGRAFIA

ATLAS

Atlas Général du Congo. 1954. Brussel. Edição da Académica Royale des Sciences. Of.. do E.
Atlas Polski. 1953. Warszawa. Of. do Instytut Geografii Polskiej, de Varsovia.
Geograficzny Atlas Polski. 1953. Warszawa. Of. idem.
Petit Atlas de Pologne. 1947. Warszawa. Of. idem.
Sudetendeutscher Atlas. Unter Mitarbeit von E. Bachmann, A. Hammerrschmidt, K. Oberdorffer, H. Raschhofer, E. Schwars, W. Weizsacker. Herausgegeben von E. Meynen. 1954. Munchen. Verlag der Arbeitsgemeinschaft zur Wahrung Sudetendeutscher Interessen. Of. do E.

MAPAS

Arquipélago dos Açores — Ilhéus das Formigas. — Levantados pela Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes — 1952. — Escala 1:7.500. (Oceano Atlântico Norte. — Costa Oeste de Portugal). Of. da Direcção de Hidrografia e Navegação.
Cabo Carvoeiro ao Cabo Raso. — Missão Hidrográfica da Costa de Portugal — 1915 — 4.ª edição — 1953. (Oceano Atlântico Norte. — Costa de Portugal). Of. da Direcção de Hidrografia e Navegação.
Carta da distribuição do sobreiro em Portugal — 1952. Escala 1:250.000 (Ministério da Economia — Plano de Fomento Agrário). Of. do E.
Carta do Distrito de Goa — 1947. Coordenada por Agostinho da Piedade Filipe Dourado. — Goa. Of. do Dr. Júlio Gonçalves.
Carta Geológica de Portugal. — Santarém (Folha 31A). Escala de 1:50.000. (Direcção G. de Minas e Serviços Geológicos). Com um folheto explicativo. Of. do E.
Congo Belga — Katanga. Feuilles: Mokabe, Sampwe. (Géologique, Topographique et Terrains superficiels). 1952. Bruxelles. Comité Spécial du Katanga. 6 folhas. Of. do E.
Distribuição da População de Portugal — 1940. Escala 1:500.000. Elaborada sob a direcção de Orlando Ribeiro. 1951. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. Of. do E.
Esboço chorographico da Costa Sul da Madeira — 1906. Escala 1:50.000.
Mapa das Estradas de Portugal — 1954. Edição do Automóvel Clube de Portugal. Of. do E.
North Africa — 1954. Compiled and Draw in the Cartographic Section of the National Geographic Society for the National Geographic Magazine. Escala 1:7.500.000. Assinatura.
Plano Hydrographico do Porto de Leixões (1890) — Escala 1:2.500.
Planta da Península e Porto de Macau, com as sondagens levantadas em 1884 e com o Projecto do cais interior, molhe da Taipa, docas da Ilha Verde e Praia Grande, Dique da Taipa e revestimento marginal entre a Ilha Verde e Pac-siac. Escala 1:10.000.
The World — 1952. Compiled and Draw in the Cartographic Section of the National Geographic Society for the National Geographic Magazine. Escala 1:30.000.000. Assinatura.

Oferta dos Generais Jaguaribe de Matos e Cândido Rondon:

— Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas — 1952. Organizada e desenhada no Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, sob a direcção geral de S. Ex.ª o Senhor Gen. de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon e direcção gráfica executiva do Gen. Francisco Jaguaribe de Mattos. Escala de 1:1.000.000. Em 9 folhas. Of. de 2 exemplares.

— Mapa do Brasil — 1952. Edição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. Conselho Nacional de Geografia. Escala de 1:2.500.000. Em 4 folhas.

Oferta do Dr. Roberto Zamprogna, Director da Biblioteca de Treviso:

— Afrique (L') divisée en ses principaux Etats. Assujettie aux observations astronomiques. Par le Sr. Janvier, Géographe. A Venise. Chez François Santini. (Séc. XVIII).
— Amérique (L') divisée en ses principaux Etats. Assujettie aux observations astronomiques. Par le Sr. Janvier, Comosgraphe. A Venise. (Séc. XVIII).
— Archipel des Indes Orientales, que comprend les iles de la Sonde, Moluques et Philippines, tirées des cartes de Neptune Oriental. Par le Sr. Robert. A Venise. Par P. Santini. 1778.
— Carte de la Guinée, contenant les Isles du Cap Verd, le Senegal, la Côte de Guinée proprement dite, les Royaumes de Loango, Congo, Angola et Benguela avec les Pays voisins. Par M. Bonne. A Venise. Par P. Santini. 1779.
— Carte de Perou et Brésil Sept. — De Tierra-Firme de Guyana et de la Rivière des Amazons. Ce qui fait la partie Boréale de l'Amérique Meridionale. Par le Sr. D'Anville. A Venise. Par P. Santini. 1779.
— Carte qui représente la Partie Meridionale du Brésil et du Perou, le Chile Septentrionale et le Paraguay /.../. Par Sr. D'Anville. A Venise. Par P. Santini. 1779.
— Corografia della Provincia di Treviso. S. d. 4 folhas.
— Estat de la Seigneurie et République de Venise en Tere-ferme. A Venise. Par P. Santini. 1776.
— Hispania Antiqua in tres praecipuas parties. Scilicet Terraconensen, Lusitanium et Baeticam, nec non in Populos divisa, a N. Sanson, Géog. Regis ordinario. Revista et ad observationes astronomicas redacta accurante Robert de Vaugondy filio. Venetiis, apud Franc^m. Santini (séc. XVIII).
— Les Indes Orientales ou sont distingués les Empires et Royaumes qu'elles contiennent, tirées du Neptune Oriental. Par le Sr. Robert. A Venise. Par P. Santini. 1779.
— Pianta della Regia Città di Treviso. — L'Autore D. D. D. s. d.
— Royaume de Portugal (Parties Septentrionale et Meridionale). Par le Sr. Bellin. Ingenieur de la Marine et du Depost des Plans. A Venise. Chez François Santini. 2 folhas (séc. XVIII).
— Treviso — 1903. [Folha solta, sem título].

Oferta da Dirección Nacional Mineria da Republica Argentina:

— Carta Geologico-Economica de la Republica Argentina. — Folhas: «Bahia de S. Sebastián» — «Cerros Cuminchango» — «Rio Cullen» — «Sierras del Azul» — «Tandil». 1954. Buenos Aires. 5 folhas.

Oferta de Armando de Aguiar:

— Mapa Cafeeiro do Estado da Baía — 1945. Organizado e desenhado por Clovis de Magalhães. (Departamento Nacional do Café) — Escala 1:1.000.000, em duas folhas.
— Mapa do cafeeiro do Estado do Espírito Santo — 1944. Organizado e desenhado por Clovis de Magalhães. (Departamento Nacional do Café). Escala 1:500.000.
— Mapa do cafeeiro do Estado de S. Paulo. 1944. Organizado por Clovis de Magalhães. (Departamento Nacional do Café). Escala 1:650.000.

REVISTAS EDITADAS EM PORTUGAL

(ENTRADAS NO 2.º SEMESTRE DE 1954)

ACTIVIDADE ECONÓMICA DE ANGOLA. — Luanda: 1954 — N.os 36/37: A. de Azevedo: «O ensino agrícola na valorização económica de Angola».
ACTUALIDADES. — Lourenço Marques: Ano I — N.os 1 e 2 — 1953. — 1954 — n.º 9.
AGROS. — Lisboa: 1954 — N.os 1/2 a 4.
ALGARVE. — Lisboa: 1954 — N.os 4/5.
ANAIS DE MARINHA. — Lisboa: 1954 — N.º 25: A. M. Abrantes: «Alguns aspectos de energia nuclear». — E. S. Brandão: «Economia e colonização». — N.º 26.
ANAIS DO CLUB MILITAR NAVAL. — Lisboa: 1954 — N.os 4-6: A. Botelho de Sousa: «A Marinha e o Império Português das Índias Orientais». — 7/9: Com. A. M. Esparteiro: «Reconquista da Fortaleza Abexim Amba Sanayit pelos portugueses».

ANAIS DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL. — Lisboa: 1953 — Vol. X — N.º 3 — Fasc. III: H. Amorim Ferreira: «A medicina e a meteorologia em Portugal». — M. T. F. Cabrita: «O clima de Macau». — D. X. Queirós: «Os climas das regiões de Luanda, Vila Salazar, Nova Lisboa e Sá da Bandeira. — Comparação de climas do litoral, de baixa altitude, de altitude média e de altitude em Angola». — Vol. X — N.º 4 — Fasc. I. — Fasc. II: F. Mouta: «Possibilidades de existência de pré-hominídeos no sul de Angola (Leba, Humpata)». — Fasc. III.
ANAIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA. — Lisboa: 1953.
ANAIS METEOROLÓGICOS. — Dili: 1952 — Vol. II.
ANÁLISE (Boletim analítico das Revistas Técnicas Francesas editado pelo Instituto Francês em Portugal). — Lisboa: 1954 — N.º 40.
ANGLO-PORTUGUESE (THE) NEWS. — Lisboa: 1954. — N.º 561 a 573.
ANUÁRIO CLIMATOLÓGICO DE PORTUGAL. — Lisboa: 1953 — 1.ª Parte — Continente e ilhas do Atântico Norte.
ANUÁRIO DA DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL (Ministério do Interior). — Lisboa: 1953.
ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Coimbra: 1952/53.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO [DA ÍNDIA PORTUGUESA]. — Goa: 1952.
ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. — Lisboa: 1947 — Vol. III.
ARQUIVO DE TRABALHOS DA FACULDADE DE MEDICINA. — Porto: 1953 — N.ºs 38 e 39.
ARQUIVOS DA ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA DE GOA. — Bastorá — Goa: 1953 — Série A — N.º 26.
ARQUIVOS DO MUSEU BOCAGE. — Lisboa: 1947 — N.º 18. — 1952 — N.º 23.
ARTES (DAS) E DA HISTÓRIA DA MADEIRA. — 1954 — N.ºs 17/18.
BÉLGICA. — Lisboa: N.ºs 37 e 38 — Lisboa.
BEM (A) DA LÍNGUA PORTUGUESA (Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa). — Lisboa: 1954 — N.ºs 6 a 11.
BIBLOS. — Coimbra: 1953 — Vol. 29.
BOLETIM CLIMATOLÓGICO DA PRAIA DA ROCHA (Serviço Meteorológico Nacional). — Lisboa: 1954 — Abril a Out.º.
BOLETIM CLIMATOLÓGICO DO MONTE ESTORIL (Serviço Meteorológico Nacional). — Lisboa: 1954 — Abril a Out.º.
BOLETIM CLÍNICO E ESTATÍSTICO (Hospital do Ultramar). — Lisboa: 1953 — N.º 3.
BOLETIM CULTURAL [DA] CÂMARA MUNICIPAL. — Porto: 1954 — N.ºs 1/2.
BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ PORTUGUESA. — Bissau: 1953 — N.º 32: A. T. da Mota: «O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa». — M. N. Costa: «D. António e o Tratado Inglês da Guiné (1587-1596)».
BOLETIM DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS. — Lisboa: 1954 — Jan.º-Abril e Maio-Julho.
BOLETIM DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. — Lisboa: 1953 — N.ºs 113-114.
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE ANGOLA. — Luanda: 1954 — N.º 19 e 20.
BOLETIM DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS. — Lisboa: 1954 — N.ºs 32 a 36.
BOLETIM DA CASA DA METRÓPOLE EM MOÇAMBIQUE. — Lourenço Marques: 1954 — N.ºs 12 a 29.
BOLETIM DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁGUAS DE LISBOA. — Lisboa: 1953 — N.º 34: Eng. B. F. Moreno: «Abastecimento de água no Ultramar».
BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO. — Coimbra: 1953 — Vol. 29.
BOLETIM DA FILMOTECA ULTRAMARINA PORTUGUESA. — Lisboa: N.º 1 — 1954.
BOLETIM DA JUNTA NACIONAL DA CORTIÇA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 188 a 192.
BOLETIM DA JUNTA NACIONAL DAS FRUTAS. — Lisboa: 1952.
BOLETIM DA JUNTA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE. — Lisboa: 1954 — N.º 27: Com. J. Moreira Rato: «Províncias Ultramarinas».
BOLETIM DA ORDEM DOS ENGENHEIROS. — Lisboa: 1954. — N.ºs 13 a 24.
BOLETIM DA PESCA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 43 e 44.
BOLETIM DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE. — Lourenço Marques: 1954 — N.º 85 e Supl. — 86: Soares de Carvalho: «Resenha histórica do Larde».
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS NATURAIS. — Lisboa: 1953 Vol. 19, N.º 2.
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CONTABILIDADE. — Lisboa: 1954 — Ano 1.º — N.º 1.

BOLETIM DA UNIÃO DE GRÉMIOS DE LOJISTAS DE LISBOA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 155-56 a 160.
BOLETIM DAS ALFÂNDEGAS. — Lourenço Marques: 1954 — N.ºs 1/3.
BOLETIM DE NORMALIZAÇÃO. — Lisboa: 1954 — N.º 1 a 10.
BOLETIM DE NOTÍCIAS DA UNIÃO DA ÁFRICA DO SUL. — Lisboa: 1954 — N.ºs 120 a 135 — Lisboa.
BOLETIM DO ARQUIVO DISTRITAL DE ANGRA DO HEROÍSMO. — Angra do Heroísmo: 1951 — Vol. I — N.º 3.
BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA DO MUSEU DE ANGOLA. — Luanda: N.ºs 1 a 8 (1949-50) — 1953 — N.º10.
BOLETIM DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. — Coimbra: N.º 1 — Jun. 1950: A. Girão e C. Morais: «Desenvolvimento dos estudos geográficos em Portugal». — N.ºs 2-3 — 1951: A. Girão: «Ventos predominantes em Portugal e seus nomes populares e tradicionais».
BOLETIM DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA. — Lisboa: 1954/55 — N.º 1 e 2.
BOLETIM DO GRUPO DESPORTIVO DO PESSOAL DA COMPANHIA DOS TELEFONES. — Lisboa: 1954 — N.ºs 38 a 43.
BOLETIM DO INSTITUTO DE ANGOLA. — Luanda: 1953 — N.º 2.
BOLETIM DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. — Lisboa: 1954 — N.º 1/2: Prof. L. M. Adão: «Cartas topográficas».
BOLETIM DO INSTITUTO SUPERIOR DE HIGINE DOUTOR RICARDO JORGE. — Lisboa: 1953 — N.ºs 40 e 41.
BOLETIM DO PORTO DE LISBOA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 40 a 50.
BOLETIM DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES DE ANGOLA. — Luanda: 1954 — Maio (Número Especial comemorativo da visita de S. Ex.ª o Presidente da República à Província de Angola). — N.ºs 1/3.
BOLETIM DOS CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. — Lourenço Marques: 1953 — N.º 35.
BOLETIM [DOS] PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES DE MOÇAMBIQUE. — Lourenço Marques: 1954 — N.ºs 3 a 8.
BOLETIM ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE GOA. — Goa: 1954 — Julho a Nov.º.
BOLETIM ECLESIÁSTICO DA DIOCESE DE MACAU. — Macau: 1906 a 1954 — N.ºs 31, 43 a 45, 50, 54 a 112, 115, 116, 121 a 126, 138, 139, 146, 152, 157 a 160, 163 a 166, 170 a 172, 175 a 177, 180, 182 a 191, 193 a 234, 441, 442, 455 a 477, 480 a 501 e 601 a 606.
BOLETIM ECONÓMICO E FINANCEIRO. — Porto: 1954 — N.ºs 6 a 11.
BOLETIM GERAL DE LEGISLAÇÃO. — Lisboa: 1954 — 3.º e 4.º Trim.
BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR. — Lisboa: 1954 — N.ºs 347 a 351.
BOLETIM INFORMATIVO [DA] LEGAÇÃO DO JAPÃO. — Lisboa: 1954 — Vol. 1 — N.ºs 1 e 2.
BOLETIM JUDICIÁRIO DO ULTRAMAR. — Lisboa: 1952 a 1954 — N.ºs 11 a 16.
BOLETIM MENSAL DAS MISSÕES FRANCISCANAS E ORDEM TERCEIRA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 7 a 11.
BOLETIM MENSAL DAS OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS FEITAS NAS ESTAÇÕES DA PROVÍNCIA. — Lourenço Marques: 1954 — Jan.º a Maio.
BOLETIM MENSAL DAS OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA. (Serviço Meteorológico Nacional). — Lisboa: 1954 — Abril a Set.º
BOLETIM MENSAL DE ESTATÍSTICA. — Luanda: 1954 — N.ºs 2 a 7.
BOLETIM MENSAL DE INFORMAÇÃO ECONÓMICA. — Luanda: N.ºs 55 — 1953.
BOLETIM MENSAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. — Lisboa: 1954 — N.º 5.
BOLETIM METEOROLÓGICO PARA A AGRICULTURA (Serviço Meteorológico Nacional). — Lisboa: 1954 — N.ºs 101 a 117 (Jul. a Dez.).
BOLETIM OFICIAL DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA. — Lisboa: 1953 — N.º 47.
BOLETIM TRIMESTRAL DA REPARTIÇÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO. — Goa: 1953 — N.ºs 1 e 2.
BOLETIM TRIMESTRAL DE ESTATÍSTICA [DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE]. — Praia: 1953 — N.º 4. — 1954 — N.ºs 1/2.
BRACARA AUGUSTA — Braga: 1953/54 — N.ºs 26/28.
BRASILIA (Rev. do Inst. de Estudos Brasileiros da Fac. de Letras). — Coimbra: 1953 — Vol. VIII. (Inteiramente dedicado à Viagem ao Brasil da Embaixada Universitária de Coimbra — 1951).

BROTÉRIA. — Lisboa: N.° 1 — Jul. 1954: A. Martins: «Perspectivas da energia nuclear em Portugal». — N.os 2-3 — Ag.-Set.: J. M. Cordeiro de Sousa: «Três hipóteses acerca de um túmulo». — N.os 4 a 6.
— *Ciências Naturais* — 1954 — N.os 2 a 4.
BULLETIN ANALYTIQUE TRIMESTRIEL DU CENTRE FRANÇAIS DE DOCUMENTATION DE L'INSTITUT SUPÉRIEUR DE SCIENCES ECONOMIQUES ET FINANCIÈRES. — Lisboa: 1954 — N.os 3 e 4.
BULLETIN CLINIQUE ET STATISTIQUE [DE L'] HÔPITAL D'OUTRE-MER. — Lisbonne: 1954 — N.° 3 (Supplément) (Dedicado ao V.ème Congrès International de Transfusion Sanguine e II.ème Exposition Mondiale du Sang — Paris, 13/19 Sep. 1954).
BULLETIN DE LA CHAMBRE DE COMMERCE BELGE AU PORTUGAL. — Lisboa: 1954 — N.os 95 e 96.
CABO VERDE. — Praia: 1954. — N.os 57 a 63.
CHARADISTA (O). — Lisboa: 1954 — N.° 253/54 a 256.
CIÊNCIA (Revista da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências). — Lisboa: 1954 — N.os 9/10.
COMÉRCIO PORTUGUÊS. — Lisboa: 1954 — N.os 89/91 a 92/94.
CONSELHO (O) DE SANTO TIRSO. — Santo Tirso: 1954 — N.os 2 e 3.
DEFESA NACIONAL. — Lisboa: 1954 — N.os 241/42 a 246.
DIREITO (O). — Lisboa: 1954 — N.° 2 e 3.
DOURO-LITORAL. — Porto: 1945 — N.os 3/4.
ECONOMIA E FINANÇAS. — Lisboa: 1954 — Vol. 22: Embaixador Dr. E. Van Kleffens: «A actual posição da Europa Ocidental». — Prof. Dr. V. Guimarães: «Estudos de história económica. Um estudo mercantil da antiguidade — Cartago». — Drs. M. J. Nunes e F. P. de Moura: «Sobre a teoria da procura». — Prof. Dr. A. G. Pereira: «Visão Retrospectiva de Angola».
ECOS DA GUINÉ. — Bissau: 1954 — N.os 44/45 a 47.
ESCOLA PORTUGUESA. — Lisboa: 1954 — N.os 1008 a 1025.
ESTUDOS COLONIAIS (Revista da Escola Superior Colonial). — Lisboa: 1952 — N.° 3: J. G. Santa-Rita: «Há um Século: A Regeneração e a Política Ultramarina».
ESTUDOS E INFORMAÇÃO (Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas). — Lisboa: 1954 — N.os 31 a 40.
GARCIA DE ORTA (Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar). — Lisboa: 1954 — Vol. II — N.° 1: «Bosquimanos de Angola. — Fotos da Missão Antropobiológica de Angola» — Legendas de António de Almeida. — J. Oliveira Boléo: «Novas achegas para a história da exploração das minas do Monomotapa». — F. Tenreiro: «Bibliografia geográfica da Guiné». — N.° 2: M. Chicó: «A Igreja dos Agostinhos de Goa e a arquitectura da Índia Portuguesa. — Um problema de reconstituição conjectural». — C. Azevedo: «Algumas observações acerca do exame radiográfico dos retratos dos vice-reis da galeria de Pangim». — N.° 3: A. de Almeida: «IV Congresso de Prehistória do Extremo Oriente — Relatório». — Visconde de Lagoa: «Monumentos, impressos, da antiga historiografia portuguesa ultramarina — Breves notas para elucidação de estudiosos alienígenas».
GAZETA DO AGRICULTOR. — Lourenço Marques: 1954 — N.os 60 a 62.
GAZETA DOS ADVOGADOS DA RELAÇÃO DE LUANDA. — Luanda: 1953 — N.° 1.
GAZETA LITERÁRIA. — Porto: 1954 — N.os 21/22 a 27.
GIL VICENTE. — Guimarães: 1954 — N.os 5/6 a 10.
ILLUSTRAÇÃO GOANA. — Margão: 1864/66 — Primeiro e Segundo anno. 2 vols.
IMPÉRIO. — Lourenço Marques: 1954 — N.os 37 a 41.
INDÚSTRIA PORTUGUESA. — Lisboa: 1954 — N.os 315 a 321.
INSULANA. — Ponta Delgada: 1953 — 1.° e 2.° Semestres.
JORNAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE TRIGO. — Lisboa: 1954 — N.os 65 a 71.
JORNAL DA SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA. — Lisboa: N.° 5 — 1954: A. Rocha Brito: «Ser velho e não estar velho». — N.° 6: Prof. Freitas Simões: «A esterilidade feminina nos começos do século XVII». — N.° 7: Prof. J. Fontes: «Inquéritos alimentares». — 8.
JORNAL DO PESCADOR. — Lisboa: 1954 — N.os 186 a 191.
JORNAL PORTUGUÊS DE ECONOMIA & FINANÇAS. — Lisboa: 1954 — N.os 12 a 17.
JUDO. — Lisboa: [1954] — N.° 4.
LABOR. — Aveiro: 1954 — N.os 141 e 143.
LAVOURA PORTUGUESA. — Lisboa: 1954 — N.os 18 a 23.

MACAU (Boletim Informativo da Repartição dos Serviços Económicos — Secção de Propaganda). — Macau: 1954 — N.os 17 a 28.
MEMÓRIAS E ESTUDOS DO MUSEU ZOOLÓGICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Coimbra: 1953-54 — N.os 219 a 225.
MEMÓRIAS E NOTÍCIAS. — Coimbra: 1954 — N.os 36 e 37.
MEMÓRIAS E TRABALHOS [DO] CENTRO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA ALGODOEIRA. — Lourenço Marques: 1951/53 — N.os 3, 4, 6, 9 e 11.
MENSÁRIO ADMINISTRATIVO. — Luanda: 1953 — N.os 71 a 76; 1954 — N.os 77/78 a 82.
MENSÁRIO DAS CASAS DO POVO. — Lisboa: 1954. — N.os 97 a 102.
MISSIONÁRIO (O) CATÓLICO. — Cucujães: 1954 — N.os 7 a 11.
MOÇAMBIQUE. — Lourenço Marques: 1954 — N.os 77 e 78: «Inventário do fundo do século XVIII» — Arquivo Histórico de Moçambique. (cont.).
MOEDA (A). — Lisboa: 1954 — N.os 73 a 75.
MONOGRAFIAS DO INSTITUTO ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. — Lisboa: 1954 — N.° 7: Prof. Vítor Fontes: «Notas sobre uma viagem ao Brasil».
NOTÍCIAS DA INDONÉSIA (Boletim da Legação da Indonésia). — Lisboa: 1954 — Vol. I — N.os 1 a 5.
NOTÍCIAS DA VENEZUELA. — Lisboa: 1954 — N.os 62 a 66.
NOTÍCIAS DO ESTADO DA ÍNDIA. — Goa: 1954 — N.os 94 e 95.
NOTÍCIAS FARMACÊUTICAS. — Coimbra: 1953 — N.os 1 a 10.
NOTIZIARIO CULTURALE ITALIANO. — Lisbona: 1954 — N.os 3 a 6.
OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS, MAGNÉTICAS E SISMOLÓGICAS (Instituto Geofísico da Universidade). — Coimbra: 1950 — Vol. 89 — 1.ª Parte — *Observações meteorológicas.* — 1952 — Vol. 81 — 2.ª Parte — *Magnetismo terrestre.*
OCIDENTE. — Lisboa: N.° 195 — 1954: A. Mendes Corrêa: «Homenagem à memória de Ricardo Severo». — N.os 196 a 200.
PORTUGAL. — Bulletin of political, economic and cultural information). — Lisboa: 1594 — N.os 192/93 a 195.
— Edição em língua francesa. — 1954 — N.os 217 a 224.
PORTUGAL AGRÍCOLA. — Lisboa: 1889/90 a 1911. (Vols. I a XXII). 21 volumes encadernados. Of. do Sócio Ex.mo Sr. Eng.° Júlio Eduardo dos Santos.
PORTUGAL D'AQUEM E D'ALÉM MAR. — Lisboa: 1954 — N.os 68 e 69.
PORTUGAL EM ÁFRICA. — Lisboa: 1954 — N.os 63 a 65.
PORTUGAL-ITÁLIA (Revista da Câmara de Comércio Italiana em Portugal). — Lisboa: 1954 — Número de verão: A. S. Barretto: «Lisbonna grande capitale». I. Cassi: «O artesanato e o seu contributo para a exportação e turismo».
PREVISÃO (A) DO TEMPO. — Setúbal: 1954 — N.os 390 a 401.
PROPRIEDADE (A) URBANA. — Lisboa: 1954 — N.os 86 a 88.
PUBLICAÇÕES [DA] DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS FLORESTAIS E AQUÍCOLAS. — Lisboa: 1949 — Tomos 1/2. — 1950 — Tomos 1/2.
PUBLICAÇÕES DO MUSEU E LABORATÓRIO MINERALÓGICO E GEOLÓGICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS. — Porto: 1954/54 — 3.ª Série — N.os 64 a 68.
RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS DE MACAU. — Macau: 1954 — Abril a Set.°.
REVISTA CLÍNICA DO INSTITUTO MATERNAL. — Lisboa: 1954 — N.° 16.
REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS — Ciências Naturais. — Lisboa: 1953 — N.° 1.
REVISTA DA FACULDADE DE ENGENHARIA. — Porto: 1954 — N.° 1.
REVISTA D'AQUÉM E D'ALÉM MAR. — Lisboa: 1954 — N.os 48 a 53.
REVISTA DE ALIMENTAÇÃO. — Lisboa: 1954 — Ano I — N.° 1.
REVISTA DE ARTILHARIA. — Lisboa: 1954 — N.os 349/50 a 352 e Número especial comemorativo do 50.° aniversário.
REVISTA DE CIÊNCIAS VETERINÁRIAS. — Lisboa: 1954 — N.os 348-49: [Valiosos trabalhos sobre a pecuária no Ultramar]. — N.° 350.
REVISTA DE GUIMARÃES. — Guimarães: 1954 — N.os 1-2: Frei F. L. de Faria: «Um vimaranense notável na Restauração Pernambucana — O Vigário Geral Domingos Vieira Lima».
REVISTA DO GABINETE DE ESTUDOS CORPORATIVOS. — Lisboa: 1954 — N.os 18 e 19.
REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS ENGENHEIROS AUXILIARES, AGENTES TÉCNICOS DE ENGENHARIA E CONDUTORES. — Lisboa: 1954 — N.° 91.
REVISTA FARMACÊUTICA DO SINDICATO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS DA ÍNDIA PORTUGUESA. — Goa: 1954 — Vols. II e III.

REVISTA MILITAR. — Lisboa: 1954 — N.º 6: F. Cruz: «Uma sugestão». — O. Neves: «Desembarque de pessoal e material por submarino numa zona ocupada e vigiada pelo inimigo». — E. Felgas: «O aspecto unitário das terras lusas no mosaico internacional». — N.ºs 7. — 8/9: Cap. O. F. Barbosa: «A classificação periódica dos oficiais como base de escolha» (cont.). — N.ºs 10 e 11.
REVISTA MUNICIPAL. — Lisboa: 1954 — N.ºs 60 e 61.
REVISTA PORTUGUESA DE FARMÁCIA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 2 e 3.
REVISTA SEMANAL [DA] EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 20 a 26, 28 a 35.
RIBATEJO. — Lisboa: 1954 — N.ºs 3 a 5.
ROSÁRIO (O). — Lisboa: 1954 — N.ºs 498 a 503.
SEARA. — Dili: 1954 — N.ºs 2 a 4.
SEARA NOVA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 1289-90 a 1298.
TÉCNICA. — Lisboa: 1954 — N.ºs 243 a 246.
TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA. — Porto: 1952 — N.ºs 3/4: F. R. Cortez: «Contributo para o estudo do Neolítico de Portugal». — 1953/54 — N.ºs 1/4.
VOZ (A) DE ANGOLA. — Luanda: 1953 — N.ºs 137/141. — 1954 — N.ºs 142/45.
XEQUE MATE (Revista Portuguesa de Xadrez). — Lisboa: 1954 — Ano I — N.º 1.

REVISTAS ESTRANGEIRAS

ENTRADAS NO 2.º SEMESTRE DE 1954

ABHANDLUNGEN HERAUSGEGEBEN VOM NATURWISSENSCHAFTLICHEN VEREIN. — Bremen: 1954 — N.º 3.
ACTA GEOGRAPHICA. — Paris: 1954 — N.º 19 (Fascículo especial consagrado à Índia Francesa).
ACTA PHYSICA. — Budapest: 1954 — N.ºs 1 e 2.
AFRICA. — London: 1954 — N.º 3: P. Garigue: «Changing political leadership in West Africa». — G. Shepperson: «The politics of african church separatist movements in British Central Africa, 1892-1916». — N.º 4.
AFRICA. — Madrid: 1954 — N.ºs 151 a 158.
AFRICAN ABSTRACTS (Bulletin Analytique Africaniste). — London: 1954 — N.ºs 3 e 4.
AFRICAN WORLD. — London: 1954 — Agosto a Dez.º.
AFRIQUE (L') ET L'ASIE. — Paris: N.º 27 — 1954: A. Beaudoin: «Les institutions politiques en Afrique Orientale Britannique». — F.-M. Prause: «La situation politique de l'Islam au Pakistan». — R. Bernard: «L'évolution des sociétés du delta tonkinois sous l'influence de la guerre» — N.º 28.
AGRICULTURA. — San Domingo: 1954 — N.º 203.
ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA. — Buenos Aires: 1954 — Tom. 157 — N.ºs 1/3.
ANALES [DE LA] UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO. — Trujillo: 1953 — N.ºs 65/66.
ANALES DEL CENTRO DE CULTURA VALENCIANA. — Valencia: N.º 33 — 1954.
ANALES DEL INSTITUTO BOTÁNICO «A. J. CAVANILLES». — Madrid: 1953 — Tomo 12 — Vol. 1.
ANNALES DE GÉOGRAPHIE. — Paris: 1954 — N.º 335: Mme. J. Beaujeu-Garnier: «Le mouvement de la population aux États-Unis». — 336 e 337. — 338: Mme. R. Caralp: «Les transports espagnols». — Ch. Robequain: «Destin d'une île à sucre; l'économie et le peuplement de Maurice».
ANNALES DE LA PROPAGATION DE LA FOI. — Paris: 1954 — N.º 145.
ANNALES DE L'INSTITUT BIOLOGIQUE (Godisnjak Bioloskog Instituta). — Serajevo: 1952 — N.ºs 1/2.
ANNALES DU MUSÉE ROYAL DU CONGO BELGE. — Tervuren: Sciences de l'Homme — *Linguistique* — 1954 — Vol. 7: E. Van Avermaet et B. Mbuya: «Dictionnaire Kiluba-Français». — Vol. 8. — *Ethnologie* — Vol. 1. — *Monographies Ethnographiques* — Vol. 1.
ANNALES DU SERVICE DES MINES ET DU SERVICE GÉOGRAPHIQUE ET GÉOLOGIQUE (Comité Spécial du Katanga). — Bruxelles: 1954 — Tome XVII (1952/53).
ANNALI DI RICERCHE E STUDI DI GEOGRAFIA. — Novara: 1954 — N.º 1: P. Minggazzini: «Ricerche recenti sulla topografia di Genova preromana».

ANNALS OF THE ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. — Lancaster: 1954 — N.º 3.
ARCHIVOS DEL INSTITUTO DE ESTUDIOS AFRICANOS. — Madrid: 1953 — N.º 25: Padre E. Ibánez: «El problema etnológico bereber». — A. Botzaris: «Comunismo en Africa». — N.º 26: H. S. Sopranis: «Cádiz y la pirateria turco-berberisca en el siglo XVI». — N.º 27: M. García Baquero: «León el Africano y la cartografía». — 1954 — N.º 28: J. J. Rueda: «Pervivencia de los Reyes Católicos en España». — J. C. Baroja: «Una visión etnológica del Sáhara español».
ATLAS. — Buenos Aires: 1954 — Año I — N.º 1.
BERICHTE DES DEUTSCHEN WETTERDIENSTES. — Bad Kissingen: 1954 — N.ºs 12 e 13.
BIJDRAGEN TOT DE TAAL-, LAND- EN VOLKENKUNDE. — 'S-Gravenhage: 1954 — N.ºs 2 e 3.
BIOLOGISKE MEDDELELSER (Det Kongelige Dansk Videnskabernes Selskab). — Kobenhavn: 1954 — N.ºs 2 a 4.
BIOLOGISKE SKRIFTER (Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab). — Kobenhavn: 1954 — N.º 5.
BOLETIM GEOGRÁFICO. — Rio de Janeiro: 1953 — N.ºs 113 a 116.
BOLETIM INFORMATIVO [DO] SERVIÇO DE SERICICULTURA. — Campinas: 1953 — N.ºs 4/7.
BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. — S. Paulo: 1954 — N.º 16: P. Monbeig: «Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo». — O. Baptista Filho: «Ecologia e aspectos demográficos do Estado de São Paulo». — A. de Azevedo: «A Geografia em São Paulo e sua evolução». — 17.
BOLETIN DE LA DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADISTICA. — Guatemala: 1953 — N.º 46. — 1954 — N.ºs 47 e 48.
BOLETIN DE LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA. — Madrid: 1954 — Tom. 134 — N.º 2: H. Terrasse: «Les forteresses de l'Espagne musulmane». — Tom. 135 — N.º 1.
BOLETIN DE LA SOCIEDAD CASTELLONENSE DE CULTURA. — Castellón: 1954 — N.ºs 3 e 4.
BOLETÍN DE LA SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE LIMA. — Lima (Perú): 1954 — 1.º ao 4.º Trim.
BOLETÍN DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE TUCUMAN. — Tucuman: 1954 — N.º 1.
BOLETIN DEL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. — Medellín: 1954 — N.º 2.
BOLLETTINO DELLA SOCIETÁ GEOGRAFICA ITALIANA. — Roma: 1954 — N.ºs 1 a 7.
BONNER GEOGRAPHISCHE ABHANDLUNGEN. — Bonn: 1954 — N.ºs 14 e 15.
BULLETIN ANALYTIQUE AFRICANISTE. — London: 1954 — N.ºs 3 e 4.
BULLETIN BIMESTRIEL DE LA SOCIÉTÉ BELGE D'ÉTUDES & D'EXPANSION. — Liège: 1954 — N.ºs 161 e 162.
BULLETIN CRITIQUE DU LIVRE FRANÇAIS. — Paris: 1954 — N.ºs 8/9 e 10.
BULLETIN DE L'ACADEMIE MALGACHE. — Tananarive: 1954 — Numéro special du cinquantenaire.
BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ BELGE DE GÉOLOGIE, DE PALÉONTOLOGIE ET D'HYDROLOGIE. — Bruxelles: 1954 — N.ºs 1 e 2.
BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE D'ÉGYPTE. — Le Caire: 1954 — Tome XXVII: P. H. Dopp: «Le Caire vu par les voyageurs occidentaux du Moyen-Âge» (cont.). — A. A. Kohzad: «Géographie et paysages afghans. — Quelques données géographiques et historiques sur quelques localités». — A. el-Aziz Torayah: «The Climate of the British Isles».
BULLETIN [DE LA] SOCIÉTÉ LANGUEDOCIENNE DE GÉOGRAPHIE. — Montpellier: 1953 — N.ºs 1 e 2.
BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ROYALE BELGE DE GÉOGRAPHIE. — Bruxelles: 1954 — N.ºs 1/2.
BULLETIN DE L'ASSOCIATION DE GÉOGRAPHES FRANÇAIS. — Paris: 1954 — N.ºs 241/42 a 244.
BULLETIN DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE PERMANENTE DES CONGRÈS DE NAVIGATION. — Bruxelles: 1954 — N.º 39.
BULLETIN DE L'INSTITUT D'ÉGYPTE. — Le Caire: Tome 35 — 1952-53: J.-P. Lauer: «Les grandes pyramides étaient-elles peintes?».
BULLETIN DE L'INSTITUT FRANÇAIS D'AFRIQUE NOIRE. — Dakar: *Série A — Sciences Naturelles.* — 1954 — N.ºs 3 e 4. — *Série B — Sciences Humaines* — 1954 — N.ºs 3/4.

BULLETIN DES SÉANCES [DE L'] INSTITUT ROYAL COLONIAL BELGE. — Bruxelles: 1954 — N.os 1 a 4.

BULLETIN DU COMITÉ DES TRAVAUX HISTORIQUES ET SCIENTIFIQUES — SECTION DE GÉOGRAPHIE. — Paris: Tome 63 — 1949-50: A. Vovard: «Chez les pirates barbaresques. — Les évasion par mer dans la littérature et dans l'histoire».

BULLETIN MENSUEL DE L'OBSERVATOIRE MÉTÉOROLOGIQUE DE L'UNIVERSITÉ. — Uppsala: 1952 — Vol. 34.

BULLETIN OF THE SCHOOL OF ORIENTAL AND AFRICAN STUDIES UNIVERSITY OF LONDON. — London: 1954 — Vol. XVI — N.os 1 e 2. — 3: S. Smith: «Events in Arabia in the 6th Century A. D.». — A. S. Ehrenkreutz: «Contributions tc the Knowledge of the Fiscal Administration of Egypt in the Middle Ages».

BULLETINO DI PALETNOLOGIA ITALIANA. — Roma: 1953 — Partes V e VI.

CAHIERS (LES) DE TUNISIE. — Tunis: 1954 — N.º 6: C. Courtois: «Les rapports entre l'Afrique et la Gaule au début du Moyen-Âge».

CAHIERS (LES) D'OUTRE-MER. — Bordeaux: 1954 — N.os 26 e 27. — 28: P. Gourou: «Une paysannerie africaine au milieu du XX siècle: les Kikuyu et la crise Mau-Mau». — J. Roche: «Porto Alegre métropole du Brésil méridional».

CANADIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL. — Ottawa: 1954 — Vols. 48 — N.º 6. — 49 — N.os 1 a 5.

CENTRO PORTUGUÊS. — Santos: 1953 — N.º 53. — 1954 — N.os 60 a 62.

CIVILISATIONS. — Bruxelles: 1951 — N.º 1: «L'égalité des statuts des fonctionnaires en France d'Outre-Mer». — «Le problème racial». — N.º 3: «Contacts Religieux dans les Pays de Civilisations différentes». — 1954 — N.º 3: «The Aboriginal Population of India».

COLONIAL GEOLOGY AND MINERAL RESOURCES. — London: 1953/54 — N.os 3 e 4.

COLONIAL PLANT AND ANIMAL PRODUCTS. — London: 1954 — N.os 1 e 2.

COMERCIO Y NAVEGACIÓN. — Barcelona: 1954 — Maio a Out.º.

CONNAITRE LES MISSIONS. — Paris: 1954 — Octobre a Dec.

CUADERNOS DE ESTUDIOS AFRICANOS. — Madrid: 1954 — N.os 26 e 27.

DANIA POLYGLOTTA (Répertoire bibliographique annuel des ouvrages, articles, résumés, etc. en langues étrangères parus en Danemark). — Copenhague: 1953 — Neuvième année.

DANISH FOREIGN OFFICE JOURNAL. — Copenhagen: 1954 — N.os 12 a 14.

DOCUMENTI DI VITA ITALIANA. — Roma: 1954 — N.os 32 a 37.

EAST AND WEST. — Roma: 1954 — N.º 2: E. Beer: «History and Psychology in relations between East and West». — R. Peroni: «Early contacts between Italy and the Mediterranean East in the II Millennium B. C.». — 3: L. Villari: «A British scholar on Marco Polo». — Anna M. Locurcio: «The *Marco Polo* competitive examination for students of Italian Secondary Schools».

ENDEAVOUR. — London: 1954 — N.os 49 e 50.

ERDE (DIE). — Berlin: 1954 — N.º 2. — N.os 3/4: H. Lautensach: «Uber die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal».

ERICSSON REVIEW. — Stockholm: 1954 — N.os 1 e 2.

ESTUDIOS GEOGRAFICOS. — Madrid: 1953 — N.º 53: A. Revenga Carbonell: «Contribuición al estudio de la hidrografia de la Península Ibérica». — 1954 — N.os 54 a 56.

FIELDIANA. — Chicago: 1954 — Vol. 41: A. Spoehr: «Saipan. — The ethnology of a war-devastated island».

FOCUS. — New York: 1954 — Vol. IV — N.os 5 a 10. — Vol. V, n.os 1 a 3.

FOLIA GEOGRAPHICA DANICA. — Kobenhavn: 1953 — Tom. III — N.º 6.

FOREIGN AGRICULTURE. — Washington: 1954 — N.os 2 a 5.

GEOGRAFISK TIDSSKRIFT. — Kobenhavn: 1954 — Vol. 53.

GÉOGRAFIA. — Paris: N.º 34 — Jul. 1954: A. de Cayeux: «L'action géologique des glaciers». — P.-M. Sousot: «Au pays des maoris». — Contre-amiral Lepotier: «Comment lire une carte marine». — N.º 35: P. Gauroy: «Les errants du ciel». — H. Lartilleux: «Les voies de communication a travers l'Himalaya». — Ph. Decraene e P. Moreau: «L'archipel des Hébrides». — R. Furon: «Richesses minérales du sud-est asiatique». — J. Beaujeu-Garnier: «Le Guatemala». — N.º 36 — Set.º 1954: A. de Cayeux: «Action géologique des êtres vivants». — M. Roubault: «On en est la recherche et l'exploitation de l'uranium en France?». — J. Malabard: «Phosphates nord-africains». — Ch. Robequain: «Problèmes d'Indonésie». — N.os 37 e 38. — N.º 39: M. Pretceille: «Le Congo». — G. Grandidier: «La découverte de Madagascar». — Contre-Amiral Lepotier: «Le mystère des iles d'Or et d'Argent».

GEOGRAPHICA HELVETICA. — Bern: N.os 3 e 4 — 1954.

GEOGRAPHICAL (THE) JOURNAL. — London: N.º 2 (Jun. 1954): D. Busk: «The

southern glaciers of the Stanley Group of the Ruwenzori». — H. Harrer: «My seven years in Tibet». — L. G. C. E. Pugh: «Scientific aspects of the expedition to Mount Everest». — O. T. Jones: «Geology and the early history of the earth». — N.º 3: G. F. Hudson: «Marco Polo».

GEOGRAPHICAL REVIEW. — New York: 1954 — N.os 3 e 4.

GEOLOGISCHES JAHRBUCH. — Hannover: 1954 — Vol. 68.

GODISNJAK BIOLOSKOG INSTITUTA (Annales de l'Institut Biologique). — Serajevo: 1952 — N.os 1/2.

GROSSWETTERLAGEN (DIE) MITTELEUROPAS. — Bad Kissingen: 1954 — N.os 6 a 11.

HELLÉNISME (L') CONTEMPORAIN. — Athènes: 1954 — 2.ª Série — N.os 4/5: B. P. Papadakis: «Chypre». — A. Lainovic et E. G. Protopsaltis: «Les rapports entre la Grèce et le Monténégro dans le passé».

HOLLAND SHIPBUILDING AND MARINE-ENGINEERING. — Rotterdam: 1954 — Junho, Agosto e Out.º.

I. G. O. (O). — (Revista do Instituto Geográfico e Geológico). — S. Paulo: 1949 — N.os 3/4.

INDICE CULTURAL ESPAÑOL. — Madrid: 1954 — N.os 101 a 106.

INDONESIA. — Djakarta: 1954 — Vol. I — N.º 1.

INDONESIAN AFFAIRS. — Djakarta: 1954 — N.º 1/2 a 3/4.

INDÚSTRIA BRITÂNICA. — Londres: 1954 — N.os 129, 131 e 133.

INFORMACIONES DANESAS. — Copenhague: 1954 — N.º 7.

JAHRBUCH DES MUSEUMS FUR VOLKERKUNDE. — Leipzig: 1953 — Vol. 12.

JAHRESBERICHTE DER BUNDESANSTALT DEUTSCHER WETTERDIENST. — Frankfurt/M: N.º 1 — 1954.

JOURNAL FOR SOCIAL RESEARCH. — Pretoria: 1954 — Vol. 4 — N.os 1 e 2.

JOURNAL OF GEOGRAPHY. — Tokyo: 1954 — N.º 1.

JOURNAL OF PHYSICAL EDUCATION. — London: 1953 — N.º 136.

JOURNAL OF THE EAST AFRICA NATURAL HISTORY SOCIETY. — Nairobi: N.º 95 a 96 — 1954.

JOURNAL (THE) OF THE MANCHESTER GEOGRAPHICAL SOCIETY. — Manchester: 1950/52 — Vol. LVI: T. N. L. Brown: «Southern Italy and the problems of the Mezzogiorno». — R. S. Booth: «Geographical influence in German History».

KETAMA (Suplemento literario de «Tamuda»). — Tetuan: 1954 — N.º 3.

KIELER MEERESFORSCHUNGEN. — Kiel: 1954 — N.º 2.

LIST OF BOOKS ACCESSIONED AND PERIODICAL ARTICLES INDEXED FOR
THE MONTH (Columbus Memorial Library). Washington: 1954 — March a July.

LUND STUDIES IN GEOGRAPHY. — Lund — Série A — Physical Geography — N.º 7 — 1954.

MARINER'S (THE) MIRROR. — Cambridge: 1954 — N.º 3.

MAROC. — Bulletin d'Information. — Rabat: 1954 — N.os 43 a 48.

MARINER'S (THE) MIRROR. — Greenwich: 1954 — N.º 4: P. McGrath: «Merchant Shipping
in the Sevententh Century. — The Evidence of the Bristol *Deposition Books*». — G. B. R. de
Cervin: «The Roman Galley of the Tiberine Island».

MATEMATISK-FYSISKE MEDDELELSER (Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab. —
Kobenhavn: 1954 — Vol. 28 — N.os 2, 6, 8 a 11.

MEMOIRS OF THE CONNECTICUT ACADEMY OF ARTS & SCIENCES. — New
Haven: 1954 — Vol. XII.

MEMORIAS Y COMUNICACIONES DEL INSTITUTO GEOLÓGICO. — Barcelona:
1952/54 — N.os 9 a 11.

METEOROLOGICAL (THE) MAGAZINE. — Harrow: 1954 — N.º 985 e 989.

MITTEILUNGEN DER GEOGRAPHISCHEN GESELLSCHAFT. — Wien: 1954 — N.os 5/8.

MITTEILUNGEN DER GEOGRAPHISCHEN GESELLSCHAFT UND DES NATUR-
MITTEILUNGEN DER GEOGRAPHISCHEN GESELLSCHAFT
HISTORISCHEN MUSEUM. — Lubeck: 1954 — N.º 45.

MONATLICHER WITTERUNGSBERICHT DES DEUTSCHEN WETTERDIENSTES. —
Bad Kissingen: 1954 — 5 a 10.

MONTHLY WEATHER REVIEW. — Washington: 1953 — N.º 12. — 1954 — N.os 1 e 2.

MUNCHNER GEOGRAPHISCHE HEFTE. — Munchen: 1954 — N.os 5 a 7.

MUSLIN (THE) WORLD. — Hartford: 1954 — N.os 3-4: L. V. Thomas: «Turkish Islam». —
S. Mahmassani: «Muslims: Decadence, Renaissance». — R. B. Winder: «Islam as state
religion (a translation)». — H. B. Smith: «The muslim doctrine of man».

NATIONAL (THE) GEOGRAPHIC MAGAZINE. — Washington: N.º 1 — Jul. 1954: Sir
Hunt e Sir E. Hillary: «Triumph on Everest». — J. Y. Cousteau: «To the Depths of the
Sea by Bathyscaphe». — G. S. Houot: «Two and Half Miles Down». — R. L. Conly:

«New Miracles of the Telephone Age». — N.os 2 a 5. — 6: H. Lamb e D. S. Boyer: «Crusader Lands Revisited».
NATURE. — London: 1954 — N.os 4417 a 4442.
NATURE (LA). — Paris: 1954 — N.º 3231; J. Dufay: «La nouvelle échelle de distance des galaxies et l'âge probable de l'univers». — N.os 3232 a 3236.
NATUR UND VOLK. — Frankfurt a. M.: 1954 — N.os 6 a 9.
NOTES AFRICAINES (Bulletin d'Information de l'Institut Français d'Afrique Noire). — Dakar: 1954 — N.os 63 e 64.
NOTICIERO MÉDICO ESPAÑOL. — Madrid: 1954 — N.os 306 a 317.
NOUVELLES DE HOLLANDE. — Paris: 1954 — N.os 431 a 451.
OBSERVATIONS SÉISMOGRAPHIQUES DE L'OBSERVATOIRE GÉOPHYSIQUE. — Kiruma: 1953.
OBSERVATIONS SÉISMOGRAPHIQUES FAITES À L'OBSERVATOIRE MÉTÉOROLOGIQUE. — Uppsala: 1953.
PENAL REFORM NEWS. — Pretoria: 1954 — N.os 29 e 30.
PHILOSOPHISCHES JAHRBUCH (Akadémiai Kiadó). — Budapest: 1952.
PIRINEOS. — Zaragoza: 1953 — N.º 27.
PORTS ET DRAGAGES. — La Haye: [1954] — N.º 13.
PROBLÈMES D'AFRIQUE CENTRALE. — Bruxelles: 1954 — N.os 23 e 24. — 25: G. A. Heuse: «La Psychologie des noirs africains. — De l'anthropologie psychologique à l'ethno-psychologie politique appliquée». — J. M. Habige: «Méthode psycho-dynamique d'imciation aux langues bantoues».
PROCEEDINGS OF THE ROCHESTER ACADEMY OF SCIENCE. — Rochester: 1953 — N.os 1/2.
PROCEEDINGS OF THE ROYAL PHYSIOGRAPHIC SOCIETY. — Lund: 1953 — Vol. 23.
PROCEEDINGS OF THE ROYAL SOCIETY. — Edinburgh: 1953/54 — Section A (Mathematics) — Part I. — 1953/54 — Section B (Biology) — Part II.
PROFESSIONAL (THE) GEOGRAPHER. — Washington: 1954 — N.os 4 a 6.
PRZEGLAD GEOGRAFICZNY. — Warszawa: 1954 — N.os 1 e 2.
PUBLICACIONES DE LA UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO. — Ciudad Trujillo: 1945 a 1954 — N.os 35, 38, 44, 48, 61, 64, 67, 69, 72, 75, 78, 79, 82, 84, 92a e 94.
[PUBLICACIONES DEL] INSTITUTO DE GEOGRAFIA [DA] FACULTAD DE FILOSOFIA Y LETRAS. — Buenos Aires: 1953 — Série A — N.º 18.
PUBLICACIONES TECNICAS [DEL] INSTITUTO GEOGRAFICO MILITAR. — Buenos Aires: 1953 — N.º 23; 1954 — N.º 25.
PUBLICATIONS DU CONSEIL SCIENTIFIQUE POUR L'AFRIQUE AU SUD DU SAHARA. — Bukavu, Congo Belge. — 1954 — N.º 7: «Recherches relatives aux sciences humaines en Afrique au sud du Sahara».
QUARTERLY JOURNAL OF CURRENT ACQUISITIONS (Library of Congress). — Washington: 1954 — N.º 4.
QUARTERLY JOURNAL OF THE ROYAL METEOROLOGICAL SOCIETY. — London: 1954 — N.os 345 e 346.
RASSEGNA D'INFORMAZIONI DELLA SOCIETÁ ITALIANA PER IL PROGRESSO DELLE SCIENZE. — Roma: 1954 — Anno I — N.º 1.
RECHERCHES. — Bulletin d'Information bibliographique & Documentaire. (Bibliothèque & Centre de Documentation du Conseil de Europe). — Strasbourg: 1954 — N.os 21 a 23.
RECORDS OF THE SOUTH AUSTRALIAN MUSEUM. — Adelaide: 1954 — Vol. XI — N.º 2.
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. — Rio de Janeiro: 1953 — N.os 2 a 4.
REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA. — São Paulo: 1954 — N.º 9: S. Pagano: «A História e o processo crítico». — J. D. F. B. Matos: «Crimes de lesa-humanidade». — P.e A. Castanho: «A Igreja berço das universidades». — N.º 10: J. P. Leite Cordeiro: Documentos setecentistas sobre a diocese de S. Paulo e seu 2.º antistete D. Frei Antonio da Madre de Deus Galvão. — 11: G. Saake: «A evolução do homem através da história». — M. Pettine: «Il feminismo in Italia nel sec. XVIII». — W. Bruning: «Individualismo y personalismo en la imagen del hombre».
REVISTA DE HISTÓRIA. — São Paulo: 1954 — N.º 17: P.e H. A. Viotti: «A fundação de S. Paulo pelos jesuítas». — J. Cortesão: «O território da Colónia do Sacramento e a formação dos estados platinos». — E. S. Paula: «A segunda fundação de S. Paulo. — Da pequena cidade à grande metrópole de hoje».
REVISTA DE INDIAS. — Madrid: 1953 — N.os 52/53. — 54: R. Levillier: «Vespucio, descubridor del Plata, en su V Centenario». — R. Ferrando: «Felipe III y la política española en el mar del Sur».

REVISTA DE LA ACADEMIA COLOMBIANA DE CIENCIAS EXACTAS, FISICAS Y NATURALES. — Bogota: 1954 — N.º 35.
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. — Rio de Janeiro: 1954 — Vol. 222: Padre H. Abranches Viotti: «Valioso depoimento sobre o venerável padre José de Anchieta». — 223: «C. R. Lessa: «Vida e obra de Varnhagen». — J. B. Magalhães: «A civilização, a Guerra, e os Chefes Militares». — A. E. Taunay: «Fontes da História da Igreja Católica no Brasil».
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. — São Paulo: 1953 — Vol. 51: W. L. P. de Sousa: «Martim Afonso de Sousa — Brevíssima e sumária relação de sua vida tirada de um exemplar dos Comentários do Comandante Eugénio de Castro».
REVISTA DO MUSEU PAULISTA. — São Paulo: 1953 — Vol. VII. — 1954 — Vol. VIII.
REVISTA GEOGRÁFICA (Instituto Pan-Americano de Geografia e História). — Rio de Janeiro: 1953 — Tomo XIII — N.os 37/39.
REVISTA GEOGRAFICA DE CHILE. — Santiago: 1954 — N.º 11.
REVISTA HISTORICA. — Montevideo: 1953 — N.os 58/60. — 1954 — N.os 61/63: H. M. Montero: «El Rio Uruguay, Geografia, história y geopolitica de sus aguas y sus islas». — N.os 64/66: S. John: «La influencia británica en la independencia de las Provincias del Rio de la Plata, con especial referencia al periodo comprendido entre 1806 y 1816». — H. M. Montero: «El Río Uruguay. Geografía, historio y geopolítica de sus aguas y sus islas» (cont.).
REVISTA INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA. — Madrid: 1953 — N.º 44: J. M. G. Escudero: «Los sacerdotes-obreros». — J. V. Salinas: «Estructura de la población española por edades y sexos». — L. Monteagudo: «Antropologia y etnografia precélticas del NO. hispánico». — 1954 — N.º 45: A. P. Rodriguez: «El poder desde el punto de vista sociologico». — W. Stark: «La interpretación marxista de la religión y la interpretación religiosa del marxismo». — P. L. Verdú: «Política y propaganda: Aspectos de sociologia política».
REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. — Rio de Janeiro: 1953 — Out.º-Dez.: Almirante W. P. Almeida: «História da Antártida — Descobrimento». — Contra-Almirante O. L. Vasconcelos: «Estabilidade de navios». — 1954 — Jan./Março: Cap. Frag. F. S. Maia Júnior: «Influência do poder marítimo na grandeza e no declínio de impérios».
REVUE (LA) COLONIALE BELGE. — Bruxelles: N.º 210 — 1 de Jul. 1954: «Les royaumes des Abyssins & de Congo (Atlas de Mercator A. D. 1633)». — N.os 211 a 218. — N.º 219: J. d'Esme: «Lyautey(le-Battisseur». — A. Moulaert: «Le futur gouvernement sud-africain». — 220 e 221.
REVUE DANOISE. — Copenhague. — 1954 — N.º 6.
REVUE (LA) DES DEUX MONDES. — Paris: N.º 13 — 1 Jul. 1954: Principe Xavier de Bourbon: «Les accords franco-britanniques de 1940». — F. Piétri: «Les espagnoles dans la grande armée». — L. Castex: «Les établissements français de l'Inde». — N.º 14 — 15 Jul.: R. Dargent: «Un grand problème humain. — La narcose barbiturique». — C.-J. Gignoux: «La vie économique. — La doctrine de M. Mendès-France». — N.º 15 — 1 Ag.: R. D'Harcourt: «En Allemagne. — Réarmement ou militarisme». — V. Garcia Calderon: «Défense et illustration des races latines». — P. Chatenet: «Vocations nouvelles. — L'administrateur d'aujourd'hui». — O. Neveux: «Une restauration des Hohenzollern est-elle possible?». — N.º 16 — 15 Ag.: R. Herly: «Nationalisme et Terrorisme». — M. Harry: «La Sainte Vierge et l'Islam». — N. Vekil: «La femme turque d'aujour-d'hui». «La femme turque d'aujour-d'hui». N.º 17 — 1 Set.: Prof. Ch. Richet: «Alimentation et nutrition». — N.º 18 — 15 Set.: T. du Vigier: «Ombres sur l'Afrique du Nord». N.º 19 — 1 Out.: E. Bonnefous: «Vers une communauté occidentale». — N.º 20. — N.º 21 — 1 Nov.: P. Reynaud: «Chances de survie du monde libre». — N.º 22. — N.º 23 — 1 Dez.: P. Léon: «Les fortifications de Paris». — 24 — 15 Dez.
REVUE DES NATIONS UNIES. — Paris: 1954 — N.os 6 a 11.
REVUE ÉCONOMIQUE FRANÇAISE. — Paris: 1954 — N.os 3 e 4.
RHEIN-MAINISCHE FORSCHUNGEN. — Frankfurt am Main: 1954 — N.º 42.
RIVISTA DEL CATASTO E DEI SERVIZI TECNICI ERARIALI. — Roma: 1954 — N.os 2 e 3.
RIVISTA GEOGRAFICA ITALIANA. — Firenze: 1954 — N.os 2 e 3.
RIVISTA MENSILE [DO] CLUB ALPINO ITALIANO. — Torino: 1954 — N.os 5 a 10.
ROSARIO (IL) E LA NUOVA POMPEI. — Pompei: 1954 — N.os 2 a 4.
SCOTTISH (THE) GEOGRAPHICAL MAGAZINE. — Edinburgh: 1954 — N.º 2.

SITZUGNSBERICHTE DER MATHEMATISCH-NATURWISSENSCHAFTLICHEN KLASSE DER BAYERISCHEN AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN. — Munchen: 1953.
SOLS AFRICAINS. — Paris: [1954] — Vol. III — N.º 1.
SPELEON. — Oviedo: 1954 — Tom. V — N.ºs 1/2.
SVENSK GEOGRAFISK ARSBOK (The Swedish Geographical Yearbook). — Lund: 1954.
TAMUDA (Revista de Investigaciones Marroquies). — Tetuan: 1954 — 1.º Sem.
TIJDSCHRIFT VAN HET KONINKLIJK NEDERLANDSCH AARDRIJKSKUNDIG GENOOTSCHAP. — Amsterdam: 1954 — N.ºs 3 e 4.
UNITED EMPIRE. — London: 1954 — N.ºs 4 e 5. — 6: A. Vickers: «The Flying Doctor Service». — C. Wills: «Egypt today».
UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. — Medellin: 1954 — N.º 117.
UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA. — Medellín: 1954 — N.º 71.
UNIVERSITY OF CALIFORNIA PUBLICATIONS. — Berkeley. *American Archaelogy and Ethnoolgy*: 1953 — Vol. 40 — N.º 8. *Geological Sciences*: 1953 — Vol. 29 — N.ºs 7 e 8. — Vol. 30 — N.º 1.
UNIVERSO ((L'). — Firenze: 1954 — N.º 4: A. Giannini: «Il bilanciere dell'Indocina (La Tailandia)». — M. Arpea: «Appunti di un viaggio in Portogallo». — D. Nocentini: «Europa federata». — R. Rainero: «Il problema della terra nel Medio Oriente». — A. K. Vlora: «L'Indonesia: vigoroso esempio di economia equatoriale». — N. Naldoni: «Gli italiani in Africa nel XIX secolo». — N.º 5: A. Giannini: «Gli stati dell'Indocina Francese». — R. Riccardi: «Giotto Dainelli e la sua opera scientifica». — M. L. Pegna: «L'Arca di Noé e la Torre di Babele: miti e realtà nella tradizione biblica». — A. Gaudio: «Razzismo e colonialismo al giudizio della ragion scientifica». — E. Cavassori: «Il nazionalismo in Malesia (1945-1953)». — N.º 6: N. Naldoni: «Gli italiani in Africa nel XIX secolo». — P. Parenzan: Scoperta dell' uomo preistorico in una grotta di Marina di Camerota (Salerno)». — R. Rainero: «Pathanistan, terra contesa». — R. Levillier: «Il Maiollo di Fano alla Mostra Vespucciana». — A. Troni: «Genti e misteri del Sahara: I Beni Mzab».
VERHANDLUGEN DER NATURFORSCHENDEN GESELLSCHAFT. — Basel: N.ºs 1 e 2 — 1953.
VIE (LE) D'ITALIA. — Milano: 1954 — N.º 7: L. Camusso: «Le arti minori al Museo Nazionale di Napoli». — M. Fazio: «Viaggio in transatlantico». — A. Zorzi: «Come nasce una transmissione TV». — N.ºs 8 e 9. — 10: M. Castiglioni: Il mondo cambia sotto l'occhio del cartografo». — N.º 11. — 12: G. Mira: «Bellezza e sventura della costiera amalfitana». — «Nel V Centenario di Amerigo Vespucci». — «Venezia Giulia e Friuli».
VIERTELJAHRSSCHRIFT DER NATURFORSCHENDEN GESELLSCHAFT. — Zurich: 1953 — N.ºs 3 e 4.
VOZES DE PETRÓPOLIS. — Petrópolis: 1954 — Vol. 12 — N.º 2.
WIRTSCHAFTSDIENST. — Hamburg: 1954 — N.ºs 3 a 11.
WISSENSCHAFTLICHE VEROFFENTLICHEN DES DEUTSCHEN INSTITUTS FUR LANDERKUNDE. — Leipzig: 1953 — N.º 12.
YMER. — Stockholm: 1954 — N.ºs 2 e 3.
ZAIRE. — Bruxelles: 1954 — N.ºs 3. — N.º 4: J. Lefevure: «Les territoires d'Outre-Mer dans l'intégration économique européenne». — G. Balandier: «Contribution à l'étude des nationalismes en Afrique Noire». — B. Holas: «Quelquer réflexions sur les méthodes et l'organisation de la recherche ethnographique. État actuel de la question en France». — N.ºs 5 a 7. — 8: L. Bruyns: «Les Noirs aux États-Unis».
ZEPHYRUS. — Salamanca. — 1954 — N.º 5: T. Ortego y Frias: «Nuevos hallazgos de Arte rupestre en el Alto Duero». — O. V. Ferreira e L. Trindade: «Objectos da Necrópole do Cabeço de Arruda (Torres Vedras)». — M. Tarradell: «La técnica arqueológica en la actualidad». — L. Pericot: «El enigma del Piltdown, solucionado».

LAFITAU (P. Joseph-François) — Histoire des découvertes et conquêtes des portugais dans le nouveau monde. 1734. Paris. 3 vols.
LAGOA (Visconde de) — Fernão de Magalhães. (Sua vida e sua viagem). 1939. Lisboa. 2 vols.
— Fernão de Magalhães e outros navegadores portugueses ao serviço da Expansão Peninsular e Europeia. 1940. Lisboa. [24] pp. e 1 mapa.
— Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina. I Parte — Asia e Oceania, vols. I, II, III. 1950. Lisboa.
— Grandes e Humildes na Epopeia do Oriente (Séculos XV-XVII). 1942-43. Lisboa. 2 vols.
— Grandes viagens portuguesas de descobrimento e expansão. Veja: Freitas Ribeiro (contra-alm.).
— Influência (Da) cartográfica coeva no descobrimento do Estreito de Magalhães. 1939. Lisboa. 40 pp. e mapas.
— Peregrinação (A) de Fernão Mendes Pinto. In: «Anais da Junta de Investigações Coloniais». Tomo I. 1947. Lisboa.
— Peregrinação (A) de Frei Sebastião Manrique. In: «Anais da Junta de Investigações Coloniais». Tomo I. 1948. Lisboa.
— Tratado dos Descobrimentos. Veja: Galvão (Antonio).
LANCASTER (James) — Voyages (The) of Sir [...] to the East Indies [...] and the voyage of Captain John Knight [...]. Edited by Clements R. Markham. 1877. London. [4], XXII, 314 pp.
LANNOY (Charles de) — Histoire de l'Expansion Coloniale des peuples europeans, [...], par [...] et Herman Van der Linden. 1907-11. Bruxelles. 2 vols.
LA PÉROUSE — Voyage de [...] autour du monde (Années 1785, 1786, 1787 et 1788). — Raconté par lui-même. Réduit et annoté par George Mantoux. S/d. Paris. XII, 275 pp.
LARA REIS (Fernando de) — Praias de Calicute. — Em busca do local onde desembarcou Vasco da Gama. [1945]. Nova Goa. 15 pp. c. gravs.
LA RONCIÈRE (Charles de) — Carte (La) de Christophe Colomb. 1924. Paris. Texto em francês e inglês. Com 3 mapas.
— Histoire de la découverte de la terre. — Explorateurs et Conquérants. 1938. Paris. VIII, 304 pp. c. gravs., ests. e mapas.
— Reflets de la cartographie portugaise sur la cartographie dieppoise de la renaissance. In: «Congresso do Mundo Português». III — Tomo 1.º — Descobrimentos maritimos, pp. 477.
LARSEN (Phil. Sofus) — Découverte (La) du continent de l'Amérique Septentrionale en 1472-73, par les danois et les portugais. 1922. Coimbra. 72 pp.
LARSEN (Sofus) — Danmark og Portugal. — I Det 15 de Aarkundrede. 1919. Kjobenhavn. De p. 233 a 312.
LAS CASAS (Fray Bartolome de) — Historia de las Indias. Edicion de Augustin Millares Carlo y estudio preliminar de Lewis Hanke. Vols. I, II, III. 1951. Mexico. 3 vols.
LATINO COELHO (J. M.) — Galeria dos varões illustres. — Vasco da Gama. 1882. Lisboa. 282 pp.
LAVIGNE (A. Germond de) — Christophe Colomb et La Rabida. 1892. Paris. 11 pp.
— Excursion (Une) au Cap St. Vicente et au Cap Sagrès. 1887. Paris. 7 pp.
LAVILLE (Auguste) — Quatrième Centenaire de la Découverte de l'Amérique. — Rapports à M. le Marquis de Croizier sur les travaux du Comité du Var [...]. 1894. Toulon. 83, [2] pp. e ests.
LECLERC (Ch.) — Bibliotheca Americana. — Histoire, Géographie, Voyages, Archéologie et Linguistique des deux Amériques et des Iles Philippines. 1878. Paris. XX, 737 pp. e 1 supl. de 1881 c. 102 pp.
LEDIEU (A.) — Nouvelles (Les) méthodes de navigation. — Étude de critique. 1877. Paris. XXX, 532 pp. c. gravs.
LE GENTIL (G.) — Portugais (Les) en Extrême Orient. — Fernão Mendes Pinto. — Un précurseur de l'exotisme au XVIe siècle. 1947. Paris. 344 pp. e ests.
LE GRAND — Voyage historique d'Abyssinie du R. P. Jerome Lobo [...]. 1728. Paris. XIV, [4], 514, [8] pp. e ests.
LEITE (Berta) — D. Gonçalo da Silveira. 1946. Lisboa. 429 pp. e ests.
LEITE (Duarte) — Acerca da «Crónica dos feitos da Guiné». 1941. Lisboa. 269, 4 pp.
— Coisas de vária história. 1941. Lisboa. 230 pp.
— Descobridores do Brasil. 1931. Porto. 224 pp. e mapa.
— Falsos (Os) precursores de Álvares Cabral. 2.ª edição. [1946]. Lisboa. 310 pp. e mapa.
— Lendas na história da navegação astronómica em Portugal. 1940. Coimbra. 22 pp.
— Talent de Bien Faire. — A propósito da conferência de Joaquim Bensaúde — Origines du Plan des Indes. 1930. S. Paulo. 11 pp. c gravs.

LEITE (Duarte) — Uma teoria romantizada dos descobrimentos portugueses. In: «Seara Nova», n.os 705, 706 e 708, de 15 e 22 de Fev.º e 8 de Março de 1941.
LEITE (Serafim) — Antonio Rodrigues, soldado, viajante e jesuita português, na América do Sul, no Século XVI. 1936. Rio de Janeiro. 19 pp.
— Governadores (Os) Gerais do Brasil e os Jesuitas do Século XVI. In: «Prim.º Cong. de Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo» — 3.ª secção — Os Portugueses no Brasil — p. 5. 1938. Lisboa.
— História da Companhia de Jesús no Brasil. 1938-50.. Lisboa e Rio de Janeiro. 10 vols.
LEITE PEREIRA (Francisco Lobo) — Descobrimento e devassamento do território de Minas Geraes. 1902. Bello Horizonte. 48, [2] pp.
LEITE PINTO — Astronomie (L') nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes. 1933. Orléans. 15 pp. c. gravs.
LEITE PINTO (F. de P.) — Grandes (Les) découvertes. — Conférences [...]. [1930-31]. S/l. 34 pp. dact. e ests. e mapas.
LE MAIRE (Jacob) — Veja: Speilbergen's (Joris Van).
LEO AFRICANUS — History (The) and Description of Africa [...]. 1896. London. 3 vols.
LÉON AFRICAN (Jean) — Description de l'Afrique. — Tierce partie du Monde [...]. 1556. A Lyon. Par Jean Temporal. 1.ª, 2.ª e 3.ª Parte — 1 vol.
— Description de l'Afrique tierce partie du Monde [...]. Nouvelle édition annotée par Ch. Schefer. 1896. Paris. 377 pp.
LEPORACE (Tullia Gasparrini) — Mostra «l'Asia nella Cartografia degli occidentalli». — Catalogo descrittivo a cura di [...]. 1954. Venezia. [6], 95 pp. e 31 reproduções de mapas.
LEROI-GOURHAM (André) — Les explorateurs célèbres. 1947. Genève. 367 pp. c. gravs.
Lettere (Tre) di Cristoforo Colombo e una quarta del Magistrado de S. Giorgio in Genova [...]. 1880. S. Agnello di Sorrento. VIII, [12] pp. e est.
Lettres d'Americ Vespuce, sur deux voyages faits par le serenissime Roy de Portugal. 1556. Lyon. (Enc. com outra obra).
LEVILLIER (Roberto) — Cartas (As) e viagens de Vespucio, segundo Magnaghi. In: «Revista de História». São Paulo. 1954. Ano V, n.º 18.
— Descubrimiento (El) del rio de la Plata y la Patagonia por Vespucio en 1502. In: «Argentina Austral», N.º 256, Nov.º 1952.
— Fama (La) de Américo Vespúcio en su V centenario, 1545-1954. — Sus cartas y viajes, según Magnaghi. In: «Boletin de la Real Sociedad Geografica». Madrid. 1954. Tomo XC, N.os 7-9.
— Nuevo Mundo (El) — Veja: Vespucio (Américo).
— Opinion (La) de Duarte Leite sobre el viaje descubridor de la Argentina, por Vespucio. 1952. Buenos Aires. 15 pp. c. 1 est.
— Propósito (A) de Vespucio. — Crítica ou sabotagem? In: «Revista de História». S. Paulo. 1953. n.º 16.
— Vespucio, descubridor del Plata, en su V Centenario. In: «Revista de Indias». Madrid. 1953. Año XIII, N.º 54.
LEY (Charles David) — Portuguese voyage 1498-1663. 1947. London. XXII, 360 pp.
LEYDEN (Dr.) e Hugh Murray — Histoire complète des voyages et découvertes en Afrique. 1821. Paris. 4 vols.
LIMA (Gervásio) — Batalha (A) da Salga na Ilha Terceira em 25 de Julho de 1581. 1925. Angra do Heroismo. 52 pp.
— Paulo da Gama. — A ilha Terceira e a descoberta da India. 1925. Angra do Heroismo. 107 pp. e ests.
LIMA FELNER (Rodrigo José de) — Subsídios para a historia da India Portuguesa [...]. 1868. Lisboa. Vol. dif. pag.
LIMA JUNIOR (Augusto de) — A Capitania de Minas Gerais (Suas origens e formação). 1940. Lisboa. 136 pp.
LINHARES (Conde de) — Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-Rei da India. 1937-43. Lisboa. 2 vols.
LINSCHOT (Jean Hughes de) — Description de l'Amérique. 1638. Amsterdam. 86 pp. e 2 mapas.
— Grand (Le) Routier de mer [...]. 1638. Amsterdam. 108 pp.
— Histoire de la Navigation [...] avec annotations de B. Paludanus. 3ème éditions. 1638. Amsterdam. 206 pp. e mapa.
LINSCHOTEN (Jonh Huyghen van) — Voyage (The) of [...] to the East Indies. 1885. London. 2 vols.
— Voyasie, ofte Schip-vaert [...]. 1624. Amsterdam. 38 folhas e mapas.

LINSCOT (Jean Hugues de) — Histoire de la Navigation [...], avec annotations de Bernard Paludanus [...]. 1610. Amstelredam. 275 pp. c. gravs. e mapas.
LISBOA (João de) — Livro de Marinharia. — Tratado da Agulha de Marear. Copiado e coordenado por Jacinto Ignacio de Brito Rebelo. 1903. Lisboa. LXXXII, 308 pp.
LISBOA PINTO (Pedro Manuel) — Padroado Português. Conferência. 1887. Lisboa. 30 pp.
Livro das Monções. Veja: Documentos remetidos da India ou Livro das Monções.
LJUNGSTEDT (Andrew) — Historical (An) Sketch of the portuguese settlements in China; and of the Roman Catholic Church and mission in China [...]. 1836. Boston. XV, 323, XVIII pp. e ests. e mapas.
LOBO (Jerôme) — Veja: Le Grand.
LOBATO (Alexandre) — Historia da Fundação de Lourenço Marques. 1948. Lisboa. XIII, 127 pp.
— Historia do Presidio de Lourenço Marques. I — 1872-1876. 1949. Lisboa. XV, 208 pp.
— Novos subsídios para a história da Fundação de Sofala. 1950. Lisboa. De pp. 135 à 150.
LOBO DE ÁVILA (Artur) — D. João II e Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colón). In: «Diário de Notícias», de Lisboa, de 25-3-1933.
LOBO RAMALHO (Robélia de Sousa) — Açores. — Descobrimento. — História. — Aspectos geográficos do arquipélago. — Alma açoreana. (Guia de Portugal Artístico, vol. XIII). 1946. Lisboa. 84 pp. c. ests.
LOON (Hendrik W. van) — Conquista (La)de los mares. — Historia de la navegación. 1941. Barcelona. 375 pp. c. gravs e mapa.
LOPES (David) — Anais de Arzila. Veja: Rodrigues (Bernardo).
— Crónica dos Reis de Bisnaga. 1897. Lisboa. LXXXIX, 123 pp.
— Extractos da história da conquista do Yaman pelos Othomanos. 1892. Lisboa. IV, 100, 1 p.
— História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589). 1924. Coimbra. XXXIX, 491 pp.
— Historia dos portugueses no Malabar. Veja: Zinadim.
— Peça (A) de Diu. Veja: Esteves Pereira (F. M.).
LOPES (Duarte) e Filippo Pigafetta — Relação do Reino de Congo e das Terras circumvizinhas. Edição fac-similada. Prefacio e tradução de Rosa Capeans. 1949-1951. Lisboa. 2 vols.
LOPES (Edouard) et Philippe Pigafetta — Congo (Le). — La veridique description du Royaume Africain, appelétant par les indigenes, que par les Portugais, le Congo [...]. Traduit par Léon Cahum. 1883. Bruxelles. 213 pp. e 3 mapas.
LOPES (Thomé) — Navegação às Indias Orientaes. In: «Collecção de Noticias para a História e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses», tomo II, 2.ª Ed., 1867, p. 155. 1867. Lisboa.
LOPES ALPOIM (C.) — Padroado (O) em face da política do Vaticano e da politica da Republica. Conferência. 1928. Goa. 31 pp.
— Padroado (O). — Réplicas. 1929. Nova Goa. 34 pp.
LOPES DE CASTANHEDA — Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses (1552-1561). Thirty-one Chapters of the lost «Livro IX» re-discovered and now published for the first time by C. Wessels. 1929. The Hague. 76 pp. c. 1 fac-simile.
LOPES DE CASTANHEDA (Fernão) — História do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses. Nova edição. Livros I a VIII. 1833. Lisboa. 7 vols.
LOPES DE LIMA (José Joaquim) — Descobrimento e Posse do Reino do Congo pelos portugueses no Século XV. — Sua conquista por as nossas armas no Século XVI e sucessos subsequentes até o começo do Século XVII. 1845. Lisboa. 18 pp.
— Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África occidental e oriental, na Ásia occidental e na China e na Oceania. 1844-1862. Lisboa. 5 vols.
LOPES DE MENDONÇA (Henrique) — Caracter e Independencia da Obra do Infante. Conferencia. 1894. Lisboa. 32 pp.
— Ceuta (De) ao Cabo da Boa Esperança. S/d. Lisboa. 64 pp. c. mapas.
— Estudos sobre navios portugueses nos Séculos XV e XVI. In: «Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. — Classe de Sciencias...» Nova série, Tomo VI, Parte II. 1892. Lisboa.
— Padre (O) Fernando de Oliveira e a sua obra nautica. In: «Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. — Classe de Sciencias...» Nova série, Tomo VI, Parte II. 1892. Lisboa. série, Tomo VII, Parte II. 1898. Lisboa.
— Portugal — Navegações dos Portugueses. 1929. Lisboa. 33 pp. c. gravs.
— Unidade (Da) de pensamento no cyclo das descobertas. Conferencia. 1898. Lisboa. 49 pp.

LOPES DE SOUSA (Pero) — Diario da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530, sob a capitania-mor de Martim Affonso de Sousa [...]. — Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen. 1839. Lisboa. XXIV, 130 pp. e 1 est.
— Diario da Navegação de Pero Lopes de Sousa (De 1530 a 1532), comentado por Eugenio de Castro. 1927. Rio de Janeiro. 2 vols.
— Diario de Navegação de Pero Lopes de Sousa. 1530-1532. — Estudo crítico pelo Comandante Eugenio de Castro, 2.ª edição. 1940. Rio de Janeiro. 2 vols.
LOPES JUNIOR (Frederico) (João Ilheu) — Miguel Côrte-Real Chefe dos Indios. Conferência. 1932. Angra do Heroismo. 23 pp.
LOPES MENDES (A.) — India (A) Portuguesa. — Breve descripção das possessões portuguezas na Asia. 1886. Lisboa. 2 vols.
LOTURE (Roberto de) — Navigation (La) à travers les âges. 1952. Paris. 304 pp. c. gravs.
LUCENA (João de) — História da Vida do Padre Francisco Xavier. Edição fac-similada [...] com um prefácio de Alvaro J. da Costa Pimpão. 1952. Lisboa. 2 vols.
LUCENA E VALE (Alexandre) — Bispo (O) de Viseu D. Diogo Ortiz de Vilhegas. O Cosmógrafo de D. João II. 1934. Gaia. 284 pp e 8 mapas genealogicos.
LUPI (Eduardo) — Estrategia (A) da Expansão. In: «1.º Cong. de Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo», 2.ª Secção, vol. II, p. 129. 1938. Lisboa.
— Feito (O) de Cristovam Juzarte em Calicut. 1938. Lisboa. 21 pp. e est.
LUSITANO (Candido) — Vida do Infante D. Henrique. Veja: Candido Lusitano.
MACEDO (Lino de) — Obra (A) do Infante. 1894. Vila Franca de Xira. III, 159 pp.
MACEDO SOARES (José Carlos de) — Fronteiras do Brasil no Regime Colonial [...]. 1939. S. Sebastião do Rio de Janeiro. 233 pp c. mapas.
MACHADO E COSTA (Alfredo A. de Oliveira) — Ilhas (As) Malvinas na Cartografia Portuguesa. — Notas. 1948. Lisboa. 8 pp.
MACLAGAN (Edward) — Jesuitas (Os) e o Grão Mongol. Trad. do inglês por António Álvaro Dória. 1946. Porto. IX, 518, [2] pp.
MC. CLYMONT (James Roxburgh) — Discoveries (The) made by Pedralvarez Cabral and his Captains [...]. S/d. Tasmania. 16 pp.
— First (The) Expedition of Portuguese to Banda and the Events Antecedent Thereto. Compiled from the works of Standard Authors by [...]. 1905. Hobart. 9 pp.
— Problematical features in maps designed by Mercator and Desceliers. 1907. Hobart. 10 pp.
MACQUEEN (James) — Geographical Survey of Africa, containing further details regarding Southern Africa. 1840. London. 80 pp.
— Journey of Galvão da Silva to Manica gold fields, etc., in 1857. S/d. London. 7 pp.
— Killimandjaro and the White Nile. S/d. London. 9 pp.
MADRE DE DEUS (Fr. Gaspar da) — Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil [...]. 1797. Lisboa. [4], 242 pp.
MAFFEIO (Joanne Petro) — Selectarum Epistolarum ex Indie Libri Quatuor, S/d. e S/l. 401, [6] pp.
MAGALHÃES (Fernam de) — Roteiro da Viagem de [...]. — In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes», Tomo IV, p. 147. 1826. Lisboa.
— Veja: Magallanes (Fernando de).
MAGALHÃES (Pero de) — Tratado da Terra do Brazil no qual se contém a informação das cousas que ha nestas partes. In: «Collecção de Noticias para a História e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes», Tomo IV, p. 183. 1826. Lisboa.
MAGALHÃES BASTO (A. de) — Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Municipal do Porto. In: «1.º Cong.º de Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 5.ª secção, vol. III. 1938. Lisboa.
— Nótula documental sobre a acção dos portugueses no Congo. In: «1.º Cong.º de Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 4.ª secção — I — p. 123. 1938. Lisboa.
MAGALHÃES GODINHO (Vitorino) — Documentos sobre a expansão portuguesa. — Prefácio e notas de [...]. 1945. Lisboa. 2 vols.
— Economia (A) das Canárias nos séculos XIV e XV. In: «Revista de História», S. Paulo. 1952. N.º 10, pp. 31.
— Fontes quatrocentistas para a geografia económica do Saára e Guiné. In: «Revista de História». S. Paulo, 1953. N.º 13, pp. 47.
— Grandes (Les) Découvertes. In: «Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», Tome 16. 1952. Coimbra
— História Económica e Social da Expansão Portuguesa. Tomo I. 1947. Lisboa.

MAGALHÃES GODINHO (Vitorino) — Portugal, as frotas do açucar e as frotas do ouro (1670-1770). In: «Revista de História». S. Paulo. 1953. N.º 15, pp. 69.
MAGALLANES (Fernando de) — Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios. Publicada por Antonio Blazquez y Delgado Aguillera. 1920. Madrid. 178 pp.
MAGELHÃES (De) — Herdenking — De Expeditie in 1521. In: «De Telegraaf», n.º 11.181, de 30-4-1921. Amsterdam.
MAGNAGHI (Alberto) — Amerigo Vespucci. — Studio critico, con speciale riguardo ad una nuova valutazione delle fonti e con documenti inediti tratti dal Codice Vaglienti (Ricardiano 1910). 1924. Roma. 2 vols.
— Precorsori di Colombo? Il tentativo di viaggio trans-oceanico dei genovesi fratelli Vivaldi nel 1291. 1935. Roma. 155 pp. c. mapas.
MAIA MENDES (M.) — Portugueses na Etiópia. — Honras e sacrifícios. In: «1.º Cong.º de Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 2.ª secção, p. 51. 1938. Lisboa.
MAJOR (Ricardo Henrique) — Descobrimento da Austrália pelos Portugueses em 1601 [...]. Versão do inglês. 1863. Lisboa. 24 pp. e 1 mapa.
— Early voyages to Terra Australis, now called Australia [...]. 1859. London. XI, CXIX, 13, 200 pp. e mapas.
— On the discovery of Australia by the portuguese in 1601, [...]. 1861. Londres, 13 pp.
— Vida do Infante D. Henrique de Portugal, appelidado o Navegador [...]. Vertida do inglez por José Antonio Ferreira Brandão. 1876. Lisboa. XXIV, 586, [2] pp. c. ests. e mapas.
MALDONADO (Fr. José de) e Fr. Cristobal de Acuña — Relaciones del descubrimiento del Rio de los Amazonas. 1942. Bogota. 188 pp.
MALHEIRO DIAS (Carlos) — História da Colonização Portuguesa no Brasil. 1921. Porto. 3 vols.
MALLESON (G. B.) — History of the French in India. New edition. 1893. London. XI, 614 pp.
MALO (Henri) — Du Clerc a Rio de Janeiro In: «1.º Cong.º de Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 3.ª secção, p. 43. 1938. Lisboa.
MANDEVILLE (John) — Mandeville's Travels. — Texts and translations by Malcolm Letts. 1953. London. 2 vols.
MANRIQUE (Sebastião) — Itinerário. Edição prefaciada e organizada por Luís Silveira. 1946. Lisboa. 2 vols.
— Travels of Fray Sebastien Manrique 1629-1643. — A translation of the Itinerario de las Missiones Orientales with introduction and notes by C. Eckford Luard, assisted by Father H. Hosten. 1927. Oxford. 2 vols.
MANTERO VELARDE (António de) — L'Espansion politica e coloniale Portoghese con special riguardo alle Isole di São Thomé e Principe. 1924. Roma. XI, 180, [2] pp. e 1 mapa.
MARCEL (Gabriel) — Lettre (La) et la Carte de Toscanelli sur la route des Indes par l'Ouest adréssées en 1474 au portugais Fernam Martins et transmises plus tard á Christophe Colomb. — Étude critique sur l'authenticité et la valeur de ces documents [...], par Henry Vignaud. 1903. Le Puy-en Velay. 10 pp.
— Portugais (Les) dans l'Afrique Australe. — 1890. Paris. 16 pp. e mapa.
— Quelques (Sur) documents peu connus relatifs à la découverte de l'Amérique. 1893. Paris. 8 pp.
MARCONDES DE SOUZA (Thomaz Oscar) — Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a Nautica Portuguesa dos Descobrimentos. In: «Revista de História». S. Paulo. 1954. N.º 13, pp. 181.
— Amerigo Vespucci e a prioridade do descobrimento do Brasil. Conferência. In: «Revista de História». S. Paulo. 1954. Ano V, n.º 18.
— Algumas considerações em torno de uma nova lição do Padre Serafim Leite relativa à fundação de São Paulo. In: «Revista de História». S. Paulo. 1954. N.º 20.
— Amerigo Vespucci e as suas viagens. 1949. S. Paulo. 245, [3] pp.
— Considerações em tôrno de um livro do P.e Serafim Leite sobre a fundação de S. Paulo. In: «Revista de História». S. Paulo. 1954. Ano V, n.º 18.
— Descobrimento (O) da América e a suposta prioridade dos portugueses. 1944. S. Paulo. 245, [3] pp.
— Descobrimento (O) do Brasil. 1946. S. Paulo. 381 pp. e mapas.
— Expedição (A) de 1501-1502 e Amerigo Vespucci. 1949. São Paulo. 38 pp.
— Expedição (A) de 1501-1502 e Américo Vespucci. — Réplica ao Prof. Damião Peres. In: «Revista de História». S. Paulo. 1950. N.º 3, pp. 391.
— Grande (A) capacidade de náutica de Colombo. In: «Revista de História». S. Paulo. 1953. N.º 13, pp. 457.

MARCONDES DE SOUSA (Tomaz Oscar) — Professor (O) Duarte Leite e os Vespucistas. In: «Jornal do Comércio», Rio de Janeiro, de 1 a 15 de Outubro de 1950.

—— Supposed (A) discovery of Brazil before 1448. (Reprinted from «The Hispanic American Historical Review», vol. XXVI, n.º 4, Nov.º 1946, pp. 593-598).

—— Vaidade nacional ou monomania? (Sep. da «Revista de História»). S. Paulo. 1954. N.º 19.

MARGRY (Pierre) — Conquête (La) et les conquerants des Iles Canaries. — Nouvelles recherches sur Jean IV, de Béthencourt et Gadifer de la Salle le vrai manuscrit du Canarien. 1896. Paris, VIII, 320 pp. e est.

MARIANO (P.e Luiz) — Voyage (Un) de découvertes sur les côtes occidentale et meridionale de l'Ile de Madagascar en 1613-1614 [...]. Traduit et résumé par Alfred Grandidier. 1899. Paris. 30 pp.

MARINI (P. L.) — Vasco da Gama e la via marittima alle Indie Orientali. 1929. Torino. 240 pp. e ests. e mapas.

MARIZ (Pedro de) — Dialogo de varia historia em que se referem as vidas dos Senhores Reis de Portugal, 5.ª impressão. 1806. Lisboa. 2 vols.

MARKHAM (Clements R.). — Expeditions into the Valley of the Amazons, 1539, 1540, 1639. 1859. London. LXIV, 190 pp. e 1 mapa.

—— Life (The) and Acts of Don Alonzo Enriquez de Gusman, a Knight of Seville, of the Order of Santiago, A. D. 1518 to 1543 [...]. 1862. London. XXV, 168 pp.

—— Life (A) of John Davis the navigator 1550-1605. — Discoverer of David Strait. 1889. London. 301 pp. c/ ests.

—— Livro (O) do Sr. J. Bensaude «L'Astronomie Nautique au Portugal à l'époque des Grandes Déconvertes», apreciado por Sir [...]. 1916. Coimbra. 39 pp.

MARQUES (Gilberto). — Pedra de Dighton. 1930. New York. 45 pp. c/ ests.

MARQUES PEREIRA (A.). — Ephemerides Commemorativas da Historia de Macau e das relações da China com os povos christãos. 1868. Macau. VIII, 135 pp.

—— Padroado (O) portuguez na China. 1873. Lisboa. 36 pp.

MÁRTENS FERRÃO (J. B.). — Question (La) portugaise du Congo par devant le droit public de l'Europe. 1884. Lisbonne. 26 pp.

MARTINHO (José A.). — Portugueses (Os) no Oriente. — Elementos para a história da ocupação de Timor. In: «1.º Cong.º da Exp. Portuguesa no Mundo», 2.ª Secção, p. 189. 1938. Lisboa.

MARTÍN RADA (Fr.). — South China in the sixteenth century. Veja: *Pereira* (Galeote).

MARTINS (João Augusto). — Madeira, Cabo Verde e Guiné. 1891. Lisboa. XI, 270 pp. e ests.

MASCARENHAS (D. Jerónimo de). — História de la Ciudad de Ceuta. — Publicada por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Affonso de Dornelas. 1918. Lisboa. XXIII, 306, 1 p.

MASSER (Leonardo da Chá). — Relazione. In: «Memorias da Commissão Portuguesa do Centenario do Descobrimento da América», p. 67 a 92. 1892. Lisboa.

MATOS (Luis de). — Les portugaises en France aux XVIe siècle. — Études et documents. (Acts Universitatis Conimbrigensis). 1952. Coimbra. VIII, 408 pp.

MATOS CID (Antonio de). — S. Francisco Xavier e o Oriente Português. In: «O Instituto», vols. 83 a 87, 1932 a 1944. Coimbra.

MATOS CORRÊA (Joaquim José Gonçalves de). — Memoria acerca da prioridade das descobertas feitas pelos portugueses nas costas orientais da America do Norte. In: «Anais Maritimos e Coloniais», n.º 6 a 9, 1.ª Série. 1891. Lisboa.

MAUNY (R.). — Description de la Côte Occidentale d'Afrique [...]. Veja: *Fernandes* (Valentim).

MAURÍCIO (Domingos). — D. Duarte e as responsabilidades de Tânger. In: «Brotéria», Janeiro. 1931. Lisboa.

MAYER (Ernest). — Hilfsmittel (Die) der Schiffarhrstskunde zur Leit der grossen Landerentdeckungen. 1879. Wien. 17 pp. e 2 mapas.

MAYNARD (Thomas). — Sir Francis Drake — Voyage, 1595, [...]. Edited, from the original manuscripts, by W. D. Cooley. 1849. London. VIII, 65 pp.

MAYO (Earl of). — De Rebus Africanis. — The Claims of Portugal to Congo and Adjacent-Littoral, with remarkes on the french anexation. 1883. London. [2], 63 pp. e 1 mapa.

MEES (Jules). — Expedition (Une) portugaise au Congo en 1512. Bruxelles. 9 pp.

—— Henri le navigateur et l'Académie Portugaise de Sagres. 1901. Bruxelles. De p. 34 a 64.

—— Histoire de la découverte des Iles Açores et de l'origine de leur dénomination d'Iles Flamandes. 1901. Gand. 139 pp. e mapa.

—— Lettre (La) de Toscanelli à Christophe Colomb et la route vers les Indes. 1903. Bruxelles. 23 pp.

MEIRELLES (D. Emanuel de). — Relation des Conquêtes faites dans les Indes par D. P. M. d'Almeida [...], traduite du Portugais [...]. 1749. Paris. XIV, 125, [2] pp.

MELO (Carlos de). — Machico and the discovery of Madeira [...]. [1894], s. l., de p. 199 a 202.

MELO (D. Francisco Manuel de). — Epanáforas de vária história portuguesa. 3.ª Ed. revista e anotada por Edgar Prestage. 1931. Coimbra. XI, 463, [2] pp.

MELÓN (Armando). — Juan Léon Africano y su «Descripción de Africa». In: «Archivos del Instituto de Estudios Africanos». Madrid. 1954. Año VII, N.º 29, pp. 31.

—— e Ruiz de Gordejuela. — Primeiros (Los) tiempos de la colonización [...]. In: «Historia de America y de los pueblos americanos», dirigida por Antonio Ballesteros y Beretta, tom. VI. 1952. Barcelona. X, 748 pp., ests. e mapas.

Memoria e documentos acerca dos direitos de Portugal nos territorios de Machona e Nyassa. 1890. Lisboa. 523 pp.

Memorias da Commissão Portugueza do Centenario do Descobrimento da America. Veja: *Centenário do Descobrimento da América.*

MENDES DE BRITO (Francisco). — Infante (O) D. Henrique 1394-1460. 1942. Lisboa. 291, 10 pp.

MENDES CORRÊA (A. A.). — Contributo (O) dos descobrimentos dos Espanhois e Portugueses nos séculos XV e XVI para o conhecimento científico do Homem e das raças humanas. 1942. Porto. 19 pp.

MENDES DA LUZ (Francisco). — Estudos de História e da Geografia da Expansão Portuguesa. Regimento da Casa da India. Manuscrito do século XVII existente no Arquivo Geral de Simancas. Publicado e prefaciado por /.../. In: «Anais da Junta de Investigações Coloniais». 1951. Lisboa. Vol. VI, Tomo II.

MENDES LEAL (José da Silva). — Nota contendo a averiguação da data em que chegou ao porto de Lisboa o capitão-mor Vasco da Gama no regresso da sua primeira viagem à India [...]. 1871. Lisboa. 23 pp.

MENDES PINTO (Fernão). — Peregrinação. Nova edição conforme a primeira de 1614. 1829. Lisboa. 3 vols.

—— Peregrinação. In: «Excerptos de todos os principaes autores portuguezes de boa nota...», por Antonio e José Castilho. 1845. Lisboa. 6 vols. enc. em dois.

MENDONÇA (Agostinho Gavy de). — Historia do Cerco de Mazagão. 1890. Lisboa. 239 pp.

MENDONÇA (Hieronimo de). — Jornada de Africa [...], copiado fielmente da edição de Lisboa de 1607. 1785. Lisboa. [18], 275 pp.

MENDONÇA (Jeronymo de). — Jornada de Africa. 1904. Lisboa. 2 vols.

MENDONÇA (João de). — Colonias e possessões portuguezas. 1877. Lisboa. 121 pp.

MENDONÇA (Renato de). — América espanhola e América portuguesa. In: «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», Vol. 207, Abril-Junho 1950, p. 113. 1950. Rio de Janeiro.

MENDOZA (Pedro de). — Veja: Gandia (Henrique).

MENDO-TRIGOSO (Sebastião Francisco de). — Cartas de Americo Vespucio a Pedro Soderini, Gonfaloneiro perpetuo da Republica de Florença sobre duas viagens feitas por ordem do Serenissimo Rei de Portugal. — Traduzidas do Italiano. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas», Tomo II, p. 137. 1867. Lisboa.

—— Ensaio sobre os Descobrimentos, e Commercio dos Portuguezes em as Terras Setentrionaes da America. In: «Memorias da Literatura Portugueza», Tomo VIII, p. 305. 1814. Lisboa.

—— Memoria sobre Martim de Bohemia. In: «Memorias da Litteratura Portugueza», Tomo VIII, p. 365. 1814. Lisboa.

MENEZES (D. Fernando de). — Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina [...]. 1732. Lisboa. [20], 304 p.

MENEZES (Manuel). — Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores. 1949. Angra do Heroismo. 226 pp.

—— Veja: *Sousa Menezes* (Manuel de).

MERINO (Abelardo). — Estudios historico-criticos sobre Magallanes. — Importancia de la labor geografica de Magallanes. — El descubrimiento del Estrecho. — Muerte de Magallanes. — Los restos de Magallanes. 1917. Madrid. 39 pp. e 1 mapa.

MESQUITA PERESTRELO (Manuel de). — Roteiro da Africa do Sul e Sueste desde o Cabo da Boa Esperança até ao das Correntes (1576). 1939. Lisboa. XLVII, 95 pp. e ests. e mapa.

M. F. [Martinho Augusto Ferreira da Fonseca]. — Lista de todas as capitanias e mais cargos que ha na India. — Contribuição para a historia da India. 1901. Lisboa. 62 pp.

MICHELANT (H.). — Relation originale du voyage de Jacques Cartier au Canada en 1534. — Documents inédits sur Jacques Cartier et le Canada (Nouvelle Série), publiées par [...] et A. Ramé. 1867. Paris. VII, 76, 54 pp. e ests.

MIDDLETON (Henry). — Voyage (The) of Sir [...] to Bantan and Maluco Islands. 1855. London. The Hakluyt-Society. IX, 83, 52, VIII, p. ests e mapas.
MILNE EDWARDS (E.). — Investigações Geograficas dos Portuguezes. 1879. Lisboa. Sociedade de Geografia. 31 pp.
MOCQUET (J.). — Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales. 1830. Paris. 370 pp.
MOFFAT (Robert). — Missionary labours and scenes in Southern Africa. 1842. London. XV. 624 pp. c. gravs.
MOFFATT (L. G.). — Letters of the Court of John III King of Portugal. — Vaja: *Ford*, (J. D. M.).
MOHIT. — Topographischen (Die) capitel des indischen seespiegels Mohit. — Ubersetzt von Dr. Maximilian Bittner, mit einer einleitung sowie mit 30 tafeln vesehen von Dr. Wilhelm Tomaschek. [...]. 1897. Wien. VI, 92 pp. e 30 mapas.
MONIZ JÚNIOR (Antonio Francisco). — Noticias e documentos para a história de Damão, antiga provincia do norte. 1900-1910. Bastorá. 3 vols.
MONOD (Th.). — Description de la Côte Occidentale d'Afrique. Veja: *Fernandes* (Valentim).
MONTCLAVEL (Roland). — Padrãos (Les) d'Afrique. In: «Le Magazin Pittoresque». [1912, Paris], de p. 308 a 311.
MONTEIRO (Major) e Major A. C. P. Gamito. — Muata (O) Cazembe e os povos maraves, chèvas, muizas, muembas, luandas e outros da Africa Austral [...]. 1854. Lisboa. XXV, 501 pp. e ests. e mapa.
MONTEIRO (Arlindo Camilo). — Influence (De l') Portugaise au Japon. — Quelques passages du Prof. Guillaume Duval de la Faculté de Medicine de Paris. [...]. 1935. Lisboa. 31 pp. c. ests.
MONTEIRO (Mário). — Aleixo Garcia. — Descobridor portuguez do Paraguay e da Bolívia, em 1524-1525. — Glória ignorada em Portugal. 1923. Lisboa. 69 pp., ests. e 1 fac-simile.
MONTEIRO DE BARBUDA (Claudio Lagrande). — Instrucções em que El-Rei D. José I, mandou passar ao Estado da India, o Governador, e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente, no anno de 1774. Publicadas e annotadas por [...]. 1841. Pangim. 1 vol. dif. pag.
Montevideo-Colon. — Numero único. Publicado por la Comision del IV Centenario del descubrimiento de América. 1892. Montevideo. 126, II, VIII p. c. gravs. e ests.
MONTEZ (Caetano). — Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques. 1500-1800. 1948. Lourenço Marques. 188 pp.
MONTOJO (Patricio). — Primeras (Las) tierras descubiertas por Colón. Conferencia. 1892. Madrid. 37 pp.
MOORE (J. Hampton). — Peary's discovery of the North Pole. 1910. Washington. 36 pp.
MORAIS E SOUSA (L.). — Sciencia (A) nautica dos pilotos portugueses nos séculos XV e XVI. 1924. Lisboa. XII, 200 pp. c. gravs.
MORAND (Paul). — Route (La) des Indes. 1936. Paris. IV, 353 pp. e 1 mapa.
MOREIRA CAMPOS (José). — Fantasia (Da) á realidade. I — Afonso de Albuquerque. 1954. Lisboa. 318 pp.
— Vida (A) heroica do Grande Capitão André Furtado de Mendonça. 1951. Lisboa. 186 pp. e est.
MORENO (Mateus). — Algarvios (Os) no movimento da expansão portuguesa. Conferencia. 1931. Lisboa. 27 pp. c. gravs. e est.
MORENO (Tristão). — Infante (O) D. Henrique. — Traços biograficos do inclito «navegador». 1894. Porto. 16 pp. c. 1 grav.
MORGA (Antonio de). — Philippine (The) Islands, Moluccas, Siam, Cambodia, Japan, and China at the close of Sixteenth Century [...]. 1868. London. The Hakluyt Society. XXIV, 431 pp. e 2 ests.
MORISON (Samuel Eliot). — Admiral of the Ocean Sea. — A Life of Christopher Columbus. 1942. Boston. 2 vols.
— Portuguese voyages to America in the Fifteenth Century. 1940. Cambridge. XIV, [2], 151 pp. e mapas.
— Second (The) voyage of Christopher Columbus from Cadiz to Hispaniola and the discovery of the lesser Antilles. 1939. Oxford. 107 pp. e mapas.
MORTILLET (Gabriel). — Origine de la navegation et de la pêche. 1867. Paris. 47 pp. e gravs.
MOURA BRAZ. — Náutica dos Descobrimentos. Veja: *Cago Coutinho*.
— Veja: Diario da viagem de Vasco da Gama.
MOYA (Salvador). — Descobrimento da América. Conferencia. 1912. S. Paulo. 8 pp.
MUNDY (Peter). — Travels (The) of [...], in Europe and Asia, 1608-1667. Vol. I. — Travels in Europe, 1608-1628. 1907. Cambridge. The Hakluyt Society. LXIII, 284, [2] pp. e fac-simile.

MURIAS (Manuel). — Descobrimento (O) do Brasil. 1942. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 84 pp.
— História da Expansão Portuguesa no Mundo. Veja *Baião* (António).
MURRAY (Hugh). — Histoire complète des voyages et découvertes en Afrique. Veja: *Leyden* (Dr.).
— Historical account of Discoveries and Travels in Africa, from the earliest ages to the present time [...]. Second Edition. 1818. Edinburgh. 2 vols.
NAIA (Alexandre Gaspar da). — Concepções (As) geográficas de Cristóbal Colon. In: «Revista de História». S. Paulo. 1954. N.º 19, pp. 201.
— Cristóbal Colón instrumento da política portuguesa de expansão ultramarina. 1950. Lisboa. 97, [2] pp.
— D. João II e Cristóbal Colón factores complementares na consecução de um mesmo objectivo. 1951. Lisboa. 124, [4] pp. e est.
— «Problema Colombino» (O) resolvido. Separata da «Revista de História». S. Paulo. 1954. Ano V, n.º 18.
NAVARRETE (M. F.). — Relation des quatre voyages entrepris par Christophe Colomb pour la découverte du Nouveau-Monde de 1492 a 1504 [...] publiées par [...]. 1828. Paris. 3 vols.
— Viajes de Cristóbal Colón. 1922. S. l. VIII, 367 pp.
NAZARETH (Casimiro Cristóvão de). — Clero de Goa. — Seus serviços à Religião e à Nação (Colecção de estudos publicados nos jornais de Lisboa e Goa). 1927. Nova Goa. XXXVI, 354 pp. e 1 est.
— Mitras lusitanas no Oriente. — Catálogo dos Prelados. 1887. Lisboa. — Catálogo dos Prelados. 2.ª Edição. 1894. Lisboa. — Catálogo dos Superiores. 1923-1924. Lisboa e Nova Goa. — Catálogo dos Vigários. S. d., s. l.
NEIVA BRUM (António Taveira de). — Constituições do Arcebispado de Goa [...]. 1810. Lisboa. 378, [22] pp.
— Regimento do Auditorio Ecclesiastico do Arcebispado Primacial de Goa, e da sua Relação [...]. 1810. Lisboa. 100, [4] pp.
NERY XAVIER (Filippe). — Bosquejo historico das Communidades das Aldêas dos Concelhos das Ilhas, Salcete, e Bardez [...]. 1852. Nova Goa. 4 vols.
— Bosquejo historico das communidades das aldeias dos concelhos das ilhas, Salsete e Bardez. — Revista e acrescentada por José Maria de Sá. — Com um esboço biographico do auctor por J. B. Amancio Gracias. 1903-1908. Bastorá. 3 vols.
— Série chronologica dos Vice-Reis e Governadores Geraes do Estado da India. Acompanhada de apontamentos historicos dos seus feitos mais notaveis [...]. 1852. Nova Goa. 10, 14, 14, 68 pp.
NEVES (José Accursio das). — Considerações politicas sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na Africa, e na Oceania. 1830. Lisboa. 420 pp.
NOCENTINI (Lodovico). — Scoperta (La) dell'America, attribuita ai Cinesi. Relazione di [...]. 1892. Genova. 12 pp.
NORIE (J. W.). — Complete (A) epitome of practical navigation, containing all necessary instruction of keeping a schip's reckoning at sea [...]. 1868. Paris. XII, 314, XLIV, 359 pp. e ests.
— Sailing directions for the coast of Brazil and Rio de la Plata. [...]. 1841. London. IV, 52 pp.
NORTON (Luís). — Dinastia (A) dos Sás no Brasil. 1953. Lisboa. Agência Geral das Colónias. IX, 359 pp. e mapas.
— Portugueses (Os) no Japão (1543-1640). Notas e documentos. 1952. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 60 pp. e 7 fac-similes.
NORTON DE MATOS (General). — «Regimento que El-Rei D. Manuel deu a Simão da Silva, quando o mandou a Manicongo». In: «1.º Cong.º da Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo». 4.ª Secção, vol. II, p. 101. 1938. Lisboa.
NOVO Y COLSON (Pedro). — Livro (O) do sr. J. Bensaúde [...]. Veja: *Pereira da Silva* (Luciano).
NOWELL (Charles E.). — Aleixo Garcia and The White King. (Reprinted from «The Hispanic American Historical Review», vol. XXVI, n.º 4, Nov.º 1946, pp. 450-456). S. d. e s. l.
— Discovery (The) of the Pacific: a suggested change approach. (Reprinted from «The Pacific Historical Review», vol. XVI, n.º 1, Fev.º 1947, pp. 1-10). S. d. e s. l.
NUNES (António). — Livro (O) dos Pesos, Medidas e Moedas. In: «Subsidios para a historia da India Portugueza», publicados [...] pela Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. 1868. Lisboa. De p. 1 a 53.
NUNES (Leonardo). — Crónica de Dom João de Castro. Edited with an introduction by J. D. M. Ford. 1936. Cambridge. XXVIII, 241 pp.

NUNES (Pedro). — Tratado da Sphera. — Histoire de la Science Nautique Portugaise à l'Époque des Grandes Découvertes. — Collection de documents publié par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la Rèpublique Portugaise, par Joaquim Bensaúde. 1915. Munich. 179 pp.
NUNES DA MATTA (José). — Descripção, rectificação e uso dos instrumentos de navegação. 1887. Lisboa. VIII, 57 pp.
OCAMPO (Baltasar de). — Execution of the Inca Tupac Amaru. Veja: *Gamboa* (Pedro Sarmiento de).
Occidente (O). — Revista illustrada de Portugal e do estrangeiro. O n.º 548, de 11 de Março de 1894 é dedicado ao Quinto Centenário do Infante D. Henrique.
OLIVEIRA (Flório José de). — Carta (A) de Pero Vaz de Caminha e o descobrimento do Brasil. (Breve estudo). 1948. Lisboa. 37 pp.
OLIVEIRA (Guido Waldemar). — Devassando o Mar tenebroso. (Quinto Centenário da descoberta da Guiné). 1946. Bissau. 12 pp.
OLIVEIRA BELO (Luiz Alves de). — Algumas verdades ácerca do descobrimento do Brasil. Conferencia. 1944. Rio de Janeiro. 22 pp. e mapas.
OLIVEIRA BOLÉO (José de). — Descobrimento (O) e os descobridores das ilhas de Cabo Verde. 1939. Porto. 10 pp.
—— Explorações dos portugueses em África. (Reconstituição do itinerário). In: «1.º. Cong.º da Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 4.ª secção, vol. II, p. 81. 1938. Lisboa.
—— Os portugueses não foram apenas navegadores. — Viagens terrestres. In: «Boletim do Instituto Vasco da Gama». 1953. Goa. N.º 71, pp. 89-107.
OLIVEIRA CADORNEGA (António de). — Historia geral das guerras angolanas — 1680. Tomo II. 1902. Lisboa. 302, [2] pp.
—— Historia geral das guerras angolanas, 1680-1681. Anotado e corrigido por José Matias Delgado. 1940-42. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 3 vols.
OLIVEIRA MARTINS (J. P.). — Brasil (O) e as Colonias Portuguesas, 3.ª Ed. S. d. Lisboa. VIII, 294, [2] pp.
—— Conquista (A) do Mar Tenebroso. — A Viagem da India. In: «História de Portugal», 11.ª Ed., vol. I, pp. 163 a 317. 1927. Lisboa.
—— Explorations (Les) des Portugais anterieurs a la découverte de l'Amérique. Conférence. 1893. Paris. 33 pp. e 1 mapa.
—— Filhos (Os) de D. João I. 2.ª Ed. 1901. Lisboa. 2 vols.
—— Navegaciones y descubrimientos de los portugueses anteriores al viaje de Colón. Conferencia [...]. 1892. Madrid. 30 pp.
—— Portugal nos mares. — Ensaios de critica, historia e geographia. 2.ª Ed. 1902. Lisboa. 272 pp.
OLSCHKI (Leonardo). — Storia letteraria delle scoperte geografiche. — Studi e ricerche. 1937. Firenze. 231 pp. c. gravs. e ests.
OLSZEWICZ (Boleslaw). — Prétendue (La) découverte de l'Amérique en 1476 (Note préliminaire). 1933. Varsovie. De p. 143 a 150.
Oriente (O) Portuguez. — Revista da Commissão Archeologica da India Portugueza. De 1904 a 1920 e 1931 a 1941. (Os anos de 1921 a 1930) não se publicaram. Nova Goa.
ORLÉANS (Pierre Joseph d'). — History of the two Tartar Conquerors of China, [...] by Père [...]. 1854. London. The Hakluyt Society. XV, VI, 153 pp.
ORNELLAS (Ayres d'). — Expansão (A) de Portugal. — Conferencia. 1909. Lisboa. 32 pp.
ORSEY (Alex. J. D. d'). — Portuguese Discoveries, dependencies and missions in Asia and Africa [...]. 1893. London. XVI, 434, 40 pp. e mapas
OSÓRIO (Baltazar). — Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Menezes (1415-1437). 1933. Coimbra. 190, [2] pp
OSÓRIO (Jeronymo). — Ordenações da India do Senhor Rei D. Manoel. Veja: *Caminha* (Antonio Lourenço).
—— Vida (Da) e feitos de El'Rei D. Manoel [...]. 1804-1806. Lisboa. 3 vols.
PACHECO (Félix). — Quinas (As) e o Alkorão. — Breve nota à margem dos artigos trocados entre [...], Duarte Leite e o Dr. Joaquim Bensaude a proposito do fundamento religioso do plano de navegação para as Indias, do Infante D. Henrique. 1930. Rio de Janeiro. 22 pp.
PACHECO PEREIRA (Duarte). — Esmeraldo de Situ Orbis. — Edição commemorativa da descoberta de América por Christovão Colombo no seu Quarto Centenário, sob a direcção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto. 1892. Lisboa. XXXV, 125, [2] pp. e fac-similes.
—— Esmeraldo de Situ Orbis. — Edição critica anotada por Augusto Epiphanio da Silva Dias. 1905. Lisboa. Sociedade de Geographia de Lisboa. 173, [2] pp.

PACHECO PEREIRA (Duarte) — Esmeraldo de Situ Orbis. — Translated and edited by Georges H. T. Kimble. 1937. London. The Hakluyt Society. XXXII, 193 pp. e mapas.
Padroado Português (O Real) no Oriente e a Propaganda Fide, por Um Patriota. 1885. Lisboa. 36 pp.
PAIS (Pêro). — Historia da Etiopia [...]. 1945-46. Porto. 3 vols.
PAIVA MANSO (Visconde de). — Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae Atque Oceaniae [...]. 1868-1879. Olisipone. 5 vol.
—— Historia do Congo. (Documentos). 1877. Lisboa. 369 pp.
—— Historia ecclesiastica Ultramarina. Tomo I. — Africa Septentrional. 1872. Lisboa. CXI, 203 pp.
—— Memoria sobre Lourenço Marques (Delagoa Bay). 1870. Lisboa. LXXXIX, 149 pp. e 2 mapas.
—— Veja: *Jordão* (Levy Maria).
PAIVA E PONA (A. P. de). — Primeiros (Dos) trabalhos dos portugueses no Monomopata. — O Padre D. Gonçalo da Silveira, 1560. (Memoria apreesntada à 10.ª Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas). 1892. Lisboa. Sociedade de Geographia de Lisboa. 101 pp.
PALHA (Fernando). — Carta (A) de Marca de João Ango. — Exposição summaria dos factos extrahida de documentos ineditos. 1882. Lisboa. 109 pp.
PALMELLA (José). — Vida de Pedro Alvares Cabral. 4.ª Ed. augmentada. 1889. Rio de Janeiro. 37 pp. e ests
PARR (Charles Mckew). — So Noble a Captain. — Life and Times of Ferdinand Magellan. 1953. New York. XV, 423 pp.
PASTORIN (Juan). — Cuenta del tiempo cosmopolita y primer meridiano universal adoptado libremente al castellano [...]. 1881. Madrid. 84 pp. e mapas.
—— Dates (Les) Cosmopolites. 1884. Madrid. 40 pp. e mapas.
—— Fechas cosmopolitas. 1884. Madrid. 40 pp.
PATTERSON (George). — Portuguese (The) on the North — East coast of America, and the first European attemp at colonization there — A lost chapter in American History. (Trans Royal Society of Canada — Section II. 1890). 1890. Canada. De p. 127 a 173 c. mapas.
PAULITSCHKE (Philipp). — Geographische (Die) Erofrschung des Afrikanischen Continents von Alltesten Zeiten bis auf unsere Tage [...]. 1880. Wien. VIII, 331 pp.
PAYART (Eugène). — Decouverte (La) du Pole Nord. 1895. London. 9 pp.
PEARY (Robert E.). — Memorial to the ditscoverer of the North Pole. Erected in Arlington National Cemetery Washington by the National Geographic Society. 1922. Washington. 8 pp. c. gravs.
Pedra de Dighton. — (Recortes de vários Jornais nacionais e estrangeiros, de Dez.º de 1930 e Jan.º de 1931).
—— Veja: *Marques* (Gilberto).
—— Veja: *Peregrinação a Dighton Rock...*
PEDROSO (Sebastião José). — Resumo histórico acerca da Antiga India Portuguesa. — Acompanhado de algumas reflexões concernentes ao que ainda possuimos na Asia, Oceania, China e Africa, com um appendice. 1884. Lisboa. 482 pp.
Pegú (Reyno de). — Veja: *Breve discurso, em que se conta a conquista do* [...].
PEILLARD (Léonce). — Magellan mon maitre... 1948. Paris. 196, [2] p. e mapa.
Pela Pátria. — Contribuições para o engrandecimento da pátria portugueza, colligidas pelo Centro Commercial do Porto, em commemorações do Centenário do Infante D. Henrique. 1894. Porto. 72 pp.
PERAGALLO (Prospero). — Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico, narrando-lhe as viagens portuguezas à India desde 1500 até 1505. In: «Centenario do Descobrimento da América — Memorias da Commissão Portugueza». 1892. Lisboa.
—— Cristoforo Colombo e la sua famiglia. — Rivista generale degli errori del Sig. E. Harrisse. 1889. Lisboa. 336 pp.
—— Disquisizioni Colombini [...]. N.ºs 1 a 4. 1893-96. Lisbona.
—— Iniziativa (L') dell'Infante D. Enrico e Cristoforo Colombo. (Extratto dalla Revista litteraria e scientifica a «Nova Alvorada» — N.º 12, 1894). S. d. Famalicão. 7 pp.
Peregrinação a Dighton Rock (A) sob os auspicios da «Alvorada». — Excursão às margens do rio Tauton onde o sabio professor Delabarre explicou a algumas das pessoas mais proeminentes da colonia a forma por que encontrou marcada na pedra de Dighton o nome de Miguel Côrte-Real, navegador português perdido. In: Jornal «Alvorada», de New Bedford, de 11 de Out.º de 1926.
PEREGRINO DA SILVA (Manuel Cícero). — «Compendio (O) historico das possessões da Corôa de Portugal nos mares e continentes da Africa Oriental e Occidental», de Raimundo José da Cunha Matos (Ms. do Inst. Hist. e Geografico Brasileiro). In: «1.º Cong.º da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo», 4.ª Secção — I, p. 53. 1938. Lisboa.

PEREIRA (Gabriel). — Diogo Gomes. — As relações do descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde. Versão do Latim. (Separata do «Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa», 17.ª Série, 1900, p. 1 a 29). S. d. n. l. 29 pp.

—— Roteiros portugueses da viagem de Lisboa à India nos séculos XVI e XVII. (Centenário da India). 1898. Lisboa. Sociedade de Geografia de Lisboa. 212 pp.

PEREIRA (Galeote). — South China in the Sixteenth Century-Being the Narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz e Fr. Martín Rada (1550-1575). Edited by C. R. Boxer. 1953. London. The Hakluyt Society. CXI, 388 pp. e ests

PEREIRA DUARTE (Diogo José). — Portuguese (The) and Prester John of Abyssinia. 1940. Bastorá. [10], 98 pp.

PEREIRA NUNES (A. R.). — Diu — Historia, 1.ª Parte. 1907. Nova Goa. 162, 2 pp. e est.

PEREIRA DA SILVA (J. M.). — Christovam Colombo e o descobrimento da América. 1892. Rio de Janeiro. XI, 182, II pp.

PEREIRA DA SILVA (Luciano). — Arte (A) de navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro. 1922. Porto. 104 pp. c. ests.

—— Astrolábios existentes em Portugal. 1917. Lisboa. 19 pp. e gravs.

—— Astronomia (A) dos Lusíadas. 1915. Coimbra. XV, 228 pp. c. gravs. e ests.

—— Duarte Pacheco Pereira — Precursor de Cabral. 1923. Lisboa. 31, [2] pp. c. gravs.

—— Livro (O) do Snr. J. Bensaúde «L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes», apreciado pelo Snr. L. Gallois. 1914. Coimbra. 25 pp.

—— Livro (O) do Snr. J. Bensaúde «L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes», apreciado pelo Snr. Pedro de Novo y Colson na Real Academia de Historia de Madrid. 1916. Porto. 16 pp.

—— Roteiro (O) da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração. 1925. Coimbra. 36 pp.

PERES (Damião). — Considerações relativas ao projecto de navegação ocidental gizado por Ferdinand van Olmen em 1486. (Separata do «Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa», n.os 10-12, 1952). 1952. Lisboa. De p. 343 a 348.

—— Historia dos Descobrimentos Portugueses. 1943. Porto. 505 pp. c. ests. e mapas.

—— Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII. 1937-38. Porto. 4 vols.

—— Veja: *Diario da viagem de Vasco da Gama.*

PEREZ EMBID (Florentino). — Descubrimientos (Los) en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas. 1948. Sevilla. 370 pp., ests. e mapas.

PERIALE (Marise). — Promenade a travers l'histoire et les vestiges de la domination portugaise au Maroc. In: «1.° Cong.° da Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 4.ª Secção — III, p. 191. 1938. Lisboa.

PERRY VIDAL (Frederico Gavazzo). — Uma nova lição da «Viagem por Terra» de Antonio Tenreiro. In: «1.° Cong.° da Hist.ª da Exp. Portuguesa no Mundo», 2.ª secção, II — p. 107. 1938. Lisboa.

PESCHEL (Oscar). — Geschichte der Erdkunde bis auf Alexander von Humboldt und Karl Ritter [...]. 1877. Munchen. XXII, 832 pp. e mapas.

PESSANHA (José Benedito de Almeida). — Almirantes (Os) Pessanhas e sua descendencia. 1923. Porto. 190 pp.

PESTANA JÚNIOR. — D. Cristóbal Colón ou Symam Palha na História e na cabala... 1928. Lisboa. CLXXV, 134 pp. c. gravs.

PEURSEM (J. H. Van). — Vasco da Gama. 1931. 'S Gravenhage. 16 pp. c. gravs.

PIERIS (P. E.). — Ceylon. — The portuguese era being a History of the Island for the period 1505-1658. 1913-14. Colombo. 2 vols.

—— Portuguese Maps and Plans of Ceylon, 1650. — Published by [...]. 1926. Colombo. III pp. e 36 reproduções fotográficas.

PIGAFETTA (Antonio). — Magellan's Voyage Around the World. — The original text of the Ambrosian Ms., with English translation, notes, bibliography, and index, by James Alexander Robertson. 1906. Cleveland. 3 vols.

—— Premier voyage autour du monde [...] sur l'escadre de Magellan, pendant les années 1519, 20, 21 et 22 [...]. L'an IX. Paris. LXIV, [4], 415, c. gravs. e mapas.

—— Relation du premier voyage autour du Monde par Magellan 1519-1522 [...]. 1923. Paris. 290 pp. c. ests.

PIGAFETTA (Filippo). — Relação do Reino ao Congo. Veja: *Lopes* (Duarte) e *Lopez* (Edouard).

Piloto Portuguez. — Navegação de Lisboa à Ilha de S. Tomé escrita por hum [...] e mandada ao Conde Raymundo de la Torre [...]. — Traduzida da Lingua Portuguesa para a Italiana, e novamente do Italiano para o Portuguez. In: «Collecção de Noticias para a Historia e

Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes», Tomo II, p. 77. 1867. Lisboa.

PIMENTA (Alfredo). — Descobrimento (O) do Brasil. 1942. Lisboa. 20 pp.

PIMENTEL (Alberto). — Um contemporâneo do Infante D. Henrique. — Carta a Mr. Mathieu Lugan. 1894. Porto. 161 pp.

PIMENTEL (Francisco). — Breve relação da jornada que fez à Corte de Pekin o Senhor Manuel de Saldanha, Embaixador extraordinário del Rey de Portugal ao Emperador da China, e Tartaria (1667-1670) — Escrita por [...] e documentos contemporaneos compilados e anotados por C. R. Boxer e J. M. Braga. 1942. Macau. 74, XLII pp.

PIMENTEL (Manoel). — Arte prática de navegar e roteiro das viagens e costas marítimas do Brasil, Guiné, Angola, India e Ilhas orientais e occidentais [...]. [1712. Lisboa]. [10]. 602 pp. c. gravs., tabelas e mapas.

PINA (Luís de). — Portugueses (Os) e o conhecimento científico da Etiópia (Séculos XVI e XVII). 1938. Porto. 18 pp.

PINHEIRO CHAGAS (Manuel). — Colonias (As) Portuguesas no século XIX (1811-1890). É o tomo VII da obra: «Os portugueses em África, Ásia, América e Oceania». 1890. Lisboa. 228 pp.

—— Descobrimentos (Os) portuguezes e os de Colombo. — Tentativa de coordenação historica 1892. Lisboa. 244 pp.

PINTO (Anibal) e M. Garcia de la Huerta. — Lei de navigación. 1878. Santiago. 14 pp.

PINTO (Cristovam). — India Prehistorica. — 1909. Lisboa. 161 pp.

PINTO DE BALSEMÃO (Eduardo Augusto de Sá). — Portugueses (Os) no Oriente. Feitos gloriosos praticados pelos portugueses no Oriente. [1881-82]. Nova Goa. 3 vols.

PIRES (Thomé). — Suma Oriental (The) of Thomé Pires [...] and the Book of Francisco Rodrigues. 1944. London. The Hakluyt Society. 2 vols.

PIRES DA SILVA (Francisco de Sales). — Pedro Alvares Cabral o descobridor do Brazil e o seu representante. 1900. Lisboa. 31 pp. c. gravs. e ests.

PISANO (Mateus de). — Livro de Guerra de Ceuta escrito por Mestre [...] em 1460 [...] e vertido em português por Roberto Corrêa Pinto. 1915. Lisboa. XIX, 50 pp.

PISSURLENCAR (Panduronga S. S.). — Agentes da Diplomacia Portuguesa na India. (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses). 1952. Bastorá (Goa). LIX, 652 pp.

—— Assentos do Conselho do Estado. — Documentos coordenados e anotados por [...]. (Governo Geral do Estado da India). Vols. I e II (1618-1643). 1953. Bastorá (Goa). 2 vols.

—— Recherches sur la découverte de l'Amérique par les anciens hommes de l'Inde. 1920. Sanquelim — Goa. 22 pp.

—— Regimentos das Fortalezas da India. — Estudos e Notas. 1951. Bastorá — Goa. XII, 545 pp.

Planisfério (O) enviado à Exposição Colonial de Paris de 1931. In: Jornal «A Voz», de Lisboa, de Abril de 1931. 9 recortes.

Plantas das Fortalezas, Pagodes, &', da Ilha de Ceilão. — 1650. Veja: *Pieris* (P. E.).

POHL (Frederick J.). — Americo Vespucio — Piloto Mayor. 1947. Buenos Aires. 307 pp.

—— Lost (The) Discovery Uncovering the Track of Vikings in America. 1952. New York. 346 pp. c. gravs.

POLO (Marco). — Book (The) of Ser Marco Polo, the venetiam concerning the Kingdomes and marvels of the East translated and edited, with notes by Colonel Sir Henri Yule [...]. 1903. London. 2 vols.

—— Description (La) du Monde. — Texte intégral en français moderne avec introduction et notes, par Louis Hambis. 1955. Paris. XVII, 433 pp. e 10 ests. e 1 mapa.

—— Milhão (O). 1944. Porto. 393 pp.

PORTO SEGURO (Barão de). — História das lutas com os hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654. 1872. Lisboa. XXXI, XV, 401, XIII, [4] pp.

PORTUGAL DE FARIA (Antonio de). — Christophe Colomb et les écrivains gaditans. 1891. Paris. 28 pp.

PRESTAGE (Edgar). — Descobridores Portugueses. 1934. Porto. [8], 353, [2] pp. e mapas.

PREVOST (Antoine François). — Histoire générale des voyages on Nouvelle collection de toutes les rélations de voyages par mer et par terre [...]. 1746-1770. Paris. 20 vols.

PYRARD DE LAVAL (Francisco). — Viagem, contendo a notícia de sua navegação às Indias Orientais, ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brazil (1601 a 1611) [...]. Vertida do francês por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. 1858-1862. Nova Goa. 2 vols.

—— Voyage de François Pyrard, de Laval. — Contenant sa navigation aux Indes Orientales, Maldives; Moluques, Bresil [...]. Troisième et derniere edition [...]. 1619. Paris. 2 vols.

QUADROS (Jeronymo de). — Cartas de Diu. — 1.ª Série (1902-1905). 1097. Nova Goa. XIX, 207, [2] pp.

—— Diu. — Apontamentos para a sua história e chorographia [...]. 1899. Nova Goa. XIV, 124 pp.

QUEIROZ (Fernão de). — Conquista temporal, e espiritual de Ceylão [...]. 1916. Colombo. XXX, 994 pp.

QUEIROZ VELLOSO. — Fernão de Magalhães. — A vida e a viagem. 1941. Lisboa. 117 pp. c. gravs. e mapas.

—— Naturalidade (A) de Fernão de Magalhães. — Certezas e conjecturas. 1936. Rio de Janeiro. 31 pp.

QUELLE (O.). — Portugiesische manuskriptatlanten, von /.../ (Ablandlungen des Geographiechen Instituts der Freien Universitat Berlin, herausgegeben von W. Behrmann, E. Fels und O. Quelle -Band II). 1953. Berlin 10, [2] pp. e XXV reproduções de mapas.

QUINTELLA (Ignacio da Costa). — Annaes da Marinha Portugueza. 1839-1840. Lisboa. 2 vols.

Raccolta di Documenti e Studi, publicati dalla R. Commissione Colombiana pel Quarto Centenario dalla Scoperta dell'América. Parte I, vol. II e Supl. ao vol. III; Parte II, vols. II e III; Parte III, vol. II; Parte IV, vols. I e II; Parte V, vols. I a III; Parte VI, vol. único. 1894. Roma. 11 vols.

RALEGH (W.). — Discovery (The) of the large, rich, and beautiful Empire of Guiana [...]. 1848. London. The Hakluyt Society. LXXV, XV, 240 pp. e mapa.

RAMOS COELHO (José). — Alguns documentos do Archivo da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas dos portuguezes. 1892. Lisboa. XVII, 551, [4] pp. e fac-similes.

RAMUSIO. — Navigation (Delle) et viaggi. — Raccolt gia da M. Gio. Battista Ramusio [...]. Terza editione. 1563. Venetia. 3 vols.

RAPER (Henry). — Practice (The) of navigation and nautical astronomy. Sixth edition. 1857. London. XXVI, 908 pp.

RAVENSTEIN (E. G.). — Journal (A) of the first voyage of Vasco da Gama 1497-1499. 1898. London. The Hakluyt Society. XXXVI, 250 pp. c. gravs., 7 mapas e 1 est.

—— Voyages (The) of Diogo Cão and Bartholomeu Dias, 1482-1488. 1900. London. 31 pp. c. gravs. e mapas.

RAYNAL (Guillaume-Thomas). — Historie Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes. 1783-1784. Genève. 10 vols.

REBELLO (Gabriel). — Informação das cousas de Maluco [...]. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes». Tomo VI, p. 143. 1856. Lisboa.

REBELLO DA SILVA. — Infante (O) D. Henrique. In: «Archivo Pittoresco», vol. IX, pp. 41, 55, 62, 78, 86, 93, 106, 170 e 214. 1866. Lisboa.

Reports of the discovery of Peru. — I — Report of Francisco de Xeres, Secretary to Francisco 1825-66. Paris. 7 vols.

REIS (Eduardo). — Noticiarista (O) das Indias — Duarte Barbosa. 1948. Macau. 219 pp.

REIS MACHADO (Augusto). — Viagens de D. João de Castro. («Pelo Império», n.º 81). 1942. Lisboa. Agência Geral das Colónias. 62 pp.

Relations veritables et curieuses de l'isle de Madagascar, et du Brésil. — Avec l'Histoire de la dernier Guerre faite au Brésil, entre les Portugais & les Hollandois. — Trois relations d'Egypte, & une du Royaume de Perse. 1651. Paris. [14], 307, [18], 212, 158 pp. e 2 mapas.

REPARAZ, HIJO (Gonçalo de). — Epoca (La) de los grandes descubrimientos españoles e portugueses. 1931. Barcelona. 206 p., 12 gravs. e 5 mapas.

REPARAZ, FILL (Gonçal de). — História dels Descobriments Geografics [...]. 1927-28. Barcelona. 2 vols.

Reports of the discovery of Peru. — I — Report of Francisco de Xeres, Secretary to Francisco Pizarro. — II — Report of Miguel de Astete on the Expedition to Pachacamac. — III — Letter of Hernando Pizarro to the Royal audience of Santo Domingo. — IV — Report of Pedro Sancho on the partition of the Ransom of Atahuallpa. Translated and edited [...] by Clements R. Markham. 1872. London. The Hakluyt Society. XXII, 143 pp. e mapa.

Respuesta a la Memoria que presentó en 16 enero de 1776, el Exm.º Señor Don Francisco Inocencio de Sousa Coutiño, Embaxador de S. M. F. cerca del Rei N. S. relativa à la negociacion entablada para tratar del anglo y señalamiento de Limites des la Possessions españolas y portuguezas en America Meridional. — Apendice de documentos que se citam en la respuesta. — Carta de acompañamiento que procede à la misma respuesta. S. d. e s. l. XXXI, 255, LXXVIII pp.

RIBEIRO (Aquilino). — Constantino de Bragança — VII Vizo-Rei da India. [1947]. Lisboa. 389, [8] pp.

RIBEIRO (João). — Fatalidade Historica da Ilha de Ceilão [...]. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes», Tomo V, 1836. Lisboa.

—— Histoire de l'isle de Ceylan, écrite par le Capitaine [...]. Traduite du portugais par l'abbé Le Grand [...]. 1701. Amsterdam. XXII, 352 pp. c. ests. e mapas.

RIBEIRO DE SAMPAIO (Francisco Xavier). — Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Jozé do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma [...] no anno de 1774 e 1775 [...]. 1825. Lisboa. [2], 115 pp.

RIBEIRO DOS SANTOS (Antonio). — Conhecimento (Do) que era possivel ter da existencia da América, pela tradição dos Antigos, e por motivos Filosoficos. In: «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias», Tomo V, p. 101. 1817. Lisboa.

—— Memória sobre dois antigos mappas geographicos do infante D. Pedro e do Cartório de Alcobaça. In: «Memorias da Litterratura Portuguesa», publicadas pela Academia Real das Sciencias, Tomo VIII, p. 275. [1814]. Lisboa.

—— Memoria sobre a unidade da Navegação Portugueza no Seculo XV. In: «Memorias da Litteratura Portugueza», publicadas pela Academia Real das Sciencias, Tomo VIII, p. 327. [1814]. Lisboa.

—— Memorias historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas. In: «Memorias da Litteratura Portugueza», publicadas pela Academia Real das Sciencias, Tomo VIII, p. 148. [1814]. Lisboa.

—— Possibilidade (Da) e verosimilhança da demarcação do Estreito de Magalhães no Mappa do Infante D. Pedro. In: «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias», Tomo V, p. 115. 1817. Lisboa.

RICARD (Robert). — Portugais (Les) et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557. Veja: *Sousa* (Luiz de).

R. M. P. — Observations on the pamphlet entitled «The Concordat Question». 1885. Bombay IX, 84 pp.

ROBERTSON (James Alexander). — Magellan's Voyage Around the World. Veja: *Pigafetta* (António).

ROCHA MARTINS. — Apostolo (O) das Indias. — S. Francisco Xavier. 1942. Lisboa. Agência Geral das Colónias, XV, 459 pp. e ests.

ROCHA PITTA (Sebastião da). — Historia da América Portugueza desde o anno de Mil e Quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro [...]. 1730. Lisboa. [22], 716 pp.

RODRIGUES (Bernardo). — Anais de Arzila. — Crónica inédita do século XVI. Publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa e sob a direcção de David Lopes. 1915-1919. Coimbra. 2 vols.

RODRIGUES (Francisco). — Book (The) of [...]. — Rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, Writen and drawn in the east befor. 1515. Veja: *Pires* (Tomé).

RODRIGUES (José Maria). — Ainda a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas» V. 4-13, e a argumentação do Sr. Almirante Gago Coutinho. 1930. Coimbra. 80 pp. e mapa.

—— Franz (O Dr.) Hummerich e os seus estudos sobre a primeira viagem de Vasco da Gama à India e o respectivo roteiro. 1931. Coimbra. 21 pp.

—— Mais uma vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas» V. 4-13. 1931. Coimbra. 25 pp. e mapa.

—— Pela quarta vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas» V. 4-13. 1932. Coimbra. 50 pp. e mapa.

—— Pela quinta vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas» V. 4-13. 1933. Coimbra. 15 pp. e mapa.

—— Pela sexta vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas», V. 4-13. 1934. Coimbra. 15 pp.

—— Períplo (O) de Hanão e o seu primeiro comentador. 1933. Guimarães. De pp. 353 a 354.

—— Propósito (A) do descobrimento da Austrália pelos portugueses. 1931. Lisboa. 16 pp.

RODRIGUES (Vicente) e Diogo Afonso. — Roteiro da navegação da Carreira da India, com seus caminhos, & derrotas, sinais, & aguageis & diferenças de agulha: tirado do que escreveu [...]. Agora novamente acrescentado a viagem de Goa por dentro de São Lourenço e Moçambique. & outras muitas cousas, & advertencias por Gaspar Ferreira Reimão. Prefaciado por A. Fontoura da Costa. 2.ª Edição. 1490. Lisboa. Agência Geral das Colónias. XVI, 78, 4 pp. e mapas.

RODRIGUEZ DE RIVERA (Joaquim). — Estudio sobre los Bajos, vigias y otros escollos del Océano Atlantico [...]. 1873. Madrid. 180 pp.

ROE (Thomas). — Embassy (The) of Sir [...] to the Court of Great Mogol, 1615-1619, as narrated in his Journal and correspondence. Edited by William Foster. 1899. London. The Hakluyt Society. 2 vols.
ROERIE (G. La). — Histoir de la Marina. — Navires et Marins. — De la rame a l'helice. Tomes I e II. 1946. Paris. 2 vols.
ROGGEVEEN'S (Jacob). — Veja: *Gonzalez* (Felipe).
ROMA MACHADO DE FARIA E MAIA (Carlos). — Antecedentes diplomaticos das expedições de João Dias de Solis, Sebastião Caboto e D. Pedro de Mendoza, de Henrique de Gandia (Resumo critico). 1936. Lisboa. 15 pp.
—— Apontamentos para um novo índice cronológico das primeiras viagens e descobrimentos e conquistas dos Portugueses. 1937. Lisboa. 160 pp.
—— Cristóbal Colón, descobridor da América Central, foi o primeiro português Salvador Gonsalves Zarco. A decifração dos livros de D. Tivisco pelo sr. Santos Ferreira. In: «Novidades», de Lisboa, de 24 de Abril de 1933.
—— Grande (O) almirante Cristóbal Colón, descobridor da América Central foi o Português Salvador Gonsalves Zarco. In: «O Século», de 27 de Fev.º de 1933 e «Pátria Portuguesa», de 16 de Abril de 1933.
—— Nacionalidade (A) Portuguesa e o nome de Cristobal Colon. — Conferencia. (Separata de «O Instituto», vol. 87.º). 1936. Figueira da Foz. 60 pp.
—— Planisfério (O) luminoso da Exposição de Paris de 1931 e as descobertas marítimas dos pilotos portugueses. Resolução das principais dúvidas levantadas pelos cientistas estrangeiros. 1934. S/l. 7 pp.
—— Prioridade dos portugueses no descobrimento da América do Norte e ilhas da América Central. — Considerações sobre um grande livro americano. — Justificação das comemorações dos Côrte-Reais. 1931. Lisboa. 19 pp.
—— Prioridade dos portugueses no descobrimento da América do Norte, América Central e América do Sul. 1946. Coimbra. 63 pp.
—— Priorité (La) des portugais dans la découverte de l'Amerique du Nord et des iles de l'Amerique Centrale. — [...]. 1931. Lisbonne. 16 folhas dact.
ROMERO (Jeronymo). — Memoria àcerca do Districto de Cabo Delgado. 1856. Lisboa. 40 pp. e 1 mapa.
—— Supplemento à Memoria descriptiva e estatistica do Districto de Cabo Delgado com uma noticia acerca do estabelecimento da Colónia de Pemba. 1860. Lisboa. VIII, 164 pp. e 1 mapa.
RONCIER. — Veja: *La Roncier* (Charles de).
ROQUE DA COSTA (Constantino). — Historia das relações diplomaticas de Portugal no Oriente. 1895. Lisboa. 111 pp.
ROQUETE (J. J.). — Historia do descobrimento da America. Veja: *Campe*.
ROSADI (Giovanni). — Giovanni da Verrazzano scopritore dell'America Settentrionale nel giorgo che i suoi conterranei di Greve gli tecero il monumento. 1913. Viareggio. 22 pp.
ROSARIO (Fr. Antonio do). — Carta de marear. 1717. Lisboa. 152 pp.
ROSELLY DE LORGUES. — Histoire posthume de Christophe Colomb. 1885. Paris. III, 457 pp.
Roteiro da viagem da Cidade do Pará até às ultimas colonias dos dominios portugueses em os rios Amazonas e Negro [...]. In: «Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes», Tomo VI. 1856. Lisboa.
Roteiro da viagem que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497 [...]. Publicado por Diogo Kopke [...] e o Dr. Antonio da Costa Paiva [...]. 1838. Porto. XXVIII, 183 pp. e ests., mapas e fac-similes.
Roteiro da viagem de Vasco da Gama. Veja: *Diário*.
Roteiros portugueses inéditos da Carreira da India no Século XVI. Veja: *Fontoura da Costa* (A.).
RUELENS (Ch.). — Première (La) relation de Christophe Colomb (1493). — Lettre sur une édition de l'«Epistola Christofori Colom» appartenant a la Bibliothèque Royale de Bruxelles. 1885. Bruxelles. 50 pp. e fac-similes.
RUGE (S.). — Entdeckung (Die) des Seewegs nach Ostindien durch Vasco da Gama 1497-8. 1898. Dresden. 47 pp. e 2 mapas.
—— Historia da época dos descobrimentos. Versão portuguesa por Manoel d'Oliveira Ramos. S. d. Lisboa. 528 pp. c. ests., gravs. e mapas.
—— Prinz Heinrich der Seefahrer. In: «Globus», vol. 65, p. 153. 1894. Braunschweig.
—— Topographische Studien zu den Portugiesischen entdeckungen an den kusten Afrikas [...]. 1903. Leipzig. 110 pp. e 1 tabela.
—— Weltanschanung (Die) des Columbus. — Die Turanier in Chaldoa (Die Akkadier). 1876. Dresden. 44 pp.

SOCIEDADE GERAL
DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

Carga e Expediente: R. DO COMÉRCIO, 39
Telefones 3 0551 e 2 5775 / LISBOA

FROTA

n/m África Ocidental	1.560 T.	n/m Cartaxo	1.376 T.
n/m Alcobaça	9.588 T.	n/m Colares	1.376 T.
n/v Alcoutim	10.526 T.	n/m Conceição Maria	2.974 T.
n/m Alenquer	9.588 T.	n/m Coruche	1.376 T.
n/m Alexandre Silva	3.215 T.	n/v Costeiro	900 T.
n/m Alfredo da Silva	3.643 T.	n/m Costeiro Terceiro	1.426 T.
n/v Alferrarede	2.118 T.	n/m Covilhã	1.376 T.
n/m Almeirim	9.588 T.	n/v. Cunene	9.800 T.
n/v Amarante	12.600 T.	n/v Foca	2.060 T.
n/m Ambrizete	9.245 T.	n/v Inhambane	9.619 T.
n/m Ana Mafalda	3.643 T.	n/v Luso	10.125 T.
n/m Andulo	9.245 T.	n/v Maria Amélia	3.005 T.
n/m António Carlos	2.974 T.	n/v Mello	6.253 T.
n/m Arraiolos	9.588 T.	n/v Mirandella	8.280 T.
n/m Belas	7.259 T.	n/m Rita Maria	3.458 T.
n/m Borba	7.259 T.	n/m São Macário	1.221 T.
n/m Braga	7.224 T.	n/v Saudades	6.430 T.
n/m Bragança	7.224 T.	n/v Silva Gouveia	1.353 T.
n/v Zé Manel	1.240 T.		

Total: 199.735 toneladas

REBOCADORES:

«ÁFRICA», «CINTRA», «ESTORIL», «FREIXO», «SÃO CRISTÓVÃO», «SOURE», «PRAIA DA ADRAGA» E «PRAIA GRANDE»

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO», «CAROCHA» e para o pessoal «ODELEITE» e «ODRINHAS»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.)
25 Fragatas (2.300 T.)
1 Barca de água (250 T.)
1 Draga «BARREIRO» com 5 batelões de dragadas de 80 m³ cada.

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «MANUEL ALFREDO» de 3.600 T. e para 12 passageiros

CARREIRAS DE LISBOA PARA

Norte da Europa, Norte de África, Mediterrâneo, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Estados Unidos, Argentina, América Central e Costa de Portugal

A Companhia que mais navios tem ao seu serviço, construídos em Portugal nos estaleiros da Companhia União Fabril no Barreiro e em Lisboa

COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

SOC. ANÓN. RESP. LIM.

CAPITAL ESC. 330:000.000$00 OU £ 3.000.000

O CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA, testa da linha transafricana ligando o OCEANO ATLÂNTICO com o OCEANO ÍNDICO, serve toda a África Central — KATANGA E RODÉSIAS — e é o caminho mais curto dessas regiões para a Europa e Américas.

Partindo do LOBITO no próprio dia da chegada dos navios que vêm da Europa, os seus comboios expressos têm a vantagem da continuidade na viagem, sem demoras escusadas.

Neste serviço emprega o C. F. B. confortáveis carruagens modernas de fabrico europeu, com camas, restaurante, etc.

Serviço rápido de passageiros e mercadorias, sem transbordo do LOBITO a ELISABETHVILLE, no CONGO BELGA, 2.107 quilómetros.

ESCRITÓRIOS:

LISBOA — Rua do Ataíde, 7-A — Telefone 30978

LONDRES — Princes House — 95, Gresham Street — Londres E. C. 2

LOBITO — Caixas Postais 32 e 49

Endereço Telegráfico LOBITANGA

Companhia Nacional de Navegação

A MAIS ANTIGA EMPRESA ARMADORA
PORTUGUESA NAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 23021 e 23026

Sucursal: R. Infante D. Henrique, 73 — PORTO — Telefones 22438 e 22439

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

FROTA

Navios de passageiros	D. W.	Navios de carga	D. W
Moçambique	9.423	Sofala	12.145
Angola	9.550	Moçâmedes	9.120
Quanza	6.230	Rovuma	9.120
Luabo	1.805	S. Tomé	9.050
Zambézia	1.857	Nacala	3.370
Lúrio	1.857	Tágus	1.630
Índia	7.000	Angoche	1.240
Timor	7.000		
Save	1.330		

Rebocadores	Lanchas em serviço
Aveiro	Lucala
Douro 1.º	A
Beira	C
Cuio	D
	E
	F

33 batelões em serviço:

Em construção navio de passageiros «NIASSA» de 10.000 T.

DUARTE DE ALMEIDA, L.DA

LISBOA – ÁFRICA

Sede em Mossâmedes (Port 6 West Africa)
MOSSÂMEDES–Província de Angola
Caixa Postal, 43–Telefone 4
FILIAL: LISBOA
Rua do Carmo, 90, 2.º Esq.
TELEF. 25429–END. TELEG. ÚNICO: DUALTEL
CÓDIGOS: A. B. C. 5.A E 6.A EDIÇÃO
MASCOTE–RIBEIRO–BENTLEY'S E GUEDES

REPRESENTANTES DA
COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO
Fazem as descargas da Sociedade Geral de Transportes–Representantes das mais importantes Companhias de Navegação estrangeiras que frequentam o Porto de Mossâmedes–Estaleiro Naval e Armazéns –Seguros–Agentes e Comissários de Avarias–O melhor apetrechamento para embarques e descargas de Navios em Mossâmedes, permitindo trabalho acelerado–Estiva de Navios–Tráfego de Mercadorias

Diatomite

(S. A. P. D. L.)

de ÓBIDOS–PORTUGAL
(A PRIMEIRA NO PAÍS)

As diatomites só são boas depois de CALCINADAS.

Fabricação especial para:
FILTRAGEM–BORRACHA–PAPEL–TINTAS –INSECTICIDAS–SABONETES–CONSTRUÇÃO CIVIL–ISOLAMENTOS–FÓSFOROS –BATERIAS, ETC.

Distribuidor geral no Cont. e Ultramar

LEACOCK (LISBOA) LDA.
Av. 24 de Julho, 16
LISBOA

A. ALCANTARA, & FILS

SHIP-CHANDLER (RAVITAILLEMENT DE NAVIRES)
AGENTS COMMERCIAUX MARITIMES
IMPORTATION – COMMERÇANTS – EXPORTATION

AGENTS DE
COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO
LISBOA

COMPANHIA LLOYD BRASILEIRO
RIO DE JANEIRO

Téléphone: 2 2372
Boite Postale 435
Adr Télé: ALCANTARA-DAKAR
Code: A. B. C. 5th 6th Edition & BENTLEYS
Reg. Com. Dakar 4.411 B

1, Rue Parent, 1
DAKAR (SENEGAL)

J. ROMA, L.DA

★

MÁQUINAS,
APARELHOS
E MATERIAL
ELÉCTRICO

INSTALAÇÕES
ELÉCTRICAS E
INDUSTRIAIS

★

Telef.: 3 3133 Teleg.: STATOR
Praça da Figueira, 12, 1.º
LISBOA

MARQUES, SEIXAS & C.A, L.DA

(ORGANIZAÇÃO FUNDADA EM 1910)

SECÇÕES:
Comercial, Agrícola, Pecuária e Industrial

SEDE: NOVO REDONDO–ANGOLA
Telegramas: ‹SEIXAS›

DELEGAÇÃO EM LISBOA
RUA DO OURO, 32, 3.º
Telef. 2 4783–Teleg. ‹Ferramentas›

FILIAIS EM:
GABELA–PORTO AMBOIM
VILA NOVA DE SELES

PRODUÇÕES
CAFÉ–OLEAGINOSAS–CEREAIS
nas regiões de Seles e Amboim

AGENTES DE COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO EM NOVO REDONDO E PORTO AMBOIM

CORRESPONDENTES DO BANCO DE ANGOLA EM PORTO AMBOIM E VILA NOVA DE SELES

AGENTES DA:
SOCONY-VACUUM PORTUGUESA
Em todo o distrito do Quanza Sul

COMPANHIA DE SEGUROS

BONANÇA

FUNDADA EM 1808

SEGUROS NOS PRINCIPAIS RAMOS

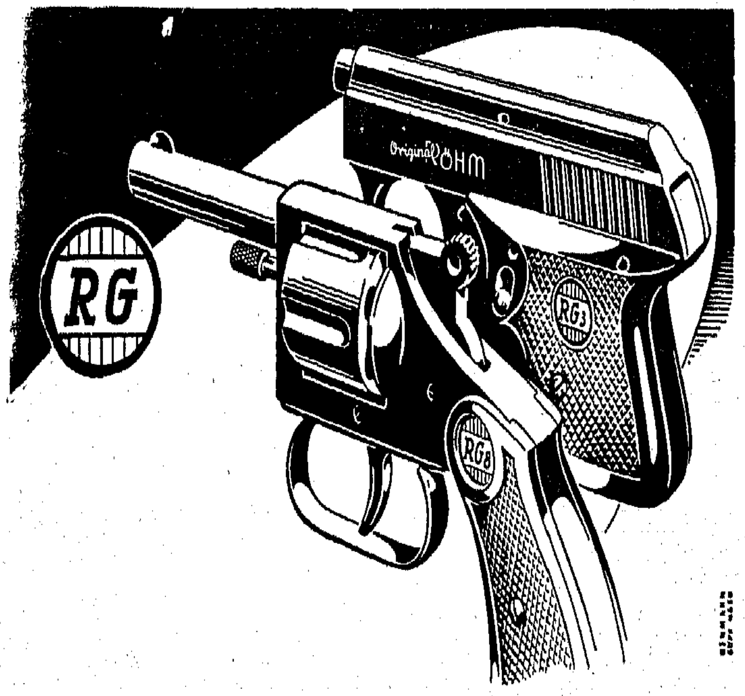
Sede em LISBOA – Rua Áurea, 100

Delegações no PORTO – Rua Sá da Bandeira, 283, 1.º

» em COIMBRA – Rua Visconde da Luz, 88, 2.º

AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS

PROTEJA A SUA VIDA COM A PISTOLA AUTOMÁTICA DE ALARME



ISENTA DE LICENÇA

Representante exclusivo:

FABRICIUS & C.ª, L.da – Rua de S. Bento, 321 – LISBOA – Telef. 66 2289

GOMES & IRMÃO, L.DA

IMPORTAÇÃO – EXPORTAÇÃO

AGÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES

SEDE: **LISBOA**

RUA DE S. JULIÃO, 11, 1.º

CASA FUNDADA HÁ MAIS DE 60 ANOS

LUANDA

C. P. 49 – Telef. 2687-3026

Telegramas: IRMÃOS

ARMAZÉNS DE MANTIMENTOS E DE VINHOS

MERCEARIA, LEITARIA, PADARIA, TALHO,

FAZENDAS, CALÇADO E MIUDEZAS

Criadores de gado bovino na sua propriedade

GRANJA CABO LOMBO

Fabricantes e fornecedores de

CARVÃO VEGETAL E LENHA

FORNECEDORES DE NAVIOS

Societários Gerentes de

Câmara & C.ª, Limitada

AGENTES DE COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO ESTRANGEIRAS

ESTÁ CONCLUÍDO!

DICIONÁRIO TÉCNICO POLIGLOTA

POR M. DE MEDEIROS

PORTUGUÊS – ESPANHOL – FRANCÊS – ITALIANO – INGLÊS – ALEMÃO

O TRADUTOR EM SUA CASA

com 131.000 TERMOS E EXPRESSÕES em cada língua.

30 DICIONÁRIOS BILINGUES

numa obra de consulta científica e profissional para todos os especialistas e produtores do mundo.

8 volumes com 7756 páginas por 2.790$00

PODE RECEBÊ-LO ADIANTADAMENTE POR 100$00 MENSAIS

GOMES & RODRIGUES, LDA.

LARGO DE D. ESTEFÂNIA, 17 A 21 • LISBOA • RUA DAS PICOAS, 32 E 34

LIVRARIA
LUSO-ESPANHOLA, L.DA

Rua Nova do Almada, 88
Rua do Crucifixo, 75, 1.º
LISBOA

LIVROS TÉCNICOS
ANTIQUÁRIO
QUADROS

Oficina de Encadernação e de Molduras

«**BÁRBARA CASANOVA**»

o novo romance
tão ansiosamente esperado
de

Maria da Graça Azambuja

autora de

«PRIMEIRA VIAGEM»
(PRÉMIO RICARDO MALHEIRO DE 1952)

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

Rua Augusta, 44-54 – LISBOA

EDIÇÕES
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
(1876 a 1954)

(Continuação)

PUBLICAÇÕES DO CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ORIENTALISTAS — 1892 a 1894

EXTRACTOS DA HISTÓRIA DA CONQUISTA DO YAMAN PELOS OTHMANOS — *Contribuições para a história do estabelecimento dos portugueses na India*, por *David Lopes* .... (8$00)

INÊS DE CASTRO — *Épisode des Lusiades — traduction en vers hébreux revue par Mr. Le Grand-Rabbin L. Wogue*, par *Joseph de M. Bénoliel* .... (5$00)

PRINCES ET PRINCESSES DE LA FAMILIE ROYALE DE PORTUGAL ayant par leurs alliances régné sur la Flandre — *Rapports entre la Flandre et le Portugal de 1094 à 1682*, par *O. L. Godin* ...... (10$00)

INSCRIPÇÕES PORTUGUEZAS QUE SE ENCONTRAM NA IGREJA DE S. FRANCISCO DE COCHIN, Albun .... (6$00)

ORIENTE (O) E A AMERICA — *Apontamentos sobre o uso e costumes dos povos da India portugueza comparados com os do Brazil*, por *A. Lopes Mendes* .... (5$00)

PASSOS DOS LUSIADAS — *Estudados à luz da mitolojia e do orientalismo*, por *G. de Vasconcelos-Abreu* .... (10$00)

EXPOSIÇÃO DA PRONUNCIA NORMAL PORTUGUESA PARA USO DE NACIONAES E ESTRANGEIROS, por *A. R. Gonçalves Vianna* .... (50$00)

PRIMEIROS (DOS) TRABALHOS DOS PORTUGUEZES NO MONOMOTAPA — *O Padre D. Gonçalo da Silveira, 1560*, por *A. P. de Paiva e Pona* .... (12$00)

CIGANOS (OS) DE PORTUGAL — *com um estudo sobre o calão*, por *F. Adolpho Coelho* .... (50$00)

CHRONICA DE SUSENYOS, REI DE ETHIOPIA — *Texto ethiopico segundo o manuscripto da bibliotheca bodleiana de Oxford e tradução de F. M. Esteves Pereira* (2 vols.) .... (60$00)

RESPONSABILIDADE (A) PORTUGUESA NA CONVOCAÇÃO DO X CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ORIENTALISTAS, relatorio por *C. de Vasconcelos Abreu* .... (5$00)

COMO (DE) E QUANDO FOI FEITO CONDE VASCO DA GAMA (Descobertas e Descobridores), por *Luciano Cordeiro* (10$00)

DIOGO D'AZAMBUJA (Descobertas e Descobridores), por *Luciano Cordeiro* ... (15$00)

DIOGO CÃO (Descobertas e Descobridores), por *Luciano Cordeiro* .... (20$00)

VIDA DO ABBA SAMUEL DO MOSTEIRO DO KALAMON — *versão ethiopica*, por *F. M. Esteves Pereira* .... (10$00)

BATALHAS DA COMPANHIA DE JESUS NA SUA GLORIOSA PROVINCIA DO JAPÃO, *pelo Padre Antonio Francisco Cardim da mesma Companhia de Jesus, natural de Vianna do Alentejo* — Inédito por *Luciano Cordeiro* .... (50$00)

MISSÕES DOS JESUITAS NO ORIENTE NOS SECULOS XVI E XVII — por *Jeronymo P. A. da Camara Manoel* ... (50$00)

PEÇA (A) DE DIU, por *David Lopes* e *F. M. Esteves Pereira* .... (5$00)

ARYAN THEORY OF DIVINE INCARNATIONS, by *Bhagnánlál R. Bádsháh* .... (5$00)

SUR LES AMULETTES PORTUGAISES, par *J. Leite de Vasconcellos* .... (5$00)

SUR LE DIALECTE PORTUGAIS DE MACAO, par *J. Leite de Vasconcellos* .... (5$00)

HOMEM (O) COMO MEDICAMENTO (Sociologia Chinesa) — *Superstições medicas e religiosas que victimam o homem. Affinidade d'estas crenças com as crises antieuropeias de 1891 pelo Dr. Macgowan. Nota pelo traductor Demetrio Cinatti* .... (5$00)

DEUX FAITS DE PHONOLOGIE HISTORIQUE PORTUGAISE, par *A. R. Gonçalves Vianna* .... (5$00)

SIMPLIFICATION POSSIBLE DE LA COMPOSITION EN CARACTÈRES ARABES, par *A. R. Gonçalves Vianna* .... (5$00)

AUTOPLASTIA (Sociologia Chinesa) *Transformação do homem em animal, estiolamento e atrophia humana, casos de teratologia, pelo Dr. Macgowan, nota pelo traductor Demetrio Cinatti* .... (5$00)

AFFINITÉ (L') ETYMOLOGIQUE DES LANGUES ÉGYPTIENNE ET INDO-EUROPÉENNES, *par le Professeur Charles Abel* .... (5$00)

COMMUNAUTÉS (LES) DES VILLAGES A GOA, par *C. R. da Costa* .... (5$00)

(Continua)

Comp. e Imp. na TIP. GOMES & RODRIGUES — 32, Rua das Picoas, 34 — LISBOA